



PPGED
Programa de Pós-Graduação
em Educação



JOANA D'ARC DE VASCONCELOS NEVES

**JUVENTUDE E INCLUSÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A
CONDIÇÃO JUVENIL NO CAMPO**

**INCLUSÃO
SOCIAL**

**JUVENTUDE
DO CAMPO**

**REPRESENTAÇÃO
SOCIAL**

**Belém-PA
2014**

JOANA D'ARC DE VASCONCELOS NEVES

**JUVENTUDE E INCLUSÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A
CONDIÇÃO JUVENIL NO CAMPO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará- Doutorado em Educação – vinculada à Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade, com requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Porf^a Dr^a. IVANY PINTO NASCIMENTO

**Belém-PA
2014**

JOANA D'ARC DE VASCONCELOS NEVES

JUVENTUDE E INCLUSÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A CONDIÇÃO JUVENIL NO CAMPO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Pará- Doutorado em Educação – vinculada à Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade, com requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovado em: 30/09/2014

Banca Examinadora

1-Profª Drª. Ivany Pinto Nascimento

PPGED/ICED/UFPA – Assinatura: _____

2-Profª. Dra. Maria de Lourdes Soares Ornellas Farias

PPGED/UEBA – Assinatura: _____

3-Profª. Dra. Deis Elucy Siqueira

UNB - Assinatura: _____

4-Prof. Flavio Bezerra Barros

PPG AA e PPGA/UFPA Assinatura: _____

5- Prof. Dr. Salomão Antonio Mufarrej Hage

PPGED/ICED/UFPA – Assinatura: _____

**Belém-PA
2014**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Neves, Joana D'arc de Vasconcelos, 1969-
Juventude e inclusão: representações sociais sobre a
condição juvenil no campo / Joana D'arc de Vasconcelos
Neves. - 2014.

Orientadora: Ivany Pinto Nascimento.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Pará, Instituto de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém,
2014.

1. Educação rural - Aspectos sociais -
Bragança (PA). 2. Juventude rural - Aspectos
sociais - Bragança (PA). 3. Representações
sociais - Bragança (PA). 4. Inclusão social -
Bragança (PA). 5. Programa Nacional de Inclusão
de Jovens (Brasil). I. Título.

CDD 22. ed. 370.91734098115

*Dedico este trabalho a minha filha Annarry Neves
amor de minha vida, como forma de retribuir
a maneira madura que enfrentou
minhas ausências e
mesmo sem saber foi é meu equilíbrio.
Dedico aos jovens participantes deste estudo,
pelo vasto conhecimento que me possibilitou construir esta pesquisa
Dedico também a minha mãe pelo apoio incondicional a minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Enquanto produção teórica, uma tese é, paradoxalmente, um trabalho solitário e coletivo. Este trabalho é resultado de muitas e diversas contribuições, algumas diretas, outras menos, mas todas fundamentais para realizá-lo. A todos, meus sinceros agradecimentos.

Meus agradecimentos especiais aos jovens, Antonio Gledson, Aderson, Benedito, Charles, Euclides, Jose Monteiro, Maria da paz, Marines, Nivaldo, Ozias, que gentilmente e com as melhores expectativas abriram suas casas e dispensaram seu tempo para uma longa entrevista de história de vida e de luta.

Por meio deles também agradeço a contribuição fundamental dos professores e Coordenador do programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra no Município de Bragança.

A minha orientadora de pesquisa, Prof^a. Dr^a. Ivany Pinto Nascimento por confiar em mim, pelo incentivo e compromisso profissional. Sei que o processo de orientação é árduo e exige dedicação. Obrigada por ter disponibilizado do seu tempo para me orientar.

Ao grupo de pesquisa GEPEJURSE: Ainêe, Andréia Silveira, Andréa Vieira, Arlete, Degiane, Ednardo, Francisco Anjos Jaqueline, João Torres, Neide, Marcelo, Mariléia Trindade, Marlene Feitosa, Patrícia Kimura, Kleber, Roseli, Sônia e Vivian pelas muitas ocasiões da aprendizagem coletiva.

Programa PPGED e seus funcionários que contribuíram com apoio e boa recepção a todas as minhas solicitações para a concretização de mais este ciclo em minha vida e principalmente aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, que contribuíram em minhas construções na trajetória do curso de doutorado;

Aos colegas de turma Doutorado 2010 pelo companheirismo com que iniciamos essa caminhada. Apesar do necessário distanciamento, para que

podéssemos desenvolver nossas pesquisas, tenho certeza que cada um de nós torceu um pelo outro.

Aos Professores Agenor Pacheco, Deis Sequeira, Lourdes Ornellas e Salomão Hage, pelas sugestões, contribuições e ponderações no processo de qualificação que foram fundamentais no desdobramento desta tese. Ao professor Flavio Barros pela disponibilidade em participar desse processo após a qualificação.

Aos meus amigos e irmão que escolhi para esta vida Edileuza Pillet, Eula, Demana, Georgina, Nazaré Araujo, Rogério, Sebastião Rodrigues, Maria Gomes que ao longo desses quatro anos, deste estudo, compartilhei os medos, as angústias, as alegrias e as vitórias. Vocês moram no meu coração.

Em especial a minha família, minha mãe Socorro Neves, e aos meus irmãos: Ana Claudia, João Maria e Esmeralda que me reservaram suas mais especiais preces de força e coragem, que me inspira e me dá a certeza de que Deus é bom e está presente na recompensa de meu esforço. A Ciely pelo carinho e atenção.

E principalmente a você minha filha Annarry, você é a razão do meu viver. Que viveu minhas ansiedades, você foi nesse processo o meu equilíbrio e o meu sossego. Te amo mais do que tudo. Tenho certeza que também não foi fácil pra você viver sua adolescência em meio a esse processo. Obrigada por existir em minha vida.

Finalmente, obrigada meu Deus, pela experiência vivida e por me dar saúde, força, sabedoria e principalmente por ter colocado essas pessoas no meu caminho, para eu continuasse a viver intensamente a pesquisa e o trabalho.



**Lutar pela igualdade
sempre que as diferenças
nos discriminem
Lutar pela diferença
sempre que a igualdade
nos descaracterize.**

Boaventura de Souza Santos

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADC	Análise do Discurso Coletivo
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AMUCAN	Associação dos Municípios da Calha Norte
AMUT	Associação dos Municípios da Transamazônica
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFFA's	Centros de Formação por Alternâncias
CEPAL	Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe
CFR	Casa Familiar Rural
CIDAPAR	Companhia Paraense de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará.
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJTTR	Conselho Nacional de Juventude dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CONDRAF	Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOU	Diário Oficial da União

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ED. CAMPO	Educação do Campo
EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FATA	Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FPEC	Fórum Paraense de Educação do Campo
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
GEPEJURSE	Grupo Cultura, Identidade, Juventude, Representações sociais e Educação
GEPERUAZ	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia
GTJR	Grupo Temático de Juventude Rural
GPPJ	Guia de Políticas Públicas de Juventude
GTPPJR	Grupo de Trabalho de Políticas Públicas para a Juventude Rural
GUEAJA	Grupo Universitário de Educação Alfabetização de Jovens e Adultos
IBASE	Instituto Brasileiro de Base Econômica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Educação Superior
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBE	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MBA	Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIJ	Organização Ibero-Americana da Juventude
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG's	Organizações Não Governamentais
PADRS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PAMJ	Programa de Ação Mundial para a Juventude
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEJMOC	Programa Especial de Juventude do Movimento de Organização Comunitária
PFS	Postos Familiar de Saúde
PJNR	Política Nacional para a Juventude Rural
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNJ	Política e do Plano Nacional de Juventude
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PPA	Plano Plurianual

PPP	Projeto Político Pedagógico
PQA	Paradigmas da Questão agrária
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão
PRONAF	Políticas Públicas para a Juventude Rural
REAF	Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul
RS	Representações Sociais
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEDUC	Secretaria de Educação
SEGIB	Secretaria Geral Ibero-Americana
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TRS	Teoria das Representações Sociais
UDB	Unidade Didático-Agroecológica do Nordeste Paraense
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA		
FIGURA 1	TRIANGULARIDADE EPISTEMOLÓGICA DE PARTIDA	50
FIGURA 2	<i>DIMENSÃO DE ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM NOSSA TESE.</i>	55
FIGURA 3	FOTOS DO GRUPO FOCAL DOS JOVENS	68
FIGURA 4	ESTRUTURA DE ANÁLISE DA PRIMEIRA DIMENSÃO	71
FIGURA 5	ESTRUTURA DE ANÁLISE DA SEGUNDA DIMENSÃO	71
FIGURA 6	ESTRUTURA DE ANÁLISE DA TERCEIRA DIMENSÃO	72
FIGURA 7	REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA DOS SOCIOLOGOS SOBRE ESTUDOS DA CATEGORIA JUVENTUDE EM MEADOS DO SÉCULO XX	75
FIGURA 8	CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ALGUNS PESQUISADORES SOBRE A JUVENTUDE	81
FIGURA 9	EIXO CURRICULAR DO PROGRAMA SABERES DA TERRA	133
FIGURA 10	LANÇAMENTO DO PROJOVEM CAMPOS SABERES DA TERRA EM BRAGANÇA	145
FIGURA 11	FOTOS DOS JOVENS RECEBENDO O CARTÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO DO GOVERNO FEDERAL	148
FIGURA 12	CURRÍCULO PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	153
FIGURA 13	JOVENS RECEBENDO OS CADERNOS PEDAGÓGICOS	159

FIGURA 14	OS CADERNOS PEDAGÓGICOS POR EIXO TEMATICO	159
FIGURA 15	CONTEUDOS PEDAGÓGICOS DO PROGRAMA	161
FIGURA 16	FRENTE DE BRAGANÇA	167
FIGURA 17	MAPA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA EM RELAÇÃO A CAPITAL DO PARÁ.	168
FIGURA 18	MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA COLONIA BEJAMIN CONSTANT NO MUNICIPIO DE BRAGANÇA	177
FIGURA 19	LÓGICA ESTRUTURA DE ANÁLISE DA PRIMEIRA DIMENSÃO.	197
FIGURA 20	AUTO APRESENTAÇÃO DOS JOVENS PARTICIPANTES DA PESQUISA	198
FIGURA 21	LÓGICA DE ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	228
FIGURA 22	ATIVIDADES DE RECONSTRUÇÃO DE SABER	275
FIGURA 23	VISITA AO SISTEMA AGROFLORESTAL	277
FIGURA 24	PROJETOS DE INTERVENÇÕES NOS QUINTAIS DAS FAMILIAS	278
FIGURA 25	PROJETO DE AQUICULTURA DESENVOLVIDO NA COMUNIDADE DE SANTO ANTONIO DOS MONTEIROS	280
FIGURA 26	VISITA PEDAGÓGIA E DE CAMPO AO ESPAÇO DA UDB	282

GRÁFICOS

GRÁFICO 1	JOVENS DO PROGRAMA PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA EM RELAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA.	63
GRÁFICO 2	USO DO SOLO EM BRAGANÇA	189

GRÁFICO 3	CLASIFICAÇÃO DOS TIPOS DE LAVOURAS EM BRAGANÇA-PA	190
GRÁFICO 4	PRODUTO INTERNO BRUTO DE BRAGANÇA	191
GRÁFICO 5	TEMPO DE PERMANÊNCIA NA COMUNIDADE	202

QUADROS

QUADRO 1	SOLUÇÕES PARA EXCLUSÃO SOCIAL ORGANIZADA NAS SOCIEDADES GLOBALIZADAS	33
QUADRO 2	DISSERTAÇÕES SOBRE O PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA	36
QUADRO 3	LÓGICA DAS DIMENSÕES DA TEIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS EGRESSOS DO PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA.	53
QUADRO 4	SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	64
QUADRO 5	COMPARAÇÕES ENTRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A JUVENTUDE E OS OBJETIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.	103
QUADRO 6	REORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE DENTRO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO	105
QUADRO 7	EVENTOS ORGANIZADOS POR MOVIMENTOS SOCIAIS DA JUVENTUDE DO CAMPO NO PERÍODO DE 2002 A 2012	106
QUADRO 8	MARCOS DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA ESPECIFICIDADE DA JUVENTUDE NO BRASIL, DE 2005 a 2013	112
QUADRO 9	MARCOS DE RECONHECIMENTO DA ESPECIFICIDADE DA JUVENTUDE DO CAMPO PELO GOVERNO BRASILEIRO –	114

2005/2011

QUADRO 10	EIXOS ESTRUTURANTES DOS OBJETIVOS E METAS DO PLANO NACIONAL COM DESTAQUE PARA A JUVENTUDE DO CAMPO	117
QUADRO 11	PROGRAMAS DESTINADOS AOS JOVENS, NO PERÍODO DE 2005 A 2007	123
QUADRO 12	REORGANIZAÇÃO DO PROJOVEM A PARTIR DE 2008	126
QUADRO 13	OFERTA DA PRIMEIRA VERSÃO DO PROJETO SABERES DA TERRA NO ESTADO DO PARÁ 2005-2007	140
QUADRO 14	CARGA HORÁRIA DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO	154
QUADRO 15	NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE BRAGANÇA ACIMA DE 15 ANOS A 29 ANOS EM BRAGANÇA –PA	193
QUADRO 16	RELAÇÃO DAS ESCOLAS DAS COMUNIDADES E A OFERTA DE ENSINO	204
QUADRO 17	TEMÁTICAS DE ANÁLISE, IDEIAS CENTRAIS E AS ANCORAGENS	230
QUADRO 18	ELOS DA ESTRUTURA ANALÍTICA DAS REPRESENTAÇÕES DOS JOVENS EGRESSOS DO PROGRAMA SABERES DA TERRA SOBRE A SUA CONDIÇÃO JUVENIL DO CAMPO	264

RESUMO

A presente pesquisa investigou o processo de construção das Representações Sociais dos jovens egressos do Programa Saberes da Terra e PROJOVEM Campo – Saberes da Terra, do Município de Bragança-PA, sobre a sua condição juvenil do campo e suas relações com a proposta nacional de inclusão social, implementada em nível local pelo referido Programa. O estudo teve como referencial teórico metodológico as Representações Sociais, desenvolvidas pelo romeno Serge Moscovici (2009), Jodelet (2002), Marková (2003), Nascimento (2014), entre outros, que nos possibilitaram articular a abordagem processual ao campo sociocultural. A partir desse referencial construímos a lógica das dimensões que compõem a teia representacional deste estudo. Para tanto, seguimos os suportes indicativos de Jodelet (2001, 2009), sintetizados nas seguintes formulações: Quem Sabe? O que sabe? e Quais efeitos? e acrescentamos o Para quê?. Estes suportes fomentaram as dimensões e as estruturas de análise presentes neste estudo: 1) **Ser Jovem do Campo no Campesinato Bragantino**; 2) **A Representação Social dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra sobre a sua condição juvenil do campo**; 3) **Resignificações da condição juvenil do campo: análise da proposta de inclusão em nível local**. Os sujeitos participantes da pesquisa foram 10 jovens, o coordenador Programa e os educadores. Para coleta do *corpus* da Pesquisa utilizamos como técnicas: Entrevista em Pauta e o Grupo Focal. Além das dimensões de análise utilizamos, para análise do *corpus* da pesquisa, a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo de Lefevre e Lefevre, para destacarmos as objetivações e ancoragens. Na proposição da hipótese defendemos que o processo de construção das Representações Sociais dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, encontra-se vinculado aos limites da inclusão social, que se constitui na dialética da inclusão-exclusão própria do sistema capitalista. Os resultados revelam mudanças nas Representações dos Jovens que participaram do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra sobre sua condição juvenil do campo, a partir da reconstrução do seu afeto positivo com a terra e com a ressignificação da agricultura familiar. Entretanto, mesmo reconhecendo que essas novas representações se constituíram pela experiência vivenciada no PROJOVEM Campo, na prática elas não se configuram em possibilidades de mudanças estruturais para o desenvolvimento do campo do Município de Bragança.

Palavras chave: Juventude do Campo; Inclusão social; Representações Sociais; Condição Juvenil no campo. PROJOVEM Campo; Educação do Campo

ABSTRACT

This research investigated the construction process of the Social Representations of the Young Ones graduated in the Program “Knowing of the Earth and PROJOVEM Country- Knowings of the Earth”, at the municipality of Bragança-PA, about their juvenile condition in the country and their relations with the national proposition of social inclusion, implemented at local level by the mentioned Program. The study had as theoretic and methodologic referencial the “Social Representations”, developed by the romanian Serge Moscovici (2009), Jodelet (2002), Marková (2003), Nscimento (2014), and others, which makes it possible for us to articulate the processual approach to the sociocultural country. With this referencial we built the logic of dimensions that compose the representative scaffold of this study. In order to accomplish this, we followed the indicative support of Jodelet (2001, 2009), synthesized in the following formulations: 'Who knows?', 'What is known?' and 'What effects?', and added the 'What for?'. These supports nurtured the dimensions and structures of analysis present in this study: **1) Being a Young One of the country in Bragança's country; 2) The Social Representation of the Young Ones graduated in the Program “PROJOVEM Country- Knowings of the Earth” about their juvenile condition in the country; 3) Re-significations of the juvenile condition in the country: analysis of the inclusion proposition at local level.** The participants of the research were 10 young ones, the Program Coordinator and the educators. In order to collect the *corpus* of the research, we utilize as methods: Listed Interviewing and the Focal Group. Apart from the analysis dimensions, we used for the analysis of the *corpus* of the research the technique of “Discourse of the Collective Individual” of Lefevre and Lefevre, for highlighting of objetivations and anchoring. In the hypothesis proposition we defend that the construction process of the Social Representations of the Young Ones graduated in the Program “PROJOVEM Country- Knowings of the Earth” is linked to the social inclusion limits, which constitutes the dialectics of inclusion-exclusion, inherent to the capitalist system. The results reveal changes in the Young Ones' Representations regarding its juvenile condition in the country, thanks to their experiences in the mentioned Program. However, even recognizing that these new representations were constituted by their experienced in the PROJOVEM Country, in practice the changes in juvenile condition do not configurate as possibilities of change for the development of the country in the Bragança municipality.

Keywords: Young One in the Country; Social Inclusion; Social Representations; Juvenile Condition.

RESUMEN

La presente pesquisa investigó el proceso de construcción de las Representaciones Sociales de los jóvenes egresos del Programa Saberes de la Tierra y PROJOVEM Campo – Saberes de la Tierra, del Municipio de Bragança-Pa, sobre su condición juvenil del campo y sus relaciones con la propuesta nacional de inclusión social, implementada en nivel local por el referido Programa. El estudio tuvo como referencial teórico metodológico las Representaciones Sociales, desarrolladas por el rumano Serge Moscovici (2009), Jodelet (2002), Marková (2003), Nascimento (2014), entre otros, que nos posibilitaron articular el abordaje procesual al campo sociocultural. A partir de ese referencial construimos la lógica de las dimensiones que componen la red representacional de este estudio. Para tanto, seguimos los soportes indicativos de Jodelet (2001, 2009), sintetizados en las siguientes formulaciones: Quien sabe? Qué es lo que sabe? y Cuales los efectos? y añadimos el Para qué?. Estos soportes fomentaron las dimensiones y las estructuras de análisis presentes en este estudio: **1) Ser Joven del Campo en el Campesinado Bragantino; 2) La Representación Social de los jóvenes egresos del Programa PROJOVEM Campo Saberes de la Tierra sobre su condición juvenil del campo; 3) Resignificaciones de la condición juvenil del campo: análisis de la propuesta de inclusión en nivel local.** Los sujetos participantes de la pesquisa fueron 10 jóvenes, el coordinador del Programa y los educadores. Para coleta del *corpus* de la Pesquisa utilizamos como técnicas: Entrevista en Pauta y el Grupo Focal. Además de las dimensiones de análisis utilizamos, para análisis del *corpus* de la pesquisa, la técnica del Discurso del Sujeto Colectivo de Lefevre y Lefevre, para destacar las objetivaciones y anclajes. En la proposición de la hipótesis defendemos que el proceso de construcción de las Representaciones Sociales de los jóvenes egresos del Programa PROJOVEM Campo Saberes de la Tierra, se encuentra vinculado a los límites de la inclusión social, que se constituye en la dialéctica de la inclusión-exclusión propia del sistema capitalista. Los resultados revelan que hay cambios en las Representaciones de los Jóvenes sobre su condición juvenil del campo, a partir de su vivencia en el referente Programa. Aunque reconociendo que esas nuevas representaciones se constituyeron por la experiencia vivida en el PROJOVEM Campo, en la práctica las mudanzas de la condición juvenil no se configuran en posibilidades de cambios estructurales para el desarrollo del campo en el Municipio de Bragança.

Palabras claves: Joven del Campo; Inclusión social; Representaciones Sociales; Condición Juvenil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	22
1.1 O ENCONTRO COM A TEMÁTICA DE PESQUISA	23
1.2 ENCONTRO COM O PROBLEMA DE PESQUISA NA CONSTRUÇÃO DO ESTUDO	36
1.3 OS FIOS QUE ENTRELAÇAM O PROBLEMA DE PESQUISA COM O CAMPO TEÓRICO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	46
2. ABRINDO NOVAS VEREDAS: O PERCURSO METODOLÓGICO	58
2.1 - AS TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS	64
2.1.1- ENTREVISTAS POR PAUTA	65
2.1.2- GRUPO FOCAL	66
2.2- TÉCNICAS DE ANÁLISES	69
3 JUVENTUDES: PROCESSOS DE REPRESENTAÇÕES E A CONDIÇÃO JUVENIL DO CAMPO	73
3.1 JUVENTUDE UMA CATEGORIA HISTÓRICA E SOCIAL	74
3.2 CONDIÇÕES E SITUAÇÕES JUVENIS NO CAMPO: ABORDAGENS SOBRE A JUVENTUDE NO CAMPO	86
3.3 OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO CONCEITO DE CAMPO NA CONFIGURAÇÃO DA CONDIÇÃO JUVENIL DO CAMPO	88
3.4 A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL DA JUVENTUDE DO CAMPO	100
3.5 A RECONFIGURAÇÃO DA CONDIÇÃO JUVENIL NO CAMPO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	104
4- O PROGRAMA PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA: UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL	122
4.1 O CENÁRIO DE ORIGEM DO PROGRAMA: PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA	123
4.2 CENÁRIO E ORIGEM DO PROJOVEM CAMPO NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	138
4.2.1 DO ACESSO E PERMANÊNCIA	145
4.2.2 A PROPOSTA PEDAGÓGICA: CURRÍCULO EM MOVIMENTO	150
4.2.3 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	161
5- ELOS DA TEIA REPRESENTACIONAL: DIMENSÕES DE ANÁLISE	164

5. 1- SER JOVEM DO CAMPO NO CAMPESINATO BRAGANTINO	166
5.1.1 O PRIMEIRO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO HISTÓRIA DOS SUJEITOS SOCIAIS DO CAMPO EM BRAGANÇA	171
A) OS SUJEITOS DO CAMPO NO PERÍODO DA COLONIZAÇÃO	172
B) OS SUJEITOS DO CAMPO NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO MODERNIZADOR DA AGRICULTURA	176
C) ENTRE A UNIDADE E A DIVERSIDADE DOS SUJEITOS DO CAMPO EM BRAGANÇA	182
5.1.2 O SEGUNDO CAMINHO: JOVENS DO CAMPO E A CONDIÇÃO JUVENIL DO CAMPESINATO BRAGANTINO	195
A) COMO OS JOVENS SE DEFINEM	198
B) ONDE VIVEM ESSES JOVENS	200
C) COMO VIVEM: O LUGAR DO JOVEM NA DINÂMICA SOCIAL E DE TRABALHO NO CAMPO	206
D) O LUGAR DOS JOVENS NA ESCOLA	220
E) O LUGAR DO JOVEM NA DINÂMICA SOCIAL E CULTURAL DO CAMPO	222
5.2 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS JOVENS EGRESSOS DO PROGRAMA PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA SOBRE A CONDIÇÃO JUVENIL DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	226
TEMÁTICA 1 -RELAÇÃO COM A TERRA	232
TEMÁTICA 2 –TRABALHO	245
TEMÁTICA 3 - ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	249
TEMÁTICA 4 - LAZER	251
TEMÁTICA 5 – ESCOLA	253
5.3 RESIGNIFICAÇÕES DA CONDIÇÃO JUVENIL DO CAMPO EM BRAGANÇA E A PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL DO PROJOVEM CAMPO JUVENTUDE COMO TRANSFORMADORA DA REALIDADE DO CAMPO	263
A) JUVENTUDE COMO TRANSFORMADORA DA REALIDADE DO CAMPO	266
B) A ÊNFASE DA FORMAÇÃO AGRÍCOLA	272
C) A PERSPECTIVA DO TRABALHO NÃO AGRÍCOLA	287
6- CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSAS: ALGUMAS	294

REFLEXÕES	
REFERÊNCIAS	301
APÊNDICES	322
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	

INTRODUÇÃO

Traduzir-se

**Uma parte de mim
é todo mundo:
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.**

**uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.**

**Uma parte de mim
pesa, pondera:
outra parte
delira.**

**Uma parte de mim
é permanente:
outra parte
se sabe de repente.**

**Uma parte de mim
é só vertigem:
outra parte,
linguagem.**

**Traduzir-se uma parte
na outra parte
- que é uma questão
de vida ou morte -
será arte?**

Ferreira Gullar

Traduzir as maneiras de viver, de produzir a existência material e simbólica da juventude, em diferentes contextos, é tema de interesse da Psicologia, da Sociologia, da Antropologia, da Educação e de outras áreas do conhecimento, em virtude da atenção dirigida a esta categoria, por parte de instituições governamentais e não governamentais.

O nosso desafio aqui é enveredar neste campo temático, a partir das Representações Sociais de jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra do Município de Bragança, sobre a condição juvenil e suas relações com a proposta de Inclusão social da juventude do campo, implementada em nível local pelo referido Programa.

Entendemos que definir um problema de pesquisa não é tarefa fácil. A natureza histórica de nossas atividades demarca o nível de consciência que podemos construir acerca do mundo que nos rodeia, a fim de problematizá-lo. Desta forma compreendemos que um problema de pesquisa se constrói a partir das produções sociais, culturais e acadêmicas, que estão diretamente vinculadas às circunstâncias históricas, políticas, sociais e culturais, que circunscrevem o cotidiano de quem o produziu e que sua profundidade requer, deste sujeito pesquisador, o exercício da curiosidade epistemológica.

Assim, nesta seção temos o objetivo de apresentar o movimento do encontro com a temática da pesquisa, o exercício de reflexão que nos levou ao problema, à construção da hipótese, dos objetivos e do referencial teórico metodológico.

1.1 - O ENCONTRO COM A TEMÁTICA DA PESQUISA

Em toda construção deste estudo, desde a escolha da temática, passando pela elaboração do problema, realizamos um movimento contínuo de encontros e desencontros com os debates teóricos e com o campo de conhecimento eleito. Assim, mergulhadas nesta polifonia podemos dizer que no processo de construção desse estudo, como nos diz Gullar “[...] uma parte de mim é multidão, outra parte é estranheza e solidão [...]”.

Nesta seção objetivamos apresentar a trajetória de construção, a partir das produções sociais, culturais e acadêmicas que circunscreveram o nosso cotidiano e que despertaram nossa curiosidade epistemológica, num intenso processo, que em alguns momentos era repleto de sujeitos em suas distintas vozes e, em outros, momentos de exercício solitário de reflexão e escrita.

Na trajetória na qual tecemos a nossa formação como professora do Campus Universitário de Bragança-UFPA, desde 1997, no exercício do ensino, pesquisa e extensão nos campos de conhecimentos da Psicologia da Educação, na Educação de Jovens e Adultos e na Educação do Campo, fomos constantemente desafiadas a articular estas áreas de conhecimentos. Tal desafio nos mobilizou a reconhecer que entre essas áreas há um campo teórico e prático a ser (re)criado.

Por meio de nossa experiência docente universitária ampliamos as questões, construímos conhecimentos, buscamos práticas e referenciais que envolvem esse desafio. Inserimo-nos em redes de pesquisa e participamos de Grupos, como GUEAJA¹, GEPERUAZ², GERPJURSE³, que nos permitiram os diálogos com sujeitos e experiências diversificadas como pesquisadora.

Neste processo formativo ingressamos, em 2005, no Mestrado em Educação, na Linha de Currículo e Formação de Professores, onde tivemos a oportunidade de aprofundar estudos e articular essas áreas de conhecimento. Assim, sob a orientação da Dr^a. Ivany Pinto Nascimento, defendemos a dissertação **“Projetos vividos, representações construídas: as Representações Sociais que mulheres e homens do assentamento CIDAPAR possuem sobre os saberes que buscam na escola para os seus projetos de vida”**, no intuito de compreender os sentidos e aprofundar ainda mais o debate de quem são os sujeitos do campo e os seus desejos, em relação à Educação para os seus projetos de vida de serem assentados.

¹ As atividades de ensino, pesquisa e extensão do Grupo Universitário de Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos-GUEAJA, juntamente com um pequeno grupo de professores e estudantes dos cursos de Pedagogia e Letras, tornaram-se espaços/tempos de vivências e experiências na alfabetização de adultos e na formação de professores (EJA e do Campo), enfim, um espaço propiciador da profusão de cenários, onde as histórias da Educação de Jovens e Adultos- EJA foram entrelaçadas pelo protagonismo de diferentes atores, com as histórias da educação do/no campo, no campus de Bragança e na Universidade Federal do Pará. Isso significa dizer que tanto o debate da EJA, quanto o da Educação do Campo, passou a ocupar um lugar na universidade, que envolveu não apenas os docentes pesquisadores ou os alunos dos cursos de formação de professores, mas também diferentes sujeitos produzindo conhecimentos sobre esta realidade educacional, nos diferentes intersetores ou em suas perspectivas geracionais e a construção do Centro de Memória da Educação de Jovens e Adultos na Região Amazônica.

² O Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia - GEPERUAZ pertence ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará e objetiva realizar estudos e produzir conhecimentos sobre a realidade da Educação Básica e Superior das populações da Amazônia - ribeirinhas, assentadas, indígenas, quilombolas, extrativistas e outras. Neste grupo tenho contribuído como pesquisadora do Observatório Superior da Educação do Campo e no Centro de Documentação e Memória de EJA na região Amazônica.

³ O Grupo Cultura, Identidade, Juventude, Representações Sociais e Educação - GEPEJURSE foi criado no ano de 2006, com o objetivo de realizar estudos que possibilitem avanços nas discussões e compreensões sobre a interação da cultura, do ponto de vista de suas variáveis e seus impactos, e a constituição da identidade de grupos juvenis, sua dinâmica e protagonismo, além do desenvolvimento de estudos sobre a afetividade, a violência, a inclusão e a sexualidade e sua interface com os contextos educacionais. Para tanto, a Teoria das Representações Sociais e a Psicanálise funcionam como aportes teórico-metodológicos, para compreender a dimensão psicossocial destas interações e das práticas educativas inerentes desses processos manifestos e latentes. Neste grupo tenho participado das pesquisas sobre o referencial teórico metodológico das Representações Sociais e pesquisas sobre Representações Sociais dos docentes, sobre a identidade docente e sobre a juventude amazônica.

Na articulação dos campos teóricos, o desafio foi fazer o estudo do Mestrado à luz do referencial teórico-metodológico das Representações Sociais, numa abordagem qualitativa processual, subsidiada pelos teóricos Moscovici (1978) e Jodelet (1998, 2001), e pela análise do discurso proposto por Lefevre (2005), para o campo das Representações Sociais. Cabe ressaltar que esses referenciais muito contribuíram para que pudéssemos ampliar nosso olhar e desenvolver uma prática pedagógica que considerasse as diferenças e as especificidades dos sujeitos da EJA no campo, para a construção dos currículos.

O eixo central das análises sobre as Representações Sociais dos homens e mulheres assentados e estudantes do Programa de Alfabetização em áreas de reforma agrária, sobre o saber que buscam na escola para o seu projeto de vida, apresentou na rede de significações construída pelos homens e mulheres assentados, a representação da Escola como espaço onde poucos têm acesso. Essas representações geram atitudes mobilizadoras em direção à construção de uma escola - espaço de resistência ancorada no significado do **saber escolar**, como um instrumento capaz de auxiliar esses sujeitos, na conquista de seu pertencimento na vida social.

A partir dos resultados desta pesquisa percebemos que a luta pelo pertencimento dos sujeitos do campo à terra configurava-se como elemento demarcador de sua condição camponesa. Entretanto, na dinâmica de vida dos sujeitos do campo, o jovem não tinha visibilidade no processo de luta e pertencimento ao campo.

Essa percepção, que identificamos como primeiro desencontro com a juventude do campo, ficou mais evidente tanto na nossa incursão de militante da educação do campo, quanto na literatura da área, na medida em que destacávamos: 1) que a juventude do campo era/é vista de forma universal, tanto em relação à juventude urbana quanto em relação aos próprios sujeitos sociais do campo; 2) que a juventude do campo era/é o grupo social mais vulnerável da sociedade brasileira, atingida pela fragilidade do sistema educacional; 3) que as transformações no campo ampliavam os conflitos e tensões do lugar do jovem do campo.

É interessante ressaltar que foi esse movimento de desencontro, entre a educação do campo e a juventude camponesa, que despertou nossa curiosidade sobre o lugar e o papel do jovem do campo em suas dinâmicas sociais na realidade amazônica, para compreendermos quais são as marcas das condições juvenis dos jovens em nossa região.

Desta forma, na elaboração do projeto para seleção do doutorado, optamos em firmar nossa incursão na juventude do campo, já que os desencontros percebidos após o mestrado nos colocavam diante de um conjunto de inquietações sobre a condição juvenil do campo.

Depois de aprovada no doutorado em Educação, ainda na Linha de Currículo e Formação de Professores e posteriormente na Linha Educação Cultura e Sociedade⁴, envolvemo-nos numa gama de atividades e discussões referentes à juventude e à juventude do campo.

Assim, no movimento para encontrar a temática da investigação deste estudo, realizamos o estado da arte sobre juventude do campo, que contemplou a análise das Teses e Dissertações cadastradas no Banco de Teses da CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, referente ao período correspondente a 2005-2012. Esse estudo teve o intuito de ampliar o mapeamento das produções sobre a juventude rural⁵ realizado por Weisheimer (2005)⁶, do período de 1990-2004, no Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Os resultados desse movimento assinalaram os seguintes aspectos:

⁴ Essa mudança se deu em decorrência do desmembramento da própria linha.

⁵ Nomenclatura utilizada por Weisheimer 2005.

⁶ Cabe destacar que o diagnóstico realizado por Weisheimer (2005) identificou um pequeno campo de produção sobre a juventude rural no espaço acadêmico brasileiro, com (2) duas teses de doutorado, (3) três livros, (18) dezoito dissertações e (27) vinte e sete artigos publicados em periódicos ou anais de congressos científicos.

- 1) O conceito Juventude Rural, muito mais que Juventude do Campo, tem despertado o interesse de pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento: Ciências Agrárias, Ciência Social Aplicada, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Ciências da Saúde. Entretanto, na área da Educação há uma maior incidência de pesquisas utilizando o conceito Juventude do Campo;
- 2) As pesquisas sobre as juventudes do campo apresentam uma forte dimensão interdisciplinar, que permite aos pesquisadores a compreensão das inter-relações das Juventudes entre Estado, economia, política, sociedade e desenvolvimento. Desta forma, as subáreas do conhecimento, a saber: Desenvolvimento; Agricultura e Sociedade; Desenvolvimento local, regional, rural; Sociologia Rural; Antropologia Rural; Educação; Políticas Públicas; História Social e Psicologia, entre outras, com interesses comuns no debate sobre a juventude do campo, com objetivo de contribuir para os avanços no campo da produção de conhecimento sobre essa categoria;
- 3) Do ponto de vista conceitual as Teses e Dissertações, produzidas no período de 2005 a 2012, trazem para o conhecimento sistematizado da categoria juventude do campo as maneiras de viver, de produzir a existência material e simbólica de jovens em seus territórios, por meio de 04 (quatro) fenômenos investigados: 1) Identidades e Ação Coletiva; 2) Inclusão Social; 3) Reprodução Social e Processo Sucessório na Agricultura Familiar e 4) Educação.

No exercício do aprofundamento da temática identificamos que as Teses que analisaram o primeiro fenômeno destacado - **Identidades e Ações Coletivas**, são subsidiadas em teóricos como Mendras (1978), Bourdieu (1983), Pais (1990), Peralva (1997), Spósito(1997), Abramoway (1998), Dayrell (1999), Wanderley (2000), Novaes (2007), Weisheimer (2005), Abramo (2005) e Moreira (2008). Algumas dessas Teses sustentam seus argumentos a partir das histórias e/ou trajetória de vida dos jovens, no intuito de construir os sentidos e significados das representações e/ou das percepções que os jovens do campo possuem, sobre

determinados fatos/vivências/experiências construídas em suas relações sociais dinâmicas. Outras Teses analisam as dinâmicas do campo e como elas interferem na reconfiguração identitária dos jovens, tanto em relação aos mais velhos, quanto, e principalmente, em relação à própria configuração dos modos de ser e produzir nas unidades de produção familiar desses jovens.

Os autores que analisaram esse fenômeno buscaram um diálogo entre as categorias sociológicas e psicológicas e defenderam a ideia de que os conceitos destas áreas de conhecimento não se excluem, mas dialogam e se complementam, dando ao referencial teórico a ênfase interdisciplinar destacada a partir do resultado desse estudo, no movimento de mapear as produções.

Nessas Teses a identidade não é concebida na perspectiva do indivíduo em oposição ao coletivo. Há um consenso no uso de referenciais teóricos, que permitem aos pesquisadores discutirem as identidades e ações coletivas das juventudes do campo. Neste sentido, a identidade tem um caráter ao mesmo tempo individual e coletivo, interligada a um determinado contexto e a um determinado tempo. Isto não nega espaço às particularidades da história pessoal de cada um, mas enfatiza a história social que a constitui (HABERMAS, 1987). Assim, a ação coletiva constrói o perfil da identidade ao mesmo tempo em que age sobre ela, na direção de incrementá-la ou mesmo modificá-la, como descreve Sousa Santos:

[...] as diferentes formas de resistência, mobilização e subjetividade são tratadas enquanto lutas emancipatórias, que engendram a ampliação de círculos de reciprocidade num campo de tensões entre igualdade e diferença, entre a exigência de reconhecimento e o imperativo da redistribuição. (SOUSA SANTOS, 2003, p.61).

No campo de estudo do fenômeno das identidades das juventudes do campo, a cidadania é abordada a partir do processo de constituição de identidades coletivas de assentados da reforma agrária e da luta pelo direito a ter direitos (ALVES, 2006).

Como analisam Moreira (2012) e Castro (2009), os territórios rurais e as identidades do campo são considerados como parte constitutiva das lutas pela

independência colonial das nações latino-americanas, portanto, da modernidade burguesa e das globalizações contemporâneas.

No estudo do fenômeno da identidade diagnosticamos uma única dissertação - Lima (2010), que articula a identidade aos estudos sobre gênero⁷, a partir da reconfiguração identitária do jovem do campo à perspectiva da pluralidade. Esta articulação apresenta para a discussão o debate do masculino e do feminino, a correlação das condições de classe e etnia, na qual afloram potencialidades e diferenças que realçam, com nitidez, identidades e oposições, o que possibilita um caminho diferente para estudar as juventudes do campo.

Destacamos que os demais estudos apresentam como resultado a articulação do fenômeno identidade com as concepções de desenvolvimento do campo. Entretanto, alguns destes estudos fazem a correlação da identidade para além da agricultura, ou seja, os autores defendem a tese de que o campo não se reduz à agricultura. Nesta perspectiva os futuros agricultores familiares são cada vez mais pluriativos, suas rendas dependerão da agricultura, mas também de outras atividades. Quanto mais os jovens estiverem preparados para essas outras atividades - entre as quais se destacam aquelas voltadas à valorização da própria biodiversidade existente no campo - maiores serão suas chances de realização pessoal e profissional, visto que, no campo, não vivem apenas agricultores.

Os autores, ao estudarem as Juventudes do campo na relação com as **Reproduções Sociais, Processos Sucessórios na Agricultura familiar** - segundo fenômeno destacado no nosso levantamento das Teses e Dissertações -, propuseram-se a analisar as relações que ocorrem ou interferem na reprodução dos meios de existência dos pequenos agricultores. De acordo com Brumer (2007), podemos dizer que o conceito de reprodução utilizado pelos autores dessas Teses e Dissertações, assinala preocupações e análises na forma pelas quais se dá a continuidade de estruturas, grupos, práticas e instituições sociais desses sujeitos.

⁷ Dissertação produzida por Aline Galvão Lima na Universidade Federal de São João Del-Rei em 2010 no Programa Práticas sócio educativas com o título ESCOLARIZAÇÃO: GÊNERO E PROJETOS DE VIDA: O DISCURSO DE JOVENS MULHERES RURAIS sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Henrique de Souza Gerken e co-orientada pela Prof^a. Dra. Marília Novais da Mata Machado.

Estas pesquisas inserem ao debate das juventudes do campo nas análises, conflitos e contradições presentes no Paradigma do Capitalismo Agrário – PCA ou nos Paradigmas da Questão Agrária – PQA. Nestes estudos o PCA defende a visão de que a sobrevivência do camponês consiste na sua inserção no mercado e racionalidade de sua produção. Já PQA entende que a luta pela terra e pela reforma agrária privilegia a recriação camponesa. O camponês é aquele que luta tanto pela terra quanto pela sua permanência nela.

Subsidiados por estas concepções - as Teses e Dissertações - os pesquisadores centralizam suas análises nos conflitos e contradições das políticas desenvolvidas no campo. Nestas abordagens, o sentido impresso ao conceito de reprodução social envolve, de um lado, as dimensões da produção de bens materiais e, de outro, a organização social dessas produções por meio do trabalho. O foco destas pesquisas direciona-se para as formas como os sujeitos jovens do campo experimentam as mudanças, em termos da ocupação de sua força de trabalho; como assimilam e/ou se relacionam com o progresso técnico; ou, ainda, como assumem o papel de protagonistas de sua própria história, na perspectiva da realização de seus projetos de vida.

Nestas Teses e Dissertações, as construções conceituais de espaço (LEFREVE, 1991) e de território (SANTOS, 1996; 2000) são utilizadas como referência para análise da realidade do campo brasileiro, formada pelo conflito entre os diferentes territórios e classes sociais, que ocupam o campo como espaço de vida e de produção de mercadorias.

Assim os autores analisam a política de reforma agrária (família nuclear e de propriedade privada individual), em relação: às formas de reprodução sócio-espacial realizada pelos grupos juvenis; à participação dos jovens nas políticas de financiamento para a agricultura e produção na unidade familiar; além das representações do papel da juventude na dinâmica econômica, política e social e nos processos sucessórios do campo.

Enfim, subsidiados por teóricos como Bourdieu (1983), Willis (1991), May (2003), Mézaros (2005) e Carneiro (2005) entre outros, os autores das Teses e

Dissertações que estudam o fenômeno das reproduções sociais, analisam a juventude a partir da unidade produtiva familiar do pequeno agricultor. Para tanto, consideram a formulação e implementação de políticas públicas para a juventude do campo, quanto à compreensão das demandas, dinâmicas e possibilidades dos projetos de vida destes jovens, nos processos sucessórios e de protagonismo.

Já no terceiro fenômeno de estudo intitulado **Educação** os autores Serra Freire (2009), Nogueira (2009), Santos (2006), Estevam (2009), Pacheco (2010), Batistela (2011), Lucas (2008) e Dansa (2008) apresentaram textos que defendem a relação existente entre os processos de escolarização, a construção do projeto de vida da juventude do campo e o papel da educação no desenvolvimento da produção na unidade familiar, numa perspectiva da conquista e garantia dos direitos.

São Teses e Dissertações que trazem para o debate teórico os desafios/impasses do processo de escolarização dos jovens do campo, em relação ao seu projeto de vida e a sua relação com as dinâmicas históricas, sociais, culturais e produzidas nesses territórios, revelando, assim, tensões existentes no *continuum* rural urbano e o campo como espaço de produção de conhecimentos, como analisa Fernandes (2005):

[...] as pesquisas em Educação do Campo são processos de construção de conhecimentos (territórios imateriais) que procuram contribuir com o desenvolvimento dos territórios materiais – campo como espaço de vida. As pesquisas a respeito do campo brasileiro, nas grandes áreas do conhecimento estão sendo desenvolvidas a partir de dois paradigmas: Paradigma da Questão Agrária – PQA; Paradigma do Capitalismo Agrário – PCA (p. 9)

Assim, a Educação do Campo é relacionada aos princípios da questão agrária, vinculada aos movimentos sociais e à autonomia do campo. Já a Educação Rural vem sendo construída por diferentes instituições, a partir dos princípios do Capitalismo Agrário que, ao contrário da Educação do Campo, identifica os sujeitos do campo como subalternos aos interesses do capital.

Ao vincular o fenômeno educativo na perspectiva da educação do campo há uma ênfase nas abordagens metodológicas, que permitem analisar os processos

educativos a saber: Saberes da Terra (SERRA FREIRE, 2009); Escolas Técnicas Rurais (NOGUEIRA, 2009); Práticas Educativas das Casas Familiares Rural/Pedagogia da Alternância (SANTOS, 2006), (ESTEVAM, 2009), (PACHECO, 2010) e (BATISTELA, 2011); Projeto de formação Integral (LUCAS, 2008); Concepção de Educação do Campo (DANSA, 2008), quanto à pertinência; capacidade de se constituírem em práticas propulsoras de inovações; à articulação do saber-fazer dos jovens do campo; ao reconhecimento dos jovens como sujeitos sociopolíticos e capazes de construir alternativas de sucessão no campo; quanto aos vínculos dos processos de escolarização com a qualificação profissional desses jovens, por meio da avaliação da efetividade dos programas/práticas educativas/concepções e das formas de ensino.

Nos estudos do quarto fenômeno identificado - ***Inclusão Social*** há uma unanimidade dos autores, ao defenderem a ideia de que o debate desta categoria só existe em função da sociedade excludente.

As nove dissertações identificadas, que analisaram os processos de exclusão social da juventude do campo na sociedade brasileira, recorreram a autores como Sawaia (1999) e Abromovay (2003) com a finalidade de identificar: a) as rupturas dos laços sociais das juventudes do campo a partir dos processos de êxodo rural; b) As inserções precárias e c) a exclusão social como ausência de cidadania. Esta última aparece nos textos como complemento às duas primeiras concepções.

Do ponto de vista conceitual, as Dissertações sobre a inclusão da juventude do campo analisam que a sociedade globalizada apresenta soluções para os problemas sociais da exclusão, pautadas em ações que pouco ou nada modificam as estruturas macrossociais excludentes. Nesta perspectiva, Leal (2004) sintetiza em seus estudos, duas concepções e atitudes que são socialmente geradas para resolver o problema da exclusão social, conforme demonstramos no quadro 1 a seguir:

QUADRO 1 - SOLUÇÕES PARA EXCLUSÃO SOCIAL ORGANIZADA NAS SOCIEDADES GLOBALIZADAS

CONCEPÇÃO DE EXCLUSÃO	CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO	ATITUDES QUE EXPRESSAM A IDEIA DE INCLUSÃO SOCIAL
Ausência da cidadania e do direito	Concessão dos direitos legais	• Capacitação dos indivíduos, grupos e comunidades para uma condição considerada ideal; • Prega a igualdade de oportunidades, para que a ascensão social seja pautada no esforço e capacidades individuais de cada sujeito;
Decorre das contradições da sociedade globalizada	• Dialética da exclusão/inclusão • A inclusão se constitui nas negociações de sentidos e choque de interesses	• Implantação de movimentos ou projetos que lutem contra as irregularidades sociais; • Prega os conflitos sociais e as disputas de poder. • Processo de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando como estratégia sutil de regulações das relações de poder, quer como resistência, quer como dominação.

FONTE: SÍNTESE ELABORADA PELA AUTORA DESTE ESTUDO A PARTIR SAWAIA (1999), LEAL (2004).

É interessante destacar que os autores dessa categoria concordam que a exclusão é uma injustiça social. Entretanto, destacam que a forma como a sociedade e os grupos sociais representam a sua origem geram atitudes sociais diferenciadas, para lidar com os processos de exclusão social, como vimos no quadro acima.

Assim, para autores como Fernandes (2003, 2004), a inclusão da juventude do campo se constitui como *inclusão-excludente*. O argumento é de que o movimento de inclusão contribui para reafirmar a exclusão, ou seja, na medida em que o desenvolvimento do campo, numa perspectiva capitalista, reforça a condição desigual entre os indivíduos, apresenta como uma ação caritativa em benevolência a grupos minoritários.

Entretanto, pensar a inclusão a partir dos processos de negociação significa, como nos diz Arroyo (2003), compreender que os processos de humanização construídos pelos movimentos sociais ocorrem na medida em que os sujeitos do processo aproximam o problema a partir de interrogações que estão em sua origem:

[...] os sujeitos em movimento repõem as grandes interrogações que alimentaram a teoria da formação humana. Eles trazem a escola e as diversas experiências de educação não formal ao cerne do educativo: aos sujeitos sociais e seus dramáticos processos de

produção-formação humana. Reeducam as teorias pedagógicas, as humanizam ou as aproximam nas grandes interrogações que estão em sua origem. Pedagogia como acompanhamento das possibilidades de sermos humanos, de realização do humano possível que há na infância e em cada ser humano. (ARROYO,2003, p.9)

Na citação acima podemos dizer que os sujeitos, ao problematizarem a sua condição humana se afirmam como sujeitos de decisão, ou seja, na medida em que os jovens se veem excluídos reivindicam por sua inclusão. Dito de outra forma é no conflito dialético entre a exclusão e inclusão que os jovens interrogam-se sobre as possibilidades e limites da condição juvenil no campo.

Enfim, mesmo reconhecendo que a produção acadêmica ainda é pequena, a partir da (re)leitura das Teses e Dissertações que tiveram como foco de seus estudos as **Juventudes do campo/juventude camponesa**, podemos inferir que as representações predominantes nas últimas produções foram ancoradas no sentido e significado de que os **jovens do campo passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos**: a) Sujeitos com construções identitárias específicas, diferente de outros jovens, por conta de sua condição juvenil diferenciada, marcada pelo seu território; b) Sujeitos que conquistaram o direito de ser reconhecidos nas políticas públicas para o financiamento ao crédito e para a educação; c) Sujeitos coletivos cujos problemas que enfrentam são, antes de tudo, problemas enfrentados pela pequena produção familiar, em suas múltiplas formas de reprodução, condições de vida e produção de cultura; d) Sujeitos vistos como uma categoria-chave para a reprodução social do campo; e e) Sujeitos que, ao se colocarem frente aos conflitos e tensões de exclusão/inclusão, afirmam-se como sujeitos de decisão.

Assim, a partir da síntese que apresentamos, podemos dizer que a leitura contínua das Teses e Dissertações nos colocou diante da certeza de que a juventude do campo não pode ser analisada sob as mesmas lentes que utilizamos para as juventudes urbanas. Caso contrário, ampliam-se as condições de exclusão social. Imersos nos cenários de exclusão e nos processos históricos e sociais de transformação do campo, o reconhecimento do jovem do campo enquanto sujeito histórico e social, gerou a necessidade da inclusão social, a partir de um jogo de

interesses e disputas de concepções sobre o próprio campo e sobre a os sentidos e significados que envolvem as construções das propostas de inclusão.

Neste sentido o cenário de implementação da proposta da inclusão social, em nível local, foi considerado como um dos motivadores da investigação dos processos de construção das Representações Sociais dos jovens do Município de Bragança sobre as condições juvenis do campo, na perspectiva de avançar no que a maioria das pesquisas apresentava como resultado: que sobre as condições de vulnerabilidade da existência da juventude camponesa os jovens se firmavam como sujeitos de decisão, ou seja, sujeitos que deveriam ser incluídos socialmente. Dito de outra forma nosso interesse se voltava não para o problema da exclusão social, mas para os processos psicossociais construídos nas tentativas de inclusão social da juventude do campo.

Enfim, os estudos e as vivências como professora, pesquisadora e integrante de grupos que estudam a juventude do campo, nos colocaram diante da dialética da inclusão/exclusão social, mais especificamente aos processos psicossociais dos jovens do campo na materialidade desse confronto, ou seja, no movimento no qual os jovens se interrogam sobre as possibilidades e limites de serem do campo.

Assim, os significados construídos pelos jovens sobre a condição juvenil em sua relação com o campo, a partir da vivência da materialização da proposta nacional de inclusão social da juventude, implementada no Município de Bragança, podem se constituir em trilhas para compreendermos as possibilidades e limites de ser jovem do campo na Amazônia Paraense.

Expostos esses elementos compreendemos que a pesquisa proposta no estudo de nossa Tese assume relevância acadêmica e social, na medida em que possibilitará uma melhor compreensão sobre as juventudes do campo, ao relacionar a realidade da juventude do Município de Bragança ao debate nacional da inclusão social da juventude do campo e as implicações das (re)configurações das juventudes na Amazônia.

1.2 - O ENCONTRO COM O PROBLEMA DE PESQUISA NA CONSTRUÇÃO DO ESTUDO

No encontro com a temática da pesquisa – **Juventude e Inclusão Social: representações sobre a condição juvenil do campo** -, desafiarmo-nos a enveredar pela temática juventude, no sentido de trazer à tona os processos psicossociais de jovens do campo do Município de Bragança, sobre a condição juvenil do campo em relação à proposta de Inclusão Social para este segmento, implementada pelo Governo Brasileiro, por meio do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra.

O diagnóstico no Banco de Teses e Dissertações na CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD sobre PROJOVEM Campo Saberes da Terra nos revelaram um número limitado de produções, apenas 4 (quatro) Dissertações, o que indica ser este um fenômeno de estudo recente, com resultados apresentados apenas dos anos de 2011 e 2012, conforme quadro abaixo:

QUADRO 2 – DISSERTAÇÕES SOBRE O PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA

AUTORAS	TEMAS	PROGRAMA	ANO
Maria dos Passos Viana Bottega	Jovens quilombolas e ocupações não agrícolas: tensões em um programa de educação do campo.	Mestrado Acadêmico em Agroecossistemas	2011
Fabricia Rodrigues Amorim	Uma vida chamada luta, um sonho chamado terra: juventude rural e processos identitários	Mestrado Acadêmico em Psicologia	2011
Regina Celi Alvarenga de Moura	Pedagogia da Alternância: limites e possibilidades do PROJOVEM Campo em Minas Gerais	Mestrado Acadêmico em Educação	2011
Luciana Rufino de Alcântara	O ensino de conteúdos estatísticos no PROJOVEM Campo-Saberes da Terra em Pernambuco	Mestrado Acadêmico em Educação, Matemática e Tecnológica	2012

FONTE: BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA CAPES E NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES – BDTD SOBRE PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA (2013)

Destacamos que embora as quatro Dissertações tenham como fenômeno o Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, seus objetivos de investigação apontam para focos diferenciados. A primeira direciona seu foco para relação entre qualificação profissional e perspectiva futura do Programa em Santa Catarina; a segunda direciona o foco para diferenças identitárias dos jovens residentes em área

do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e os jovens rurais filhos de produtores rurais do PROJOVEM Campo de Vitoria – Espírito Santo; a terceira para as questões metodológicas do Programa, mais especificamente sobre as Representações Sociais dos educadores do Programa PROJOVEM Campo – Saberes da Terra - Minas Gerais, sobre a Pedagogia da Alternância, de maneira a identificar indícios de possíveis alternâncias educativas que vêm sendo construídas no Programa; e a quarta para integração de saberes acadêmicos e a realidade do campo proposto no projeto pedagógico do curso. Este estudo focalizou a matemática e, em particular, os conteúdos curriculares relacionados à Estatística, reconhecidos por documentos oficiais, pesquisadores e educadores como sendo importantes para formação do cidadão crítico e criativo com objetivo de analisar como esses conteúdos foram trabalhados por 124 educadores e educadoras que atuam na área de Ciências da Natureza e Matemática do PROJOVEM Campo em Pernambuco.

O resultado deste diagnóstico nos deu a certeza de que existem lacunas a respeito da escuta dos jovens em relação à sua condição de vida e à relação da proposta Nacional de Inclusão – PROJOVEM Campo Saberes da Terra e a condição de vida da juventude do Campo na realidade da Amazônica Paraense.

Assim, o poema “Traduzir-se” de Ferreira Gullar, que abre esta seção, marca o sentido que queremos imprimir de que a condição juvenil do campo não se constitui no fato de que determinado segmento social tenha uma determinada faixa etária, mas nas relações entre esse jovem com a sociedade e cultura, no movimento dialético que confronta valores e produz representações, que por sua vez orientam a condição juvenil do campo no Município de Bragança, como sintetiza Gullar: *“uma parte de mim é permanente outra parte se sabe de repente [...]”*.

Nesta perspectiva, os jovens do campo do Município de Bragança são compreendidos como uma categoria ainda em construção e constituída nos processos psicossociais⁸, marcados por sua condição amazônica paraense – aqui

⁸ Situamos na área dos processos psicossociais as Representações Sociais, a linguagem, as atitudes, os valores e ideologias na sua relação de interação entre o indivíduo e a sociedade. Nosso

definida como lugar simbólico, que traduz a dimensão histórica, sociocultural e econômica de construção dos sujeitos do campo e que abriga a multiplicidade de saberes e relações conflituosas. Apropriando-nos dos dizeres poéticos de Ferreira Gullar: “ [...] *uma parte, na outra parte - é uma questão de vida*[...]”, ou seja, de lugar do pertencimento dos jovens em múltiplas culturas e condições juvenis: Populações Tradicionais - agricultores familiares, pescadores, ribeirinhos, quilombolas - e tantas outras.

Nesta lógica, a opção que fizemos pelo uso da expressão *jovens do campo* vem ao encontro da compreensão dessa categoria na diversidade, afirmada tanto no paradigma da educação do campo, que nega a representação da juventude na dualidade urbano/rural, onde o rural é concebido preconceituosamente como “lugar de atraso” e de condição social subalternizada, quanto no paradigma político de trabalhador da terra, que configura o cenário do campo como um palco de conflitos, no qual o jovem do campo é visto como ator transformador, ainda em processo de construção de suas condições juvenis do campo.

Assim, assumimos o conceito de condição juvenil do campo, como nos diz Moreira (1999), permeado pelas múltiplas existências de juventude, não como tradução dos processos naturalizados, marcados pelos aspectos biológicos, mas pela intrínseca relação deste Jovem com a natureza, com sua localização territorial, com seu trabalho, com as potencialidades ecossistêmicas, com as construções culturais e políticas referenciadas pelo paradigma do “*continuum* rural-urbano”⁹ que os inscreve em novas possibilidades.

trabalho fundamenta-se, teoricamente, na perspectiva sócio-interacionista, tendo como autores teóricos Serge Moscovici e Jodellet, entre outros.

⁹ Abramovay (2003); Carneiro (1998); Veiga (2000, 2004, 2005); Wanderley (2000) defendem a ideia de que abordagem territorial dos processos de desenvolvimento dos “espaços” rurais, em sua nova marca de “integração com os espaços urbanos”, supera características de isolamento e de oposição, que muito influenciaram as bases cognitivas do período anterior e perdem o sentido para novas bases cognitivas: Onde se enxergava o lugar de realizações das atividades primárias instala-se um nova lógica econômica intersetorial; contra as concepções mágicas que cercavam as explicações das relações dos sujeitos com a terra, com a natureza e com o mundo, a racionalização passa a expressar as formas de condução ético cotidianas e as formas de organização da vida das populações dos territórios rurais; além das criações de instituições que interpenetram esses espaços, inscrevendo assim, diferentes formas de possibilidades futuras.

Desta forma, passamos a compreender a juventude do campo como um fenômeno social e individual, constituinte *da* e constituído na relação do jovem do campo com os movimentos sociais, nas lutas de resistência e sobrevivência do trabalhador da terra pela terra e nas demais lutas que passaram a circunscrever não apenas o acesso à terra, mas sua permanência, imerso nos conflitos de resistir e transformar a estrutura agrária brasileira.

Isto significa que estamos diante de uma categoria que se modifica, e que os elementos de negação de direitos nas dinâmicas socioculturais e econômicas desses jovens (re)significam o seu lugar no campo e a sua condição juvenil como sujeito do campo.

Enfim, conforme nos orienta Sousa Santos (1994), pensamos a condição juvenil do campo como uma síntese de múltiplas representações em curso e não um conjunto de atributos permanentes. É um processo de construção de um modo de ser e de estar, no confronto entre igualdade e diferença, que entre os povos do campo nega o individualismo e abre espaço para o sujeito coletivo, no movimento de resistência e luta pela sobrevivência, que reconstrói o sentido de ser jovem do campo e o modifica na dinâmica dialética da exclusão/inclusão. Para Gullar “[...] *Uma parte de mim pesa, pondera, outra parte delira*”, naquilo que poderá “vir-a-ser”.

Neste cenário, compreende-se que qualquer projeto de inclusão social para as juventudes do campo precisa estar imerso na complexa configuração social do próprio campo que envolve, entre tantas lutas, a luta pelo direito à educação, por meio da organização de um novo modelo educativo, específico para os sujeitos do campo, que articulem o projeto de desenvolvimento dos trabalhadores da terra em seus grupos familiares às práticas sustentáveis dos recursos naturais. Essa articulação se contrapõe às diferentes condições de exclusão, estigmatizantes da existência do campo, às quais os jovens do campo são submetidos.

Castro (2005) ao analisar a reprodução da hierarquia rural/urbana aponta as construções estigmatizantes, nas quais a condição de existência do campo é desvalorizada culturalmente. Nesta perspectiva podemos reafirmar que os problemas de exclusão social enfrentados pelos jovens do campo são, antes de

tudo, problemas enfrentados pelas condições de existência do seu grupo familiar, suas formas de reprodução e as difíceis condições de produção, caracterizada por esta autora como produção familiar.

Partindo desta compreensão, a inclusão social é compreendida por nós a partir da perspectiva teórica de Sousa Santos (2003), como um processo político cultural que leva os excluídos, os marginalizados, a criarem esferas públicas subalternas¹⁰. Dito de outra forma, o processo de exclusão marca o lugar da “não cidadania”, da “ausência do direito”, que constitui o imperativo negativo que provoca, na juventude do campo, interrogações sobre os limites e possibilidades de sua existência e, na sociedade brasileira, a obrigação da construção de projetos e políticas de inclusão social.

Nesta perspectiva, compreender os processos culturais de inclusão social da juventude do campo significa analisar como se fomentam as formas de sociabilidade e confiabilidade, que se confrontam com diferentes condições de vida e culturas em disputa na zona de contato (SOUSA SANTOS 2006), que por sua vez demarcam os limites da condição de existência do jovem do campo. Assim, assumimos a compreensão de que o sentido de ser jovem do campo, quer para negá-lo, reforçá-lo ou construí-lo como sujeito do campo, é parte do confronto do poder na dialética da inclusão/exclusão¹¹ e de que a construção de sua condição juvenil do campo ocorreu/ocorre pela negação de direitos e pela afirmação de privilégios.

¹⁰ No texto apresentado no 36º Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Moreira (2012), ao explicar o conceito de esferas públicas subalternas de Sousa Santos (2003), o relaciona com a categoria política “ subalternia”, definindo-a como formas sócio-políticas que se postulam com “sem” alguma coisa ou “sem” direitos. Sem-terra, sem-trabalho, sem-habitação, sem-escola etc., ou até mesmo, os movimentos contemporâneos das grandes metrópoles mundiais, como aqueles que clamam por “ocupação de espaços públicos” como forma de luta contra, por exemplo, o capital financeiro e as políticas neoliberais, além da Via Campesina e o Zapatismo campesino latino-americano, dentre outros, cujo êxito, depende da capacidade de mobilizar estratégias político-jurídicas comopolíticas.

¹¹ Segundo Sawaia (1999) a expressão dialética exclusão/inclusão marca uma relação na qual as categorias Exclusão e Inclusão não podem se constituir como categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação. Na perspectiva da autora é exatamente a dinâmica entre elas que demonstra a capacidade de uma sociedade existir como um sistema. Essa linha de raciocínio permite concluir, parafraseando Castel (1998), que a dialética exclusão/inclusão tem sido um meio fundamental em que nossa sociedade experimenta o “enigma de sua coesão e tenta conjurar os riscos de sua fratura”.

Os estudos de Molina (2012), nos revelam elementos para pensarmos que é a própria existência do confronto entre concepções de campo, de desenvolvimento, de educação e da própria formulação de políticas, que tem tornado mais nítida a (re)configuração do campo e de seus sujeitos, como um fenômeno que vem se apresentando à realidade brasileira a partir dos finais da década de 80.

Por sua vez, nossa leitura no campo da psicologia social de Moscovici (2014), permitiu-nos compreender que as minorias ativas lutam pelo direito à contestação entre diferentes formas de pensamento e pela inovação, na medida em que desafia pontos de vista e conhecimentos dominantes. Isso nos leva a afirmar que, em face da oposição entre o velho e o novo, os indivíduos e os grupos sociais são obrigados a rever suas teorias sobre atitudes, ações e valores. Este processo demarca a predisposição para a mudança e para inovação do lugar e da condição juvenil do campo, ou seja, da possibilidade do jovem sair da invisibilidade para o lugar de sujeito de direito, que luta por melhores condições de vida, por meio da inclusão social.

Partindo dessas referências, identificamos que a juventude ligada aos movimentos sociais do campo – pastorais da juventude Rural – PJR, Conselho Nacional de Juventude dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CNJTTR, coletivos de juventude da Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAGRI, do Movimento dos Atingidos pelas Barragens - MBA e Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra - MST e da Via Campesina - realizaram eventos e ações em diálogos com o Governo Federal, que resultaram em um conjunto de marcos legais, que orientam a construção e a implementação de políticas públicas específicas para a juventude do campo, na defesa de um novo modelo de desenvolvimento de campo, baseado no processo de inclusão social, pela garantia de direitos, com ênfase à educação, ao lazer, esporte, cultura e política de financiamento, na perspectiva de constituir o *território rural*¹² como uma opção de vida, um lugar bom de viver e não como oposição pela falta de opção para os jovens (RELATÓRIO do I SEMINÁRIO NACIONAL DE JUVENTUDE RURAL, 2012).

¹² Nomenclatura utilizada no documento.

Em decorrência desse movimento da juventude do campo e de outras ações correlatas, a inclusão social passou a ter uma centralidade nas políticas públicas para a juventude, com uma “nova” configuração e objetivos a partir do Programa Nacional de Inclusão Social da Juventude - PROJOVEM, que para os jovens do campo chega com o formato de PROJOVEM Campo Saberes da Terra, ou seja, uma proposta de Inclusão pautada na escolarização em nível de Ensino Fundamental, integrada com a qualificação social e profissional, que visa contribuir para a (re)organização socioeconômica das famílias camponesas e ampliação do capital social dos jovens do campo (Documento Base do Projovem Campo Saberes da Terra, 2005).

Ressaltamos que essa configuração do processo educativo da juventude do Campo, que objetivou a inclusão social pautada na qualificação social e profissional foi forjada, como nos relata Serra Freire (2009), pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo:

É válido destacar que no caso da juventude camponesa, a dinâmica organizativa e a capacidade de mobilização social, aliada à histórica ausência do Estado, contribuíram para que iniciativas educacionais e de qualificação social-profissional fossem protagonizadas pela Sociedade Civil, a exemplo de experiências dos Centros de Formação por Alternância (CEFFA's) por meio da implantação da Casa Familiar Rural (CFR) e da Escola Familiar Agrícola (EFA); a iniciativa do Programa Jovem Saber (CONTAG); o Programa Especial de Juventude (MOC), entre outros (SERRA FREIRE, 2009, p.30).

Isso implica dizer que a materialidade social, que instituiu a marca do Programa Inclusão Social da Juventude do Campo, foi constituída pela tomada de posição, nos confrontos entre concepções de agricultura, de projetos de desenvolvimento do campo brasileiro e de educação, entre os próprios movimentos sociais e o Estado Brasileiro; entre o debate de política setorial e política de abrangência que permeou o movimento de construção da Política Nacional da Juventude no Brasil.

Desta forma, percebemos que as construções dos sentidos atribuídos à Inclusão social da juventude do campo respondem ao lugar dialético de exclusão/inclusão social e, portanto, o processo de construção das Representações

Sociais dos jovens do Município de Bragança, participantes do Programa PROJOVEM Campos Saberes da Terra, se daria nas relações de negociações ocorridas nas tensões e conflitos, que não só construíram as concepções do Programa, mas garantiram sua própria materialização em uma realidade local.

Imersas na articulação dessas leituras compreendemos que na configuração da proposta de inclusão social da juventude do campo há uma luta simbólica, onde se cria uma predisposição para mudança e para inovação (MOSCOVICI, 2014). Percebemos, então, que precisávamos nos desprender dos referenciais da Inclusão Social da Juventude do campo, como construção de uma alternativa que resolveria os problemas de exclusão social, nos quais os jovens encontram-se submersos, não para nos esvaziar de fundamentações, mas para sairmos do engessamento e “enxergarmos” aquilo que determinados grupos do movimento da educação do campo nos diziam:

A pesquisa, a produção teórica, as políticas educativas adquirem outra relevância nesses confrontos. A própria pretensão de ocultamento, de deslegitimação da educação do campo, assim como as tentativas de ignorar ou tentar contornar esses confrontos, adquire sentido político nesses confrontos. Na medida em que as contradições se tornam mais expostas e na medida em que os próprios sujeitos trabalhadores expõem essas contradições, o pensamento educacional é forçado a ser outro e a reconhecer seu papel histórico nesse ocultamento. É forçado a reconhecer a fraqueza das bases teóricas das representações negativas, subalternizadas dos povos do campo que tentou legitimar (ARROYO, 2012, p.4)

Ou ainda, considerar o que Psicologia social da minoria ativa enxergava, como nos diz Moscovici (2014):

Uma minoria social não se define por sua inferioridade quantitativa. Existem elementos que singularizam a minoria em relação à maioria hegemônica e a caracterizam como um corpo social capaz de protagonizar uma luta, reivindicar direitos esquecidos dentro e fora dos aparatos institucionais do Estado. As minorias são dispositivos simbólicos, com objetivos éticos-políticos contra-hegemônicos (MOSCOVICI, 2014, p. 120)

Constatamos, então, que na diversidade de tensos processos de construção do projeto social de inclusão da juventude do campo, os coletivos minoritários se afirmam, se formam e se humanizam. Desta forma, a inclusão social da Juventude do campo envolve o estudo sobre a condição da juventude nas dinâmicas específicas do campo, ou seja, nas contradições presentes no próprio processo de inclusão social.

Em outras palavras, percebemos que não seria suficiente pesquisar, teorizar sobre as políticas e seus programas para garantia da Inclusão da juventude do campo, sem questionar que polos de confronto; que sujeitos; que paradigmas de fazer agricultura – se camponesa ou capitalista; que projetos de campo e de sociedade são desocultados e afirmados na proposta nacional de Inclusão social da juventude do campo?

Neste sentido também fomos levadas a considerar que o movimento pendular que nos traria respostas a essas perguntas se constituiria na dinâmica dessas tensões e contradições, presentes na materialização da proposta da Inclusão social da Juventude do campo em nível local. Desta forma, para aprofundar o conhecimento sobre a juventude do campo precisávamos considerar os conhecimentos, os valores, as culturas e as condições de vida (re)construídas em suas reafirmações, tanto da terra quanto do trabalho, no intuito de aprofundar, de maneira articulada, os tensos e contraditórios processos de inclusão social da juventude do campo.

Assim, delimitamos o problema de nossa pesquisa no seguinte questionamento: Como se constitui o processo de construção das Representações Sociais de Jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, do Município de Bragança, sobre a sua condição juvenil de jovens do campo e suas relações com a proposta nacional de inclusão social da juventude do campo, implementada em nível local pelo referido Programa?

Nesta perspectiva, partimos do princípio de que a análise de como se (re)configuram as Representações Sociais dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, no Município de Bragança, sobre a condição juvenil do campo trará à tona elementos que podem contribuir com o debate sobre a

matriz presente no Projeto Nacional da Inclusão Social das Juventudes do Campo, organizadas a partir dos sentidos e significados atribuídos pelos próprios jovens, sobre os limites e possibilidades da sua condição juvenil do campo, a partir de sua vivência no referido Programa, no Município de Bragança.

Foi na interlocução dessa questão que chegamos à hipótese de que o processo de construção das Representações Sociais dos jovens egressos sobre a sua condição juvenil do campo, encontra-se vinculado aos limites da inclusão social, que se constitui na dinâmica dialética da inclusão X exclusão própria do sistema capitalista. Assim, tanto as objetivações quanto as ancoragens, que consolidam essas representações sobre a condição juvenil do campo no Município de Bragança, vinculam as imagens e as suas significações na possibilidade do Jovem se inserir na vida do campo por um trabalho não agrícola e como um sujeito potencialmente capaz de contribuir com a reconfiguração do cenário do campo em Bragança, a partir de uma visão agro ecológica, pautada na qualidade de vida, no aumento da produtividade e na manutenção da biodiversidade. Porém, mesmo reconhecendo que as Representações construídas por mudanças significativas na condição juvenil dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra orientando novas atitudes, na prática, elas não se configuram em possibilidades de mudanças estruturais para o desenvolvimento do campo no referido município, em virtude das fragilidades decorrentes da ausência de outros programas e políticas voltadas para garantia da totalidade da inclusão da juventude do campo no Município de Bragança.

Enunciada a hipótese, sintetizamos os objetivos pretendidos na investigação, que consistem em:

A) OBJETIVO GERAL

Analisar os processos de construção das Representações Sociais de Jovens do Campo do Município de Bragança sobre a condição juvenil de jovem do campo e suas relações com a proposta nacional de inclusão social da juventude do campo implementada em nível local pelo Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra.

B) OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Caracterizar os jovens do campo egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra do Município de Bragança.
2. Analisar as imagens e os sentidos que compõem as Representações Sociais de jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra do Município de Bragança sobre a sua condição juvenil.
3. Destacar as objetivações e ancoragens que constituem as Representações Sociais de jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra do Município de Bragança sobre a condição juvenil dos jovens do campo
4. Relacionar as Representações Sociais de jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra do Município de Bragança sobre a sua condição juvenil com a proposta nacional de Inclusão social da juventude do campo.

1.3 - OS FIOS QUE ENTRELAÇAM O PROBLEMA DE PESQUISA COM O CAMPO TEÓRICO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

Diante do desafio de estudar a juventude do campo no Município de Bragança, com o objetivo de analisar o processo de construção das Representações Sociais de jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra do Município de Bragança sobre a condição juvenil dos jovens do campo e suas relações com a proposta nacional de inclusão social da juventude do campo, implementada em nível local pelo Programa, buscamos um referencial que nos permitisse delimitar o que chamávamos de condição juvenil.

A partir dos estudos de Groppo (2004,2010) assumimos a ideia de que a condição juvenil se configura a partir de uma relação entre sociedade *versus* indivíduos e grupos juvenis. Destacamos que se trata de uma relação dialética, ou seja, fundada numa contradição entre o movimento da exclusão/inclusão. Dito de outro modo, a condição juvenil é dialética porque está assentada sobre uma relação de contradição entre sociedades e juventudes.

Esta contradição se expressa tanto em ações de institucionalização das demandas da juventude¹³ do campo que ocorreram nos últimos 10 anos, quanto nas trajetórias de grupos juvenis, oscilando no duplo movimento que envolve inclusão *versus* exclusão, de diferentes maneiras, em função das diferenças sociais e de parâmetros concretos como: o lugar de pertencimento, a organização familiar, a educação, o trabalho, o lazer, entre outros elementos.

Neste sentido precisávamos de um referencial teórico metodológico que nos permitisse analisar os processos psicossociais que estruturam os pensamentos e as ações dos jovens egressos do PROJOVEM Campo Saberes da Terra em culturas específicas, na dialética da exclusão/inclusão. Essa busca nos levou a identificar a abordagem processual de Mocovici e Jodelet, como um campo teórico-metodológico propício à nossa pesquisa, visto que, segundo Nascimento (2014), o conhecimento do senso comum é fundamental para entender as formas de pensamento que dirigem e justificam as condutas e práticas sociais .

Para Moscovici (1978), os sistemas simbólicos, entre os quais a própria representação, produzem sentido às percepções e às experiências vivenciadas em determinados contextos culturais. Deste modo, podemos dizer que a Teoria das Representações Sociais defende a tese da coexistência de saberes, e que as diferenças dependem dos sujeitos e de seus pertencimentos, na partilha do objeto a ser representado, nas razões e nas funções da própria representação.

As diferenças acima, que correspondem à pluralidade de racionalidades múltiplas dos sujeitos, e às aplicações de saberes no contexto sociocultural de quem

¹³ Assumimos o conceito de Institucionalização utilizado por Moreira (2010). O referido autor trata a institucionalização como o processo pelo qual se introduz, nas ações do Governo, os problemas da condição juvenil. Esse processo se realiza por meio de eventos, num movimento político de fortalecimento dos organismos juvenis, para que os mesmos passem a ter mais condições e autoridade de influenciar nas políticas setoriais do governo. Neste sentido podemos dizer que a Institucionalização passa pelo reconhecimento dos problemas e pela elaboração de políticas públicas para a solução dos problemas juvenis, tendo o jovem como coparticipe deste processo. No caso da Juventude como um todo observamos nos últimos 10 anos um intenso processo voltado para o reconhecimento da juventude brasileira. Neste reconhecimento se criou a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, que possibilitaram, no dialogo com os movimentos sociais da juventude, a construção da Política Nacional de Inclusão Social, que envolve o PROJOVEM (2005); a aprovação da PEC da Juventude no Congresso Nacional (2010); e a aprovação do Estatuto da Juventude, no Senado Federal, em 16 de abril de 2013. Entretanto, ressaltamos que as especificidades da Juventude do campo são tratadas como ações transversais nas políticas da juventude.

as produz, vai conferir às Representações Sociais, como descreve Jovchelovitch (2008), o caráter dinâmico necessário à análise que desejamos imprimir aos estudos das juventudes do campo.

Moreira (2012), subsidiado pelo campo da Teoria das Representações Sociais, ao explicar o processo de construção social da realidade do mundo humano¹⁴ e de suas culturas, a partir da superação da dualidade indivíduo e sociedade, reafirma que o processo dinâmico ocorre por meio de duas ações que se entrecruzam: a primeira diz respeito às percepções dos sentidos corpóreos dos humanos com seus semelhantes, que refletem também suas relações com os fenômenos e eventos da natureza; a segunda, por sua vez, corresponde às construções imaginárias do mundo, capacitadas pelos processos mentais e interacionais, que constituem seus sistemas simbólicos de representação do mundo em tempos sócio-históricos do presente, contendo, portanto, passado e futuro.

Assim, destacamos que o ato de representar configura-se como dinâmico, porque o processo “constitutivo de realidade”, que envolve passado, presente e futuro, nos permite compreender que as Representações Sociais são construídas e reconstruídas nas relações experimentadas e vivenciadas pelos sentidos corpóreos, situados no mundo sociocultural, como nos diz Nascimento (2014), a representação é também uma forma de percepção e interpretação da realidade.

Denise Jodelet (1986), uma das seguidoras teóricas de Moscovici¹⁵, analisou o campo simbólico das Representações Sociais como um fenômeno inscrito na história, nas relações materiais, na vida social, na qual a subjetividade reivindica seu lugar, ou seja, como uma forma de conhecimento socialmente elaborado e

¹⁴As Representações Sociais, na formulação de Moscovici (1978, p. 26-27), não são passíveis de ser reduzidas a “simulacros ou resíduos intelectuais sem relação alguma com o comportamento criador”. Isto significa dizer que elas possuem uma “função constitutiva da realidade” denominada experiência.

¹⁵ Como anuncia Almeida (2009) a teoria RS conheceu vários desdobramentos. Especificamente no Brasil, observa-se uma maior inserção de três grandes pesquisadores, com suas respectivas abordagens – Abric, Doise e Jodelet –, todos eles discípulos de Moscovici, mas que representam diferentes formas de enfocar e investigar as representações, tendo cada um deles trazido uma contribuição particular para o desenvolvimento da TRS, sem contudo serem antagônicas dada a matriz inicial encontra-se pautada no referencial conceitual de Moscovici.

partilhado e que tem como objetivo prático servir à construção de uma realidade comum, a um conjunto social.

Partindo do exposto acima, consideramos para este estudo quatro elementos centrais para pensarmos o processo que constitui as Representações Sociais dos jovens do campo: 1) que o seu caráter é dinâmico; 2) que reflete a percepção e a compreensão sociocultural de quem as produz; 3) que se situa na base da relação entre os sujeitos que as constroem e as suas culturas; 4) que se modifica e provoca mudanças.

Ao tomarmos esses quatro elementos do processo das Representações Sociais, dirigimos nossa atenção neste estudo ao que Marková (2008, p. 471) intitulou de “linha epistemológica de partida” para a teoria das Representações Sociais, ou seja, estamos diante de uma relação de *triangularidade* [triangularity]¹⁶, na relação entre o Eu-Outro e Objeto, que nos permitirá visualizar a lógica do problema de nosso estudo no campo teórico metodológico das Representações Sociais.

Assim, diante do nosso problema de estudo - o processo de construção das Representações Sociais de Jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra do Município de Bragança, sobre a sua condição juvenil do campo e suas relações com a proposta nacional de inclusão social da juventude do campo, implementada em nível local pelo referido Programa - circunscrevemos a triangularidade deste estudo onde o EU corresponde ao Jovem do campo do Município de Bragança egresso do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra; as Representações Sociais sobre a condição Juvenil é o nosso OBJETO de estudo; e a Proposta de Inclusão Social da Juventude de Campo corresponde o lugar do OUTRO, que oportuniza situações que levem o jovem a problematizar a sua condição juvenil do campo, conforme apresentamos na figura 1:

¹⁶ Esta relação triangular que se estabelece a troca simbólica onde o Eu e o Outro constroem os sentidos do mundo que lhes é comum, numa dinâmica dialética que coloca a atividade humana voltada para o “mundo do outro” (MARKOVÁ, 2003, p. 126). A existência se dá na comunicação, onde *somos* para o outro e, através do outro, para nós mesmos. Esta perspectiva altera inclusive o sentido corrente para o *eu*, pois vê o Eu como existindo somente na relação com o Outro, nunca isolado; o Eu e o Outro se constroem e se definem na *troca*. O que nos permitirá falar de um sujeito coletivo

FIGURA 1- TRIANGULARIDADE EPISTEMOLÓGICA DE PARTIDA



FONTE: ADAPTADO PELA AUTORA DESTE ESTUDO (2014) A PARTIR DE MARKOVÁ (2008)

Esta relação de triangularidade (figura 1), proposta em nossa pesquisa, é possível, na medida em que estudiosos deste campo teórico, como Madeira (2005), destacam que o “eu sujeito da representação” - referente básico do processo de estruturação de representações - não é um “eu” abstrato, mas um sujeito individual e coletivo ao mesmo tempo, que constrói sua condição juvenil nas relações com o outro e com o mundo, construindo representações e sendo por elas orientado.

Assim, situamos o nosso problema de estudo, como propõe Nascimento (2014), no campo relacional, no qual o jovem egresso do PROJOVEM Campo, sujeito da Representação Social, se apropria do objeto do conhecimento, qual seja: a condição juvenil do campo, numa dinâmica simbólica, construtora e reconstrutora de imagens e significados, que orientam a sua conduta de jovem do campo.

Neste sentido consideramos que os processos de construção das Representações Sociais estão intimamente relacionados às condições e aos contextos dos jovens egressos do programa PROJOVEM Campo no Município de Bragança, nos quais emergiram as representações sobre a condição juvenil. Assim, a partir da triangularidade, reafirmaremos que não se trata de uma juventude do campo que isoladamente produziu representações sobre sua condição juvenil, mas

de jovem egresso do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, que (re)constrói os sentidos e significados de sua condição juvenil, orientado pela vivência num Programa que se apresenta como proposta de inclusão social, dando os limites e contornos para a sua construção de jovem do campo, neste município.

Diante desta triangularidade delimitamos nossa abordagem como propõem outros estudiosos da Teoria das Representações Sociais como Jodelet (1986), Jovchelocitch (2002), Duveen (2007), Marková (2008) e Nascimento (2014), na perspectiva processual e sociocultural das Representações Sociais, pois como descrevem Schulze e Carmargo (2000):

[...] a abordagem processual é voltada para as questões culturais e históricas, que busca compreender os processos que geram e mantêm as representações vivas nas interações entre os indivíduos e grupos sociais (2000; p. 288)

Isto significa dizer que precisávamos articular o processo de construção das representações dos jovens egressos do PROJOVEM Campo às dinâmicas socioculturais que estavam inseridas nas vivências desses jovens. Na perspectiva de responder a essa articulação recorreremos à visão de Moscovici (1978), de que as Representações Sociais são construídas em relações de negociações que ocorrem na tensão e nos conflitos e que para compreendê-las faz-se necessário analisar o processo no qual elas se constituíram. Como descreve Moscovici:

[...] as representações sociais são formadas através de influências recíprocas, de negociações implícitas no curso das conversações em que as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados e específicos. (2009, p. 208)

Assim, partindo da compreensão de que os grupos sociais constroem as bases cognitivas dos fenômenos e/ou objetos das Representações Sociais, em processos de negociações, em função dos interesses e das implicações para os próprios sujeitos, reafirmamos a ideia de que as representações podem ser interpretadas como um fenômeno inscrito na história e na cultura, nas relações materiais, na vida social, na qual a subjetividade ocupa um lugar na zona de contato, por meio de uma dinâmica conflituosa de comunicação/tensão/mudança.

A partir desta visão podemos dizer que as Representações Sociais de jovens egressos serão assumidas por nós como ponto móvel, dentro de um sistema de transformações [no caso dos sentidos e imagens da sua própria condição juvenil], que compreende uma rede de representações, derivada de relações intergrupais e interinstitucionais dos jovens sobre a condição juvenil, na esfera pública, bem como, um processo de reprodução e renovação da própria cultura. Como explica Duran:

Em qualquer cultura há pontos de tensão, de fratura, ao redor dos quais novas Representações Sociais emergem. Nos pontos de clivagem há uma falta de sentido, um ponto onde o não familiar aparece, colocando em ação algum tipo de trabalho representacional para familiarizar o não familiar e assim restabelecer um sentido de estabilidade. (2009 p.40)

Em síntese podemos dizer que, se por um lado o campo sociocultural nos permite captar os elementos para analisarmos as tensões e conflitos presentes na vida dos jovens que constroem as representações sobre a condição juvenil, por outro lado a abordagem processual nos permitiria reorganizar não apenas a representação em si, mas as redes de relações que as configuraram.

Neste sentido, em que compreendemos que o campo sociocultural e a abordagem processual se complementam, enquanto proposta metodológica para nossa problemática de estudo, buscamos, na leitura de Jodelet (2001, 2009), as orientações que nos permitiram construir uma estratégia para organizar a lógica das dimensões que compõem a teia das Representações Sociais, implicadas neste estudo.

Assim, seguimos os suportes indicativos dos estudos de Jodelet (2001; 2009), sintetizados nas seguintes formulações: Quem sabe? O que sabe? Quais efeitos? para analisarmos o processo de construção das Representações Sociais dos jovens, egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra sobre a sua condição juvenil do campo e ousadamente acrescentamos a este estatuto o Para quê? para estabelecermos as relações com a proposta nacional de inclusão social implementada em nível local, como estratégia, no próprio dinamismo que as geraram [comunicação/tensão/transformação], em suas diversas dimensões e níveis, possibilitando-nos investigar a objetivação e a ancoragem, na análise dos

diferentes elementos envolvidos, articulando a este movimento os tempos históricos passado, presente e futuro, conforme apresentamos no quadro 3.

QUADRO 3 - LÓGICA DAS DIMENSÕES DA TEIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS EGRESSOS DO PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA.

1ª. Lógica	Quem sabe?	Jovem egresso do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra
2ª. Lógica	O que sabe?	Sobre a condição juvenil antes e depois do programa
3ª. Lógica	Qual efeito?	Reconstruções sobre a condição juvenil, nas quais estabelecemos as relações desta condição do jovem egresso do programa.
4ª Lógica	Para quê?	Relação que se estabelece com a condição juvenil e a proposta nacional de inclusão social –PROJOVEM Campo Saberes da Terra implementado em nível local.

FONTE: ELABORADA PELA AUTORA DESTE ESTUDO (2014) A PARTIR DE JODELET (2001,2009)

Deste modo, a primeira pergunta - Quem sabe?- identifica quem são os jovens egressos do Programa. Neste estudo articulamos os processos que constituem as construções históricas dos sujeitos do campo em Bragança e a caracterização da condição juvenil do campo nesta região. É a lógica de significações, na qual buscamos compreender os sentidos e significados que definem o lugar do jovem do campo, no Município de Bragança.

A segunda pergunta - o que sabe? - delimita a lógica representacional do movimento dialético da exclusão/inclusão de jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra. Nesta lógica buscamos compreender a zona de contato (SOUSA SANTOS, 2003), no processo de construção e implementação do programa, que revela a condição juvenil do campo no Município de Bragança antes e depois da vivência no PROJOVEM Campo.

A terceira pergunta - Qual o efeito? - remete à lógica dos processos dialógicos nas ressignificações construídas pelos jovens egressos, sobre a sua condição juvenil do campo que anunciam as atitudes tomadas pelos jovens e possíveis mudanças nessa condição juvenil.

A quarta pergunta - Para quê? - estabelece a relação da condição juvenil do campo com a proposta nacional de Inclusão Social, permitindo-nos analisar os limites e contornos da implementação da proposta – PROJOVEM Campo Saberes da Terra - em nível local.

Assim, a articulação da lógica da teia representacional nos permitiu organizar os sentidos que se encontram presentes nas zonas de contatos relações sociais de disputas hegemônicas, e que fomentam as formas de sociabilidade e confiabilidade entre os jovens do campo, no terreno da inclusão e da (re)configuração dos sentidos e imagens sobre a condição juvenil do campo.

Desse modo, a partir da tese e dos objetivos que estruturam a lógica de cada teia, que entrelaça a rede do processo de construção das representações dos jovens do Município de Bragança, sobre a condição do jovem do campo e a relação com a proposta de inclusão social vivenciada na experiência do programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, construímos, também, a conexão dos elos que compuseram a rede de análise da nossa elaboração, a partir de três dimensões que se conectam:

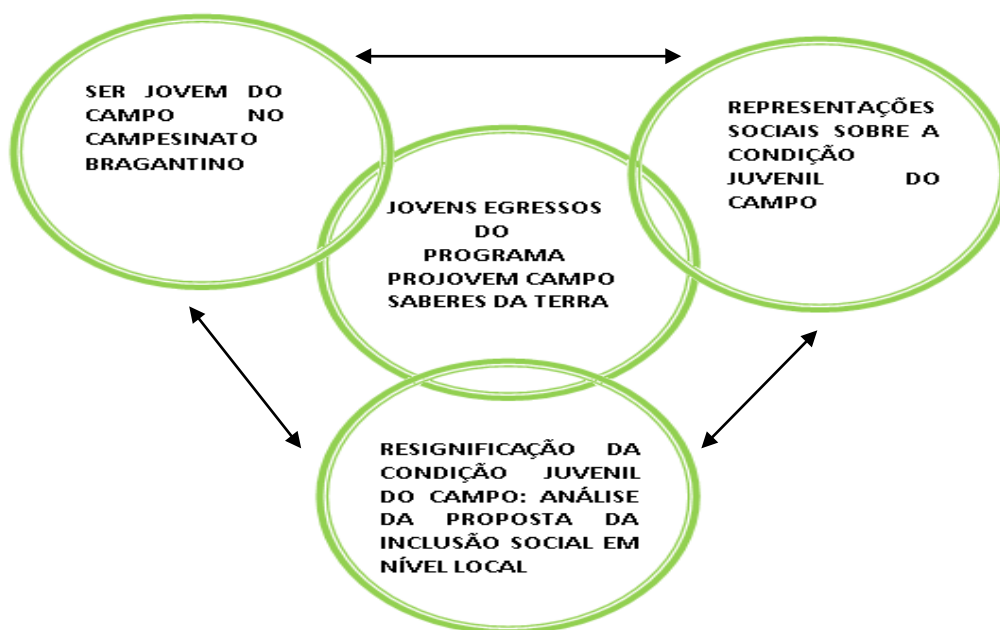
A primeira dimensão: ***Ser jovem do campo no campesinato bragantino***, com o objetivo de analisar as construções históricas dos sujeitos sociais do campo e de caracterizar a condição juvenil dos jovens egressos do Programa no campesinato bragantino.

A segunda dimensão: ***A Representação social dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra sobre a sua condição juvenil do campo***, com objetivo de apresentar o movimento das possíveis mudanças e reafirmações das Representações Sociais sobre a condição juvenil a partir da vivência no Programa.

Na terceira dimensão: ***Resignificações da condição Juvenil do jovem do campo: análise da proposta da inclusão social em nível local*** temos o objetivo de analisar as resignificações na sua condição de ser jovem, a partir da relação com

a proposta de Inclusão Social da Juventude de campo, conforme a Figura 2, a seguir:

FIGURA 2 - DIMENSÃO DE ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NESTA TESE.



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA DESTA TESE, EM 2014.

Assim, as três dimensões, como fenômeno sociocultural e processual das Representações Sociais, constituem a rede de sentidos da vida mental individual e coletiva dos jovens que as construíram. Elas se configuram nas ações comunicativas (tensões e mudanças) identificando as objetivações e as ancoragens como o processo que nos propusemos a analisar, na perspectiva de atender aos requisitos necessários para realização de pesquisas no campo das Representações Sociais.

Ressaltamos que como um encontro de saberes, cada dimensão por si só não é suficiente para a reorganização das representações como um processo, uma vez que cada teia de representações possui características que são ancoradas na existência dos saberes presentes nas outras teias, que compõem as dimensões, que por sua vez correspondem à rede imagética que utilizamos para materializar os argumentos que sustentam a nossa tese.

Expostos os elementos da pesquisa, e para apresentar os argumentos que sustentam a tese, este texto está organizado em seis seções: Na primeira seção, *Introdução*, apresentamos a temática da pesquisa, problematização, tese, os objetivos da pesquisa e a abordagem teórico-metodológica das Representações Sociais.

Na segunda seção descrevemos o percurso metodológico, com o objetivo de detalhar a sequência lógica que empreendemos neste estudo. Para tanto, apresentamos a definição dos sujeitos participantes da pesquisa e as técnicas de coleta e de análise do *corpus* da pesquisa.

Na terceira seção, intitulada Juventude – Processos de *Representação e a condição juvenil do campo* apresentamos o aporte teórico sobre a juventude do campo, no intuito de referenciar a análise que nos propusemos realizar. Neste sentido situamos a juventude como uma categoria histórica e social, buscando identificar nas abordagens sobre a juventude do campo, as condições e situações juvenis que dão o sentido de uma categoria ainda em construção, com destaque para os sentidos e significados do conceito de campo, os processos de resistência que legitimaram a imagem do jovem como ator político e social e a perspectiva da inclusão social, construída na confluência entre as tensões em nível nacional.

Na quarta seção apresentamos o Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, na trajetória de sua construção como um Programa de Inclusão Social da Juventude do Campo na Política Nacional da Juventude e sua implementação no município de Bragança.

Na quinta seção apresentamos as dimensões que compõem a rede imagética do processo de construção das Representações Sociais dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra sobre a sua condição juvenil do campo e a relação com a proposta nacional de inclusão social proposta no referido programa, quais sejam: ***Ser jovem do campo no campesinato bragantino; A Representação dos jovens egressos do Programa Projovem Campo Saberes da Terra sobre a sua condição juvenil do campo no Município de Bragança e***

Ressignificações da condição Juvenil do jovem do campo: análise da inclusão social em nível local.

Na sexta seção, que corresponde às considerações finais retomamos os aspectos centrais da Tese, com o objetivo reconstruir a teia representacional e apresentar, de forma sintética e reflexiva, como as dimensões se entrelaçam e respondem a questão problema, tornando-se argumentos para a sustentação da tese.

Posterior à parte textual encontram-se as referências e os anexos e apêndices.

2- ABRINDO NOVAS VEREDAS: O PERCURSO METODOLÓGICO

Apresentamos, na primeira seção, o desafio de estudar o processo de construção das representações sociais dos jovens egressos do PROJÓVEM Campo Saberes da Terra, sobre a sua condição juvenil e suas relações com a proposta nacional de inclusão social da juventude do campo, implementada em nível local. Anunciamos nossa intenção de analisar como são construídas as teias dos sentidos e significados, que se encontram em disputas nas zonas de contato - [território de relações sociais e disputas hegemônicas de educação e desenvolvimento do campo] e que fomentam as formas de sociabilidade e confiabilidade entre os jovens do campo, que dão os contornos dos limites e possibilidades desta inclusão, a partir de sua condição juvenil.

O nosso interesse vem ao encontro dos estudos de Oyarzun (2006), de que ainda são insipientes as pesquisas sobre as juventudes do campo, principalmente no que tange às análises sobre os jovens, com base nos aspectos psicossociais, culturais e históricos, ou seja, “desde suas reais e integrais condições de vida; desde sua condição de sujeito; desde o reconhecimento de sua subjetividade e desde a projeção e legitimidade de sua cidadania no espaço social e público” (OYARZUN, 2006, p.3).

Desta forma, a escolha da Teoria das Representações Sociais – TRS, como referencial teórico-metodológico, pauta-se tanto como uma estratégia para pensar a condição juvenil do campo, considerando a relação dialética entre a sociedade e o indivíduo, quanto como uma estratégia dialógica entre diferentes campos do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar e dinâmica, como o problema de nosso estudo requer.

As possibilidades interdisciplinares, no campo teórico e metodológico das representações sociais, permitem a interface dos fenômenos individual e coletivo, que nas palavras de Jodelet (2001) tem despertado o interesse em todas as áreas das ciências humanas e, ao mesmo tempo, tem permitido aos pesquisadores enfrentarem o desafio atual das TRS. Como descreve Moscovici:

[...] o desafio atual deste campo teórico é analisar o caráter construtivo das RS, não como distorções de pensamento, mas, como um campo teórico que permite pensar o grupo social de maneira diferente e de apreender a inovação social (2009, p.50).

Desta forma, construímos o nosso percurso de estudo a partir da estrutura lógica que entrelaça a rede de sentidos e significados do processo de construção das RS dos jovens egressos, sobre sua condição juvenil de jovem do campo. Estas dimensões nos permitem organizar, numa perspectiva mais ampla, o processo de construção das RS objeto deste estudo. Entretanto, em cada dimensão organizamos a rede interna de sentidos que a sustenta internamente, a partir da objetivação e ancoragem.

Como nos diz Moscovici (2009 p.72), a objetivação consiste em “transformar algo abstrato em algo concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico [...] é descobrir a qualidade icônica de uma ideia [...] é reproduzir um conceito em uma imagem [...]”.

Segundo Jodelet (2001), a objetivação consiste em uma “operação imaginante e estruturante” pela qual se dá uma “forma” – ou figura – específica ao conhecimento sobre determinado objeto ou fenômeno, tornando quase tangível o conceito abstrato. Em outras palavras, objetivação constitui um processo de concretização da realidade. É a materialização da palavra.

Nas palavras de Moscovici (1978; 61) a Ancoragem é “um processo que transforma algo estranho, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada”.

Neste sentido, entende-se por ancoragem a propriedade classificatória do discurso, nos dizeres de Moscovici (2003):

[...] pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. “[...] Quando classificamos uma pessoa entre os neuróticos, os judeus, ou entre os pobres, nós

obviamente não estamos apenas colocando um fato, mas avaliando-o e rotulando-o" (2003, p. 62)."

Nesta lógica é impossível classificar sem nomear. Isso significa dizer que, ao darmos nome a algo ou alguém, nós o tiramos do anonimato perturbador (não familiar) e o inserimos no conhecido (familiar), na "matriz de identidade de nossa cultura". Assim, classificar e dar nomes são dois aspectos da ancoragem das representações: "Categorizar alguém ou alguma coisa, significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele" (MOSCOVICI, 2009, p.63) o que o coloca no campo das negociações das Representações Sociais as quais nos referíamos anteriormente.

Para Jodelet (2001), a ancoragem desempenha um papel decisivo no campo das representações sociais, essencialmente na árdua tarefa de memória, uma vez que permite ao pensamento constituinte apoiar-se no pensamento já constituído, para enquadrar o elemento novo aos esquemas antigos, ao já conhecido.

Nessa ação, a ancoragem, segundo Jodelet (2002) é o ato de: a) Atribuir sentido ao objeto, numa rede de significações; b) Instrumentalizar o saber, permitindo o processo de interpretação e de comunicação entre os sujeitos ou sociedades e c) Enraizar o objeto no sistema de pensamento, permitindo sua inserção e a possibilidade deste mesmo pensamento orientar os comportamentos e relações sociais.

Enfim, podemos dizer que entre os dois elementos construtores das Representações Sociais: objetivação e ancoragem há uma relação dialética que nos permite compreender o processo de formação e construção em meio à relação da triangularidade - Eu-outro-Objeto, na dinâmica da comunicação/tensão/transformação.

Desta forma, assumimos a compreensão de Jovelovitch (2008), quando afirma que as representações são processos dialógicos/comunicativos, que criam símbolos cuja força reside em sua capacidade de produzir sentido, de significar o mundo por meio de processos de negociação.

Portanto, pensar em uma Representação Social como nos propomos na primeira seção deste estudo significa compreendê-la como um encontro de saberes que apresentaremos nas nossas três dimensões de análise: 1) **Ser jovem do campo no campesinato bragantino; 2) A Representação dos jovens egressos do Programa Projovem Campo Saberes da Terra sobre a condição juvenil do campo no Município de Bragança; e 3) Resignificações da condição Juvenil do jovem do campo: análise da inclusão social em nível local.**

Neste sentido nossa preocupação voltou-se para a definição dos sujeitos desse estudo, para nos dar elementos de análise quanto a veracidade de nossa hipótese, qual seja, o processo de construção das Representações Sociais dos jovens egressos sobre a sua condição juvenil de jovem do campo, encontra-se vinculado aos limites da inclusão social, que se constitui na ampliação da escolarização e formação profissional. Assim, tanto as objetivações quanto as ancoragens, que consolidam essas representações sobre a condição juvenil do campo no Município de Bragança, vinculam as imagens e as suas significações na possibilidade de se inserir na vida do campo por um trabalho não agrícola e como um sujeito potencialmente capaz de contribuir com a reconfiguração do cenário do campo em Bragança, a partir de uma visão agroecológica, pautada na qualidade de vida, no aumento da produtividade e na manutenção da biodiversidade.

O nosso contato com o Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra no Município de Bragança, pela militância com o movimento da educação no campo e pelas relações profissionais, nos possibilitaram estabelecer os critérios para a escolha dos sujeitos da pesquisa e para construir o *corpus* de dados para nossa análise.

A definição dos sujeitos dessa pesquisa configurou-se na necessidade de selecionarmos os jovens que vivenciaram o Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra no Município de Bragança, que pudessem nos dar elementos para analisar os processos de construção das Representações Sociais e os contornos dos limites da condição juvenil do campo decorrentes dessas representações.

Sob a orientação dos escritos de Chizzotti (2000), quanto ao paradigma das pesquisas qualitativas, no qual os processos de delimitações da pesquisa pressupõem uma imersão do pesquisador no contexto e dinâmicas que condicionam o problema a ser objeto de investigação, realizamos primeiramente escutas exploratórias junto do coordenador local PROJOVEM Campo Saberes da Terra do Município de Bragança, a fim de delimitarmos os sujeitos da pesquisa a partir de um universo de 26 (vinte e seis) jovens que concluíram o curso na versão 2009-2011.

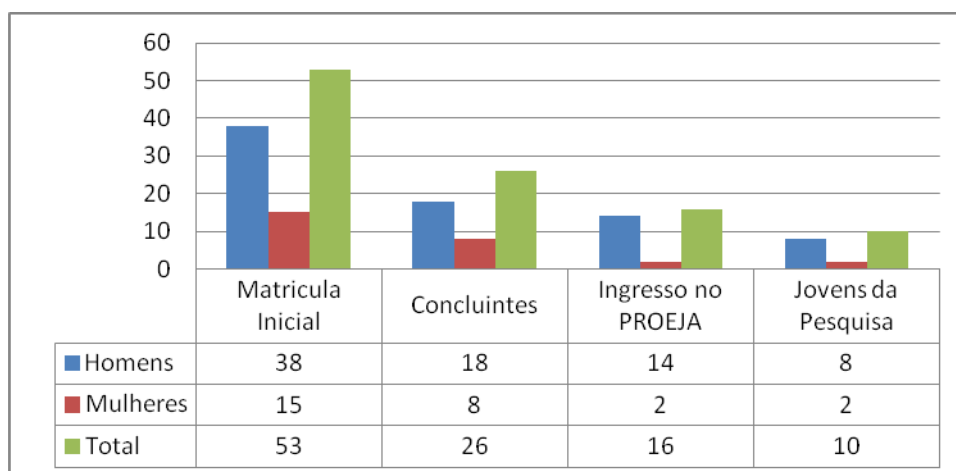
Esta escuta trouxe à tona a representação presente de que, apesar das dificuldades de implantação, o referido programa foi um sucesso na medida em que 16 (dezesesseis) jovens, concluintes desse Programa em Bragança, obtiveram aprovação no PROEJA- Curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias do Pará – IFPA, Campus de Castanhal.

A partir do parâmetro de escolha dos sujeitos de uma pesquisa qualitativa, em que segundo Levin (1987 apud SILVA, 2004), o pesquisador pode selecionar os sujeitos a que tem acesso, excluindo os inconvenientes, realizamos visitas exploratórias aos 16 (dezesesseis) egressos do PROJOVEM Campo Saberes da Terra e aprovados no IFPA, no intuito de construir elementos para uma melhor definição dos jovens participantes da pesquisa.

Após as visitas elaboramos como critérios de definição: a) adesão à participação na pesquisa; b) Egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra que ingressaram e permaneceram nos estudos em nível de Ensino Médio no programa do PROEJA.

Desta forma, o quadro dos jovens sujeitos de nossa pesquisa foi composto por 10 (dez) jovens, sendo 8 (oito) homens e 2 (duas) mulheres. Esse número significativo na medida em que representa 56% do total de jovens que concluíram o curso e 63% dos jovens que ingressaram no PROEJA - Curso médio integrado Agropecuário. Observe os números absolutos no gráfico 1:

GRÁFICO 1 – JOVENS DO PROGRAMA PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA EM RELAÇÃO AOS SUJEITOS DA PESQUISA.



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA DESTE ESTUDO NO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS JOVENS PARTICIPANTES DA PESQUISA (2013)

No que se refere ao sexo, esse número também se constitui significativo, pois corresponde a 15% dos homens e 4% das mulheres da matrícula inicial, 30 % dos homens 38% das mulheres dos jovens que concluíram o curso, ou ainda, 50% dos homens e 100% das mulheres que ingressaram no PROEJA em nível médio.

Mesmo consciente das questões éticas que norteiam as pesquisas, nas ciências humanas e sociais, optamos, conjuntamente com os sujeitos da pesquisa, pela manutenção de seus nomes verdadeiros como uma opção política para dar-lhes a visibilidade de sujeitos sociais históricos em construção.

Entretanto, conforme descrevemos anteriormente, o desafio de nossa investigação era ultrapassar, como descreve Banchs (2005), o sentido manifesto da palavra vinculada ao contexto que a gerou e analisar o processo desta construção. Isto significou para nós compreendermos o próprio Programa no município.

Neste sentido, no percurso metodológico vimos à necessidade de entrevistarmos o coordenador local do Programa e educadores, para construirmos os elementos contextuais de nossa análise das representações dos jovens egressos do Programa. Ressaltamos que a ampliação dos participantes da pesquisa não significou para nós a mudança dos sujeitos das representações objeto de nosso

estudo, mas a busca dos elementos contextuais nos quais os jovens (re)construíram suas representações e a possibilidade de estabelecermos a relação com o proposta nacional de inclusão, implementada em nível local.

Desta forma, a pesquisa contou com a participação de 18 (dezoito) sujeitos, conforme detalhamos no quadro 4:

QUADRO 4- SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

CATEGORIZAÇÃO DOS SUJEITOS	QUANTIDADE
JOVENS DO CAMPO	10
COORDENADOR LOCAL	1
EDUCADORES	8

FONTE: NEVES 2013

2.1 - AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A escolha das técnicas de coleta de dados se pautou na necessidade de conhecermos os processos de comunicação/tensão/mudanças dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra e fazermos as escutas de suas vozes, evidenciando o cotidiano e restabelecendo o valor do conhecimento construído, a partir de uma experiência vivenciada. Neste sentido, buscávamos técnicas que oportunizassem aos participantes da pesquisa o papel de sujeitos e objeto de suas próprias reflexões.

Assim, optamos por utilizar duas técnicas para a coleta de dados: a entrevista estruturada por pautas e o grupo focal. Ressaltamos que, se um lado as entrevistas estruturadas por pautas nos situaram no campo sócio cultural dos jovens, mobilizando a sua capacidade de evidenciar as mudanças na condição juvenil do campo no Município de Bragança e fornecer os elementos da trajetória do Programa e do movimento do seu currículo, por outro lado o grupo focal nos possibilitou revelar as representações sociais desses jovens sobre a condição juvenil do campo a partir de suas experiências vividas no Programa. Como descreveremos a seguir:

2.1.1 - ENTREVISTAS POR PAUTA

Segundo Britto Junior e Feres Junior (2011) a entrevista por pautas permite ao pesquisador certo grau de estruturação, na medida em que se guia por uma relação de pontos de interesse, mas também permite que o entrevistador vá explorando ao longo da entrevista, aspectos que se apresentem como relevantes ao seu interesse de estudo.

A partir desse referencial a primeira entrevista tinha como pauta a condição juvenil do campo, no intuito de identificar quem são os jovens, onde e como vivem, qual o lugar que ocupam na dinâmica social do campo, considerando trabalho, escola, dinâmica social e cultural. Neste sentido as entrevistas foram realizadas com os dez jovens em suas comunidades:

Estas entrevistas ocorreram ao longo de todo primeiro trimestre de 2013, organizadas a partir de um cronograma, no qual se considerou: a localização das comunidades nas quais os jovens residiam e o intervalo das disciplinas do curso do PROEJA que faziam em Castanhal. O contato se deu a partir de uma visita na comunidade de residência dos jovens participantes. Após as devidas apresentações do objetivo da pesquisa e da aceitação em participar deste estudo, os jovens se prontificaram em nos conceder a entrevista assinando o termo de autorização de uso de imagens e depoimentos.

Ao término de cada entrevista os jovens eram convidados a participarem do grupo focal que, por sugestão dos mesmos, ficou agendado para acontecer no Instituto Federal do Pará - Campus de Castanhal, em virtude de ser o espaço onde se encontravam regularmente, para cumprirem as atividades curriculares do novo curso.

A segunda entrevista foi realizada com o coordenador local do Programa 2007-2011 e ocorreu na Escola Municipal Agrícola Edgar de S. Cordeiro, após a apresentação dos objetivos da pesquisa e do pedido de autorização para gravação. Nesta entrevista usamos como pauta a história do Programa no Município. Após a entrevista, o coordenador nos cedeu todo o arquivo Pedagógico do Programa,

contendo relatórios iniciais, parciais e finais, arquivos fotográficos, fichas de inscrições e matrículas dos alunos, planejamentos dos professores, fichas de frequências e notas dos alunos e assinou a autorização para uso das imagens e uso das informações que constavam nos respectivos documentos.

2.1.2 - GRUPO FOCAL

A técnica do Grupo Focal também foi utilizada em dois momentos. No primeiro, com o coletivo de professores e com o coordenador, visando compreender a concepção e materialização da proposta político-pedagógica da Inclusão social no município. Já no segundo momento, utilizamos o grupo focal com o coletivo dos alunos, por compreendermos que desta forma poderíamos construir os indicadores mais sensíveis das tensões, mudanças e representações desses jovens sobre a condição juvenil, a partir da vivência experimentada no Programa.

A ideia de usarmos a técnica do grupo focal se justifica pela experiência bem sucedida dessa técnica, na pesquisa de nossa dissertação defendida em 2007, em virtude de permitir ao pesquisador a coleta de dados qualitativos com um foco específico, em um processo amplo com diferentes sujeitos.

Nossa preocupação, no caso da pesquisa em questão, foi a de ter uma técnica que nos permitisse articular tanto as negociações de ideias, a partir de posicionamentos favoráveis, desfavoráveis, quantos os valores sociais que ligam as imagens aos seus respectivos significados e a correspondência com a condição juvenil do campo.

Assim, podemos dizer que a escolha da técnica foi pautada na sua capacidade de reunir um coletivo de pessoas para discutir em torno de temas comuns. Um exercício possível com o Grupo Focal, pois como descreve Placco (2005) é uma técnica de :

[...] discussão não diretiva em grupo, que reúne pessoas com alguma característica ou experiência comum para discussão de um tema ou área de interesse. Tendo em foco um determinado assunto, a discussão não busca o consenso, mas levantar as diferentes

opiniões, atitudes, pensamentos e sentimentos, expressos verbalmente ou não, em um tempo relativamente curto. (2005, p. 302).

No intuito de garantir o sucesso do uso desta técnica seguimos as recomendações de Berg (1998) e Placco (2005) em: a) Ter objetivo ou problema de pesquisa claramente definido; b) Configurar a adequação da composição do grupo para os propósitos da pesquisa, tanto na homogeneidade, quanto na heterogeneidade de seus membros; c) Garantir a qualidade na relação entre o pesquisador e os membros do grupo, a partir do clima de confiabilidade em relação aos assuntos discutidos e facilitação da fala espontânea dos participantes; d) O facilitador deve estar preparado e bem organizado, com clareza sobre as questões a serem propostas para discussão.

Assim, consciente que a marca do Grupo Focal é levantar as diferentes opiniões, atitudes, pensamentos e sentimentos, expressos verbalmente ou não, conduzimos a discussão visando compreender não apenas **o que**, mas também **por que** os participantes pensam e maneira como pensam.

Desta forma o primeiro grupo focal foi realizado nas dependências da Escola Municipal Agrícola Edgar de S. Cordeiro [palco das atividades presenciais do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra], que permitiram aos professores a reflexão sobre: 1) A concepção do curso em relação à inclusão da juventude do campo; 2) O movimento do currículo do Programa, a partir da estrutura curricular e das atividades pedagógicas desenvolvidas pelo programa no município.

A realização do segundo grupo focal foi feita nas dependências do IFPA – Campus de Castanhal, com a colaboração da coordenação pedagógica do curso PROEJA - Integral. A opção de trabalhar nas dependências da instituição se deu, como falamos anteriormente, por sugestão dos jovens em razão da possibilidade de assim reuni-los em um mesmo espaço físico.

Desta forma, após o apoio da coordenação pedagógica e liberação da sala de aula para realizarmos o grupo focal, retomamos o contato com os jovens que participaram da entrevista, explicando mais uma vez os objetivos da pesquisa e as

atividades que realizaríamos nesta segunda etapa. Conforme registros fotográficos a seguir. Ver figura 3:

FIGURA 3- FOTOS DO GRUPO FOCAL DOS JOVENS



FOTO: NEVES (2013).

A dinâmica do grupo foi iniciada com a fala sobre a condição de vida da juventude do campo. Cada participante apresentou, oralmente, a sua experiência como aluno do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, destacando: a) Qual a relação com a terra antes e depois do Programa? b) Qual a relação com o trabalho antes e depois do Programa? c) Quais organizações e participações sociais foram vivenciadas antes do Programa e quais passaram a ser vivenciadas depois do Programa? d) Quais eram suas formas e relações de lazer antes do Programa e quais passaram a ser depois do Programa? e) Que relações tinha com a escola antes do programa, quais passou a ter depois do Programa ?

Em seguida solicitamos que cada jovem participante falasse sobre o que significou o Programa para a sua vida. Ao termino do grupo focal agradecemos a participação do grupo e a contribuição com a pesquisa.

Ressaltamos que todas as entrevistas e todas as sessões dos Grupos Focais foram gravadas e transcritas. Desta forma os discursos obtidos nas entrevistas e no Grupo Focal, os relatórios e arquivos fotográficos do Programa compuseram o *corpus* da análise desta pesquisa.

2.2 - TÉCNICAS DE ANÁLISES

A partir do *corpus* de análise, estávamos diante do desafio de escolher uma técnica de análise que nos permitisse estabelecer a estrutura lógica das três dimensões. Identificamos entre as diferentes técnicas de análise já usadas na abordagem processual das Representações Sociais a **Análise do Discurso do sujeito coletivo - DSC** de Ana Maria e Fernando Lefevre. Essa técnica despertou nosso interesse por permitir a análise dos discursos individuais, em um processo de comunicação, além de respeitar os sentidos individuais impressos nesse compartilhamento de significados coletivos (LEFEVRE, LEFEVRE, 2005).

Temos a consciência de que existem outros referenciais e outras técnicas para a Análise do Discurso, entretanto a análise proposta para o DSC despertou nosso interesse, a partir de dois argumentos construídos por seus mentores. O primeiro argumento é que Lefevre e Lefevre (2005) defendem a tese de que esta técnica é processo de interpretação que articula o sujeito pensante, o conteúdo do pensamento e as suas justificativas. O segundo argumento é que para os Lefevre e Lefevre (2000) é uma nova técnica de pesquisa qualitativa, que contribui na construção de instrumentos relevantes para resgatar dimensões significativas das Representações Sociais presentes na sociedade e na cultura de um universo pesquisado.

Nesta perspectiva, partimos do princípio de que todo discurso [que compõe o *corpus* de análise] encontra-se socialmente implicado. Desta forma, seu sentido está atrelado aos contextos sociais de produção, que interagem com conteúdos e discursos emitidos em momentos diferentes, mas que podem ser tratados como complementares.

Ao tratamos os discursos do *corpus* da pesquisa, a partir da técnica construída por Lefevre Levrefe (2005), incorporamos os conceitos básicos presentes no processo de constituição das Representações Sociais Moscovici (1978), quais sejam, **Objetivação e Ancoragem**.

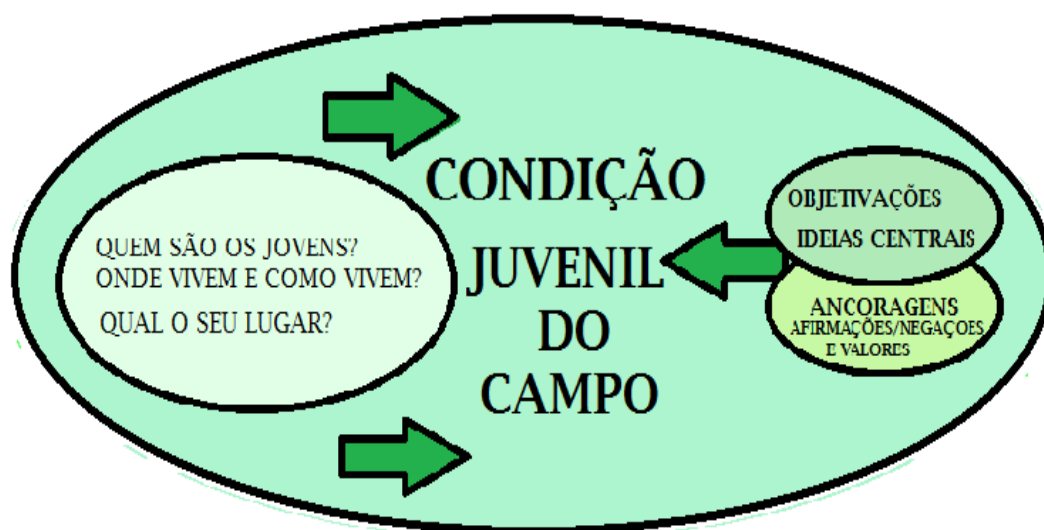
Ressaltamos que se de um lado, nos dois elementos construtores das Representações Sociais - objetivação e ancoragem - há uma relação dialética que nos permitiu compreender o seu processo de construção, de outro lado, este processo de análise não se constituiu como algo isolado, mas ganhou sentido de totalidade na rede de relações de sistemas representacionais, que compõem a articulação das dimensões de análise.

Em síntese, as Ideias centrais (IC) foram extraídas, dos discursos dos participantes da pesquisa, como as objetivações que constituem as imagens mentais das Representações Sociais dos jovens. E as ancoragens (ACs) por sua vez, foram extraídas dos significados e sentidos usados pelos participantes em seus discursos, nas sequências dos argumentos que dão a sustentação às ideias centrais (fragmentos de *corpus* dotados de sentido). Desta forma os discursos dos sujeitos tiveram o seguinte tratamento:

- a) Para identificação das Ideias Centrais (ICs) - transcrevemos os registros das Entrevistas estruturadas em pauta e do Grupo Focal, seguido de leitura para a compreensão da sequência das argumentações das falas dos diferentes sujeitos, destacando os sentidos semelhantes ou complementares, que compõem a ideia central.
- b) Para a identificação das ancoragens (ACs) - destacamos os significados partilhados nas falas dos participantes, tanto nos depoimentos individuais quanto na sequência de argumentos agrupados sob a forma de afirmações, negações e valores elaborados nas falas dos participantes da pesquisa.

Assim, na primeira dimensão de análise intitulada **Ser jovem do campo no campesinato Bragantino** analisamos a condição juvenil do campo a partir das seguintes temáticas: **1)** como os jovens se definiam; **2)** onde e como vivem; **3)** Qual lugar que ocupam na dinâmica social do campo ao considerarmos como elementos de análise o trabalho, a escola, a dinâmica social e cultural, identificando as objetivações e as ancoragens, a partir das falas dos jovens participantes, conforme apresentamos na figura 4:

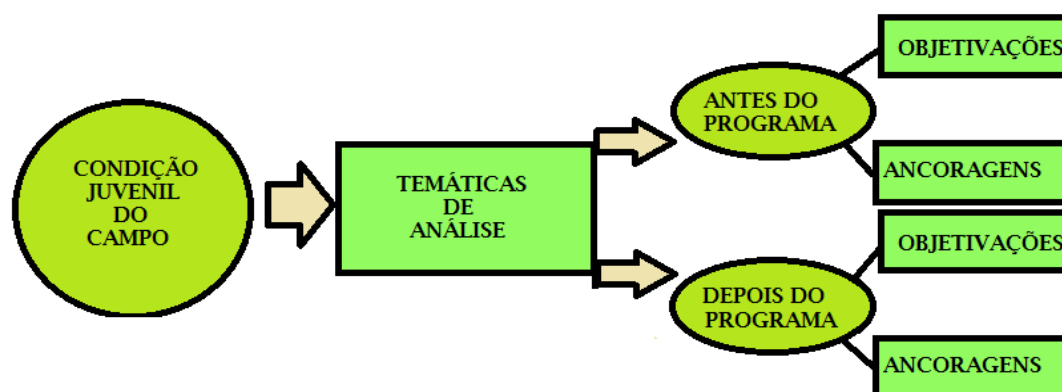
FIGURA 4- ESTRUTURA DE ANÁLISE DA PRIMEIRA DIMENSÃO



FONTE: ELABORADA PELA AUTORA DESTE ESTUDO EM 2014

Na segunda dimensão de análise **A Representação Social dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra sobre a condição juvenil do campo no Município de Bragança** construímos as temáticas de análise a partir das Ideias Centrais extraídas da primeira dimensão - condição de vida. Em seguida identificamos as objetivações e as ancoragens, considerando as representações antes e depois do Programa, conforme a figura 5 a seguir:

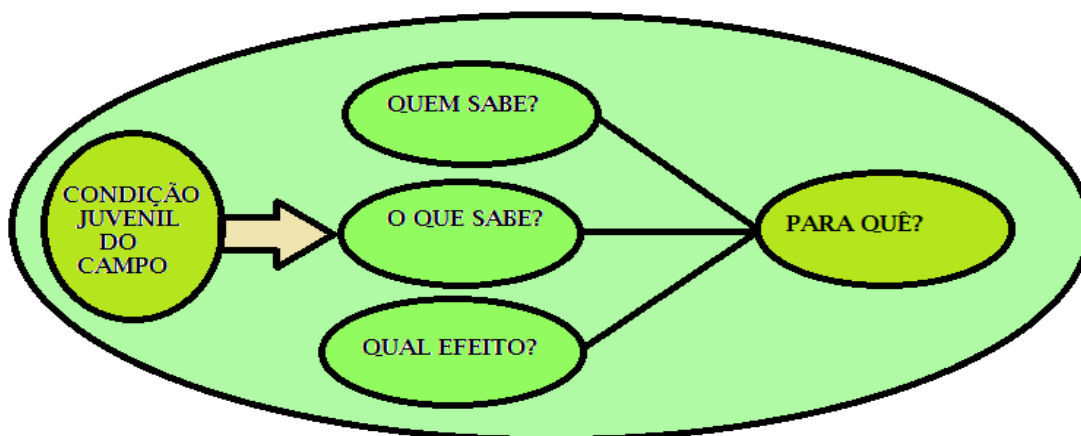
FIGURA 5 - ESTRUTURA DE ANÁLISE DA SEGUNDA DIMENSÃO



FONTE: ELABORADA PELA AUTORA DESTE ESTUDO EM 2014

Na terceira dimensão de análise **Resignificações da condição juvenil do jovem do campo e a proposta de inclusão social** construímos as temáticas de análise a partir dos suportes indicativos das Representações Sociais sugeridos por Jodelet (2001; 2009), conforme figura 6, abaixo:

FIGURA 6 - ESTRUTURA DE ANÁLISE DA TERCEIRA DIMENSÃO



FONTE: ELABORADA PELA AUTORA DESTE ESTUDO EM 2014

Ressaltamos que ao mesmo tempo em que as três dimensões compõem a lógica de organização da teia representacional deste estudo, na quinta seção, elas também se constituíram, como acabamos de apresentar, em elementos estruturantes de nossa análise, no intuito de construir a rede de sentidos e significados que compreendem as construções das Representações Sociais dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, sobre a sua condição juvenil do campo e a relação com a proposta nacional de inclusão social, implementada em nível local.

3 JUVENTUDES: PROCESSOS DE REPRESENTAÇÕES E A CONDIÇÃO JUVENIL DO CAMPO

A partir das décadas de 80 e 90, principalmente, os debates sobre juventude no Brasil defendem a tese de que esta categoria não é autoexplicativa, o que tem levado autores como Spósito (2000, p. 2) a apontarem que este campo de estudo ainda requer investigação - “[...] a própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico passível de investigação [...]”.

Como uma construção social, o conceito de juventude tem sido permeado por uma polissemia que evidencia diferentes representações construídas em torno desta categoria. Neste sentido, mais do que direcionar o olhar investigativo sobre o “jovem” em determinada realidade, nos diferentes espaços territoriais e/ou em organizações de movimentos sociais distintos, faz-se necessário ao pesquisador, no contexto atual, uma análise que se volte para as representações sociais do Jovem que se propõe a estudar.

Neste sentido buscamos abordar a polissemia do conceito, por meio das representações sociais construídas sobre juventude e juventude do campo, na perspectiva de referenciar o aporte de análise sobre o processo de construção das representações sociais de jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, no Município de Bragança, Estado do Pará, sobre a condição desta juventude e a relação com a proposta de inclusão social, implementadas pelo Programa acima citado.

Assim, nesta seção, situamos a juventude como uma categoria histórica e social e buscamos identificar as representações dos estudiosos que dão, à juventude do campo, o sentido de uma categoria ainda em construção. Nesse processo, destacamos os sentidos e significados do conceito de campo, os processos de resistência que legitimaram a imagem da juventude como ator político e social e a perspectiva da inclusão social, construída na confluência entre as tensões em nível nacional.

3.1 JUVENTUDE UMA CATEGORIA HISTÓRICA E SOCIAL

Compreender a juventude, enquanto categoria que se constrói historicamente na sociedade, significa tanto situá-la para além do recorte da população em uma determinada faixa etária, quanto analisá-la a partir dos processos de interação social e das configurações na qual se encontra imersa. Numa perspectiva mais contemporânea, a Juventude é compreendida, como define Groppo (2000, p.07): “[...] uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”.

Neste sentido, a perspectiva dos estudos contemporâneos sobre a condição juvenil é marcada pela necessidade de compreender como os jovens são afetados pelas transformações sociais em curso. Nos dizeres de Spósito, Favero, Carrano e Novaes (2007 p. 9):

Experimentamos hoje uma aguda consciência do novo e da obsolescência de uma parte, pelo menos, das categorias através das quais várias gerações de cientistas sociais e educadores pensaram o mundo. O trabalho, a escola, os valores, a política constituem elementos centrais destas transformações, que afetam os jovens, mais do que outras categorias da população, simplesmente porque esta é uma história que está nascendo com eles.

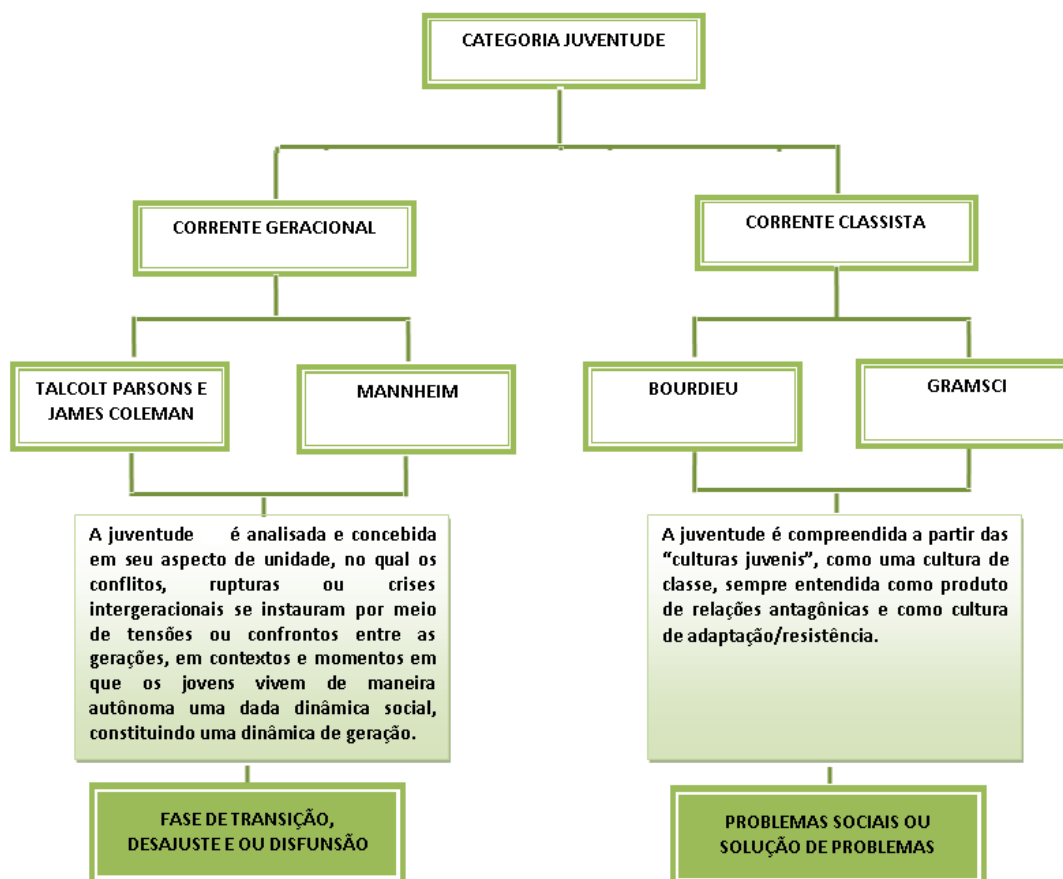
Neste processo, o ritmo e a intensidade das mudanças, nas instituições escolares e no mundo do trabalho, exigem a reunião de esforços interdisciplinares e interinstitucionais, no sentido de compreender a juventude para além dos sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens, que se conformam em situações problemas e voltam o seu foco para a forma com que os próprios jovens vivenciam e elaboram essas situações. Isto significa dizer que as diferentes construções do que é *ser jovem*, varia segundo Abromovay (2003), de acordo com os espaços por onde transitam, e de acordo com as posições sociais que ocupam.

As abordagens sociológicas da categoria Juventude, mesmo que apresentadas de forma sintética, nos permitem observar que o significado de juventude, em diferentes tempos e espaços, foi ancorado em conteúdos

diferenciados, determinados pelas dinâmicas econômicas, políticas, sociais e culturais.

Historicamente, as abordagens sociológicas sobre a Juventude oscilavam, segundo Pais (1993, 2003), entre as **correntes geracionais e a corrente classista**, conforme representação imagética a seguir figura 7:

FIGURA 7 - REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA DOS SOCIOLOGOS SOBRE ESTUDOS DA CATEGORIA JUVENTUDE EM MEADOS DO SÉCULO XX



FONTE: CRIADO A PARTIR DE ESTUDO BIBLIOGRÁFICO POR ESTA AUTORA NO ANO DE 2014

Na primeira abordagem **Corrente geracional**, conforme observamos na imagem acima, a partir de uma matriz epistemológica referenciada nas *teorias da socialização* de base funcionalista de Talcot Parsons e de James Coleman, estudam os conflitos ou descontinuidades intergeracionais como **desvios** ou **disfunções** no processo de socialização; ou ainda, a partir do enfoque de Mannheim, estudam as relações entre as dimensões temporais, sociais e biológicas, no intuito de

compreender o fenômeno geracional, nas ocorrências de transições e transmissões vitais.

Caracterizada pela corrente geracional como uma fase da vida, a juventude é analisada e concebida em seu aspecto de universalidade, na qual os conflitos, rupturas ou crises intergeracionais se instauram por meio de tensões ou confrontos entre as gerações, em contextos e momentos em que os jovens vivem de maneira autônoma uma dada dinâmica social, que constitui uma consciência de geração. Isto significa, como analisa Pais (2003), que o cerne da corrente geracional está nas relações intergeracionais, cuja problemática da juventude é valorizada na perspectiva da continuidade e descontinuidades intergeracionais, em que a primeira implica na reprodução do padrão e cultura adulta na vida dos jovens e a segunda se configura a partir de rupturas de cultura entre as gerações.

Entretanto, cabe salientar que a corrente **geracional**, a partir de Mannheim (1968) implementa a ideia de ruptura da visão coesa e de unidade social do conceito de geração, na medida em que passou a analisar a dinamicidade existente no processo de constituição das gerações como mecanismo decisivo deste processo; e que concebeu no seu texto *O problema da Juventude na Sociedade Moderna* - a juventude como “agente revitalizador”, supera, segundo Serra Freire (2009), o reducionismo apenas biológico do debate geracional e reconhece a articulação social para a configuração da geração.

A segunda abordagem, corrente **classista**, modificou o foco de análise da reprodução intergeracional da dinamicidade existente no processo de constituições das gerações para a reprodução de classes. Para os representantes desta corrente, tratar a juventude como um fenômeno universal, independente de clivagens sociais é uma tentativa de manipulação da realidade (BOURDIEU, 1983). Desta forma, em contraposição a corrente geracional, a abordagem classista concebe a juventude como um grupo social, e como tal, as diferenças na transição dos jovens para a vida adulta são marcadas pelas desigualdades sociais e pelas relações de classe.

Em que pese as diferenças internas entre os representantes da corrente classista, a visão antagônica de Bourdieu e Gramsci em relação à representação social da juventude, cunhada como fase de transição para a vida adulta, sustentada pela lógica funcionalista, significou uma ruptura com a visão da juventude como disfunções nos ajustes dos papéis sociais e trouxe para os estudos da categoria Juventude a compreensão das “culturas juvenis” como culturas de classe, sempre entendidas como produto de relações antagônicas e como uma “cultura de resistência” (PAIS 2003).

Desta forma podemos inferir que, se na escola funcionalista, com seu apogeu na expansão e no desenvolvimento da industrialização, a juventude ganhou visibilidade enquanto fase de transição importante para o desenvolvimento da vida dos sujeitos, foi a partir dos estudos classistas, que a categoria juventude passou a ser analisada pelas desigualdades sociais, em função da classe social e da divisão do trabalho.

Estudos mais recentes sobre a juventude mostram que as sociedades são marcadas pelas incertezas, mobilidades, transitoriedades e abertura de mudanças, o que tem forçado os estudiosos da temática a construir estratégias para além das configurações das culturas de classes. Como exemplo podemos citar Pais, em seu livro *A construção sociológica da Juventude* (1990), ao argumentar que a categoria juventude deveria ser considerada “como uma **aparente unidade** (quando referida a uma fase da vida) e como **diversidade** (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir uns dos outros). Ou ainda, na (re)leitura de Abad (2003) e posteriormente Abramo (2005), que ao analisarem a complexidade em que se categoriza a juventude na contemporaneidade, apresentam uma dupla dimensão na análise para a categoria “juventude”. A primeira é “condição juvenil”, ou seja, o modo pelo qual uma determinada sociedade constitui e atribui significado a este momento do ciclo de vida, constituindo uma dimensão histórico-geracional. Outra dimensão é a “situação juvenil”, que reflete a forma como tal condição é vivida a partir das diferenças culturais e sociais. Em síntese, fazendo uso das próprias palavras de Abramo (2005) podemos dizer que:

A nova condição juvenil se constrói sobre o pano de fundo da crise das instituições tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta hegemônica [...]. Essa nova condição juvenil se caracteriza por uma forte autonomia individual (especialmente no uso do tempo livre e do ócio), pela avidez em multiplicar experiências vitais; pela ausência de grandes responsabilidades de terceiros; por uma rápida maturidade mental e física e por uma emancipação mais precoce, nos aspectos emocionais e afetivos, ainda que atrasada no econômico, com o exercício mais precoce da sexualidade. (ABRAMO, 2005, p.25)

Nesta perspectiva os estudos da juventude passam a enfocar as diversidades e as diferenças. Assim, os jovens são entendidos como sujeitos de direitos, que vivem e se constituem na contemporaneidade, em complexos contextos sociais e educativos, construídos historicamente e culturalmente, mediados por significações sociais de seu mundo.

Dessa forma, percebe-se que o estudo da juventude na contemporaneidade se diferencia das gerações anteriores. Entretanto, ressaltamos que de modo geral, a gênese do debate sobre juventude é demonstrada por diversos autores, a partir do modo de organização das relações, da produção material e simbólica da sociedade capitalista e das mudanças de sua compreensão tecidas no contexto histórico das mudanças ocorridas no bojo das sociedades, imprimindo à categoria juventude características bem peculiares.

A ênfase da sociologia funcionalista e quase que de toda sociologia preocupada com o tema da juventude, recai sobre o processo de socialização vivido pelos jovens e sobre as possíveis disfunções nele encontradas. A juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, onde as falhas nesse desenvolvimento e os ajustes se constituem em temas de preocupação social.

Neste sentido a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”, objeto de falha, disfunção no processo de integração social e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social, como ocorreu na análise dos jovens da década de 50 inscritos

sob a pecha de transgressores e delinquentes, como forma inerente à condição juvenil, **rebeldes sem causa** de acordo com a descrição de Abramo e Branco (1997), o que demarca que naquela época entendia-se a juventude como uma fase da vida patologicamente difícil e turbulenta;

Nas décadas de 60 e 70, no contexto da efervescência cultural e política de diferentes movimentos na América Latina o jovem passou a ser visto como uma ameaça à ordem social, reforçando desta maneira as formulações da ideia de juventude como **problema**. Ou ainda, no caso do movimento estudantil brasileiro, no enfrentamento ao Estado autoritário instalado pelo golpe militar de 1964, os jovens foram analisados a partir das leituras de pesquisadores como Ianni (1968) como **potencializador de transformações sociais radicais**, nos seus dizeres:

“[...] a história do regime capitalista tem sido a história do advento político da juventude. Em cada país em que se desenvolve o sistema capitalista de produção, os jovens assumem importância crescente no campo da ação política [...]” (IANNI, 1968, p.225)

Essa lógica de pensar a Juventude a partir do potencial transformador radical é sustentada pelo debate teórico de autores como Hobsbawm (1995), que defende a Tese de que a juventude dos anos 60 representa o aumento de uma cultura específica, indicadora de mudanças profundas nas formas de relação entre as gerações. Em sua análise o autor defende a ideia de que a radicalização do jovem na década de 60 significou a **autonomia** da juventude, a partir de uma nova cultura juvenil pautada em três argumentos: a) a juventude não se configurava em estágio preparatório para vida adulta, mas um estágio final pleno de desenvolvimento; b) a cultura juvenil tornou-se dominante economicamente para representar uma massa concentrada de poder de compra; e c) o internacionalismo presente na cultura de massa das juventudes urbanas representou a visibilidade social desta categoria.

Assim, se nos anos 60 a juventude era um “problema”, na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações, essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 70 os “problemas” de emprego e de entrada na vida

ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase transformando-a em categoria econômica (PAIS, 1990), (ABRAMO, 2005).

Nesse movimento de reconfiguração da categoria Juventude, a partir dos olhares e análises dos pesquisadores, destacamos que autores como Abramo e Branco (2005) apresentam essa categoria a partir do movimento de visibilidade social, construído pela própria juventude a partir dos anos 90.

Neste contexto, segundo os autores, os jovens tomam as ruas envolvidos em diversos tipos de ações individuais e coletivas, reivindicando seus direitos, constituindo-se como pauta em organismos internacionais como UNESCO¹⁷, CEPAL¹⁸ que levaram, ao longo das ultimas duas décadas, os governos a assinarem acordos, criarem programas e políticas publicas especificas para a juventude, trazendo à tona a compreensão da juventude como atores sociais, como descreve o documento da UNESCO (2004):

[...] os jovens participam na dinâmica da sociedade através de estratégias diferentes, seja como atores sociais e políticos ou manifestando diversas formas de expressão e identidade. Porém, a maior parte das formas que esse desejo de participação juvenil tem assumido ao longo da história, tem como característica a oscilação, alternando períodos de visibilidade publica com outros de forte retração e invisibilidade. Tudo parece estar intimamente relacionado com a transitoriedade da condição juvenil que leva, diferentemente dos trabalhadores ou das mulheres que se guiam, sobretudo, pelas dimensões materiais da existência, os jovens a se orientarem especialmente por interesses não necessariamente voltados a seu ciclo de vida. (UNESCO, 2004, p.25)

¹⁷ A assembleia das Nações Unidas proclamou 1985 como o Ano Internacional da Juventude, dando ao mundo a visibilidade da temática; em 1995 lançou o programa de Ação Mundial para a Juventude PAMJ no qual criou medidas para fortalecer a capacidade dos Países para aumentarem a qualidade e a quantidade de oportunidades de participação dos jovens rurais e urbanos em situação de risco, apontando para as especificidades das juventudes em seus contextos e condições, definindo como temáticas prioritárias: 1) Educação; 2) Emprego; 3) Pobreza e má nutrição; 4) Saúde; 5) Meio Ambiente; 6) Uso indevido das drogas; 7) Delinquência Juvenil; 8) Atividades Recreativas; 9) As crianças e os Jovens; 10) Participação plena na vida em sociedade e adoção de decisões.

¹⁸ A Comissão Econômica para America Latina e Caribe – CEPAL tem usado os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio como parâmetro de monitoramento do desenvolvimento social da America Latina. Em virtude dos dados de pobreza apresentados pelas pesquisas do CEPAL, a Juventude passou a configurar como a nova meta do ODM consolidada na Meta 1B, que se propõe a obter emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo Jovens e Mulheres, por serem considerados grupos vulneráveis. (CEPAL, 2008)

Desta forma, reafirmamos o discurso de que os estudos sobre a juventude precisam ir além do recorte de população específica, a partir da idade, e abordar os processos de interação e configurações sociais em que os jovens estão imersos. Isto implica dizer que ela pode ser analisada de forma muito diversa, na história e no cotidiano da vida social (GROPPO, 2000).

Ressaltamos que na medida em que as histórias e o cotidiano da vida social da juventude são incorporados aos estudos acadêmicos, identificamos nas leituras que as construções imagéticas sobre a juventude, são desenhadas em múltiplos sentidos e significados: Transição, Problema, Solução e, mais recentemente Ator Social/Sujeitos de Direitos conforme apresentamos na figura abaixo (figura 8) que entrelaça um complexo campo de análise.

FIGURA 8- CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PESQUISADORES SOBRE A JUVENTUDE



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA DESTE ESTUDO A PARTIR DO ESTUDO BIBLIOGRÁFICO - 2014

Ao considerar a figura imagética acima, podemos observar que os pesquisadores não só representam a juventude como fase de Transição, mas incluem em suas análises outras representações como: juventude vinculada a problemas sociais; juventude vinculada a soluções sociais; e ainda, juventude como

protagonista e/ou sujeitos de direitos, montando assim, uma rede de sentidos e significados que marcam a complexidade da contemporaneidade em definir a categoria nos dias atuais.

Neste sentido a reconstrução imagética da teia de representações sociais dos pesquisadores, sobre as juventudes e a identificação dos sentidos e significados, apresentados sinteticamente a partir da (re)leitura empreendida nas literaturas sobre esta temática, nos levam a reafirmar que autores como Abramo (2005); Spósito (2009); Carrano (2005); Dayrell (2007); e Nascimento (2002), ao analisarem a categoria juventude (re)afirmam a ideia de que a diversidade de experiências e os contextos variados definem a pluralidade juvenil e de “ser jovem” entre as sociedades diversas e até mesmo, no interior de uma mesma sociedade.

Mas, acima de tudo, esta constatação da existência de diferentes juventudes, seja como problemas ou soluções sociais, ou ainda, como protagonista e ou sujeitos de direitos, nos levou a perceber que a construção histórica da categoria juventude implicou no reconhecimento do lugar social que a juventude passou a ocupar, ou que deveria ocupar, na sociedade.

De uma forma geral a análise dos relatórios e informes nacionais de todos os países revela que os debates sobre a juventude remeteram os jovens para as contradições econômicas e sociais as quais foram submetidos¹⁹. Neste sentido há uma releitura de que a questão de classe é importante para compreensão da dinâmica desse segmento. Entretanto, corroboramos com os autores que afirmam que esta abordagem de análise não explica a totalidade e complexa realidade cultural e de sociabilidades juvenis no contexto atual.

O Instituto Brasileiro de Base Econômica IBASE e o Instituto Polis publicaram, em 2008, uma pesquisa sobre a Juventude e Integração Sul Americana: caracterização de situações tipos e organizações juvenis da Argentina, Bolívia,

¹⁹ Na análise do Banco Mundial (2007) as circunstâncias e ações que conduzem à desigualdade geral na América Latina surgem durante a juventude. O baixo nível de escolarização dos jovens, em particular os pobres, que ao concluírem o ensino fundamental não ingressam no ensino médio; a gravidez precoce e a delinquência, que afetam particularmente os mais pobres, são resultantes de problemas estruturais do próprio sistema capitalista.

Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai com o tema ***Ser Joven em Sudmerica: Dialogos para la construccion de la democracia regional*** cujo resultado contesta, segundo as análises de Novaes e Santoro (2008), a possibilidade de uma universalização da juventude pelos próprios jovens.

Abramo & Branco (2005), no livro ***Retratos da Juventude Brasileira***, descrevem que as análises que compõem a obra, enfatizam diferentes possibilidades de olhar a categoria “juventude”, perpassando por diversos campos analíticos da sociologia, na busca da compreensão da condição e situação juvenil nos processos de institucionalização e socialização inerentes à relação entre juventude e escola (SPÓSITO, 2005); o trabalho no imaginário da juventude (GUIMARÃES, 2005); o lazer e o tempo livre dos jovens brasileiros (BRENNER ET AL, 2005); as percepções destes jovens acerca de questões envolvendo a sexualidade e a saúde reprodutiva (CALAZANS, 2005); a religiosidade (NOVAES, 2005); a questão do negro (SANTOS ET AL, 2005); o uso de drogas (CARLINI-MARLATT, 2005); e a cultura política e a participação democrática (KRISCHKE, 2005).

Os estudos sobre ***Juventude Olhares sobre diversidade***, coordenados por Ricardo Henriques, publicado pelo UNESCO (2007), defendem a tese da relativização do critério etário na definição da juventude e trás para o debate as questões relacionadas à cultura, trabalho, gênero, etnia, geração, dentre outros aspectos, que acabam por determinar a construção da identidade social juvenil no curso do tempo:

Os brasileiros nascidos há 15 ou há 29 anos, próximos quanto à data de nascimento, estão socialmente muito distantes entre si. Afastados pela origem de classe; pelas relações subordinadas entre campo e cidade; pelas disparidades regionais; pela geografia das grandes cidades, que criminaliza suas favelas e periferias; por múltiplos preconceitos e discriminações, os jovens brasileiros precisam se encontrar e se ouvir mais. (UNESCO, 2007 – HENRIQUES - p.9)

O caderno ***Educação para Todos***, publicado pelo MEC/UNESCO (2007), Intitulado ***Juventude e Contemporaneidade***, Organizado por Osmar Fávero, Marília Pontes Spósito, Paulo Carrano e Regina Reys Novaes chama atenção da

necessidade de esforços interdisciplinares e interinstitucionais para estudar a categoria Juventude, conforme transcrito abaixo:

No momento atual, persiste e se agudiza a necessidade de compreender como os jovens são afetados pelas transformações sociais em curso. O ritmo e a intensidade das mudanças nas instituições escolares e no mundo do trabalho estão a exigir a reunião de esforços interdisciplinares e interinstitucionais (MEC/UNESCO - 2007, p 9).

A própria organização do livro chama atenção para as possibilidades diferenciadas de análise da categoria: a) Juventudes no mundo contemporâneo - tratam das transformações mais gerais que afetam a vida dos jovens em diferentes momentos da modernidade (PERALVA, MELUCCI, REGUILLO e ABRAMO, 2007); b) *Modos de Ser Jovem*, analisando os dilemas contemporâneos da Juventude em contextos e situações variadas - desemprego; o fenômeno das gangues na visão midiática; do rap e funk como mundos de culturas mais democráticos que a escola (FRANSSSEN, SÁNCHEZ-JANKOWSKY e DAYRELL, 2007); c) *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*, os autores realizam um balanço das políticas, analisam os desafios da atual Política Nacional de Juventude e comentam seus objetivos de assegurar direitos e ampliar oportunidades de inserção social para os diferentes segmentos da juventude brasileira (CARRANO, SPÓSITO et al, NOVAES, 2007).

Isto significa dizer que as tentativas dos pesquisadores para a identificação de uma cultura ou de uma identidade social juvenil mudaram o foco de análise dos estudos sobre juventude para a investigação de culturas e identidades sociais e coletivas da juventude. Para além dos cortes etários²⁰, ou apesar deles, os estudos contemporâneos não falam mais em *juventude*, mas em *juventudes* (Novaes, 1998) inseridas em universos culturais, caracterizados pelas mudanças culturais na sociedade, ou seja, para as condições e situações juvenis.

²⁰ Identificamos que nos estudos anteriormente citados o Limite da faixa etária para demarcar a Juventude tem se configurado de forma diferenciada. Para os jovens de classe média tem sido aceita a faixa estabelecida pelas Nações Unidas - ONU dos 14 aos 24 anos, podendo inclusive ter uma pequena variação para menos; e para os Jovens em condição “de risco pessoal e social” o limite da faixa etária se amplia até os 29 anos (14 a 29 anos), como define a Organização Internacional da Juventude (OIJ).

Esta leitura da forma de analisar a categoria Juventude nos permite compreender que autores como Oliveira (2004), Castro (2009), Serra Freire (2009) e Moreira (2012), ao estudarem a juventude, na complexa realidade da América Latina, passaram a evidenciar, tanto a limitada produção de conhecimentos teóricos e práticos produzidos sobre esse campo temático, quanto a destacarem a imperiosidade de se problematizar o sentido e o significado da Juventude do campo, no intuito de se responder o que singulariza esta juventude nas diferentes realidades do campo (espaço de produções materiais e imateriais) da região amazônica. Como nos fala Oliveira:

[...] a região amazônica não pode ser vista, e muito menos analisada de forma homogênea, pois isso seria desconsiderar a sua cultura, o seu modo de vida, a complexidade e a unicidade das relações que esses sujeitos estabelecem em suas práticas sociais cotidianas, ou seja, seria um grande erro interpretativo, que não responderia aos verdadeiros anseios amazônicos (2004, p. 28).

Especificamente, ao analisar as juventudes do campo na região amazônica, Serra Freire (2009) destacou que a complexa sociobiodiversidade abriga uma multiplicidade de populações, culturas e tradições representadas por povos das águas, florestas e dos campos amazônicos: ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores, agricultores familiares etc., que afirmam suas identidades, reproduzindo historicamente o modo de vida, de produção, de existência sociocultural e ambiental.

Compreender a condição e situação dos sujeitos do campo em suas práticas sociais cotidianas significa, como destacamos em nossa dissertação (NEVES, 2007), colocar-se na escuta de toda forma de saber produzido, inclusive pelos debates dos movimentos sociais em defesa dos sujeitos do campo.

Neste sentido, faz-se necessário analisar juventude e suas especificidades do campo, que ao longo dos últimos anos provocaram a sociedade brasileira, de forma geral, a participarem das discussões e dos estudos acerca da complexidade do território cultural brasileiro, da relação campo/cidade e da relação campo/campo, e das reconfigurações da forma de representá-la como uma categoria.

3.2 - CONDIÇÕES E SITUAÇÕES JUVENIS DO CAMPO: ABORDAGENS SOBRE A JUVENTUDE DO CAMPO

Buscar caminhos e olhares que nos permitam debruçar sobre as condições e situações juvenis do campo têm como grande desafio compreender esta categoria em seus múltiplos significados, no processo de reorganização dos sujeitos do campo imersos em contextos de exclusão e inclusão.

Ao analisar os estudos sobre a categoria juventude observamos que o foco ainda está na juventude que se encontra no espaço urbano, de preferência nas grandes metrópoles brasileiras. Apesar de um aumento no volume de estudos e ações sobre os jovens em áreas do campo, ainda hoje a categoria é pouco reconhecida. Entretanto, é preciso considerar, como destaca Castro (2008), que foi à categoria juventude rural, que ao longo da história e em muitos países, ordenou as representações em torno dos jovens que viviam no campo, demarcando, como destaca Bourdieu (apud Castro, 2008), a ideia de “classe object”, com os preconceitos das imagens “urbanas” sobre o campo.

Constitui-se o nosso desafio alargar o olhar para além do debate das preocupações de classe, que pautaram suas análises na dualidade campo-cidade ou nas preocupações econômicas, nas quais o campo possui como significado a ideia de um território de produção agrícola voltado para produção de gêneros alimentícios, e assumir a compreensão do campo como sinônimo de reprodução de vida, de construção de relações sociais, de condições e situações de vida construídas no “*continuum*” rural-urbano²¹.

Como destaca Castro (2008), vivenciamos uma reordenação da categoria juventude do campo, em que as dificuldades de condições de vida e produção do campo atingem de forma mais direta o jovem.

²¹ Wanderley (2001), estudiosa dos movimentos sociais do campo, destacou em seus estudos que atualmente são utilizadas duas explicações para compreendermos a aproximação entre o mundo urbano e o mundo rural: a) “urbanização do campo”; e b) “continuum rural-urbano”. A primeira concepção é pautada na teoria econômica clássica de que o avanço urbano tenderia a esvaziar o mundo rural, ou a nitidez do que os distingue seria dissipada. Já a segunda concepção, segundo a autora, expressaria uma aproximação que integra o urbano e o rural sem as perdas de suas especificidades.

Ao olharmos os estudos sobre a juventude do campo percebemos, nas diferentes interpretações sobre os jovens, a aproximação da reprodução da hierarquia rural/urbano sob construções estigmatizantes²², onde morar no campo é desvalorizado culturalmente, ou seja, identificamos as representações dos jovens do campo como sinônimos de “atraso”, imersos a um cenário de “extinção”, em virtude dos processos de industrialização/modernização da agricultura, que tornam homogêneas as vivências e as realidades sociais no campo, a partir de modelos como do latifúndio e do agronegócio, sob o controle das grandes empresas transnacionais. Também identificamos representações sobre os jovens do campo como atores políticos e de resistência, onde o campo, mais do que um espaço de produção econômica/agrícola, se constitui em um espaço social de construção de vivências, valores, enfim, condições e situações diferenciadas do mundo urbano.

Nesta lógica de compreender as representações sobre os jovens do campo, garantindo as especificidades do mundo rural, os autores que enveredaram pelos estudos da juventude consideram que o debate é complexo e que não se trata da adoção de uma simples nomenclatura “Juventude do Campo” ou “Juventude Rural” na perspectiva da contraposição aos espaços urbanos. Segundo Durston apud Carneiro (2004), a categoria “Juventude Rural” é fluída, imprecisa, e historicamente invisibilizou os jovens desse território, em decorrência da compreensão urbana de juventude, pautada na dicotomia Juventude Urbana X Juventude Rural.

Neste sentido, a mudança de juventude rural para juventude do campo representa um projeto político que se alinha em uma histórica batalha do Estado com a sociedade civil no cenário do campo. Como descreve Scalabrin (2011):

Rural e campo não são sinônimos, existem diferenças substanciais entre os dois termos e, em algumas situações, eles tem sido entendidos como originários de paradigmas que se contrapõem no contexto sócio, político, cultural que envolve o meio rural. O rural encontra-se em geral vinculado à ideia marginalizada do campo. Trata-se de uma expressão carregada de preconceitos e conservadora. Possui uma perspectiva unidimensional que ignora a

²² O estigma (Goffman, In Castro, 2008) que marca quem mora nessas áreas rurais é manifestado pela classificação de *morar mal*, para quem é morador de áreas associadas ao meio rural, em oposição a *morar bem*, para quem reside nos centros urbanos.

identidade do campo e as demandas sociais dos sujeitos. Está associada à visão econômica, que sustenta uma relação de inferioridade do campo em relação a cidade, fundamentando-se na matriz urbanocêntrica de mundo. O Campo mais que paradigma é movimento. Orientado por uma perspectiva diferenciada se articula num movimento em construção e coletivo, que assume uma visão de campo como espaço heterogêneo, plural e político, possuidor de identidades e demandas distintas, no qual os sujeitos são protagonistas. Essa vertente compreende a relação campo-cidade como processos interdependentes que se manifesta inconformada com a situação de abandono em que o meio rural encontra-se submetido.

Nesta perspectiva de análise, a categoria juventude do campo, representa a revivificação do conceito camponês, que abrange, segundo Carvalho (2005), a totalidade das formas de reprodução das unidades de produção familiar do campo brasileiro, a partir da tese da centralidade da reprodução familiar camponesa e de sua especificidade, no contexto de uma formação econômica e social capitalista, ou seja, se fizermos um paralelo ao subtópico anterior, seria compreendermos a juventude do campo a partir da visão de que a situação juvenil do campo corresponde às condições Juvenis específicas do campo.

Assim, embora não seja objetivo dessa tese a análise do desenvolvimento agrário no Brasil, pensar a condição juvenil do campo é situá-la em meio aos conflitos ideológicos, históricos e culturais que a constituíram, mas também é trazer à tona a situação juvenil do campo.

3.3 - OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO CONCEITO DE CAMPO NA CONFIGURAÇÃO DA CONDIÇÃO JUVENIL DO CAMPO.

Estudiosos da educação do campo, ao corroborar os analistas da economia política do processo de desenvolvimento na agricultura, constatam que ao longo da história brasileira a questão agrária promove a concentração da propriedade da terra de forma injusta, criando problemas que envolvem tanto a questão da terra, quanto a justa distribuição da terra, provocando, como diz Scalabrin (2011), os conflitos entre latifúndio (extrativistas e pecuaristas) e mais recentemente do agronegócio (com as empresas multinacionais) e os povos do campo, que em sua análise teórica, são forçados a se reunir para lutar pela terra, como forma de sobrevivência. E, ainda,

nas palavras de Grzibowski (1994), levam os trabalhadores a criarem alternativas de sobrevivência:

A pobreza e a miséria aumentam no campo na mesma proporção em que se internacionalizam a produção, os produtos e as relações sociais na agricultura. Aos problemas econômicos e sociais do modelo concentrador cabe acrescentar a devastação provocada pela tecnologia que lhe dá suporte. Os trabalhadores são levados a buscar alternativas por uma questão de sobrevivência, pois são eles que pagam o maior preço da devastação natural. (p.291)

Essa forma de análise é sustentada, segundo Fernandes (2005), nos paradigmas de desenvolvimento - Paradigma da Questão Agrária – PQA e Paradigma do Capitalismo Agrário – PCA - e define também os métodos de análises das pesquisas, na realidade do campo Brasileiro, nos quais “os pesquisadores utilizam conceitos que expressam visões diversas de mundo e que constroem os distintos projetos de desenvolvimento do campo” (p.38)²³. Esse processo de análise é utilizado tanto por autores da sociologia, quanto da educação do campo, para explicar as construções de identidades dos sujeitos do campo, a partir dos papéis, dos lugares assumidos e das formas de pertencimento desses sujeitos do campo nas lutas contra ou a favor do capital.

Gehlen (1994), numa abordagem classista, identifica três campos de interesses que movem os sujeitos no cenário do campo, nos confrontos da luta pela terra: a) os grandes proprietários da terra, no caso os latifundiários tradicionais, que não querem qualquer reforma ou mudança nas ordens das coisas; b) os empresários com a visão liberal burguesa, que também são grandes proprietários de terra e investidores, pressionam o Estado para aplicação de políticas voltadas à ampliação

²³ Para o referido autor a diferença fundamental entre os dois paradigmas PQA e PCA é a perspectiva de relação com o sistema capitalista. No primeiro a questão agrária é inerente ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, que provoca a diferenciação do campesinato e consequentemente sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo implacavelmente o conflito, inerente ao capitalismo, ou seja, faz parte de sua lógica e de sua vida, portanto, insuperável. Nesta perspectiva ou convive-se com ele, administrando-o politicamente, tentando minimizar os efeitos produtores de miséria e pobreza, ou supera-se o capitalismo. No segundo paradigma, a questão agrária não existe porque os problemas do desenvolvimento do capitalismo são resolvidos pelo próprio capital. Partindo desse pressuposto, propõe-se uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital, no qual a execução de políticas desenvolvidas pelo Estado possibilitaria a superação do problema agrário do capitalismo.

do processo de acumulação, como empréstimos a juros baixos ou subsídios agrícolas etc.; e c) os que lutam por reformas estruturais, entre elas a reforma agrária e buscam alternativas de vida, trabalho e participação política. Nesse terceiro campo de interesse a luta pela terra une os movimentos sociais (populares do campo) com interesses específicos, porém com a finalidade comum de afirmarem a função social da terra.

A questão que centralizamos nesta abordagem é que ao considerarem a função social da terra como o elemento unificador de interesses específicos dos sujeitos populares do campo, os autores dos projetos de desenvolvimento econômico possibilitam aos teóricos, que debatem as condições de vida e produção desses sujeitos, um paralelo das análises sobre a unidade/diversidade camponesa no Brasil para a compreensão do processo de construção dessa análise.

Nesta perspectiva, Fernandes (2005) chama atenção que vários estudos brasileiros sobre a unidade evidenciam que o campesinato brasileiro é marcado pela ideia de sujeitos políticos coletivos, que se fazem e refazem nas lutas através das quais enfrentam os sujeitos sociais do capital.

A partir de estudos sobre as revoluções com base camponesa observamos que não há consensos quanto aos sujeitos históricos serem constituídos apenas de uma categoria de trabalhadores. No caso do Brasil, Ribeiro (2002) destaca que o termo Sujeitos Sociais é utilizado tanto para representar o capital, como as Federações e Confederações das Indústrias e Comércio no Brasil, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, em nível internacional, quanto para representar o trabalho, como por exemplo, os sindicatos dos trabalhadores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícola - CONTAG e a Central Única dos Trabalhadores - CUT ou as entidades religiosas como a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e a Comissão Pastoral da Terra - CPT, ou ainda, as Organizações Não Governamentais - ONG's, como a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE (RIBEIRO, 2002).

Neste sentido, em busca de ruptura de uma visão linear entre o sujeito social do capital e o sujeito social do trabalho é que o uso do termo Sujeito Político Coletivo

vai representar a unidade política na visão ideológica, como nos diz Ribeiro (2002), contraditoriamente, por meio do seu movimento de conservar/transformar. Assim, os Sujeitos Político Coletivo são identificados a partir dos movimentos sociais de lutas populares, no seu processo organizativo e por sua capacidade de construir uma unidade de interesses comuns, nas reivindicações que superam a dimensão pontual e temporal, orientadas por um projeto de sociedade que se confronta com o sistema atual.

Desta forma, a partir da lógica da centralidade da reprodução familiar camponesa e de sua especificidade no contexto da formação econômica capitalista, vemos que a unidade camponesa é construída pela politização do termo camponês. Segundo estudos de Carvalho (2005), a unidade teria como delimitação de identidade, as ações realizadas pelos movimentos sociais populares do campo pela terra do trabalho.

Essa visão sustenta-se na compreensão de que há no sistema agrário brasileiro uma dupla relação com a terra: Terra do Trabalho e Terra de Negócios (MARTINS, 1997), que afirmam os conflitos no campo brasileiro, principalmente na Amazônia, e se estabelecem a partir do confronto dos dois regimes de propriedade: o da propriedade capitalista e o da propriedade de trabalho. O primeiro desempenha a função de explorar a força de trabalho e o segundo não explora o trabalho de outro.

Partindo da compreensão de que a propriedade é um instrumento de trabalho de quem nela trabalha, os que defendem essa Tese afirmam que este modelo de propriedade não é capitalista, visto que a propriedade é do trabalhador familiar, ampliando desta forma a perspectiva de configuração da classificação dos sujeitos do campo. Assim, são considerados sujeitos do campo os diferentes trabalhadores cuja propriedade, seja propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha, superando a cisão entre as diferentes denominações apontadas pelos partidos políticos, movimentos sociais sindicais ligados à CONTAG e pelas organizações ligadas à igreja que defenderam a causa dos camponeses como a Comissão Pastoral da Terra - CPT (CARVALHO, 2005).

Como podemos observar nos parágrafos anteriores, a ideia de ruptura radical e/ou de ações resistentes ao modelo capitalista, fomentam as análises críticas dos autores em relação à integração do camponês ao mercado.

Se de um lado autores como Fernandes (2011), criticam a solução para as vulnerabilidades sociais de ordem econômica, que são problemas do sistema capitalista, na qual o trabalhador do campo é inserido no mercado [produzir mais e ter mais recurso] e que não alteram o modo de produção. De outro lado, autores como Oliveira (2013), defendem que esta lógica permite a contradição do próprio sistema capitalista, ou seja, relações sociais não capitalistas que permitem aos sujeitos do campo, dentro deste sistema, construírem complexas formas de adaptação/resistência.

Para Ribeiro (2002), essa “dinâmica contraditória dos movimentos sociais do campo, do qual fazem parte todas as categorias de trabalhadores” (p.162) coloca os sujeitos do campo na perspectiva de “sujeito ainda em construção” (p.162) embora pese o fato de que suas ações tenham conseguido apenas mudanças conjunturais (FERNANDES: 2011).

O equacionamento analítico do paradoxo apresentado nos parágrafos anteriores, é feito por nós com o reconhecimento de que a condição de vida dos sujeitos do campo, no caso específico que nos interessa, dos jovens do campo, ao inscrevê-los num quadro de adaptação/resistência, transcende a esfera econômica. Neste sentido, as suas ações de luta dos sujeitos do campo não estão limitadas à luta pela terra, pelo contrário, eles estão à frente de outras, dentre essas bandeiras, a educação básica do campo. Se “a luta pela terra e por uma nova questão agrária possibilita a construção de uma nova realidade do campo - menos excludente” se tornou símbolo dos movimentos sociais do campo, a questão da educação se encontra dialogicamente entrelaçada em todas as lutas e bandeiras dos movimentos, que passaram, na filtragem do governo federal, a partir de 2005, a ser movidas pelo discurso da inclusão social como veremos a seguir.

Por sua vez, nos debates da diversidade, os estudos de Carvalho (2005), nos mostram que na medida em que existem sujeitos políticos no campo, realizando

ações coletivas de lutas pela terra de trabalho, admitem-se também denominações diferenciadas de formas de vida, trabalho e cultura desses sujeitos. Neste sentido, a condição e situação de vida dos sujeitos do campo passam a se constituir tanto na ação coletiva, quanto na diversidade de manifestações da vida, do trabalho e da cultura do que ele passa a chamar de povos da terra.

Nesta abordagem de análise, Carvalho (2005) destacou em seus estudos dois eixos centrais para demarcar a existência da diversidade e identificá-las entre os diferentes sujeitos do campo: o primeiro são as formas que esses sujeitos assumem a sua produção e como se relacionam com o mercado, seus hábitos e a cultura daí decorrente. O segundo é a biodiversidade, que inclui os solos, as águas, as plantas e os animais constituintes de ecossistemas próprios e as culturas dos povos geradas nesta relação com o meio ambiente por meio do trabalho. Nos seus dizeres:

A diversificação de atividades é um dos componentes centrais da estratégia de produção e reprodução, sobretudo através da associação entre o policultivo, agroextrativistas e criações, distribuições de formas equilibradas no espaço e no tempo. Ao mesmo tempo provê as diferentes necessidades produtivas e de consumo, a diversificação possibilita otimizar o uso da força de trabalho familiar [...] (CARVALHO, 2005, p.377)

Sujeitos que, segundo o próprio Carvalho (2005), possuem um sistema produtivo de bens articulados à oferta de serviços no mercado, mas também ao consumo familiar e a manutenção do próprio sistema, gerando desta maneira, diferentes formas e rendas intercomplementares:

[...] o camponês ao utilizar a força de trabalho de sua família, como a dele mesmo, percebe o “excedente” como uma retribuição do seu próprio trabalho e não como “lucro”. Essa retribuição aparece corporificada no consumo familiar de bens e serviços. (2005 p.19)

Autores como Wanderley (2001) e Carvalho (2005) consideram que a diversidade da produção dos trabalhadores do campo tem relação com a luta pelo controle de sua produção e a necessidade de sentirem-se reconhecidos na diversidade de suas situações de vida e de trabalho. Na perspectiva da diversidade, Wanderley (2001) aproxima a ideia da pluriatividade e afirma:

[...] parte significativa da diversificação econômica e da pluriatividade tem origem nas famílias agrícolas. A pluriatividade, neste sentido, não constitui, necessariamente, um processo de abandono da agricultura e do meio rural. Frequentemente – e diria mesmo cada vez mais - a pluriatividade expressa a estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar. (p. 37)

Este sentido de representar os sujeitos do campo a partir da diversidade de trabalho e vida nos dão parâmetros para compreender que não estamos falando de um perfil único de sujeitos do campo, quando nos deparamos com a diversidade das vivências sociais e dos grupos sociais/étnicos, presentes no campo. Como descrevem Hébette e Maneschy (2002) referindo-se a essa diversidade no Pará:

Lavradores, agricultores, camponeses, ribeirinhos, varzeiros, quilombolas, extratores, posseiros, colonos, assentados, atingidos por barragens, catadores de babaçu, castanheiros, seringueiros, pescadores, catadores de caranguejos e catadores de siris. (2002 p.20)

Pelo exposto, compreendemos que o campo é mais que uma concentração espacial geográfica; é o cenário de vidas, culturas, de lutas e movimentos sociais; é o ponto de partida para uma série de reflexões sociais. É um espaço culturalmente próprio, detentor de tradições, místicas e costumes singulares, portanto, o uso da terminologia homem, mulher e os Jovens do campo representa a ideia de sujeitos ainda em construção de determinadas sínteses sociais, que são específicas, de dimensões diferentes das urbanas.

O primeiro estado da arte apresentado por Weisheimer (2005), referente ao período de 1990-2004, destaca o debate da juventude do campo a partir do conceito de Jovens Rurais e/ou Juventude rural, subdivididos em 4 (quatro) grandes linhas temáticas: 1) Juventude e educação rural, 2) Juventude rural, identidades e ação coletiva, 3) Juventude rural e inserção no trabalho e 4) Juventude e reprodução social da agricultura familiar; que se inter cruzam por meio de duas grandes

centralidades analíticas: **jovens que migram dos territórios rurais para os territórios urbanos**; e a **invisibilidade da juventude do campo**. Como diz Castro:

A juventude rural no Brasil é constantemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”. Contudo, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões, onde a categoria jovem é construída, e seus significados, disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais. (CASTRO, 2009, p.4)

De uma forma geral, neste processo de caracterização, os jovens do campo, em seus processos migratórios ou em suas invisibilidades, são representados como sujeitos desmotivados a continuarem nos territórios rurais, negando para si a relação identitária com a terra²⁴, em função de “**processos de exclusão social**”, como explica Abromovay:

[...] o processo de exclusão social é marcado pela falta ou a insuficiência da incorporação de parte da população à comunidade política e social, de tal maneira que lhe nega, formal ou informalmente, os direitos de cidadania, como a igualdade perante a lei e as instituições públicas, e o seu acesso às oportunidades sociais, quais sejam, de estudo, de profissionalização, de trabalho, de cultura, de lazer, e de expressão social, entre outros bens e serviços do acervo de uma civilização (ABROMOVAY, 1999, p. 18).

É interessante destacar que o uso do termo: “**exclusão social**” para caracterizar os jovens do campo, abarca uma infinidade de situações distintas, que se traduzem, como nos diz Castel (1998), na ausência dos sujeitos nos circuitos vivos das trocas sociais, ou seja, na falta de acesso e de oportunidades destas juventudes, especialmente em relação ao trabalho, a educação, a cultura, ao esporte e ao lazer.

Nos estudos de Durston (1998) Weisheimer (2005), Neves (2007), Castro (2009), Serra Freire (2009) e Moreira (2012), identificamos duas considerações presentes nessas análises sobre a exclusão dos sujeitos do campo, que permeiam a

²⁴ Em nossa pesquisa de mestrado, os sujeitos adultos se configuram como sujeito assentado-agricultor pela sua identificação com a terra, tanto pela luta pela posse da Terra, pela garantia da produção; quanto pelos processos sucessórios. (NEVES, 2007)

própria exclusão das juventudes do campo. A primeira é que as subjetividades construídas pelos sujeitos do campo sobre a exclusão social são marcadas pelas dificuldades enfrentadas em relação ao trabalho, seja na forma da produção e comercialização dos produtos agrícolas, seja pela ausência de qualificação para o trabalho urbano, ou ainda, pela precariedade da infraestrutura em seus territórios como: transporte, estradas, saneamento básico, e, dos serviços como escolas e atendimento médico.

A segunda é que os sentimentos negativos construídos em torno da exclusão social ancoram os sentimentos de não querer ser sujeito do campo, provocando fenômenos como: o envelhecimento da população, a masculinização e, conseqüentemente, a diminuição das populações rurais, o que representa, nas análises, dos autores acima citados, incertezas quanto às reconstruções de identidades do camponês, a partir da organização do trabalho pelo viés da agricultura familiar.

Neste cenário, em que a condição juvenil das juventudes do campo é marcada pela exclusão social, é importante ressaltar, como analisa Castro (2009), Moreira (2012) e Viertler (2006), que as construções do pertencimento dos jovens, encontram-se baseadas na consciência que eles constroem sobre si mesmos, por meio do processo dialético entre ele [Ego], e um outro [Alter], que correspondem à imagem na qual ele espelhará o seu desejo de “vir-a-ser”.

Portanto, quando a juventude do campo afirma algo negativo sobre si mesmo ou em relação a sua condição de existência, na medida em que estabelece as semelhanças e diferenças com os outros [de alteridade], vai refletir na sua visão de pertencimento, e portanto, na construção de sua identidade. Como diz Nascimento (2002, p.130) “no contexto do cotidiano, os conhecimentos do senso comum são produzidos para dar sentido à vida, estruturar as informações e as ações”. Enfim, editam valores de si, dos outros e do mundo e constroem sua própria identidade, pelo processo de afirmação e ou negação.

Os estudos sobre os processos geracionais dos sujeitos do campo, realizados por Abramovay (1998), mostram que até as décadas de 60/70 havia um padrão

simples no processo sucessório da juventude do campo. Para ele o processo educacional informal favorecia a valorização e a manutenção da casa paterna e, sobretudo, subsidiava a reprodução do modo de vida ligado às atividades dos agricultores pelas gerações mais novas. Em suas palavras: *“filho de agricultor era agricultor”* (p.30).

Entretanto, como consta nos resultados finais do relatório da CEPAL: *“Juventude e coesão social na Ibero-América: um modelo a ser construído”* organizado por Hopenhayn (2008), as alterações do padrão de sucessão das juventudes do campo, desde a década de 70 sofreram alterações. As análises apresentadas expressam que o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo nos territórios rurais generalizou novas formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideias, que expressam a mercantilização da terra. Isto implica em dizer que, na medida em que a terra adquiriu valor de mercado deixou ser vista como espaço de produção e vida para se transformar em produto, o que provocou, nas novas gerações, estados temporais anímicos em relação à sua inserção produtiva e social.

Segundo Carneiro, (1998, 2005), Serra Freire (2009) e Hopenhayn (2008) podemos dizer que hoje, apesar da prática da incorporação precoce na vida produtiva ainda ser um fato constante na vida dos jovens do campo, as barreiras à inserção produtiva e social da juventude do campo são altas, marcadas, sobretudo, pela dificuldade no acesso da posse da terra e obtenção de crédito, ou até mesmo na ausência de investimentos na formação para empregos não agrícolas. Como nos diz Hopenhayn, 2008:

Quanto à agricultura familiar, os obstáculos são observados no acesso à terra familiar e as consequentes dificuldades para obter crédito, nas possibilidades de arrendar terras insuficientes e, geralmente, na necessidade de ser proprietário ou produtor a cargo da gerência da propriedade, a fim de receber assistência técnica e poder participar ativamente nas organizações produtivas e comunitárias. No que diz respeito ao emprego não agrícola, a insuficiente atenção dada pelas diversas instituições públicas, organismos não governamentais e outros atores – com programas apropriados de formação, crédito, infraestrutura e outros tipos de apoio – freia uma inserção bem-sucedida dos jovens rurais no

trabalho, tanto nas zonas rurais como urbanas. Além de não aproveitar o escasso capital humano, estas barreiras implicam uma perda do esforço educacional por parte destes jovens, seus pais e o Estado (HOPENHAYN 2008 p. 217-218).

Como destaca Carneiro (2005), a tendência de ampliação do mercado de trabalho não agrícola no campo e a migração dos jovens para trabalharem na cidade fez com que houvesse uma redução do número de jovens no campo, nas atividades agrícolas, em relação às outras atividades profissionais.

Nas análises de Abramovay (1998) e Wanderley (2000) vamos identificar que os processos de exclusão social da juventude do campo provocaram limitações na formação das unidades produtivas e, conseqüentemente, apresentaram como resultado a diminuição da reprodução dos papéis entre as gerações sucessórias, provocando, por conseguinte, mudanças nas formas de organização familiar nos campos brasileiros.

Nesta lógica, (re)afirmamos que os estudos das construções sobre o pertencimento das juventudes do campo marcam os conflitos e as tensões com as quais esses sujeitos se relacionam com a terra e com a natureza, no *continuum* rural urbano.

O fato é que, diante desse cenário de barreiras para inserção produtiva e social das juventudes do campo, o espelhamento a que nos referíamos anteriormente, que possibilitava ao jovem do campo projetar o seu desejo de “vir-a-ser” agricultor, marcado quase que exclusivamente pela referencia familiar, numa dinâmica social na qual havia *“uma transição direta da infância à vida adulta pela incorporação precoce do indivíduo no mundo do trabalho [...]”* (ABRAMOVAY 1998, p. 33) passou a ser influenciado por outros exemplos de espelhamento, construído na dinâmica da estrutura agrária brasileira, que leva os jovens a optarem pela condição histórica na qual estão submersos, por outro estilo de vida, que na maioria das vezes, os levam a outros tipos de exclusão social.

Fazendo analogia aos estudos de Sousa Santos (2007), podemos dizer que a luta pela terra no campo, que para nós representa a luta pelo pertencimento na vida

de agricultor²⁵, tem sido marcada por movimentos que orientam as resoluções dos conflitos do passado, na perspectiva de substituírem o vazio do futuro dos jovens do campo, (pela falta de referência, como falamos anteriormente, do modo de vida rural, na dinâmica do modelo agrário do sistema capitalista - latifúndio e agronegócio), assinalados pela ausência da perspectiva de trabalho, por desistência e reprovações escolares²⁶, por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, construídas no tempo presente pelo Estado brasileiro, por meio de formulação de políticas, programas e ações voltados à inclusão social de jovens do campo e de resistências dos movimentos populares do campo pelas lutas que vão além da terra de trabalho.

Como nos diz Melucci (2001) a cultura juvenil exige da sociedade o valor do presente como única condição da mudança; aquilo em que vale se firmar no aqui e no agora. Ela reivindica o direito à provisoriedade, à reversibilidade das escolhas, à pluralidade e ao policentrismo das biografias individuais e orientações coletivas:

[...] as mobilizações juvenis funcionam como reveladoras, elas fazem desabrochar as questões profundas, os problemas e as tensões que permeiam toda a sociedade. No tempo e no espaço que o conflito delimita, os jovens não falam mais só por si mesmos: ser jovem não é mais somente um destino, mas se transforma em escolha para mudar e para dirigir a existência. (MELUCCI, 2001, p. 105)

Neste sentido, para além das diferentes representações sobre a juventude apresentadas anteriormente, vinculamos nesta Tese as tradições teóricas no trato das questões juvenis, pautadas no paradigma das “Culturas Juvenis” com os conflitos dos paradigmas agrários, para compreendermos que os Jovens do campo, como descreve Alberto Melucci (2001), produzem sua existência nas relações conflituosas em busca de seus direitos:

²⁵ A respeito do sujeito que luta pela terra, podemos dizer que ele busca abrigo e pertencimento e, mais que isso, ele procura os significados que possam enraizar sua cidadania. NEVES (2007 p.68)

²⁶ O relatório da FAO/INCRA (1996) apontou como principais áreas problemáticas e enfrentadas pelos jovens rurais e agricultores: 1) educação e formação para a autossuficiência; 2) apoio; 3) paz, segurança e estabilidade. O desemprego e a inadequação da formação dos jovens são reconhecidos como problemas e que se manifestam de forma mais agravada nas áreas do campo.

Os jovens podem, portanto, tornarem-se atores de conflitos porque falam a língua do possível; fundam-se na incompletude que lhes define para chamar a atenção da sociedade inteira para produzir a sua própria existência ao invés de submetê-la; fazem exigência de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para todos estes direito (MELUCCI, 2001, p. 102).

Desta forma consideramos que, para além da análise da reprodução dos modos de vida, em suas dinâmicas sucessórias ligadas à agricultura e à exclusão social, há um novo cenário para os estudos das condições e situações juvenis do campo, relacionado às novas dinâmicas territoriais que estes jovens passaram a vivenciar, que diz respeito tanto às lutas políticas desenvolvidas para ocupação, para a conquista do direito sobre a terra, para garantia da produção e financiamento, quanto aos projetos que envolvem a inclusão social destas juventudes, ligados aos processos de escolarização e profissionalização. Acreditamos que os estudos sobre as condições juvenis do campo devam focar suas análises na encruzilhada que vincula e tenciona o legítimo anseio pela inclusão social, e os sentidos e opções que são organizados no entorno desta mesma inclusão.

3.4 - A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL DA JUVENTUDE DO CAMPO

A relação entre a juventude do campo e o capitalismo é repleta de contradições e movimentos, maiores inclusive que as vividas pelos jovens urbanos. É desproporcional a correlação de forças que existe entre a juventude, os processos de organização dos trabalhadores do campo e o sistema capitalista. Porém, é necessário notar que a condição e a situação juvenil do campo transformam-se junto ao processo de constituição do sistema agrário.

Para Fernandes (2004), a percepção dos interesses diferentes entre juventudes e juventudes do campo ressalta as relações conflituosas, nas quais tanto os jovens do campo produzem adaptação/resistência no espaço político. Isto significa dizer que estes jovens assumem posições que reconfiguram não apenas as dinâmicas do sistema produtivo capitalista, mas a si mesmos, como sujeitos de direitos e de pertencimento ao campo.

Se analisarmos este cenário à luz do referencial teórico de Sousa Santos (2003), inferimos que as relações conflituosas vivenciadas pelas juventudes do campo [que hoje articulam políticas de igualdade às políticas de mudanças da condição juvenil, numa perspectiva inclusiva] trazem à tona, os elementos do embate travado nas zonas de contato²⁷. Dito de outra forma, colocamo-nos diante da ideia de que a categoria juventude do campo historicamente assumiu uma luta pluralista pela igualdade intercultural²⁸, que na prática tem significado, por um lado que os grupos de jovens mais vulneráveis não tem conseguido que seus interesses sejam representados com facilidade no sistema político, por outro lado, que os movimentos sociais constituintes da democracia participativa da própria juventude²⁹, tem propiciado a inserção de temáticas, até então ignoradas, no cenário político nacional.

Assim, estabelecendo um paralelo ao que Sousa Santos (2007) chamou de relação entre regulação e emancipação e relação entre subjetividade e cidadania, podemos dizer que a juventude do campo no Brasil vive dentro do espaço de construções de políticas para juventude, cujas orientações, tais como as dirigidas à regulação da cultura juvenil e da própria concepção de campo, correspondem às aspirações de realização de inclusão social desses jovens, como sujeitos de direitos.

Dentro desta perspectiva, ao analisar a categoria Juventude do Campo como sujeitos de direitos, nos processos conflituosos e de lutas pluralistas, Castro (2008) aponta que nas distintas formas de organização da juventude do campo e nas organizações e movimentos sociais, dois aspectos são centrais: a) As juventudes do campo como uma identidade política aglutinou demandas sociais específicas e

²⁷[...] zonas de contato são campos sociais em que diferentes mundos normativos da vida se encontram e defrontam [...] diferentes culturas jurídicas que se defrontam de modos altamente assimétricos [...] propícias à experimentação e à inovação cultural e normativa. (SOUSA SANTOS 2003; p. 43- 44)

²⁸ Sousa Santos (2003) trata da problemática da igualdade e dos direitos humanos, em um mundo marcado por uma globalização neoliberal excludente, e as questões da diferença e do multiculturalismo, em tempos de uma mundialização com pretensões monoculturais. [...]um multiculturalismo aberto e interativo, que acentua a interculturalidade, por considerá-la a mais adequada para a construção de sociedades, democráticas e inclusivas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade.

²⁹ Para Sousa Santos e Avritzer (2003) todos os casos de democracia estudados iniciam-se com uma tentativa de disputa pelo significado de determinadas práticas políticas, por uma ampliação da gramática social e da incorporação de novos atores ou de novos temas na política.

estruturais, com objetivo às mudanças na realidade do campo brasileiro, e, demarcou o seu lugar, tanto no debate sobre a própria juventude, quanto seu lugar nos movimentos sociais do campo; e b) A juventude do campo como identidade pessoal é acionada relacionalmente em oposição a “velhos” e “adultos”, nos processos de disputa pelos espaços de decisão, nas organizações sociais, seja nos movimentos, seja nas suas famílias.

Estes dois aspectos implicam dizer que a categoria juventude do campo se relaciona, a reconfiguração da condição e situação dos sujeitos do campo, assumindo as práticas, as reivindicações e as bandeiras de luta dos movimentos sociais do campo (MST, CPT, ED DO CAMPO, entre outros), esses jovens também formulam novas questões e, conseqüentemente constroem um repertório de ações que (re)significam a sua condição e situação juvenil do campo, passando, então, a apresentarem demandas específicas desse grupo social³⁰.

Neste processo de construções da condição juvenil do campo, se de um lado eles conseguem apresentar demandas específicas à sociedade, que lhes permitem sair da invisibilidade para o reconhecimento social da existência de uma categoria: juventude do campo, por outro lado, como demarca Sousa Santos (2003) o processo de regulação-emancipação do Estado filtra essas demandas e constrói programas e/ou políticas públicas para atendê-los, ou seja, o Estado tem elaborado mecanismos para enfrentar os desafios apresentados por estas juventudes, no intuito de facilitar o processo de transição e integração da juventude ao mundo adulto.

Esse processo no Brasil foi identificado por Abad (2003) em quatro períodos: de controle social, de enfrentamento da pobreza, de inserção laboral, e, por último, as ações voltadas para a Inclusão social. Em nossa análise esses períodos estão

³⁰ No Brasil as demandas para as políticas públicas para a juventude do campo foram apresentadas para a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, por uma pluralidade de movimentos do campo: sindicais, camponeses, de jovens mulheres rurais e da agricultura familiar. Por sua vez, a Secretaria Nacional da Juventude constituiu um Grupo de Trabalho de Políticas Públicas para a Juventude Rural (GTPPJ) com a participação de ministérios, identificados como relevantes para a construção de uma Política Nacional para a Juventude Rural PNJR, e de representantes da sociedade civil, tanto os mais estruturados quanto aqueles em processo de articulação nacional, como as juventudes quilombola e o Movimento da Educação do Campo.

intimamente, relacionados aos desafios postos ao Estado, a partir da representação que se construiu socialmente e no meio acadêmico, sobre a Juventude, conforme o quadro 5:

QUADRO 5 - COMPARAÇÕES ENTRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A JUVENTUDE E OS OBJETIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A JUVENTUDE	OBJETIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
Fase de transição	Ampliação da educação e uso do tempo livre
Problema social	Controle social de setores juvenis mobilizados Enfrentamento da pobreza e prevenção do delito
Solução de problemas sociais	Inserção laboral de jovens excluídos
Sujeitos de direitos	Inclusão social

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA DESTE ESTUDO A PARTIR REPRESENTAÇÕES SOBRE A JUVENTUDE CONSTRUÍDA NO PRIMEIRO SUBTÓPICO DESTE TEXTO (2014).

Como podemos observar no quadro 5, as Representações Sociais sobre Juventude (descritas na primeira coluna), sugerem os desafios pelos quais o Estado foi, ao longo das últimas décadas, motivado a implementar políticas públicas para a juventude. Portanto, na representação da juventude como fase de transição, as políticas públicas visavam à ampliação da educação e uso do tempo livre (1950-1980). Para representação da juventude como problema social foram implementadas as políticas que objetivavam tanto o controle social de setores juvenis mobilizados (1970-1985), quanto, enfrentamento da pobreza e prevenção do delito (1985-2000). Para a representação da juventude como solução social, configuraram-se as políticas de inserção laboral de jovens excluídos (1990-2000). Por último, numa (re)leitura do início do século XXI, tem-se destacado as representações dos jovens como sujeitos de direitos. As orientações para elaboração das políticas públicas estão voltadas para a participação e inclusão social da juventude, inclusive da juventude do campo.

Ao estabelecer a relação entre as concepções de desenvolvimento do campo e os estudos sobre a inclusão social identificamos uma mesma lógica de raciocínio, ou seja, para os teóricos do desenvolvimento agrário brasileiro, a inserção do trabalhador do campo nas relações comerciais não registra transformações estruturais no sistema capitalista. Por sua vez, para os estudiosos da inclusão social

da juventude, como Leal (2004) e Sawaia (1999), a tendência das sociedades excludentes, no caso a brasileira, tem sido tratar a inclusão social das juventudes como resposta ao problema da exclusão social, desta parcela da população, por meio de propostas, programas e políticas de capacitação dos indivíduos para o exercício da cidadania, sem pensar efetivamente em transformações estruturais do sistema capitalista.

Neste sentido, é preciso levar em conta que apesar dos avanços no reconhecimento da especificidade da condição e situação juvenil no campo não podemos desconsiderar o movimento dialético que ocorre no processo de institucionalização das demandas, para a reconfiguração da condição juvenil no campo, como veremos a seguir.

3.5 A RECONFIGURAÇÃO DA CONDIÇÃO JUVENIL NO CAMPO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

No movimento de luta contra a ditadura militar, a partir da década de 80, a categoria juventude do campo foi acionada e acionadora, a princípio nos movimentos ligados à igreja católica – PJR, a partir de 1983, e posteriormente pelos organismos sindicais dos trabalhadores agrícolas como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG e Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAGRI em 2001, seguidos pelo Movimento Sem Terra - MST e da Via Campesina (2006), no sentido de demarcar a especificidade desta cultura juvenil.

Isto significa dizer que dentro de um contexto mais amplo de redemocratização da sociedade brasileira, que envolveu também o processo de reorganização dos movimentos populares do campo, a juventude buscou sua reorganização, dentro dos próprios movimentos (Pastorais da Juventude e coletivos de juventude), conforme apresentamos no quadro 6:

QUADRO 6- REORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE DENTRO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

NOME	INSTÂNCIA DA JUVENTUDE	INÍCIO DE TRABALHO /ORGANIZAÇÃO FORMAL	REGIÃO E ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE
PJ e PJR	Pastorais dos Estados e Regiões	1983	Nacional até Municipal
CONTAG	CNJTTR	2001	Nacional até Municipal
FETAGRI	Coletivos de Juventude	2001	Nacional até Municipal
MCC	Não Possui	2003	Estadual
MPA	Não Possui	2003	Estadual
MBA	Coletivo Nacional	2003	Nacional
MST	Coletivo Nacional de Juventude	2006	Nacional e Estadual
VIA CAMPESSINA	Coletivo Nacional de Juventude	2006	Nacional

FONTE: OLIVEIRA (2013) ³¹

A partir dos estudos de Abramo (2007) podemos dizer que o movimento da redemocratização da sociedade brasileira, em que a Constituinte, no final dos anos 80, corporificou a efervescência da mudança, fez emergir a representação da juventude como um tema político. Para este autor, os jovens foram os grandes sujeitos desse processo, protagonizaram as mobilizações pela retomada da democracia, para elaboração da constituição e das políticas sociais setoriais, entre os quais “[...] os chamados “novos movimentos sociais”, com novas identidades” (ABRAMO, 2005, p.14) como observamos no quadro 6 acima.

Assim, nesse processo de construções de “novos movimentos sociais”, começaram também as mobilizações de reconhecimento da especificidade da Juventude do campo, dentro dos próprios movimentos. Desta forma os jovens construíram, ao longo de todo o início do século XXI, uma série de eventos que organizaram politicamente os jovens do campo como sujeitos de direitos e como estratégia para o desenvolvimento do campo, conforme apresentamos no quadro abaixo 7.

³¹ Apresentação de Oliveira (2013) sobre Juventude e Educação do Campo na V jornada Nacional Jovem Rural: Novos Caminhos para Agricultura Familiar

QUADRO 7- EVENTOS ORGANIZADOS POR MOVIMENTOS SOCIAIS DA JUVENTUDE DO CAMPO NO PERÍODO DE 2002 A 2012

ANO	MOVIMENTOS	EVENTOS
2002	MST	I Encontro de Juventude do Campo e da Cidade em diferentes estados
2003	FETRAF-SUL	I Acampamentos da Juventude e Agricultura Familiar
2006	PJR/MST	I Congresso Nacional de Juventude Rural
2006	FETRAF-SUL	II Acampamentos da Juventude e Agricultura Familiar
2006	CONTAG	Seminário Jovem e Saber realizado durante o grito da terra
2007	PJR	II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural
2006	VIA CAMPESINA	I Seminário de Juventude do Campo
2008	Todos e SNJ	I Conferência Nacional da Juventude
2011	Todos e SNJ	II Conferência Nacional da Juventude
2012	Todos e SNJ	I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas
2013	PJR	III Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural

FONTE: ADAPTADO PELA AUTORA DESTA TESE, EM 2014.

Esses eventos, foram provocados a partir “[...] *da inexistência de uma política nacional que contemplasse os interesses da juventude rural*”, como relata a Carta Proposta da Juventude, do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, elaborada em 2003 (p.1).

Na análise dos movimentos sociais do campo e da juventude do campo, as transformações da estrutura agrária brasileira [concentração de terra e renda; tamanho das propriedades; monocultura] geraram aumento da desigualdade nas propriedades, a exploração da força de trabalho e expropriação e empobrecimento do pequeno produtor. Neste cenário causador de vulnerabilidades sociais dos sujeitos do campo, os jovens são os sujeitos sociais mais atingidos, os primeiros a sofrerem com a violência, desemprego e falta de uma educação de qualidade.

Assim, na busca de fortalecimento e implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS a juventude, por meio desses eventos, se organizava e se apresentava à sociedade brasileira e ao Estado brasileiro, conforme destacamos no documento a seguir:

Acreditamos que a juventude rural não pode esperar a superação da pobreza que atinge o campo brasileiro e para tanto, estamos aqui apresentando propostas na perspectiva de contribuir com a superação das desigualdades sociais que reinam em nosso país. (CARTA DA JUVENTUDE, 2003, p.1)

Nos documentos, produzidos em decorrência desses eventos, os jovens se representavam com uma postura política de transformação social e como uma diversidade de sujeitos que encontram a unidade na agricultura familiar e na busca do desenvolvimento, na busca do equilíbrio entre o ser humano e a natureza, como identificamos na carta da II Jornada Nacional do Jovem Rural, realizadas pela PJR 2007:

[...] apresentamos um conjunto de proposições para, a partir do nosso aprendizado, auxiliar a sociedade civil e o Estado brasileiro a superarem graves problemas sociais, econômicos e ambientais. Ressaltamos aqueles que encontramos cotidianamente nos nossos locais de origem – em 22 estados da federação. Neles, predomina uma agricultura familiar diversa em condições e resultados, porém unida em suas aspirações de desenvolvimento e em sua disposição de participar na construção de uma sociedade mais justa, em termos socioeconômicos; plural, em suas manifestações culturais e, por fim, equilibrada no que diz respeito à relação entre o ser humano e a natureza (CARTA, 2007 p.1)

Como podemos observar nos registros acima, o movimento da juventude do campo expressa a busca para a construção de instrumentos legais, tanto para efetivação das políticas específicas para a Juventude do campo que envolva a superação da pobreza, quanto para transformação social, que articule o desenvolvimento e o equilíbrio entre o ser humano e a natureza e, ainda, a reforma agrária como destaca a “Carta da Juventude Camponesa” entregue ao Presidente Lula em 2006:

Neste documento as demandas tratam de questões específicas como: “3.b. ampliar os investimentos nas Escolas Agrotécnicas Federais e nas Universidades Rurais, bem como garantir acesso à juventude rural”; “4- Crédito rural: Criar uma Linha de credito especial para a juventude no campo, em moldes diferentes do Pronaf Jovem, que ofereça condições de acesso à juventude.” Mas também reivindicam questões mais amplas no que concerne à política de reforma agrária, como no trecho: “O modelo agropecuário tem penalizado a população rural, especificamente a Juventude. [...] sem

reforma agrária e sem uma política agrícola centrada na agricultura camponesa, será impossível manter a juventude no campo.” E questões que dizem respeito à esfera econômica, tais como: “é necessário mudar a política econômica, alterando o modelo agropecuário, eliminando o superávit primário e adotando como prioridade investimentos na geração de emprego, distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno.”

Para Castro (2009), esse processo que envolve a reorganização política da juventude do campo, vai configurar um complexo cenário de interesses, na medida em que os segmentos juvenis do campo incorporam as demandas ideológicas das agendas de seus movimentos sociais, que fomentaram, por sua vez, o processo de institucionalização de suas demandas.

É preciso considerar que no cenário Internacional, a inscrição da importância da Juventude do campo, para as formulações e aplicação de políticas e esforços relacionados à promoção do desenvolvimento, ocorreu em 1979, no princípio XI da Declaração de Princípios e Programas de Ação da Conferência Mundial sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, conforme destacamos a seguir:

XI) as políticas e programas que afetam os sistemas agrário e rural devem ser formuladas e aplicadas com pleno conhecimento e participação de toda a população rural, incluindo os jovens, e de suas organizações em todos os níveis, e os esforços em prol do desenvolvimento devem responder às diversas necessidades de diferentes grupos de camponeses pobres (DECLARAÇÃO 1979 In CADERNOS PARA CONFERENCIA, 2005 p. 18)

Entretanto, foi na XI Conferência Ibero-Americana de Juventude Rural em 2002, que após denunciar as exclusões sociais da juventude na América Latina, elaborou-se a ideia de que inclusão social e econômica dos jovens rurais perpassa pela criação de oportunidades que contemplassem: a especificidade, a integralidade, a diferenciação e a participação juvenil. Assumindo, como podemos observar no fragmento da declaração final, o compromisso de impulsionar ações para favorecer a criação das referidas oportunidades:

[...] A juventude rural na nossa região encontra-se excluída socialmente, carente de um projecto de desenvolvimento rural sustentado e imersa na invisibilidade. Para favorecer a sua inclusão

social e económica, comprometemo-nos a impulsionar acções que promovam a sua integral inclusão, mediante oportunidades que contemplem a especificidade, a integralidade, a diferenciação e a participação juvenil. (DECLARAÇÃO FINAL DA XI CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DA JUVENTUDE. SALAMANCA, ESPANHA, OUTUBRO DE 2002. p.4)

Em 2010, a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2010) destacou em seu relatório que havia demandas diferenciadas entre as demandas de inclusão social das Juventudes urbanas e as juventudes do campo. O relatório ressalta as diferenças em função do sentimento da juventude do campo ultrapassar a necessidade de garantir o futuro no plano pessoal, “cabe-lhes a responsabilidade da reprodução social do próprio território rural, e a da garantia de um desenvolvimento sustentável” (OIT, 2010 p.13).

Ao observarmos esses dois cenários [dos eventos dos segmentos juvenis do campo e dos organismos internacionais], concluímos que nos dois casos o reconhecimento das especificidades dos Jovens do Campo - como sujeitos que se situam sócio-historicamente no âmbito da agricultura familiar e camponesa e vivencia dificuldades de acesso à terra, de efetivar a produção agropecuária e acessar as políticas públicas (reforma agrária, assistência técnica, crédito rural, entre outras) ancoram os discursos da exclusão social e da negação dos direitos. E esta visão passa a direcionar o governo brasileiro à criar estratégias para oportunizar aos jovens do campo a garantia de seus direitos, fomentando desta forma, a necessidade de construção de programas e ações que promovam a inclusão social para a Juventude do campo.

Em síntese podemos dizer que a política nacional para juventude do campo, pautada nas demandas dos movimentos sociais e diretrizes e pelas agendas dos organismos internacionais, corresponde à filtragem do Governo brasileiro de que as resoluções das questões sociais do campo passava tanto por uma estratégia de desenvolvimento do campo, quanto por políticas públicas de inclusão social, específica para os jovens do campo. Como nos dizem Carrano e Sposito (2003):

Um segundo campo de disputas, nas políticas públicas para a juventude, decorre das formas como são concebidas as relações

entre o Estado e sociedade civil, na conformação da esfera pública. Trata o tema da juventude apenas no eixo da juventude – se a política é para os jovens e com os jovens, por meio dos jovens e com base neles – embora importante para o debate público, do ponto de vista analítico é insuficiente. As formulações diferenciadas, que pressupõem formas de interação com os atores jovens, não são construídas apenas com base em uma imagem do que se pensa da juventude na sociedade, mas decorrem, também, de uma clara concepção de modos de praticar a ação política, do exercício do governo (abertura ou não de canais de participação de atores/formas de parceria etc.) e das relações com a sociedade civil na construção da esfera pública (CARRANO e SPOSITO, 2003, p.20).

É preciso considerar, como avalia Sposito (2003), que o Brasil vivencia, desde o final do século passado e no início deste século, tentativas de superação de práticas clientelistas e fragmentadas por meio do esforço das lutas sociais de transformar as necessidades específicas do segmento juvenil em direitos institucionalizados. Tal como aconteceu com a infância e a adolescência, através da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Podemos dizer que diante de cenários e atores sociais diferenciados, a institucionalização das demandas da juventude do campo se constitui nas relações de poder e tensões, passando, de maneira mais intensa, a fazer parte da agenda do governo brasileiro a partir de 2005, ou seja: a juventude do campo, imersa aos debates da construção de políticas públicas para a Juventude brasileira, pautou suas especificidades.

ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS DEMANDAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA

Em meio ao movimento das pressões e conflitos de interesse, para resolver os problemas sociais (desemprego, pobreza, violência, baixa escolaridade, entre outras) da Juventude brasileira, a Presidência da República por meio de sua Secretaria-Geral, formou, em 2004, um Grupo Interministerial constituído com o objetivo de realizar diagnósticos sobre as necessidades sociais, econômicas e culturais dos jovens brasileiros, visando com isto gerar subsídios para a construção da Política e do Plano Nacional de Juventude -PNJ.

Os resultados deste diagnóstico destacaram nove recomendações para que a Política Nacional de Juventude pudesse avançar no atendimento dos direitos fundamentais desse segmento social: a) ampliação do acesso ao ensino e à permanência em escolas de qualidade; b) erradicação do analfabetismo; c) geração de trabalho e renda; d) preparação para o mundo do trabalho; e) promoção para uma vida saudável; f) democratização ao acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; g) promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas; h) estimulação da cidadania e da participação social; i) melhoria da qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais (BRASIL, 2005).

A partir destas nove recomendações se construiu um movimento no sentido de superação das ausências, das inconsistências, das fragmentações e descontinuidades dos programas de políticas públicas voltados para a juventude até então. Nesta lógica pautava-se não apenas a criação de novos programas, mas também a reformulação dos programas já existentes, a partir das recomendações do referido diagnóstico (**SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE acessado em set. 2013**).

Para responder a estes desafios o governo brasileiro criou, sob a recomendação do referido Grupo Interministerial, por meio da Lei de 11.129 de 30 de junho de 2005, a Secretaria Nacional da Juventude - SNJ, o Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE e o Programa Nacional de Inclusão Social da Juventude - PROJOVEM. Essa lei tinha como objetivo reorganizar os programas voltados para a juventude em torno de uma Política Nacional da Inclusão Social da Juventude. Assim, a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, se constituiu em órgão do Governo Federal, vinculado à Secretaria da Presidência da República, com a atribuição de articular todos os programas e projetos destinados aos jovens no âmbito do governo federal (BRASIL, 2005);

O Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE foi criado com a finalidade de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade

socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais (BRASIL, 2005 Art. 9º);

O PROJOVEM foi criado em caráter emergencial e experimental de dois anos - 2005-2007, destinado a executar ações integradas que propiciassem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no artigo 81 da LDB - Lei 9.394 de 1986, elevação do grau de escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias, com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local (BRASIL, 2005, Art. 1º).

Esses instrumentos (gestão federal SNJ), (planejamento, controle e avaliação – CONJUVE) e (efetivação – PROJOVEM) marcaram de forma incisiva a trajetória da construção da Política Nacional da Juventude no Brasil, tanto com uma intensa agenda de eventos, quanto na participação do governo brasileiro em organismos multinacionais, conforme apresentamos no quadro 8 a seguir:

QUADRO 8 - MARCOS DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA ESPECIFICIDADE DA JUVENTUDE NO BRASIL, DE 2005 a 2013

ANO	FATO
2005	Lançamento do PROJOVEM/CONJUVE
2007	Lançamento do PROJOVEM Integrado
2007	I Reunião Especializada da Juventude do MERCOSUL no Rio Janeiro
2008	I Conferência Nacional de Juventude
2008	I Pacto pela Juventude
2008	Brasil sedia a IV Sessão da Reunião Especializada da Juventude do MERCOSUL
2009	Brasil sedia o 2º Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos de Juventude
2010	Brasil assume a presidência da reunião especializada da juventude no MERCOSUL
2010	2º Pacto pela Juventude
2010	Aprovada a PEC 42/2008 da Juventude - A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude, em julho de 2010. A Emenda inseriu o termo "jovem" no

	capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando ao segmento, direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres
2010	Ano Internacional da Juventude
2010	Brasil sedia Pré-Conferência das Américas e Caribe
2010	1ª Amostra do PROJOVEM Urbano
2010	Brasil passa a integrar a OIJ
2010	Brasil assume a vice-presidência do OIJ na XV Conferência Ibero Americana de ministros responsáveis de Juventude
2011	Aprovação das Diretrizes para a Política da Juventude pela Câmara Federal
2011	2ª Conferência Nacional da Juventude
2013	Aprovação do Estatuto da Juventude no Senado Federal

FONTE - SÍNTESE ORGANIZADA PELA AUTORA DESTE ESTUDO EM 2014

A partir das ações para efetivação da Lei 11.129 de 2005, o reconhecimento da especificidade da juventude do campo, passa, transversalmente, a ser pauta das ações do Governo Federal no movimento de institucionalização das demandas da juventude brasileira. Como destaca o Balanço Político da SNJ:

As demandas de políticas públicas para a juventude rural foram apresentadas para a Secretaria Nacional de Juventude por uma pluralidade de movimentos do campo: sindicais, camponeses, de jovens mulheres rurais e da agricultura familiar. A SNJ constituiu um Grupo de Trabalho de Políticas Públicas para a Juventude Rural (GTPPJR) com a participação de ministérios, identificados como relevantes para a construção de uma Política Nacional para a Juventude Rural, e de representantes da sociedade civil, tanto os mais estruturados quanto aqueles em processo de articulação nacional, como as juventudes quilombola e assalariada rural (SNJ, 2011, p. 17)

Entre as ações que se configuram como marco do reconhecimento da especificidade da juventude do campo destacamos: 1) Criação da Cadeira da Juventude Rural no CONJUVE; 2) Diagnóstico do Programa Saberes da Terra como programa para ampliação de escolarização dos sujeitos do campo, entre os quais os jovens; 3) Destaque das demandas da especificidade da Juventude do Campo no Guia de Políticas Públicas para a Juventude; 4) Incorporação do Programa Saberes da Terra na Política Nacional de Inclusão social da Juventude como Programa

PROJOVEM Campo Saberes da Terra; 5) Criação no Grupo Temático de Juventude Rural (GTJR), do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) - com membros do governo e da sociedade civil; 6) Criação da Subsecretaria de Juventude Rural na Secretaria da Reforma Agrária, no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; 7) Criação do Grupo de Trabalho de Juventude Especializada sobre a Agricultura Familiar REAF; 8) Criação do Programa Primeira Geração de Políticas Públicas para a Juventude Rural: PRONAF Jovem e Nossa Primeira Terra; 9) Criação do Comitê Permanente de Juventude Rural do CONDRAF; 10) Criação da Assessoria Especial de Juventude no MDA; 11) Incorporação da PPA/SNJ agenda da juventude rural no Programa de Autonomia e Emancipação da Juventude; 12 Criação do Grupo de Trabalho da Juventude Rural na Secretaria Nacional da Juventude – SNJ , conforme organizamos no quadro 9 a seguir:

QUADRO 9 - MARCOS DE RECONHECIMENTO DA ESPECIFICIDADE DA JUVENTUDE DO CAMPO PELO GOVERNO BRASILEIRO – 2005/2011

ANO	AÇÕES
2005	A criação da Cadeira de Juventude Rural no CONJUBE desde a sua instalação;
2005	Diagnóstico do Programa Saberes da Terra como programa para ampliação da escolarização dos sujeitos do campo, entre os quais os jovens
2006	Segmentos da Juventude rural participam do Guia das Políticas Públicas da Juventude - Diretrizes e Perspectivas – onde foi pautada a necessidade de definir políticas estruturais, programas e ações adequados e contextualizados aos jovens do meio rural, integrando os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Agrário e da Cultura. (inclusão tecnológica p.34)
2007/ 2008	Incorporação do Programa Saberes da Terra a Política Nacional de Inclusão social da Juventude como Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra
2008	Criação no Grupo Temático de Juventude Rural (GTJR), do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) - com membros do governo e da sociedade civil.
2009	Criação da Subsecretaria de Juventude Rural na Secretaria da Reforma Agrária no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.
2009	Criação do Grupo de Trabalho de Juventude Especializada sobre a Agricultura Familiar REAF.
2010	Criação do Programa Primeira Geração de Políticas Públicas para a Juventude Rural: PRONAF Jovem e Nossa Primeira Terra

2011	Criação do Comitê Permanente de Juventude Rural do CONDRAF
2011	Criação da Assessoria Especial de Juventude no MDA.
2011	Incorporação da PPA/SNJ agenda da juventude rural no Programa de Autonomia e Emancipação da Juventude
2011	Criação do Grupo de Trabalho da Juventude Rural na Secretaria Nacional da Juventude – SNJ.

FONTE: RELATÓRIO FINAL DA I SEMINÁRIO JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS E SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (2011).

Na análise dos processos de institucionalização das demandas dos jovens do campo, descritos no quadro 9, identificamos que a visibilidade da categoria se intensifica entre os anos de 2005-2011 com a criação de grupos temático/sub-secretarias voltadas especificamente para o debate sobre as Juventudes do campo em vários órgãos do governo, culminando com 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas, no período de 21 a 24 de maio de 2012 / Brasília-DF.

Em nosso estudo consideramos que as realizações desses marcos colocaram em pauta a juventude do campo, gerando, como analisa Castro (2008), a aproximação entre a consolidação individual de trajetórias de militância e a construção/consolidação da juventude do campo com ator político. Isto significou na prática uma demonstração de força política, tanto no campo dos próprios movimentos sociais, quanto para os atores das esferas públicas com as quais esses jovens passaram a negociar e reivindicar suas demandas para reconstrução de sua condição e situação juvenil do campo, quais sejam: acesso à educação e à terra. Como nos relata Castro:

Os documentos formais produzidos nesses espaços [...] reforçam questões consideradas específicas como o acesso à educação e à terra. Constroem essas demandas no contexto de transformação social da própria realidade do campo e o fazem tendo como interlocutor claro, a Presidência da República. (2008, p.9)

Ressaltamos que o sentido dado à categoria juventude rural ou jovens do campo³², tenta unificar grupos sociais e identitários distintos. A unidade desse

³² Foi na 1ª Conferência Nacional de Juventude (CNJ) realizada no ano de 2008 que se iniciou a discussão do Estatuto da Juventude (PL n.º 4.530, 2004), sancionado no dia 05 de agosto de 2013, que faz menção à categoria “jovens do campo”.

coletivo passa a ser constituída na identidade cultural com que pode identificar-se ou não na agricultura familiar e como sujeitos de uma política pública, ou seja, sujeitos de direitos, reconhecidos como cidadão e que vivem do campo e da floresta, como extrativistas, seringueiros/as, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, marisqueiros, agricultores familiares, trabalhadores assalariados rurais, meeiros, posseiros, arrendeiros, acampados e assentados da reforma agrária, artesãos rurais. Para autores como Ianni (2004) e Castro (2010) a diversidade da juventude do campo está presente tanto devido a questões geracionais, quanto pelo lugar social que esta juventude ocupa, também imbricado à questão do *ficar* ou *sair* do meio rural.

Nos pressupostos expressos no Guia das Políticas Públicas para Juventude - GPPJ (SNJ, 2010) fica explícita a ideia das “oportunidades” e do “direito” como eixos estruturantes para a política pública da juventude no Brasil, neste início do século XXI. Como podemos observar no fragmento do documento abaixo:

As ações e programas do Governo Federal buscam oferecer oportunidades e garantir direitos aos jovens, para que eles possam resgatar a esperança e participar da construção da vida cidadã no Brasil.

Oportunidades para adquirir capacidades: acesso à educação, à qualificação profissional e à cidadania. Oportunidades para utilizar capacidades: acesso ao mercado de trabalho, ao crédito, à renda, aos esportes, ao lazer, à cultura e à terra.

Garantia de Direitos: oferta de serviços que garantam a satisfação das necessidades básicas do jovem e as condições necessárias para aproveitar as oportunidades disponíveis. (SNJ, 2010, p. 7).

No Plano Nacional de Juventude (PNJ) - Projeto de Lei no. 4.530/04 a categoria Juventude rural³³ é classificada no campo das Temáticas Juvenis no item 2.5, que trata da Equidade de oportunidades para jovens em condições de exclusão, juntamente com os jovens afrodescendentes, portadores de deficiência, homossexuais e mulheres. A especificidade da juventude do campo é tratada a partir de dezessete proposições de objetivos e metas que foram organizados por Serra Freire (2009), em três eixos estruturantes: 1) Educação e Qualificação Profissional; 2) Direito a terra e à produção; e 3) Proteção Social. Esses eixos

³³ Nomenclatura usada pelo documento.

apresentam proposições para responderem às demandas específicas da Juventude do campo, conforme o quadro 10 abaixo:

QUADRO 10 - EIXOS ESTRUTURANTES DOS OBJETIVOS E METAS DO PLANO NACIONAL COM DESTAQUE PARA A JUVENTUDE DO CAMPO

EIXO	PROPOSTA
EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	1. Disseminar programas de capacitação e formação profissional na área rural; 2. Investir em infraestrutura e tecnologia nas escolas rurais, com o intuito de diminuir o êxodo rural; 3. Propiciar o acesso aos cursos de educação à distância; 4. Buscar capacitar a juventude camponesa em organização da produção; 5. Realizar cursos para produção e comercialização destinados aos jovens; 6. Criar Escolas Familiares Rurais e Casas de Famílias Rurais (CEFFA's) nas áreas dos assentamentos e de suas comunidades; 7. Construir escolas técnicas agrícolas, para a juventude, nas zonas rurais.
DIREITO A TERRA E À PRODUÇÃO	1. Garantir ao jovem agricultor o direito à terra; 2. Garantir financiamento para produção agrícola; 3. Oferecer linha de crédito especial, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para o trabalhador rural de até quarenta anos de idade; 4. Implantar programas de estímulo à agro ecologia e à produção orgânica; 5. Valorizar a agricultura familiar, tendo em vista que esse é o principal agente gerador de alimentos, de emprego e de renda no campo; 6. Garantir, no cadastro dos programas de reforma agrária, o acesso de pessoas solteiras, dando preferência para os filhos de agricultores; 7. Retirar o critério de cinco anos de experiência para o acesso a programas de uso e exploração da terra; 8. Compatibilizar os tetos de financiamento dos programas de acesso à terra às diversidades de custo da terra nas diferentes regiões; 9. Implantar projetos agrícolas, principalmente a fruticultura, no meio agropecuário e nas regiões subdesenvolvidas.
PROTEÇÃO SOCIAL	1. Garantir o benefício do seguro-desemprego para jovens nas entressafras.

FONTE: SERRA FREIRE (2009)

Nas proposições do PNJ, que abrangem a categoria Juventude de uma forma geral, a juventude do campo figura em apenas duas temáticas: **Emancipação**

Juvenil e Bem-Estar Juvenil. Na primeira temática **Emancipação Juvenil** os jovens do campo são contemplados em dois eixos: ***Incentivo permanente à educação***, por meio das propostas de: 1) criar universidades na área rural; 2) Assegurar a oferta do programa de transporte escolar para os alunos da rede pública, tanto da educação básica quanto da educação superior, especialmente no meio rural; e ***Formação para o trabalho e garantia de emprego e renda*** a partir da proposta de: Garantir a formação profissional de jovens da zona rural, com gestão participativa dos atores sociais nela envolvidos de forma a possibilitar a organização da produção no campo, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e do acesso à cultura.

A segunda temática, **Bem-Estar Juvenil** enfoca o jovem rural a partir de um único eixo ***Incentivar o desporto, oportunizar o lazer e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado***, com ênfase na proposta de incentivar o esporte na escola rural, omitindo qualquer proposição nos eixos de *promoção da saúde integral do jovem*, e do *incentivo ao lazer*.

Nas demais temáticas: Desenvolvimento da Cidadania e Organização juvenil, Apoio à criatividade juvenil, há uma omissão no que se refere a Juventude do campo, classificada por Serra Freire (2009) como um processo de exclusão que inviabiliza o atendimento da cidadania na sua plenitude:

Os jovens rurais, portanto, não foram concebidos na condição de sujeitos de direitos plenamente no PNJ, pois não consta nenhuma referência no que se refere à Temática do Bem Estar Juvenil nos eixos de *promoção da saúde integral do jovem*, o *incentivo ao lazer*. Na Temática Desenvolvimento da cidadania e organização juvenil, em seus eixos de *Formação da cidadania* e *Protagonismo e organização juvenil*, o jovem rural é excluído, bem como, na Temática Apoio a criatividade juvenil, a partir dos eixos de Estímulo à produção cultural e acesso aos bens da cultura e Desenvolvimento tecnológico e comunicação. A tônica é a exclusão social de jovens rurais do acesso a bens sociais, culturais, tecnológicos. (p.186)

No Estatuto da Juventude - Lei 12.852, de 05.08.2013, publicado no DOU de 06.08.2013, a especificidade da juventude do campo é pensada somente em quatro artigos, com ênfase ao direito à educação, formação profissional articulada à

organização da produção do campo, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, financiamento e implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento das organizações, participação, criação de programas ambientais, geração de renda e crédito, conforme descreve os artigos abaixo:

Art. 22. Ao jovem residente em área urbana ou rural é assegurado o direito à educação de qualidade, preservadas as diferenças culturais e as características próprias de cada um dos grupos sociais.

Art. 43. Ao jovem domiciliado na zona rural será garantida formação profissional, visando à organização da produção no campo, na perspectiva de seu desenvolvimento sustentável.

Art. 45. É assegurada linha de crédito especial, nas áreas urbana e rural, destinada ao jovem empreendedor de até vinte e nove anos, nas modalidades de micro e pequenas empresas, auto-emprego e cooperativas.

Art. 50. Na implementação de políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, o Poder Público deverá considerar:

I – o estímulo e o fortalecimento de organizações, movimentos, redes e outros coletivos de juventude que atuem no âmbito das questões ambientais e em prol do desenvolvimento sustentável;

II – o incentivo à participação dos jovens na elaboração das políticas públicas de meio ambiente;

III – a criação de programas de educação ambiental destinados aos jovens;

IV – o incentivo à participação dos jovens em projetos de geração de trabalho e renda, que visem ao desenvolvimento sustentável, nos âmbitos rural e urbano;

V – a criação de linhas de crédito destinadas à agricultura orgânica e agro ecológica. (, 2013)

Neste sentido afirmamos que não foi na concessão, e sim no movimento de diálogos que envolveram a mobilização da própria juventude do campo e as pressões dos organismos internacionais, que a juventude do campo teceu sua visibilidade nos programas e ações constitutivos das políticas públicas para as juventudes no Brasil. Um movimento que envolveu múltiplos cenários e atores desde: 1) as pressões construídas no jogo de interesses dos organismos internacionais, dos movimentos sociais e do Estado; 2) as relações que tencionaram o jogo de interesses entre os diferentes movimentos sociais do campo, que deram

base para reorganização dos movimentos juvenis; e 3) as tensões vivenciadas pelos jovens dentro dos seus próprios movimentos³⁴.

Desta forma, os marcos legais construídos nas negociações, reconheceram as necessidades e especificidades dos jovens do campo e construíram como eixo estruturante da política a Oportunidade e o Direito. Estes eixos, por sua vez, trouxeram para a centralidade dos debates da Juventude do Campo a ampliação da escolarização, associada à formação profissional como estratégia do governo para resolver as questões de exclusão da juventude e de desenvolvimento do campo.

Assim, seja como estratégia para superar as exclusões históricas dos jovens do campo, seja pelas potencialidades de realizações futuras, a ampliação da escolarização associada à capacitação profissional, o apoio à agricultura familiar e fortalecimento das comunidades do campo passou a se constituir no desafio para o projeto de Inclusão Social dos Jovens do Campo. Isto significa dizer, garantir acesso e permanência à uma educação de qualidade no campo, como vetor no bojo de um projeto de desenvolvimento do campo em um espaço que possibilite aos jovens, em suas diversidades e desigualdades, opções viáveis para reconfiguração da condição juvenil no campo.

Deste modo, a ampliação da escolarização e qualificação profissional assumiu a centralidade na política pública da juventude do campo, para a mudança da sua condição de vida. Desta forma, a educação passa a ser compreendida como importante vetor no bojo de um projeto de desenvolvimento do campo e na visão de Strapasolas (2006) na defesa da inclusão social da juventude do campo.

É nesta perspectiva, que o Programa Nacional de Inclusão Social de Jovens-PROJOVEM, na sua dimensão PROJOVEM Campo Saberes da Terra, voltado para a escolarização de jovens agricultores familiares em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrado à qualificação social

³⁴ Ressaltamos que em alguns casos a organização interna da juventude do campo, dentro dos próprios movimentos sociais, está, como vimos no quadro 10, ainda em discussão, em outros, encontra-se formalizado. Castro (2008), revela um cenário complexo de construções do reconhecimento dos jovens nos movimentos sindicais e a outros movimentos sociais, que vai da ausência da especificidade à participação em instâncias de direção e da presença feminina em coordenações nacionais da juventude.

e profissional tem seus fundamentos na concepção de inclusão social e cidadania para a Juventude do Campo (PBPROJOVEM CAMPO-SNJ, 2008, p.7) como passaremos a analisar na próxima seção.

4 PROGRAMA PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA: UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL NA RECONFIGURAÇÃO DA CONDIÇÃO JUVENIL DO CAMPO

A importância histórica, social e econômica da agricultura familiar no Brasil e o papel da juventude no processo de apresentar demandas ao Estado Brasileiro para reconfiguração da condição e situação juvenil no campo, como vimos no subtópico anterior, impulsionou, dentro do movimento de criação do Programa Nacional de Inclusão Social da Juventude – PROJOVEM, a elaboração PROJOVEM Campo Saberes da Terra a partir da incorporação do Programa Saberes da Terra.

Pautado no fundamento da Política Nacional de Inclusão Social - Direito e Oportunidade para a Juventude – o PROJOVEM Campo Saberes da Terra se constituiu em um Programa educativo para o jovem do campo, com ênfase na ampliação da escolarização fundamental de jovens do campo, integrada à qualificação social e profissional, como uma estratégia político-pedagógica de garantia: 1) dos direitos educacionais desses jovens; 2) estimuladora da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável como possibilidade de vida, trabalho e, enfim, como estratégia de resignificação da condição de vida juvenil do campo.

Desta forma, o PROJOVEM Campo Saberes da Terra merece destaque, por expressar, de modo singular, na Política Nacional da Juventude do Campo, uma proposta de inclusão dos jovens do campo, que busca a articulação entre a formação do jovem com a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar para o desenvolvimento do país.

Assim, esta seção tem como objetivo apresentar a trajetória de construção do Programa, em âmbito Federal e articulação com o Estado Pará e com o Município de Bragança, no processo de implantação, na perspectiva de trazer à tona elementos que nos permitam analisar as implicações dessa proposta, na resignificação da condição e situação de vida dos jovens egressos desse Programa.

4.1- O CENÁRIO DE ORIGEM DO PROGRAMA PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA

Vinculado à Secretaria Nacional de Juventude - SNJ o PROJOVEM foi um Programa emergencial e experimental, executado entre os anos de 2005-2007, no sentido de assegurar a execução de ações integradas “[...] voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local.” (PBPROJOVEM CAMPO, 2008, Art. 1º)

Instituído com validade de dois anos - com uma proposta de avaliação ao final do segundo ano -, o PROJOVEM se constituiu, segundo Serra Freire (2009), após a referida avaliação, na ação de maior visibilidade do Governo Federal, no período de 2005-2007, entre os seis Programas executados autonomamente por diferentes Ministérios nesse período, a saber: 1) Agente Jovem (MDS), 2) Saberes da Terra (MEC), 3) PROJOVEM (SNJ), 4) Consórcio Social da Juventude (MTE), 5) Juventude Cidadã (MTE), 6) Escola de Fábrica (MEC), ver quadro 11 abaixo. Essa visibilidade deu ao PROJOVEM, em 2007, o lugar de âncora dos Programas voltados para a Juventude, dentro da Política Nacional da Juventude.

QUADRO 11 - PROGRAMAS DESTINADOS AOS JOVENS, NO PERÍODO DE 2005 A 2007

PROGRAMA	PÚBLICO	MINISTERIO	FOCO DE AÇÕES
PROJOVEM	18 a 24 anos	SG/PR MEC MTE MDS	Ação educativa de formação social e qualificação profissional. Proporciona aos jovens a conclusão do Ensino Fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias.
AGENTE JOVEM	15 a 17 anos	MDS	Ação continuada de assistência social que visa o desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Proporciona, no horário contrário ao turno escolar, capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado.
SABERES DA	18 a 24	MEC	Ação educativa e social voltado para a

TERRA	anos	TEM MDA	qualificação profissional na agricultura familiar. Oportuniza escolarização para jovens e adultos agricultores familiares, buscando fortalecer e ampliar o acesso e a permanência no sistema formal de ensino. Articula a escolarização ao processo de qualificação profissional.
CONSORCIO SOCIAL DA JUVENTUDE	Sem demarcação de idade	TEM	Ação de qualificação profissional e geração de renda. Oportuniza qualificação da força de trabalho de jovens; melhoria na autoestima e participação cidadã da juventude na vida social e econômica do país; visibilidade às experiências bem sucedidas da sociedade civil organizada; constituição de espaços físicos, denominados de “Centro de Juventude”, como ponto de encontro das ações desenvolvidas pelas entidades da sociedade civil consorciadas em sua base social. Destaque para quilombolas e afrodescendentes, indígenas, egressos de unidades sócio-educativas, em conflito com a lei, portadores de necessidades especiais, trabalhadores rurais e jovens mães.
JUVENTUDE CIDADÃ	16 A 24 anos	SPPE PNPE MTE.	Ação combinada de um conjunto de políticas públicas, de educação, de direitos humanos, de ação comunitária para a qualificação sócio-profissional de jovens de baixa renda e inserção no Mundo do Trabalho e o protagonismo social do jovem. Oportuniza: I - formação em cidadania e direitos humanos; II - prestação de serviços voluntários à comunidade; III - qualificação social e profissional; IV - estímulo e apoio efetivo à elevação da escolaridade; V - inserção no mercado de trabalho. □
ESCOLA DA FABRICA	16 a 24 anos	MEC	Ação de inclusão de jovens no mercado de trabalho, por meio da oferta de cursos de iniciação profissional no próprio local de trabalho. Oportuniza o ingresso e a permanência dos jovens na educação básica regular e envolve o setor produtivo na formação desses jovens, aliando responsabilidade social à qualificação profissional.

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA DESTE ESTUDO EM 2014 A PARTIR GUIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (2010).

No cenário de reconfiguração do PROJOVEM como o Programa âncora na Política Nacional da Juventude é preciso considerar que a análise do Governo brasileiro, nesse período detectou que os Programas elencados no quadro 11 repetiam as fragmentações e descontinuidades das políticas de juventude dos governos anteriores. Como diziam Spósito e Carrano (2003)³⁵, a superação da repetição de padrão de oferta de políticas de juventude apontava para a necessidade de uma ação institucional capaz de assegurar uma política coordenada e articulada. Isto passou a representar: 1) institucionalização de novos programas, 2) reformulação de programas já existentes.

Assim, após a avaliação dos 2 (dois) anos de experiência do PROJOVEM, no intuito de atender à centralidade da Inclusão Social da juventude, o Governo Federal, em uma política coordenada e articulada, converteu a Medida Provisória nº 411/2007 - que trata da reformulação do PROJOVEM -, na Lei 11.692, de 10 de junho de 2008, instituindo o PROJOVEM no patamar de âncora, na Política Pública de Juventude no Brasil, - um Programa Integrado e Intersectorial .

Dentro desta nova lógica o PROJOVEM passou a ter um Conselho Gestor coordenado pela Secretaria Geral, da Presidência da República e composto por representantes dos Ministérios envolvidos – MEC, MTE, MDS e passou por uma reorganização dos Programas elencados no quadro 12, a seguir, instituindo um novo desenho a partir de quatro modalidades de PROJOVEM: 1) PROJOVEM Urbano; 2) PROJOVEM Campo - Saberes da Terra; 3) PROJOVEM Trabalhador; e 4) PROJOVEM Adolescente, com o objetivo de reintegrar os jovens ao processo educacional, promover sua qualificação profissional, promover a proteção social e inserí-los em ações de cidadania, esporte, cultura e lazer (SNJ- 2008).

³⁵ Para as referidas autoras a multiplicidade de programas sem a necessária coordenação e articulação entre os mesmos; a falta de racionalização e integração entre as ações de elevação de escolaridade e qualificação profissional e o fato de vários órgãos desenvolverem tais ações são os elementos que evidenciam as fragmentações das políticas públicas de juventude, o que, em suas análises, implicava na pulverização dos recursos públicos sem desenvolver a necessária capilaridade social para a reversão dos indicadores sociais relacionados aos jovens no país.

QUADRO 12 - REORGANIZAÇÃO DO PROJOVEM A PARTIR DE 2008

PROGRAMA	PÚBLICO	RESPONSÁVEL	FOCO DE AÇÕES
PROJOVEM Urbano	18 a 29 anos	SNJ	Elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento das ações comunitárias, com o exercício da cidadania, na forma de curso previsto no art. 81 da Lei n. 9.394 de 20/12/96.
PROJOVEM Campo Saberes da Terra	18 e 29 anos	MEC	Elevar a escolaridade de jovens que atuam na agricultura familiar, com a conclusão do ensino fundamental e capacitação profissional e qualificação social.
PROJOVEM Trabalhador	18 a 29 anos	TEM	Preparar jovens para o mercado de trabalho. Podem Participar jovens desempregados e que integram famílias com renda <i>per capita</i> de até meio salário mínimo.
PROJOVEM Adolescente	15 a 17	MDS	Destina-se aos jovens em situação de risco social, independente de renda familiar, ou que integrem o Bolsa Família. Oferece proteção social básica e assistência às famílias, visando elevar a escolaridade e reduzir índices de violência, uso de drogas, das doenças sexualmente transmissíveis e gravidez.

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA DESTE ESTUDO EM 2014 A PARTIR DO DOCUMENTO BASE DO PROJOVEM (2008).

Assim, a incorporação do Programa Saberes da Terra, anunciada como inovação da Política de Juventude Integrada, proposto pela gestão compartilhada entre a Secretaria Nacional de Juventude³⁶ e os Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Agrário, vai se configurar no desafio da institucionalização das experiências e práticas educativas construídas pelos movimentos sociais do campo, na versão PROJOVEM Campo Saberes da Terra.

³⁶ A SNJ é órgão instituído para promover a ação articulada da política nacional de juventude, com os Ministérios âncoras de cada Programa, no caso, o MTE que coordena o ProJovem Trabalhador, o MEC com o ProJovem Campo, o MDS em relação ao ProJovem Adolescente e a SNJ que coordena o próprio ProJovem Urbano. No caso do PROJOVEM Campo além do MEC o MDA passou a participar dessa gestão.

Na definição do Programa, o PROJOVEM Campo Saberes da Terra constitui-se numa ação do Governo Federal, em parceria com entes federados, com o objetivo de desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude e oportunizar aos jovens agricultores familiares a inclusão social, por meio do acesso e conclusão do Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA integrada à qualificação social e profissional.

“... proporcionar formação integral, prioritariamente ao jovem do campo, por meio de: - Elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; - Qualificação social e profissional (formação inicial e continuada)...” (PROJETO BASE DO PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA, 2008, p. 10)

Esta incorporação do Programa Saberes da Terra ao PROJOVEM também se justificava na evidencia de que a versão protagonizada pelos movimentos sociais não se tratava de um programa específico para o segmento juvenil do campo, ou seja, embora os jovens do campo fossem reconhecidos como detentores do direito à educação e possíveis beneficiários do Programa, segundo Serra Freire (2009), não eram: *“compreendidos na dimensão estratégica de seu papel no processo de reprodução social do campesinato e de desenvolvimento rural, como protagonistas de uma dinâmica econômica, política e social do campo”* (p.217).

Entretanto, para os movimentos sociais, essa incorporação era vista com preocupações, na medida em que se avaliava que a racionalização da máquina administrativa e operacional do governo, onde os órgãos buscam imprimir suas próprias marcas de gestão, se apresentava como obstáculo à participação mais orgânica dos movimentos sociais do campo, a exemplo do que ocorreu com a agenda da educação do campo. Na análise de Munarim (2008, p. 12) “[...] evidências demonstram que a estrutura criada no interior do MEC para dar conta da agenda de Educação do Campo se mostrou muito frágil dentro da pesada e visivelmente refratária estrutura desse Ministério [...]” e para o autor, a ausência mais orgânica dos movimentos sociais gerou a desmobilização da construção coletiva de políticas públicas de Educação do Campo no país.

Neste sentido, se de um lado há um Governo com um projeto de inclusão social da juventude do campo, atrelando a seus mecanismos legais as construções políticas e pedagógicas construídas pelos movimentos sociais, de outro lado, em nível dos movimentos sociais as tensões se estabelecem, na medida em se questiona a competência dos sistemas educacionais estaduais e municipais para a materialização efetiva da proposta pensada pelos movimentos sociais - afirmada no paradigma da Educação do Campo³⁷ e filtrada pela política Nacional de Inclusão Social, que resultou no PROJOVEM Campo Saberes da Terra.

Em nossa análise a institucionalização do Programa Saberes da Terra realizada pela SNJ, ao incorporar a Política Nacional de Inclusão, dando-lhe a estrutura de PROJOVEM Campo Saberes da Terra, não se configura em mudança na concepção pedagógica, mas no controle dessas ações por meio: 1) Redução da carga horária de 3.200h para 2.400h; 2) delimitação da faixa etária de 18 a 29 anos de idade; 3) Material pedagógico próprio; 4) Instituição de uma rede de formação; 5) transformação dos entes federados em Proponentes, alterando, assim, o foco dos protagonistas em sua relação direta como os movimentos sociais do campo e da educação do campo para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Do ponto de vista conceitual os pressupostos orientadores do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra foram incorporados do Programa Saberes da Terra. Assim, o novo Programa sustentou a centralidade da Educação e Trabalho pautada na concepção do Jovem do campo como sujeitos de direito e atores sociais, com realidades específicas de campo, que precisam ser considerados na construção de projeto de desenvolvimento do campo, conforme destacamos nos fragmentos do Projeto Base do PROJOVEM Campo Saberes da Terra:

- A Educação de Jovens e Adultos é um direito dos povos do campo, um instrumento de promoção da cidadania e deve ser uma política pública dos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino;
- O trabalho e a qualificação profissional é um direito dos povos do campo;

³⁷ Não basta ter escolas no campo, queremos ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo e que fortaleça o seu enraizamento no campo. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004, p. 27).

- A Educação de Jovens e Adultos é uma estratégia viável de fortalecimento do desenvolvimento sustentável, com enfoque territorial;
- A educação é afirmação, reconhecimento, valorização e legitimação das diferenças culturais, étnico-raciais, de geração, de gênero, da diversidade de orientação sexual e socioambiental;
- Existem sujeitos sociais que possuem projetos políticos e pedagógicos próprios. (PBPROJOVEM Campo Saberes da Terra, 2008 p.10)

Na base conceitual as concepções de Campo, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Desenvolvimento Sustentável, Trabalho, Economia Solidária e Qualificação Social e Profissional são demarcadores da referência político-pedagógica do Programa.

A concepção do **campo** é compreendida no Programa a partir de três categorias: *Continuum* urbano-rural, lugar simbólico e produtor de cultura, que vão demarcá-lo como: a) espaço integrado à sociedade brasileira singularizado, pela dinâmica histórica, social, cultural e ambiental que o diferencia; b) território marcado pelo humano e pela diversidade cultural, étnico-racial, pela multiplicidade de geração e recriação de saberes, de conhecimentos que são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade; c) espaço emancipatório quando associado à construção da democracia e de solidariedade de lutas pelo direito à terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação da vida; d) composto por uma diversidade de coletivos humanos que apresentam formas específicas de produção de saberes, conhecimentos, ciência, tecnologias, valores e culturas.

A partir dessa compreensão de campo, acreditava-se tratar-se de um projeto de desenvolvimento de campo articulado ao desenvolvimento humano e ao fortalecimento do capital social, por meio dos vínculos sociais, culturais e de relações de pertencimento dos jovens em seus espaços vividos (PBPROJOVEM CAMPO -SNJ, 2008).

A **Educação do Campo**, por sua vez, é compreendida em sua dimensão política representada por seu ideal transformador e pela perspectiva do Direito,

construtora de identidades coletivas. Neste sentido ela é apresentada no PPP do PROJOVEM Campo Saberes da Terra como um projeto de desenvolvimento dos movimentos populares do campo, que incorpora os espaços das florestas, das águas e da agricultura, mas os ultrapassa, ao acolher para si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos, extrativistas, entre outros; como forma de valorização da vida do campo, com o objetivo de construir políticas públicas que garantam o direito de trabalhar e estudar no campo satisfatoriamente, o que significa construir um paradigma solidário e sustentável nas relações entre a educação, Agricultura Familiar e os demais aspectos culturais e produtivos dos povos do campo (PBPROJOVEM CAMPO -SNJ, 2008). .

Nesta perspectiva se coloca como um projeto educativo que deve tratar os Jovens do campo como sujeitos das suas produções, utilizando os recursos naturais de modo sustentável na produção de sua própria existência.

A **Educação de Jovens e Adultos** é assumida como uma educação continuada ao longo da vida, que envolve todo o processo de aprendizagem formal ou informal, por meio dos quais os jovens e adultos possam desenvolver suas aptidões, conhecimentos e qualificações. Nesta compreensão a EJA é o processo educativo que transforma os Jovens do campo em sujeitos com maior autonomia e melhores condições de enfrentamento das questões que envolvem a sociedade brasileira (PBPROJOVEM CAMPO -SNJ, 2008). .

Assim, o Projeto Político Pedagógico do PROJOVEM Campo estabelece que o perfil dos estudantes da EJA e suas situações reais devem constituir o núcleo da organização da proposta pedagógica a ser desenvolvida. Para tanto, o desafio deste Programa é integrar, em sua organização curricular, o trabalho e a elevação de escolaridade.

A compreensão do Conceito de **Desenvolvimento Sustentável** local ancora a ideia da manutenção dos ecossistemas, dos agroecossistemas e das culturas locais, sendo fundamental estabelecer sua ligação, interação e relação com o todo, mas esse desenvolvimento começa com as práticas imediatas e as vivências dos povos

do campo e toda a sua riqueza e diversidade socioculturais e etnoculturais (PBPROJOVEM CAMPO -SNJ, 2008). Portanto, seus saberes e tradições.

Assim, as estratégias pedagógicas de desenvolvimento sustentável para o campo devem incorporar, além das dimensões tecnológicas (agroecológicas), as questões sociais, econômicas e políticas.

Trabalho e a Economia Solidária - a relação simbólica desses dois conceitos é marcada pela representação de categorias estruturantes para construção de um novo modelo de mundo e de educação do campo. Nesta perspectiva se o trabalho ancora a dimensão do processo que os jovens podem modificar a si e a própria natureza, na construção de sua história, a economia solidária aparece como possibilidade e alternativa de campo, na luta histórica dos(as) trabalhadores(as) na defesa contra a exploração do trabalho humano e modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nesta dimensão o programa dá a essas duas categorias a centralidade na formação dos jovens agricultores no Brasil, como instrumentos de combate à exclusão social dos jovens do campo, na medida em que podem oferecer alternativas viáveis de geração de emprego e renda por meio de ações de cooperação, associativismo, crédito comunitário, entre outras formas coletivas de atuar e produzir, a partir de valores solidários nas relações de produção.

A qualificação social e profissional é concebida como um construto social, ancorado na atividade laboral e no processo de formação humana, que articula imbricadamente o mundo do trabalho e da educação. O uso social do conhecimento construído *no* e *pelo* trabalho constitui-se numa complexa teia na formação e qualificação socioprofissional, que potencializa o trabalho como cultura, relação e processo de produção de saberes e valores. Assim, as ações de formação são voltadas para uma inserção autônoma, solidária e empoderada no mundo do trabalho. Nesta perspectiva o processo educativo deve promover a escolarização ligada aos processos produtivos do campo, como possibilidade de melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população do campo.

Orientados pelo campo conceitual acima descrito, pelas Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais o programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra estruturou 8 (oito) princípios político-pedagógicos: 1) a escola formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana; 2) a valorização dos diferentes saberes no processo educativo; 3) a compreensão dos tempos e espaços de formação dos sujeitos da aprendizagem; 4) a escola vinculada à realidade dos sujeitos; 5) a educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável; 6) a autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino; 7) o trabalho como princípio educativo, e por último e não menos importante 8) a Pesquisa como princípio educativo.

Salientamos que os conceitos de referência e os princípios enunciados no Projeto Político Pedagógico do PROJOVEM Campo Saberes da Terra, revelam incorporação de demandas apresentadas nos eventos constituídos na primeira década deste século, como também incorporam parte das experiências de educação construída pela sociedade civil no campo que, segundo Munarim (2001), alinham-se no processo de disputa de modelo de desenvolvimento para o país, ao afirmar e valorizar a agricultura familiar como eixo mediador da formação de consciência de classe e de mobilização social.

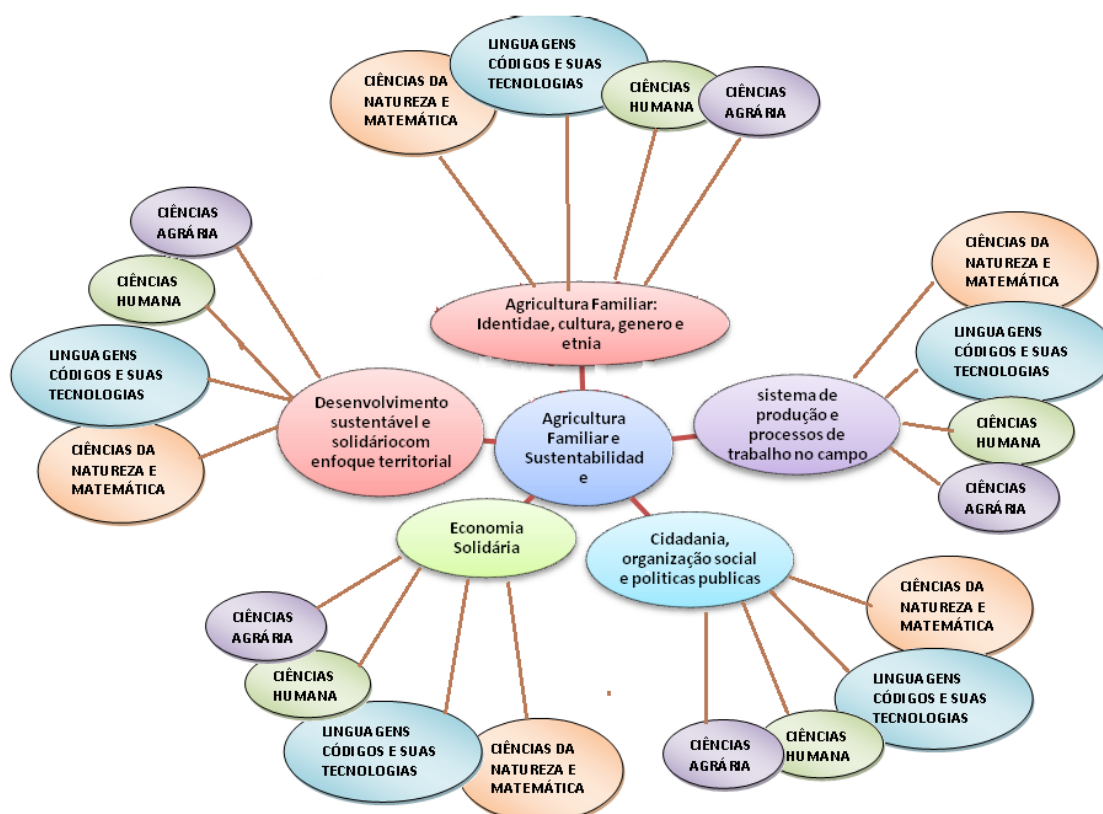
Desta forma, o projeto PROJOVEM Campo Saberes da Terra assume a lógica da formação integrada que, como vimos anteriormente – compreende a complementação do ensino fundamental, articulada à qualificação social e profissional, organizado a partir de dois percursos formativos: Tempo Escola - TE e Tempo Comunidade – TC. Ressaltamos que a versão PROJOVEM Campo Saberes da Terra diminuía a carga horária que era de 2400 h para o TE e 800h para o TC, para um total de 2.400h distribuídos em 1600h para o TE e 800h para o Tempo Comunidade.

Do ponto de vista metodológico o PROJOVEM Campo Saberes da Terra manteve o modelo de alternância pedagógica do projeto original, que combina os processos formativos em tempos e espaços alternados e complementares, numa organização curricular dos conteúdos formativos da escolarização e da formação

profissional, articulados aos projetos experimentais a serem implementados no estabelecimento familiar.

Para tanto, o Programa propõe a construção do currículo, a partir do eixo curricular articulador **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**, que dialogará com cinco eixos temáticos: Agricultura Familiar: a) identidade, cultura, gênero e etnia; b) Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; c) Cidadania Organização Social e Políticas Públicas; d) Economia Solidária; e) Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque Territorial, que por sua vez agregarão os conhecimentos de quatro áreas de estudos: Linguagem Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias, conforme podemos observar na Figura 9 abaixo:

FIGURA 9 - EIXO CURRICULAR DO PROGRAMA SABERES DA TERRA



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA DESTE ESTUDO A PARTIR DO PROJETO. BASE DO PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA (2008)

Nesta composição de currículo, a articulação dos saberes dos educandos com as diferentes áreas do conhecimento tem como propósito básico possibilitar a vivência de novos valores e, conseqüentemente, desencadear ações coletivas. Para tanto, os elementos da Produção Familiar no campo são assumidos no currículo do Programa, na transversalidade dos estudos dos jovens do campo, por meio do eixo agricultura familiar, na produção sustentável, na segurança alimentar, no associativismo e cooperativismo (PBPROJOVEM CAMPO -SNJ, 2008).

Desta forma, como destaca Serra Freire (2009), a qualificação profissional dos jovens do campo é revestida de particularidades, derivadas do modo de vida do campo, contemplando as esferas de produção e circulação que, em sua análise, oportuniza uma formação mais ampla e que potencializa a inserção ocupacional dos jovens e seu sentimento de pertencimento nesta forma de vida.

A avaliação no Programa foi concebida como “[...] um processo coletivo, cumulativo, contínuo, permanente e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza quantitativa e qualitativa” (PBPROJOVEM CAMPO -SNJ, 2008, p. 56).

Nesta perspectiva de processo, a avaliação é proposta para aferir tanto o percurso formativos dos jovens, quanto verificar como a proposta pedagógica é desenvolvida, visando correções e melhorias ao longo do percurso formativo, pautado numa política de monitoramento do programa de controle e participação, que envolve diferentes instâncias de gestão: em nível local (coordenadores dos programas e de turmas), em nível Federal (Comitê Gestor Interministerial; Comitê Pedagógico Nacional e a Coordenação Executiva Nacional), em nível Estadual (Secretarias de Educação), podendo ser incluídas “[...] as *Instituições de Ensino Superior, Comitês e/ou Fóruns de Educação do Campo, de maneira a promover um amplo diagnóstico da situação educacional dos jovens e permitir a tomada de decisões pedagógicas para a condução das atividades a serem realizadas ao longo do curso*” (PBPROJOVEM CAMPO, 2008, p.60).

Os princípios democráticos e de autonomia da proposta de gestão configuram-se numa organização colegiada e que contemple mecanismos de

participação e controle social. No Projeto Base do PROJOVEM Campo (2008) há um destaque para o papel potencializador do programa, ao destacar a sua forma de gestão “[...] *como instrumento de construção, revitalização e/ou fortalecimento dos Comitês e/ou Fóruns Estaduais de Educação do Campo*” (p.58).

Para organização das turmas são apresentadas cinco prioridades: 1) o limite do numero de alunos “um mínimo de 20 e máximo de 30 jovens do campo”; 2) o limite de idade associado ao critério de ser do campo “faixa etária de 15 a 29 anos; 3) ser agricultor e residir ou trabalhar nas regiões de abrangência do Programa, especialmente em municípios localizados nos territórios de cidadania”, 4) apropriação dos conhecimentos básicos do processo de escolarização “apresentar domínio da leitura e da escrita e ter noções matemáticas (que possam ser detectados através de preenchimento de ficha de inscrição, preenchida pelo próprio interessado”; 5) situação de escolaridade “que não estivessem matriculados em curso regular” (PBPROJOVEM CAMPO, 2008, p.63).

Quanto à certificação dos jovens no programa, ela é voltada para a conclusão do Ensino Fundamental com qualificação profissional inicial em Produção Rural. As instituições responsáveis pelo processo de certificação dos jovens no programa são, segundo o documento básico do programa, as Escolas Agrotécnicas Federais, por serem Instituições de Ensino especializadas na formação técnica agropecuária (PBPROJOVEM CAMPO, 2008).

O financiamento do programa obedeceu à política de financiamento educacional brasileira. Isto significa dizer que o programa, compreendido como uma oferta da modalidade de ensino da EJA, tem os recursos oriundos do FUNDEB, em conformidade com art. 70 da Lei de Diretrizes Base da Educação Nacional - LDBEN, e disponibilizados aos executores por meio de repasses na forma de transferência automática, via Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional – FNDE, destinado ao atendimento, da formação continuada de Educadores; (re)produção de materiais didáticos para uso de Educadores e Educandos; pagamentos de Educadores/as e profissionais da área técnica; elaboração e disseminação de publicações específicas; ações educativas complementares, a exemplo de viagens

de estudo, visitas de campo, intercâmbios, conforme a descrição das ações previstas no Documento Base (2008):

- a) Auxílio financeiro para deslocamento dos educadores e coordenadores de turmas para as formações realizadas pela IES pública;
- b) Contratação de educador da formação profissional;
- c) Aquisição de material para a qualificação social e profissional necessários para o desenvolvimento das atividades pedagógicas dos “Projetos de Produção Agro ecológica”, previsto no Projeto Político Pedagógico da Proponente;
- d) Aquisição de gêneros alimentícios para o período tempo-escola;
- e) Acompanhamento técnico e pedagógico dos educandos no tempo comunidade;
- f) Transporte de educandos para a frequência aos locais de funcionamento das turmas;

Além do financiamento para as ações pedagógicas, ficou previsto o apoio financeiro do MEC aos alunos no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) aluno/ano, que deveriam ser repassados mensalmente.

A equipe do Programa foi concebida para ser constituída com Coordenadores, Coordenadores de Turma e Educadores (Professores e outros Profissionais) como o seguinte perfil:

- Ser educador (a) na rede pública ou contratado (a) por esta;
- Ter formação/habilitação em licenciatura;
- Ter experiência em EJA e em Educação do Campo;
- Ter disponibilidade para participar de formação continuada;
- Participar de movimentos sociais e ou associações comunitárias locais (PBPROJOVEM CAMPO, 2008, p. 64)

A formação continuada, destacada no critério do perfil da equipe que deverá compor o programa, foi concebida na perspectiva de construir um quadro de referência e sistematização de concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas, centrada no currículo integrado na educação de jovens e adultos.

A responsabilidade pelo processo de formação continuada foi atribuída às Escolas Agrotécnicas, instituições públicas e comunitárias, organizações não governamentais e movimentos sociais do campo, em parceria com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

Assim, vários aspectos na trajetória de construção nos instigam a refletir sobre a complexidade da proposta de Inclusão Social do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra. Embora não seja objeto específico de nossa Tese, o primeiro desses aspectos é compreender que tipo de política é essa. Schwartzman e Cox (2009) contribuem para isso, ao afirmarem que há políticas fáceis e difíceis. As fáceis são aquelas de expansão do acesso e as difíceis referem-se à qualidade.

Partindo desta compreensão consideramos o Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra como uma política fácil, uma vez que contribui para a expansão do acesso dos jovens à formação em nível de ensino fundamental e qualificação profissional e social. Entretanto, se analisarmos que uma proposta de Inclusão é impressa no campo do Direito e de firmar oportunidades aos jovens do campo, reconhecidos em sua condição de exclusão social, é preciso refletir se esta proposta tem possibilitado a garantia da ruptura desse processo.

Como salientamos anteriormente, criar a ideia de inclusão sem romper com as estruturas excludentes do sistema capitalista, nos faz refletir sobre a qualidade desta inserção. Numa análise, a partir dos paradigmas filosóficos marxistas, Mészáros (2007) contribui para esta reflexão quando afirma “é evidente que a ‘oportunidade’ não pode ter nenhum significado se aquele que espera por um ‘resultado’ é por definição, excluído de início” (p.234).

Kuenzer (2002) ao analisar a relação impressa na centralidade da educação e do trabalho no campo do direito, no sistema de ensino brasileiro, disponibilizada de forma diferenciada, seguindo parâmetros de classe, salienta que esta forma de oferta só tem contribuído para a consolidação de uma “inclusão excludente”:

nas sociedades capitalistas, ao contrário do que indica o discurso pedagógico dominante, a dualidade estrutural existente entre ambas as áreas está se aprofundando cada vez mais. Isso ocorre “a partir

da relação que se estabelece entre o mercado, que exclui a força de trabalho formal para incluí-la de novo através de diferentes formas de uso precário ao longo das cadeias produtivas, e um sistema de educação e formação profissional, que inclui para excluir, ao longo do processo, seja pela expulsão ou pela precarização dos processos pedagógicos que conduzem a uma certificação desqualificada (2002, p. 20)

Entretanto, nesta reflexão consideramos que o elemento inovador apresentado na proposta do PROGRAMA PROJOVEM Campo Saberes da Terra, por meio da escolarização em nível de Ensino Fundamental, com qualificação social e profissional inicial em produção rural, tem sua configuração estruturada no próprio movimento social e em uma política intersetorial, que se propõe superar, desta forma, a fragmentação e a setorialização das políticas de juventude até então existentes, mas centraliza as dimensões da gestão do referido Programa.

Assim, mesmo visualizado o diferencial significativo também consideramos os limites presentes neste processo, pois como analisa Munarim (2006, p. 17) "[...] Em outros termos, as portas do Estado, e do MEC em particular, que sempre estiveram com as maçanetas trancadas, ao se abrirem, continuam em grande medida, com as dobradiças emperradas [...]". Esta reflexão nos coloca na lógica do PROJOVEM Campo Saberes da Terra como uma proposta de Inclusão Social da Juventude ainda em construção em um campo de tensões e conflitos, que em nossa análise, merece os olhares dos pesquisadores de todo o país, no sentido de identificar, no processo de implementação dessa política, elementos que possam contribuir para o debate da inclusão da juventude do campo no Brasil.

4.2- CENÁRIO E ORIGEM DO PROJOVEM CAMPO NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

A Trajetória da experiência do Pará do Programa Saberes da Terra é, segundo o relatório da União dos Dirigentes Municipais de Educação- UNDIME (2009), marcada pela recusa por parte dos movimentos sociais de que a condução do Projeto seja assumida pela Secretaria Municipal de Educação, em virtude da falta de diálogo deste órgão com a sociedade civil organizada.

Assim, para elaboração e implementação do Programa foi composta uma Rede que compreende diversidade institucional significativa: Universidades Públicas (UFPA, UEPA E UFRA), Movimentos Sociais (FETAGRI, MST, CEDENPA, Escola Densa Nova Amafrutas, FATA/EFA Marabá e FVPP), Prefeituras Municipais e as Associações de Municípios (AMUT, AMUCAN) e o Fórum Paraense de Educação do Campo, articuladas em torno das instituições de ensino e da UNDIME (UNDIME, 2009).

De acordo com Serra Freire (2009) o nível de organização e capilaridade do FPEC ao organizar o I Seminário de Educação do Campo nos dias 24 e 25 de outubro de 2005 com o Tema: Construindo Políticas Públicas, com o objetivo de construir uma proposta Estadual de Educação do Campo, favoreceu a conquista do Programa no Pará, que inicialmente não estava previsto entre as prioridades de estados a serem beneficiados.

Entretanto, ressaltamos que na materialização do Programa, a articulação que envolvia os diferentes movimentos sociais acima citados foi marcada pelo difícil diálogo na esfera local entre os atores sociais e os representantes municipais, tendo como consequência o afastamento dos movimentos sociais do processo de execução.

Neste projeto a perspectiva de inclusão social de jovens do campo assumida pelo projeto Paraense se constitui, segundo o relatório da UNDIME (2005, p.9), na proposta de acesso à educação e permanência com sucesso e pela qualificação profissional que possibilitasse um projeto sustentável de agricultura familiar, mediatizado pelo desenvolvimento econômico, social, cultural, ambiental³⁸ prioritariamente nos municípios localizados nos Territórios de Desenvolvimento Rural, política instituída pelo MDA por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT.

Em síntese, de acordo com o relatório da UNDIME (2005), o Programa Saberes da Terra no Pará foi projetado para atender a 760 alunos em 16 municípios,

³⁸ Proposta de inclusão social incorporada pelas SNJ, ao transformar o programa em PROJÓVEM Campo Saberes da Terra em 2008, conforme analisamos no primeiro capítulo.

em 04 territórios dos 05 já constituídos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA no Estado do Pará. Contemplava ainda, 02 municípios da região Tocantina e 03 do Arquipélago do Marajó, regiões em fase de constituição de territórios, conforme apresentamos no quadro 13 a seguir:

QUADRO 13 - OFERTA DA PRIMEIRA VERSÃO DO PROJETO SABERES DA TERRA NO ESTADO DO PARÁ 2005-2007

TERRITORIOS RURAIS	MUNICIPIOS	Nº DE TURMAS
Baixo Amazonas	Juriti	1
	Belterra	1
Nordeste Paraense	Concórdia do Pará	1
	Ipixuna	2
	Paragominas	3
	Santa Luzia do Pará	4
	Viseu	5
Sudeste Paraense	Marabá	1
	Xinguara	2
Transamazônica	Medicilândia	1
	Uruará	2
Territórios em fase de constituição no início do Programa	Municípios	No. de Turmas
Baixo Tocantins	Igarapé Miri	1
	Moju	2
Marajó	Breves	1
	Portel	1
	São Sebastião da Boa Vista	3

FONTE Relatório da UNDIME (2005)

Das turmas propostas, segundo o quadro demonstrativo da implantação do programa apresentado pelo relatório da UNDIME (2005), o Município de Belterra foi o único entre os municípios contemplados, que não teve o programa implantado. Outro detalhe importante que servirá de parâmetro para situar o Município de Bragança no programa, é que o Município de Xinguara, pertencente à Mesorregião do Sudeste Paraense, apesar de não pertencer ao território de desenvolvimento da referida região, foi contemplado com a implantação de duas turmas.

Como podemos perceber no quadro demonstrativo dos municípios contemplados, Bragança não fazia parte do projeto inicial. A trajetória da implantação do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra no Município de Bragança, ao contrário dos demais municípios que já haviam sido contemplados, não inicia na ação coletiva dos movimentos sociais, mas na relação direta entre a coordenação da Escola Municipal Agrícola de Ensino Fundamental Dr. Edgar de Souza Cordeiro e a SEMED.

De acordo com o Professor Ronaldo Ferreira, que na época havia assumido a Direção da escola agrícola, a ideia inicial era a reformulação pedagógica da referida escola. Como relata:

A primeira ideia era transformar essa escola em fundação. Então, precisava montar um quadro de profissionais dentro desse perfil né? e modificar algumas coisas dentro da escola. A escola estava um pouco.... em processo de decadência. A escola estava sem gestor nesse momento, não tinha um debate da educação do campo. Nesse período, o professor Francisco Oliveira, que estava trabalhando na SEMED, dando suporte técnico, sugeriu que o Programa Saberes da Terra poderia casar exatamente com o nosso objetivo, que era a revitalização da escola agrícola. (COORDENADOR DO PROGRAMA - ENTREVISTA, 2013)

Desta forma a ideia de trazer o Programa para o Município nasce da necessidade de encontrar uma saída viável para a revitalização da escola agrícola municipal, dentro dos princípios da educação do campo. Neste contexto, a possibilidade de trazer o programa para o município era a opção que responderia a necessidade de revitalização da Escola Agrícola.

Ainda de acordo com o Coordenador local, as vagas destinadas ao Estado do Pará como não preenchidas, em função da não implantação do programa no Município de Belterra, na Região do Baixo Amazonas, aliado ao antecedente de Xinguara não pertencer ao território da cidadania, foram os precedentes que mobilizaram a coordenação da Escola Agrícola e a SEMED para construção e apresentação da proposta junto a MEC/SNJ.

O programa era do Governo Federal em parceria direta com os Estados. As cidades para serem parceiras precisavam está dentro

do território da cidadania. É o programa para os municípios com baixo índice de desenvolvimento humano. Bom! Por este critério Bragança estaria fora. Mas o professor Francisco dizia: - Ronaldo, algum município não aderiu porque tem vagas sobrando, vamos correr atrás, vamos pegar essas vagas para Bragança (COORDENADOR LOCAL)

Da proposta apresentada ao MEC ficou aprovado que a SEMED seria responsável pela gestão financeira local e caberia à Escola Agrícola a gerência pedagógica e a materialização do Programa, para atender a 70 alunos em duas turmas, com no máximo 35 aluno e no mínimo 25 alunos.

Em que pese as intenções dos professores envolvidos no debate de revitalização de um ensino agrícola no município, a partir dos acúmulos construídos na educação do campo, temos que considerar que no Município de Bragança o princípio básico de classificar os sujeitos do campo como participantes ativos das formulações e questões políticas e socioculturais, que possam de algum modo afetá-los, não foi considerado.

Por outro lado, em nossa avaliação esse fato poderia significar um diferencial significativo em relação à implementação do Projeto nos outros municípios do Estado. Entretanto, é preciso considerar as situações de implantação do Projeto nos outros municípios do Estado e as configurações que o Projeto ganhava em nível Federal, ou seja, na medida em que os movimentos sociais do Estado do Pará se afastam do processo, a condução nos outros municípios do Estado também ficou centralizada nos governos municipais. E em nível Federal, a própria incorporação do projeto dos Saberes da Terra ao projeto de Inclusão Social da SNJ tirou dos Movimentos Sociais a centralidade da gestão dos Saberes da Terra, apesar de manter a base pedagógica construída coletivamente.

Do ponto de vista contraditório do próprio sistema podemos inferir que esses processos de institucionalização carregam um índice de positividade, pois uma vez frente a uma realidade excludente de um sistema educacional, o próprio processo de reconhecimento dos municípios, no caso de Bragança, em revitalizar a educação agrícola para os sujeitos do campo, trás elementos capazes de atuar na reversão do

quadro de exclusão social dos sujeitos do campo. Pois, como nos diz Fernandes (2005), é necessário inserir a escola no debate de que são insuficientes as condições dadas no sistema de organização social atual, para viabilizar qualquer possibilidade de emancipação humana ou social.

No caso do Município de Bragança esse movimento de trazer para o município a lógica da educação do campo, a partir da aprovação do projeto em 2008, trouxe à tona as preocupações em relação ao perfil dos professores e à formação das turmas, pautadas na lógica da inadequação do sistema de ensino agrícola do município e da necessidade de reestruturação docente e das formas de saberes e fazeres da Escola Agrícola municipal, manifestadas no jogo de interesses entre adaptação da concepção básica do Programa e os vereadores.

Quanto ao perfil do professor, para além das exigências do MEC, que eram a formação em Licenciatura e disponibilidade para participar da formação (em nível de especialização ofertada pelo Programa no Município de Castanhal, no IFPA), a preocupação no Município era, segundo o professor Ronaldo, com o perfil docente, ou seja, com a afinidade deste profissional com o debate da educação do campo e capacidade de articular sua área de conhecimento aos diálogos e contextos dos sujeitos do campo e em processos formativos de estudos coletivos, como destacamos a seguir:

[...] mas, eu queria montar uma equipe com um perfil exatamente da linha da educação do campo... Porque se o profissional não tiver o perfil, ele acaba não fazendo aquilo de forma certa.... mais dedicada essa relação homem com a terra... Depois que montamos a equipe, enquanto aguardávamos a liberação dos recursos, passamos a estudar o PPP e as orientações pedagógicas disponibilizadas pela equipe nacional
(COORDENADOR DO PROGRAMA)

Quanto à formação das Turmas destacamos a partir da fala do coordenador local que além de pressões políticas locais terem afastado os movimentos sociais do campo, que numa ação conjunta haviam elaborado o projeto básico dos Saberes da Terra no município, também ocorreu no Programa em Bragança a intervenção direta dos vereadores e da SEMED, no sentido de que o Programa viesse a atender aos

seus interesses políticos, o que influenciou inclusive na configuração das turmas e a sua forma de oferta:

No primeiro momento, o Programa estava previsto para se executado nos polos, mais próximo às comunidades dos jovens. Escolhemos uma turma para a comunidade do Benjamin; outra turma seria no Carpará da ponta de cá, e uma terceira turma, pro lado daqui da área do Montenegro. Do ponto de vista de ordem “política operacional” [fazendo aspas com os dedos] houve a necessidade de distribuir as matriculas desses alunos, de certa forma ... a pedido dos próprios vereadores de Bragança e da SEMED. E, nós? - liberamos a matriculas desses alunos e por falta de esclarecimento se matriculou muitos alunos em várias comunidades. E aí? – Bom! Não daria para fazer o programa acontecer dessa da forma prevista.

A estratégia que encontramos foi trazer todos os alunos para estudarem na escola agrícola, né? [virando os lábios completou] Foi o que nós fizemos. Como o programa tem três formatos e um deles é trabalhar 20 horas nos finais de semanas, adotamos este.

(COORDENADOR LOCAL)

Desta forma, como marcam as falas do coordenador local, o Programa no município se constitui nas disputas de interesses. Se de um lado avança na preocupação com o perfil dos professores e seus possíveis diálogos com a concepção da educação do campo, de outro lado, cede às pressões dos vereadores e da própria SEMED, cadastrando 75 jovens de diferentes comunidades para atender aos interesses políticos pessoais dos vereadores e inviabiliza a execução do Projeto no formato de polo, em virtude das distâncias geográficas entre as comunidades.

Diante deste cenário de pressões a alternativa foi encontrada no próprio PPP, que trata da especificidade da modalidade EJA e da Educação do Campo, que permite como nos fala o próprio coordenador local, a flexibilização da organização dos tempos e espaços formativos [...] como alternativas indispensáveis para assegurar a permanência dos jovens com sucesso na escola (DOC. BASE, 2008). Desta forma, pautado nas dimensões geográficas do município optou-se pela centralização do curso com aulas presenciais na Escola Municipal Agrícola Dr. Edgar de Souza Cordeiro e pela sua oferta aos finais de semana como mecanismo de “criar a sintonia com a realidade camponesa e com o cotidiano dos jovens agricultores” (PBPROJOVEM CAMPO, 2008 p. 10)

Assim, marcado pelas disputas de interesses durante todo o ano de 2008, o Programa é oficialmente lançado no município na metade do segundo semestre de 2009 (ver figura 10) com a presença do Vice-Prefeito em exercício na época, o Sr. Américo Sarmento, pela Secretária Municipal de Educação a Sr^a. Eulina Rabelo, pelos jovens e professores que participariam do Programa, conforme podemos observar na foto abaixo, figura 10:

FIGURA 10 - LANÇAMENTO DO PROJÓVEM CAMPOS SABERES DA TERRA EM BRAGANÇA



Fonte: Arquivo do Programa

A duração do Programa, conforme o previsto, foi de dois anos, no período de 2009-2011. Assim, como propõe Marran (2011), no sentido de observar os valores que fundamentam e que podem contribuir para a ampliação ou universalização do debate da Inclusão Social da Juventude do campo, objeto de interesse desta Tese, analisaremos o Programa a partir de três eixos: a) o acesso e a permanência b) Proposta pedagógica: o currículo em movimento; d) Formação continuada dos professores.

4.2.1 DO ACESSO E PERMANÊNCIA

Destacamos o critério do **acesso e permanência**, pautado na lógica que o próprio programa preconiza em seu Projeto Base PROJÓVEM CAMPO (SNJ, 2008), de que a inclusão na educação é perpassada por um processo de ensino que garanta o acesso e a qualidade de permanência.

Do ponto de vista das ações voltadas para a garantia do acesso apresentada no relatório final do Programa (BRAGANÇA, 2012) duas questões nos pareceram centrais: a demora no início do programa e a garantia do recurso financeiro para o transporte tanto para atividades presenciais quanto as atividades de campo.

No primeiro caso, destacamos que entre a aprovação do projeto e os trâmites legais e burocráticos que envolveram a disponibilização do recurso para o seu início, houve um desgaste do programa junto os jovens e seus familiares e até mesmo junto aos vereadores, dada a demora de 1º. ano, levando à desistência de 22 jovens, que embora cadastrados na demanda inicial não se matricularam. Desta forma o programa que estava previsto para contemplar 75 jovens, começou com 53. Sendo 38 homens e 15 mulheres.

No segundo caso, para o formato do curso, no qual as aulas presenciais aconteciam em Bragança, e as distâncias que os alunos tinham para percorrer entre a comunidade e a Escola Agrícola eram: 6 km, 10 km, 18 km, 19 km, 32 km, 42 km e 45 km, o recurso financeiro para o transporte tornou-se imprescindível para permitir o deslocamento dos alunos, assim, como o transporte para as atividades como visitas, excursões, atividades de campo e a partilha de saberes no final de cada módulo (BRAGANÇA, 2012).

Entretanto, considerando as ações voltadas à permanência dos alunos, consideramos que a centralização na Escola Municipal Agrícola Dr. Edgar de Souza Cordeiro, na cidade de Bragança, apesar de ser a alternativa mais viável para o funcionamento do Programa, tem limites por afastar os jovens do seu núcleo familiar, dificultando principalmente o acesso das mulheres, como destaca a professora:

Tinham poucas mulheres matriculadas era só 15 ficaram deixa eu ver....ficaram 8 ,- não é isso?- É [confirmam os outros professores]. - É isso, ficaram 8 até o final. As que desistiram foi por causa do marido, dos filhos, a própria Joseane só ficou porque o marido também estudava aqui, aí quando ele abandonou o curso por conta do trabalho, só deixou a mulher ficar estudando, porque nós

pressionamos e porque tinha a irmã dele aqui que também estudava (PROFESSORA DO PROGRAMA).

Neste sentido podemos inferir que as falas dos professores e do próprio coordenador, destacada abaixo, é que o formato do curso marcou o programa no Município por uma série de “fracassos” entendidos como desistências e abandonos dos jovens no curso:

Muitas coisas aconteceram ... muitos fracassos. Uma dificuldade muito grande o aluno vir todo final de semana. Passar a semana toda trabalhando, vir pra cá no sábado para estudar? Deixar a família? ... Tinha umas que traziam filho pequeno, botavam na rede aqui, outras nem vinham, faltavam [...] o marido não deixava, o filho adoecia. Ai o marido que não deixava mais vir estudar. Houve uma série de desistências de alunos: ... foi o emprego, não dava pra largar o serviço para estudar. A bolsa ajudava, mas o recurso era pequeno e atrasava muito. Até mesmo o lazer, pois eles deixavam de vir pra cá por conta do futebol do final de semana, não queriam abrir mão. (COORDENADOR DO PROGRAMA).

Como percebermos nas citações acima, as desistências estão sendo associadas diretamente às ações de permanência desenvolvidas pelo programa, o que nos permite afirmar que estas ainda se apresentaram limitadas (considerando o número de desistências), no sentido de atender às condições materiais dos sujeitos e, principalmente, para equacionar as relações parentais e de gêneros que permeiam as práticas culturais dos jovens do campo no Município de Bragança, como argumenta a professora do Programa:

Estudar ou não estudar? Continuar no Programa ou não? Saio daqui para procurar alguma coisa lá fora. Esses alunos têm vontades, As mulheres principalmente, na hora de tomar essas decisões. Ou acabavam se sentindo mais presa aos maridos que não conseguiam entender o que elas queriam. Ou tinha os pais, mães, os próprios filhos. Isto acabava fazendo uma diferença, a opinião da família tem um peso muito grande na cabeça delas (PROFESSORA).

Vale ressaltar que no início do programa as aulas eram de sexta a noite ao domingo até meio dia e, depois passou a ser apenas no sábado e domingo com o objetivo de minimizar principalmente as dificuldades das mulheres que passariam a dormir fora de casa apenas uma noite.

Para este período de aula, o programa disponibilizou nas dependências da própria Escola Agrícola (o mesmo local de funcionamento das aulas), espaço para o alojamento improvisado (salas viraram quartos de dormir, uma para os homens e outra para as mulheres e foram adaptados os banheiros para banho), além da alimentação que incluía café, lanches, almoço e janta, sendo estes alimentos oriundos da própria agricultura familiar local, fornecido pela SEMED. Ao mesmo tempo os alunos passaram a receber ajuda de custo que do Governo Federal (ver foto figura 11 no momento do recebimento do cartão), no valor de R\$-100,00 (cem reais), que apesar de atrasar frequentemente, passou a configurar como parte do rendimento familiar dos jovens.

FIGURA 11- FOTOS DOS JOVENS RECEBENDO O CARTÃO DO AUXILIO FINANCEIRO DO GOVERNO FEDERAL



Fonte: Arquivo do Programa

Ao considerarmos os sentidos impressos no discurso do coordenador, dos professores e dos alunos, sobre o fracasso do curso, identificamos que a representação do fracasso está ancorada nas desistências dos alunos que abandonaram o curso.

De certa forma um índice abaixo do que esperava, mas em função das anomalias dessa conjuntura [...]. Porém o mais gratificante é que esses 26 alunos que concluíram, obtiveram a certificação de conclusão do ensino fundamental e, com qualificação profissional. Nós conseguimos aprovar 17 alunos no IFPA do Município de Castanhal no curso técnico em agropecuária em nível do ensino médio. E, dos quais dezesseis continuam estudando [agora em Castanhal] com uma bolsa do governo federal, se eu não me

engano, no valor de 120,00 e uma bolsa dada pelo prefeito de Bragança, que nós conseguimos, de 150,00. Então, embora tivéssemos tido uma baixa muito grande em termos da turma, mas no final, de 26 alunos, colocar 17 em Castanhal, foi muito positivo (COORDENADOR).

Agora, justamente pelo fato de serem alunos que moravam em comunidades muito distantes, a gente percebe essa importância do programa Saberes da Terra do ponto de vista da inclusão social (PROFESSOR).

Eu tenho muitas saudades das colegas que desistiram. Hoje eu tenho conhecimento. (MARINES, ENTREVISTA, 2013)

Portanto, o fracasso não se configura uma representação síntese do Programa com um todo. Aos jovens que abandonaram inspira-se o sentimento da perda de oportunidade, visto que as representações do coordenador e dos professores são de que o Programa cumpre o seu papel criando para os jovens que ficaram novos espaços de oportunidades.

Diante do contexto da trajetória inicial do Programa e da política de acesso e permanência, entendemos que o Programa de Educação do Campo Projovem Campo – Saberes da Terra no Município de Bragança é uma iniciativa válida no tocante às induções ao processo de diminuição das desigualdades de distribuição de benefícios sociais, mas sem perder de vista que sua própria intenção pública, o seu tempo de duração e sua efetividade são marcas por disputas contraditórias.

Observando os limites de sua trajetória inicial no Município (ausência da participação dos Movimentos Sociais), compreendemos, como nos diz Sousa Santos (2006), que as respostas fortes aos problemas das ausências dos Direitos, no caso da escolarização, são as que estão nos fundamentos que nos dão a opção entre o que é possível optar.

Enquanto trajetória inicial, reconhecemos que existem algumas solicitações sociais sendo contempladas na implementação do projeto no município, entretanto, não podemos deixar de considerar que muitas opções estão sob a lógica da gestão local, em função de reorganizar problemas conjunturais do próprio processo de implantação.

Neste sentido, os possíveis sucessos demarcados na fala do coordenador local como jovens que permaneceram e que ingressaram no ensino médio, em contraposição ao fracasso dos que saíram, nos colocam diante do fato de que tais ações de acesso e permanência ainda são limitadas, por não conseguirem abranger a todos os jovens matriculados. Contudo, acreditamos como nos falam Lima (2011, p.3), é por meio também do movimento de “[...] uma contra-internalização provocada pela educação [...] que poderemos reunir a dimensão necessária de emancipação, libertação, justiça social, humanização e universalização das construções sociais”.

4.2.2 A PROPOSTA PEDAGÓGICA: CURRÍCULO EM MOVIMENTO

Neste subtópico nos propomos a caracterizar a proposta pedagógica da formação escolar proposta pelo Programa PROJOVEM Campos Saberes da terra aos jovens do campo, por meio da sua organização chamada currículo, como um espaço de afirmação e contestação de projetos de sociedade.

Neste sentido interpretamos o que se chama de “currículo em movimento”, a partir da perspectiva das teorias críticas de currículo. Conforme define Molina (2010), a escola como espaços de conflito que tem papel importante na reprodução do modelo social e na produção de referenciais culturais que contribuem na sustentação ou desestabilização da ordem posta em uma sociedade. Em síntese um currículo como um espaço de disputa pela hegemonia do pensamento a ser legitimado, e em se tratando da Educação do Campo, ainda é algo que se encontra em aberto que precisa ser descrito.

O Projovem Campo - Saberes da Terra é um programa do governo federal que passou a fazer parte da política nacional de inclusão social da juventude, no intuito de responder às demandas sociais específicas da juventude do campo. Neste palco em que se inserem as disputas que envolvem a transição ente política de governo e política de estado, entre políticas de abrangência segmentada e políticas de alcance universal, nos deparamos com as disputas das formas de democratização e das relações entre escola/ trabalho/comunidade nos processos de organização curricular.

Na articulação entre a Educação do Campo e a EJA proposta do programa, o objetivo maior se configura na ideia de integrar a Escolarização, em nível de Ensino Fundamental nas séries finais, à Qualificação Profissional e Qualificação Social destinada aos jovens agricultores Familiares (PBPROJOVEM CAMPO, 2008), visando desencadear ações coletivas na possibilidade de maior atendimento às solicitações do homem do campo sobre a construção de um processo educativo, em contraposição à visão hegemônica de educação urbana e de sustentação dos interesses dos projetos de desenvolvimento modernizadores das elites rurais.

A ideia de um currículo que contemple a possibilidade de adoção do ensino fundamental integrado à qualificação Profissional e social coloca o Programa na perspectiva de superação dos modelos educativos profissionalizantes, que pauta seus currículos na histórica dicotomia da escola, da comunidade e do trabalho. Entretanto, é preciso compreender os limites dessa configuração de currículo a partir do conjunto de disputas que o construíram, sem perder de vista, como nos dizem os teóricos críticos no campo das políticas educacionais, que é dentro das contradições do governo que podemos impulsionar um avanço no sentido de mudanças estruturais para a construção de outro projeto de desenvolvimento do campo.

Em outras palavras, fazendo uso das análises dos estudiosos da relação entre Educação e Trabalho, podemos inferir que a aceitação da ideia de um currículo para os jovens do campo que contemplasse a possibilidade de integração do ensino fundamental à qualificação Profissional, sem restringir ao ensino urbanocêntrico, organizado pela Política Nacional de Inclusão Social no início deste século é a aceitação de:

[...] que é possível trabalhar dentro das contradições do governo que possam impulsionar um avanço no sentido de mudanças estruturais que apontem, no mínimo, mais realisticamente, o efetivo compromisso com um projeto nacional popular de massa (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 26)

Na leitura dos teóricos da educação do campo, propor uma educação inclusiva é, antes de qualquer coisa, ter um currículo que possibilite a compreensão das especificidades desses excluídos que, mesmo nessas condições, fornecem

elementos culturalmente ricos, de suma relevância para a prática pedagógica. Como nos diz Arroyo (1982) incluir as minorias privadas de direitos à educação pressupõe a compreensão de suas especificidades como componentes de uma totalidade na qual eles estejam inseridos.

Nesta perspectiva, os princípios curriculares que referenciaram o Projeto do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra no Município de Bragança são pautados na concepção crítica de currículo: 1) Da escola formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana; 2) Valorização dos diferentes saberes no processo educativo; 3) Compreensão dos tempos e espaços de formação dos sujeitos educativos; 4) Escola vinculada à realidade dos sujeitos; 5) Educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável; 6) A autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino; 7) Do trabalho como princípio educativo; 8) Da pesquisa como princípio educativo (RELATORIO-BRAGANÇA, 2012).

A proposta se configura na perspectiva de estabelecer a relação entre teoria e prática numa abordagem transdisciplinar e contextualizada, que considera tanto a Base Nacional Comum, por meio das áreas de conhecimentos quanto à formação Profissional Agrônoma, por meio dos Sistemas de Produção. Para tanto o projeto no Município de Bragança incorporou em sua dinâmica curricular cinco elementos: a) Dimensão da escolarização; b) Eixo articulador; c) Eixos Temáticos; d) Arco Operacional; e) Áreas de Conhecimentos propostos no PBPROJOVEM CAMPO, (SNJ, 2008):

- a) DIMENSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO - correspondia à articulação da escola ao trabalho, visando elevar nível de ensino por meio da conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional e qualificação social;
- b) EIXO ARTICULADOR - seguiu o mesmo do Projeto Nacional – Agricultura Familiar e sustentabilidade;
- c) EIXOS TEMATICOS - seguiu o mesmo do Projeto Nacional –1)Agricultura Familiar, Cultura, identidade e Etnia e Gênero; 2) Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; 3) Cidadania, Organização Social e

Políticas Públicas; 4) Economia Solidária; 5) Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque Territorial;

d) ARCO OPERACIONAL- Produção Familiar Rural – 1) Sistema de cultivo; 2) Sistema de criação; 3) Extrativismo; 4) Aquicultura; 5) Agroindústria;

e) AREAS DE CONHECIMENTO – Linguagem códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas; Ciências da Natureza e Matemática, e Ciências Agrárias.

A partir desta configuração podemos dizer que no Programa no Município de Bragança o currículo proposto para os jovens do campo foi organizado de forma a priorizar a sociabilidade e profissionalização como parte da formação técnica acerca da produção. Na prática isto significou que o Arco Ocupacional Produção Familiar Rural e as Ocupações, proposto no PBPROJOVEM CAMPO (2008), assumiu a centralidade no currículo, conforme figura 12:

FIGURA 12 - CURRÍCULO PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA NO MUNICIPIO DE BRAGANÇA



FONTE: RELATÓRIO FINAL DO PROGRAMA NO MUNICIPIO (2012)

Na organização dos tempos e espaços formativos, o Programa municipal atendeu à distribuição da carga horária mínima para o Tempo Escola e para o

Tempo Comunidade de 1800h e 600h respectivamente, estabelecendo, desta forma, um currículo com 2.400h exigida pelo Documento Base Nacional (2008). Entretanto fazendo uso da prerrogativa da flexibilização de distribuição desta carga horária nos eixos temáticos, percebemos que há um direcionamento maior do programa local para o sistema de produção com 500h, seguido do eixo da agricultura familiar (identidade, cultura, gênero e etnia) e do eixo Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas, ambos com 400h, enquanto que o eixo do desenvolvimento sustentável ficou com 300h e o da economia solidária apenas 200h, conforme apresentamos no quadro 14:

QUADRO 14 – CARGA HORÁRIA DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO

EIXOS TEMATICOS	CARGA HORÁRIA		
	TOTAL	TE	TC
Agricultura familiar: identidade, cultura, gênero e etnia.	400h	100h	500h
Sistemas de produção e processos de trabalho no campo.	500h	250h	750h
Cidadania, Organização social, e Políticas Públicas.	400h	100h	500h
Economia Solidária.	200h	50h	250h
Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial.	300h	100h	400h
CH Total	1.800h	600h	2.400h

FONTE: RELATÓRIO FINAL NO PROGRAMA (2012)

Dentro deste contexto de organização do tempo e espaço do currículo do PROJOVEM no município é preciso considerar que esta ênfase, dada no PROJOVEM Campo Saberes da Terra ao processo de escolarização, articulada à agricultura familiar e sustentabilidade, tem sua raiz no objetivo histórico da construção de um projeto de educação que contemplasse o homem do campo. Uma educação que se voltasse para o desenvolvimento numa perspectiva não-capitalista, demandada pelos movimentos sociais do campo entre o final da década de 1990 e com mais ênfase na primeira década deste século (CALDART, 2002) que, filtrada nas próprias contradições das Política Nacional de Inclusão Social e posteriormente nas da gestão local, vai se traduzir no Município de Bragança na ênfase no sistema de produção.

A percepção de movimento nos leva a concordar com Castro (2005) quanto ao caráter inovador das representações posto na defesa de educação do campo como produto dos movimentos sociais, ao entrar em disputa com um campo dominante de significados constituídos é filtrado e reinterpretado, levando à restrição da concepção de educação do campo proposta pelo movimento social.

Ao reconhecer o movimento da contradição, podemos inferir que a linha diretriz do currículo para a educação do homem do campo, que busca integrar e alternar os tempos e espaços formativos, embora limitada certamente se diferencia sobre a realidade de um segmento historicamente marginalizado. Cabe ressaltar que a valorização do meio sem deixar de lado as apropriações dos conhecimentos culturalmente construídos e contemplados em maior ou menos grau no Programa, tem se constituído segundo Arroyo (1982) no desafio permanente de quem faz a educação do campo.

Neste campo de disputa a metodologia da alternância se legitima como a base constitutiva do processo de organização do trabalho pedagógico do Programa no Município, a partir da matriz do Projeto Base do PROJOVEM Campo (SNJ, 2008). Ressaltamos que esta legitimidade é regulamentada em nível federal pelo Parecer CNE/CEB nº 01/2006 e em nível estadual pelo Parecer nº604/2008 CEE/PA, Resolução nº1, de 9 de janeiro de 2009.

De acordo com os estudos de Santos (2006), a ideia da formação por meio de um processo de alternância, a partir da realidade produtiva familiar no campo no Brasil, tem sua gênese na França, representada como uma pedagogia de ruptura e é introduzida no Brasil a partir das Escolas Família Agrícola - EFAs e das Casas Familiares Rurais.

O próprio Projeto Base do PROJOVEM Campo - Saberes da Terra (SNJ, 2008), destaca a alternância, como uma experiência construída pelos acúmulos educativos vivenciados pelos movimentos sociais do campo e como estratégia de construção coletiva trabalhada em períodos dialógicos.

Os teóricos desse processo metodológico apontam que apesar de existirem múltiplas experiências, elas trazem em comum dois princípios básicos, identificados na própria etimologia da palavra alternância - do Latim *alternare* que significa “compreendendo o outro”, dando-lhe a ideia do movimento mudança e permanência intercaladamente, com ordem de sucessão regular nas dimensões do tempo e do espaço (BEGNAMI, 2006; SANTOS, 2006; CORDEIRO, 2009). Assim, o primeiro princípio é o da delimitação do tempo e do espaço entre dois períodos de alternâncias que pode ser entre escola e a comunidade ou trabalho; o segundo se configura na ideia dar unidade a estes dois tempos formativos, por meio da pesquisa [entendida aqui como a capacidade de problematizar a realidade e a busca de respostas para sua compreensão e transformação].

Como nos diz Cordeiro (2009, p. 60) *a Prática Alternativa oferece aos jovens do campo a possibilidade de ter acesso ao conhecimento conquistado por meio da problematização da realidade*. Isto significa dizer que em busca de respostas aos questionamentos levantados no cotidiano dos jovens, articulam-se os saberes populares e os saberes científicos.

No caso da experiência da alternância no PROJOVEM Campo Saberes da Terra no Município de Bragança percebemos que durante os dois anos do projeto, o tempo e o espaço foram alternados em estudos, pesquisas e projetos de intervenção a partir das ocupações que compõem o eixo temático articulador: Agricultura Familiar, em dois tempos formativos – o Tempo Escola -TE e o Tempo Comunidade - TC com objetivo de aproximar os conhecimentos acadêmicos em suas áreas de saberes às questões sociais, econômicas, ambientais e culturais dos jovens e de suas comunidades, que na interpretação do coordenador, traduz à articulação entre a teoria e prática desenvolvida no Programa:

O programa não fica só preso à teoria. A teoria é convertida em prática... lá no quintal do aluno; no seu sítio; lá na sua roça. Só que lá [se referindo ao programa] não chamamos de roça, e sim, no seu espaço produtivo, pra quebrar a ideia de que a roça é algo penoso. Mas sim, um lugar que trás resultado [...] vamos dizer da alimentação ... alimentação mais saudável sem usar os agrotóxico. Então muitos alunos que não plantavam uma cebolinha no meio rural hoje

passaram a produzir muitas coisas. Dentro dessa atividade tempo escola tempo comunidade [...] (CORDENADOR).

Assim, a articulação dos Tempos formativos TE e o TC, em consonância aos princípios do currículo acima mencionados, trás a pesquisa e os projetos de intervenção como elementos de reinvenção da práxis pedagógica da Educação do Campo (SNJ - CADERNO PEDAGOGICO 1, 2010). Esta reinvenção passa por outra práxis social, pela profissionalização e pela ação política dos jovens de não apenas para responderem aos seus desejos pessoais, mas à necessária transformação da sociedade em que vivem como condição de realização de seus desejos.

Nos cinco cadernos pedagógicos do Programa (SNJ, 2010) a pesquisa é simbolicamente representada como fonte de saber, que permite ao jovem aluno ir além da formulação lógica e coerente de uma explicação sobre determinado fenômeno natural ou cultural (capacidade que se encontra no campo da cognição), e reconfigura o processo de ensino-aprendizagem a partir do que classificam como *reconhecimento*. Ou seja:

Essa nova cognição (processo de *reconhecimento*) poderá resultar em outras formas de fazer e de sentir o nosso trabalho docente, de nos fazermos, enquanto educadoras e educadores, mais humanos na atuação profissional, social e nas nossas relações com o nosso meio natural e cultural. Isso conformaria um **processo de reinvenção**. Se acontece uma reinvenção permeada por uma *reconhecimento*, configura-se a *ressocialização*. Constitui-se um **novosaber**. Deu-se a **ressocialização**. A *ressocialização*, então, situa-se no campo da sabedoria (gnosilogia) (SNJ- CADERNO PEDAGOGICO 1- , 2010).

Pautados nos princípios Freireanos, a proposta do programa para alcançar o saber de um determinado objeto por meio da pesquisa coloca-se dentro do ciclo gnosiológico em que “o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente”, (FREIRE, 2002, p.31), passando pelo conhecimento no nível da curiosidade ingênua, ao da curiosidade crítica rumo à curiosidade epistemológica.

É interessante notar que Paulo Freire se refere ao desenvolvimento da CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA para garantir OS MOMENTOS DO CICLO GNOSIOLÓGICO. Podemos interpretar essa perspectiva como sendo a de que o conhecimento é apenas um

dos momentos do ciclo (o cognitivo) da construção do saber necessário à existência humana: o viver bem, o crescimento humano de todas e todos. Então, o conhecimento científico (epistemologia) está subordinado à construção da **sabedoria** ou do **saber** (gnosilogia) nas suas **cinco dimensões: a cognitiva, a técnica, a política, a ética e a estética** inter-relacionadas. Mas essa construção tem que ser formulada como um todo: sabedoria (SNJ - CADERNO PEDAGOGICO 1-, 2010).

Assim, no processo de reinvenção da práxis pedagógica a ideia é fazer o confronto entre os conhecimentos já existentes saberes populares e saberes científicos para responder aos problemas levantados do cotidiano dos jovens, visando a construção de um **novo saber sobre a cultura da Agricultura Familiar sustentável na Amazônia** (SNJ- CADERNO PEDAGOGICO 1, 2010).

Na materialização desta concepção o Programa no município assumiu a proposição do PROJETO BASE PROJOVEM Campo Saberes da Terra (MEC, 2008), de desenvolver a Alternância por meio de Percurso Formativo no qual a pesquisa passou a ser o elemento desencadeador das questões problemas e, estas por sua vez traziam os conteúdos dos eixos Temáticos e das áreas de conhecimento às realidades e práticas das Unidades familiares Produtivas dos jovens alunos do programa e das experiências agrícolas desenvolvidas no município.

Este processo do Percurso Formativo Tempo Escola e Tempo Comunidade, foi organizado a partir de três dimensões: a) Pesquisa (Definição das questões de Pesquisa, organização da pesquisa e Realização da Pesquisa); b) Círculo de diálogos (sistematização da pesquisa, realização das jornadas pedagógicas e produção e sínteses da pesquisa); e c) Partilha de saberes (comunicação dos resultados da Pesquisa).

Como referencia para a construção desse percurso, foram usados os cadernos Pedagógicos disponibilizados pelo MEC (ver foto figura 13), organizados pela equipe técnica pedagógica nacional no intuito de orientar os percursos formativos dos cinco eixos temáticos que compõe o currículo do programa.

FIGURA 13 - JOVENS RECEBENDO OS CADERNOS PEDAGÓGICOS



FONTE: ARQUIVO DO PROGRAMA 2010

Assim, no início de 2010 foram distribuídos 5 (cinco) cadernos para cada aluno e professores, correspondente aos cinco eixos temáticos: Cadernos 1 – Agricultura Familiar; Caderno 2- Cidadania; Caderno 3- Sistema de Produções; Caderno 4- Economia Solidária; Caderno 5- Desenvolvimento Sustentável e Solidário conforme figura 14.

FIGURA 14 - OS CADERNOS PEDAGOGICOS POR EIXO TEMATICO



FONTE: MEC 2013

O caderno dos jovens orientava a compreensão geral da temática a ser trabalhada no eixo temático e como este dialogava com o complexo da Agricultura Familiar e o caderno do Educador servia de roteiro para construção do percurso formativo a partir da matriz curricular do saberes: construção da ementa; pesquisa e diagnóstico; socialização da pesquisa e problematização; definição das aprendizagens significativas; estratégias e atividades didáticas; avaliação do processo; sistematização. Esse material possui diretrizes gerais, conteúdos

mínimos, possibilidades de estratégias pedagógicas e exemplos de experiências desenvolvidas por educadores.

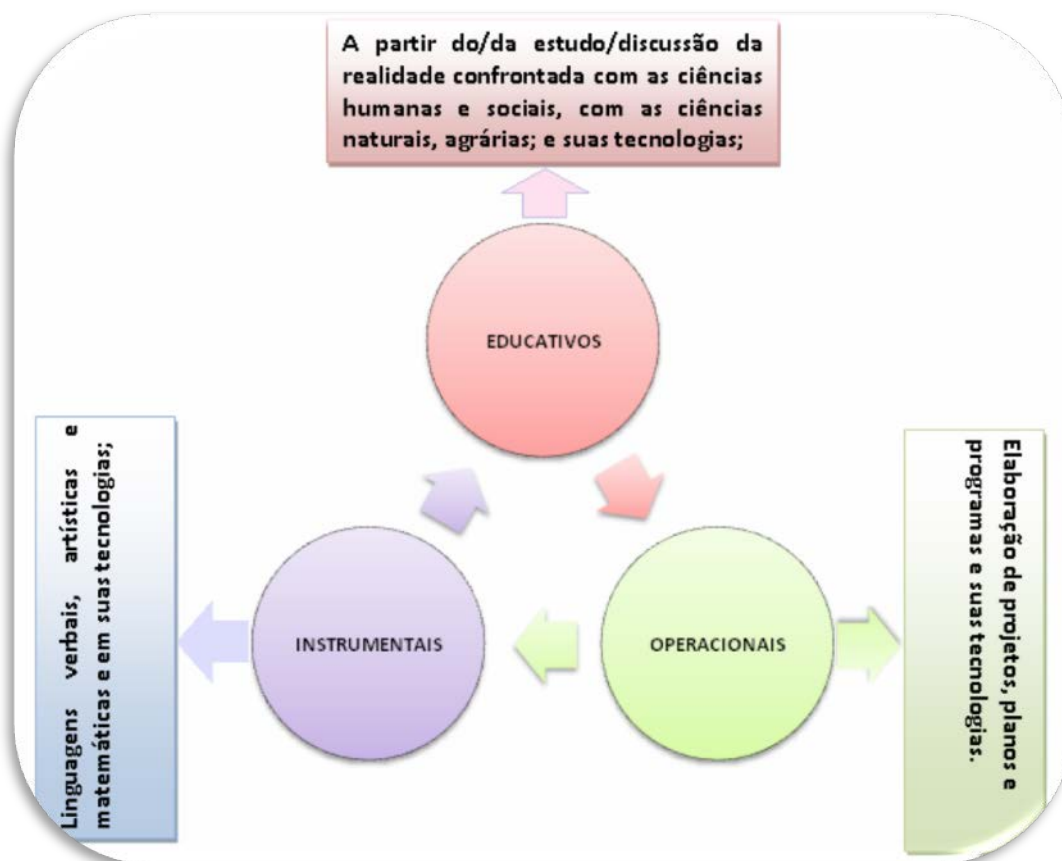
Cabe salientar que a equipe construtora apresenta a preocupação de que o caderno não esgota todas as questões do processo pedagógico e que o mesmo se constitui em uma orientação metodológica para a construção do saber:

[...] os Cadernos não dão conta de todas as questões do processo pedagógico do **ProJovem Campo – Saberes da Terra** nas salas de aula. Possibilitam, contudo, uma metodologia de estudo e, portanto, de construção de saberes. Metodologia que, lançando mão dos Cadernos, do Acervo Bibliográfico de cada escola e do Laboratório, sendo este a vida da comunidade e do entorno, possibilitará o desenvolvimento das habilidades intelectuais (elevação da escolaridade), profissionais (técnicas necessárias ao manejo das diferentes ocupações do Arco Ocupacional Produção Rural Familiar) e socioambientais (intervenção na comunidade e na sociedade) para a autoformação e a transcendência social de todos os sujeitos educativos no seu crescimento humano pessoal, profissional e coletivo (SNJ - CADERNO 1- 2008, p.15)

Em síntese podemos dizer que os cadernos pedagógicos se apresentam como uma proposta metodológica visando garantir a construção dos conteúdos pedagógicos definidos como: a) educativos, b) instrumentais, c) operacionais, simultaneamente.

Os conteúdos educativos estão voltados para o estudo da realidade confrontada com as ciências humanas e sociais, com as ciências naturais, agrárias e suas tecnologias; os conteúdos instrumentais estão articulados com as linguagens verbais, artísticas matemáticas e suas tecnologias; e os conteúdos operacionais voltado para a elaboração de projetos, planos e programas e suas tecnologias, conforme apresentamos na figura 15:

FIGURA 15 - CONTEUDOS PEDAGÓGICOS DO PROGRAMA



FONTE: SÍNTESE ORGANIZADA A PARTIR DOS CADERNOS PEDAGÓGICOS (SNJ, 2010)

No caderno eles são apresentados, na perspectiva de articular a formação humana, às capacidades de expressão nas diferentes formas de linguagem verbais, matemáticas e artísticas, para garantir a comunicação entre nós inclusive a tecnológica e a sua capacidade de elaborar projetos pessoais e coletivos de ação transformadora (SNJ-CADERNOS PEDAGÓGICOS- 1, 2010)

4.2.3 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

No Pará o programa de formação continuada foi assumido pelo Instituto Federal do Pará - IFPA, a partir de um acordo coletivo do processo de Institucionalização da proposta da PROJOVEM, em abril de 2008, no “Seminário de Projetos Pedagógicos de Educação do Campo: (Re) Construção Coletiva”. Cabe ressaltar que o PPP do curso de formação continuada em nível de Especialização foi elaborado por um coletivo que envolveu profissionais do IFPA, da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC, da Universidade Federal do Pará - UFPA e do Fórum Paraense de Educação do Campo, que a passou pelo reconhecimento

legal por meio da Resolução nº 1 CNE/CES, que estabelece as normas de funcionamento de Curso de Pós-Graduação e na própria Instituição pela Resolução 014/2007.

Na forma de oferta Regular o curso, sob a coordenação pedagógica do professor Fernando Sarmiento Favacho, passou a ser ofertado em diferentes polos da Instituição: Abaetetuba, Altamira, Belém, Castanhal e Marabá.

A estrutura da formação continuada, tal qual a proposta curricular dos PROJOVEM Campo Saberes da Terra foi também organizada em Eixos Temáticos: Educação do Campo e Agricultura Familiar (60 horas), Trabalho e Sistemas de Produção no Campo (90 horas), Organização, Movimentos Sociais e Políticas Públicas (80 horas), Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária (80 horas), Educação do Campo, Agro ecologia e Sustentabilidade na Amazônia (50 horas) num total de 360h.

Numa concepção Freireana de educação o programa de formação continuada do IFPA trás, nos círculos epistemológicos, a compreensão de uma metodologia de Intervenção na relação pedagógica em instrumento de pesquisa ou de investigação científica. Neste sentido, a concepção da estrutura curricular do programa se configura a partir dos Eixos Temáticos que se constituem em temáticas aglutinadoras dos Círculos Epistemológicos, com o princípio básico de agregar conhecimentos e problemáticas de pesquisa estruturantes para a formação de Educadores/as e Coordenadores/as Pedagógicos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra.

Os professores de Bragança participaram, no Polo do Município, em Castanhal, das aulas programadas, o que possibilitava o deslocamento dos professores para o referido município, que fica aproximadamente a duas horas de Bragança.

De acordo com o relatório final do programa municipal (2012) participaram do curso de Especialização todos os professores e o coordenador local e apenas um professor não defendeu a sua monografia.

Enfim, neste cenário do movimento do currículo, que passa não apenas pelo acesso, mas pela organização pedagógica que se propõe a confrontar saberes no sentido da reinvenção das práticas, inclusive pedagógica (aqui se tratando da formação dos educadores) mais do que analisá-lo como um processo histórico construído, o nosso principal interesse se configura na compreensão de como esse processo se inscreve no campo simbólico das representações sociais dos jovens e professores que vivenciaram o Programa no município. Um dos objetivos de interesse desta Tese, na perspectiva de identificar os elementos constitutivos que compõem a rede das mudanças e representações, construídas a partir deste instrumento de inclusão social da juventude do campo da Política Nacional da Juventude.

5 - ELOS DA TEIA REPRESENTACIONAL: DIMENSÕES DE ANÁLISE

Conforme apresentamos na primeira seção deste estudo, ainda são insipientes os estudos sobre as juventudes do campo, principalmente no que tange análises sobre os jovens com base nos aspectos psicossociais, culturais e históricos, ou seja, que considere suas reais e integrais condições de vida, sua condição de sujeito; que reconheça sua subjetividade na projeção e legitimidade de sua cidadania no espaço social e público.

Assim, traçamos o nosso desafio, na compreensão dos processos psicossociais dos jovens do campo do Município de Bragança, a partir das experiências vividas dos jovens no Projeto PROJÓVEM Campo Saberes da Terra, no intuito de identificar e analisar as construções de representações sobre a condição juvenil do jovem do campo. Em outras palavras, buscamos compreender como foram/são construídas as teias de imagens e sentidos que se encontravam/encontram em disputas nas zonas de contato, que delimitam a condição de existência do jovem do campo. Assim, entendemos que o sentido de ser jovem do campo é parte do confronto do poder na dialética da inclusão/exclusão³⁹ e que a construção de sua condição juvenil do campo ocorreu/ocorre pela negação de direitos e pela afirmação de privilégios que fomentaram/fomentam as negociações em torno da proposta da inclusão social, dando os contornos dos limites e possibilidades de sua condição de jovem do campo.

Apresentamos também a teoria das representações sociais - TRS como referencial teórico-metodológico pautada tanto como estratégia para analisar a condição juvenil dos jovens do campo além da dualidade da natureza humana (sociedade e indivíduo), quanto, por ser um campo teórico que possibilita o diálogo

³⁹ Segundo Sawaia (1999) a expressão dialética exclusão/inclusão marca uma relação na qual as categorias Exclusão e Inclusão não podem se constituir como categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação. Na perspectiva da autora é exatamente a dinâmica entre elas que demonstra a capacidade de uma sociedade existir como um sistema. Essa linha de raciocínio permite concluir, parafraseando Castel (1998), que a dialética exclusão/inclusão tem sido um meio fundamental em que nossa sociedade experimenta o "enigma de sua coesão e tenta conjurar os riscos de sua fratura".

com diferentes campos do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar e dinâmica como a problemática de nosso estudo requer, ou seja, um campo teórico que nos desafia como nos diz Moscovici (2009) apreender a inovação social:

[...] o desafio atual deste campo teórico é analisar o caráter construtivo das RS, não como distorções de pensamento, mas, como um campo teórico que permite pensar o grupo social de maneira diferente e de apreender a inovação social (2009, p.50).

Movidas pela ideia de que as pesquisas no campo das TRS precisam criar estratégias para garantir a articulação entre o sujeito que representa e suas condições socioculturais criamos as dimensões de análise de nosso estudo, como estratégia metodológica para organizar a rede de sentido da vida mental e coletiva dos jovens sujeitos da nossa pesquisa.

Assim, o objetivo desta seção é apresentar as três dimensões que compõem a nossa estrutura analítica: A primeira dimensão: ***Ser jovem do campo no campesinato bragantino*** com o objetivo analisar as construções históricas dos sujeitos sociais do campo em Bragança e de caracterizar a condição da juvenil do campo no campesinato bragantino. A segunda dimensão: ***A Representação Social dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra sobre a sua condição juvenil do campo no Município de Bragança***, com objetivo de apresentar as mudanças das representações sociais dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra sobre a condição juvenil do campo, a partir da experiência vivenciada no Programa. Na terceira dimensão: ***Resignificações da condição juvenil do campo: análise da proposta de inclusão social em nível local*** temos o objetivo de analisar as resignificações na sua condição de ser jovem, a partir da relação com a proposta de Inclusão Social da Juventude de campo.

5.1 - SER JOVEM DO CAMPO NO CAMPESINATO BRAGANTINO

♪ Essa saudade viajou na lembrança
Vou direto a Bragança, minha terra, meu lugar.
Na lembrança viajo na fantasia,
com alegria de Bragança lembrar.
No fim da tarde espero noite enluarada,
sereno da madrugada, pra poder me inspirar
Ilumina barco a vela
Iluminada Vila Que Era
Sapucaia e Camutá ♪⁴⁰

Na terceira seção desta Tese vimos que a construção histórica e social dos sujeitos do campo é impressa na concepção do Campo como espaço de vida e resistência como trabalhador do campo. Observamos também que em suas diversidades os sujeitos sociais do campo – agricultores, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, entre outros, forjam múltiplos processos adaptativos (não) capitalistas, que garantem seus modos de existência.

Nestes dois processos, que caracterizam tanto a unidade trabalhador do campo quanto a diversidade, nas suas múltiplas formas de se relacionar com a biodiversidade e construir a cultura e vida do campo, os jovens do campo vivenciam espaços tensos e contraditórios, que lhe conferiram o lugar de sujeitos históricos sociais em construção e de condição juvenil específica. Ou seja, se de um lado ser jovem carrega limitações quanto ao espaço de participação; quanto à possibilidade de ser ouvido; quanto à dificuldade de se colocar em um espaço de decisão, por outro lado, uma geração que ao se perceber vulnerável enfrenta esse mundo rural em conflito, desigual, ainda tão distante do acesso de bens e serviços e um mundo distante de uma reforma agrária (CASTRO, 2008). Enfim, Jovens que imersos nas condições históricas de vulnerabilidades sociais, de exclusão, têm se constituído

⁴⁰ Fabrício Blanco

como sujeitos de direito, em um jogo de interesses e tensões sobre os sentidos e imagens do que é ser Jovem do campo, dentro de uma disputa mais ampla que envolve a própria concepção de campo que se quer construir no Brasil.

Partindo desta lógica, numa dimensão de análise, propomo-nos a caracterizar, a partir das construções históricas dos sujeitos sociais do campo em Bragança, quem são os Jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, não com o olhar de historiador, mas para captamos as teias de sentidos e imagens que nos revelem a condição juvenil desse jovem no campesinato bragantino e elementos, no processo histórico de um Município que em julho de 2014 completou, como nos diz Nonato Silva (2006), 402 anos de cultura e Tradição.

Bragança do Pará, denominada Pérola do Caeté, por ser situada a margem do Rio Caeté, na língua Tupi, caa +y+ eté = mato bom, verdadeiro, é ornada de palmeiras imperiais conforme destacamos na figura 16, que confere à frente da cidade uma beleza singular.

FIGURA 16: FRENTE DE BRAGANÇA



FONTE: SITE DA PREFEITURA (2012)

Com uma área de 2.091,930 km² Bragança possui uma população estimada em 113.863 habitantes (IBGE 2013). Localizada na região do Nordeste Paraense, a 220 quilômetros de Belém, capital do Estado do Pará, conforme figura 17. Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com os Municípios de Santa Luzia do Pará

e Viseu, a Leste com os Municípios de Augusto Corrêa e Viseu e a Oeste com o Município de Tracuateua (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2005).

FIGURA 17 - MAPA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA EM RELAÇÃO A CAPITAL DO PARÁ.



FONTE: SITE DA PREFEITURA (2012)

As referências históricas e estudos sobre a região Bragantina e sobre o Município de Bragança, a exemplo de Nonato Silva (2006), Smith (2011), Leandro e Silva (2010) Huttienne (2001) entre outros, conferem a Bragança o título da segunda mais antiga cidade do Pará e de grande importância histórica e cultural para o desenvolvimento da região bragantina.

A mais importante manifestação cultural religiosa de Bragança “Marujada de São Benedito” é traduzida nos verso do artista local Junior Soares (ver citação abaixo) como um movimento que associa no culto ao Santo Preto “São Benedito”, desde 1978 (NONATO SILVA 2006), a fé cristã católica aos ritmos africanos (MAUES, 1995) (FERNANDES, 2011).

*“Vou fazer uma canção
Em louvor ao Santo Preto
Canta povo bragantino
Bendito, oh! Bendito
Quando chegar dezembro
Qual é o santo que está no andor?
É São Benedito, com Nosso Senhor*

Marujada de São Benedito
Em louvor ao protetor
Vem vestindo azul ou vermelho carmim
Na festa, no barracão
Dança xote, mazurca e chorado
Nos duzentos anos de louvação
Mas fico mesmo encantado
*Quando dança retumbão*⁴¹

Embora a Marujada de São Benedito em dezembro⁴² faça parte do calendário oficial do Município, o que atrai turistas e devotos de todo o Pará, para o povo bragantino o Louvor ao São Benedito é professado durante o ano inteiro, com atividades que envolvem a Esmolação, a Cavalhada e culmina com a grande festa da Marujada no mês de dezembro. A programação tem início no dia 8 de dezembro, com a chegada fluvial da Comitiva de Esmolação do São Benedito das praias e vai até o dia 26 de dezembro, com o dia comemoração do São Benedito no Município e encerramento da festa na madrugada do dia 27, com o abraço das Marujas na Igreja de São Benedito (NONATO SILVA, 2006).

A prática da Esmolação tem seu início ainda no mês de março e finaliza no início do mês de dezembro. Ela consiste na saída de três comitivas para angariar esmolas e ofertas em todo o Município de Bragança, para a Festividade de São Benedito. Cada comitiva de esmoleiros leva uma imagem do santo, instrumentos musicais, bandeiras e executam um conjunto de canções orantes em latim, ladainhas e folias em homenagem a São Benedito.

As comitivas são nomeadas de acordo com as áreas que percorrem, para realização da esmolação, ou seja, Comitiva das Praias, Comitiva das Colônias e Comitiva dos Campos. Todo o percurso é planejado previamente por meio da identificação nas referidas regiões de devotos que querem pagar promessas a São

⁴¹ SOARES Júnior, Luís Maria de Jesus & SILVA FILHO, Edu Nonato da. *Marujada de São Benedito* (1998), em comemoração aos seus 200 anos.

⁴² O dia de São Benedito é comemorado pela Igreja Católica no dia 05 de outubro, entretanto em Bragança as comemorações acontecem desde 1798 no dia 26 de dezembro, porque os escravos fundadores desta tradição, vendo no braço esquerdo de São Benedito a imagem de Menino Jesus, de quem ele era um fervoroso devoto, acharam que sendo o dia 25 de dezembro, dia de Natal de Jesus, o dia 26 deveria ser o dia do Santo preto, pois ele o trazia nos braços,

Benedito. Essas promessas envolvem a hospedagem e alimentações (dos mais simples aos mais suntuosos) da comitiva de esmoleiros.

Partimos da premissa de que São Benedito da Praia, São Benedito dos Campos e São Benedito da Colônia representam simbolicamente a diversidade do ambiente, que dá o chão à vida, ao trabalho e a cultura do campesinato bragantino. Assim, também consideramos que esta prática entrelaça a religiosidade do povo bragantino à própria diversidade socioambiental e à dinâmica econômica do município nos oferece elementos para pensarmos na diversidade de sujeitos que constroem a história do campo neste município.

Em nossa percepção as comitivas do Santo são distribuídas a partir dos três tipos de natureza, que delimitam o uso da terra na região: 1) Áreas de Terra Firme que são percorridas pelo Santo das Colônias; 2) Áreas da praia e próximas ao litoral (áreas de mangues), percorridas pela comitiva com a imagem do São Benedito da praia; e 3) a terceira comitiva, com a imagem do São Benedito dos Campos, percorre as áreas que em parte do ano ficam submersas à intensa rede hidrográfica do Rio Caeté e em outra parte do ano ficam secas, propícias para agricultura de várzea.

Essa diversidade da natureza vai engendrar uma série de possibilidades de uso e necessidades distintas de adaptação dos sujeitos do campo, que nos permite, segundo Leandro e Silva (2010, p.6) “explicar, do ponto de vista da distribuição geográfica, as diferentes atividades de trabalho desenvolvidas pelo campesinato bragantino”, ou seja, trabalhos com a agricultura, trabalhos com a pesca de mariscos e crustáceos, além de trabalhos que envolvem pesca e agricultura ao mesmo tempo.

Assim, se a costa litorânea foi favorável à constituição de vida e trabalho voltado à pesca e à extração dos mariscos e crustáceos, onde se fundaram vários núcleos pesqueiros dispersos nas praias, ilhas e rios que drenam o Município de Bragança, de outro lado a disposição das áreas de Terra seca foram o motivo geográfico favorável à configuração das colônias agrícolas, assim como as áreas de campo foram o motivo geográfico favorável para atender à necessidade dos sujeitos

de trabalharem com marisco e pesca parte do ano e na outra parte trabalharem com a agricultura de várzea.

Acreditamos, entretanto, que a análise da caracterização de quem é o jovem do campo em Bragança requer a reflexão do processo de construção do lugar do jovem do campo, no movimento para acesso e permanência na terra, que demarcaram a diversidade e as dinâmicas dos sujeitos, que construíram a vida e a cultura do campo neste município, para além das formas de relação com a terra, em função da natureza da região.

Assim nesta dimensão, embalada nos versos poéticos de Fabrício Blanco, na letra da música acima, de quem espera a noite enlutarada para inspirar-se nos versos que o leva a viajar no tempo das recordações, fazemos a análise desta primeira dimensão por dois caminhos. No primeiro caminho, ao embalo das leituras dos autores que ousaram desvelar a história de Bragança, buscamos identificar a construção histórica dos sujeitos sociais do campo em Bragança. No segundo caminho navegamos nas escutas dos jovens egressos do Programa PROJovem Campo Saberes da Terra, sujeitos desse estudo, com o objetivo de caracterizá-los e compreender a condição juvenil de jovem destes jovens do campo em Bragança.

5.1.1 O PRIMEIRO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO HISTÓRIA DOS SUJEITOS SOCIAIS DO CAMPO EM BRAGANÇA

As origens de Bragança remontam a 1613, com a expedição francesa comandada por Daniel de La Touche. A região do Caeté já era habitada pelos índios Tupinambás, entretanto as disputas que irão resolver a posse desse território pelos brancos se intensificam a partir de 1633, entre o governador do Maranhão Francisco Coelho de Carvalho e Álvaro de Souza, que reclamou seu território diretamente a Filipe IV da Espanha. O Rei da Espanha resolveu a questão da posse junto a seu Conselho, dando definitivamente a Capitania a Álvaro de Souza, que imediatamente fundou a Vila Souza do Caeté, hoje Vila-que-Era, ao lado direito do rio Caeté, mais próxima da saída para o Oceano Atlântico, porém com dificuldades de acesso e comunicação com Belém.

Nesse período os índios foram, segundo Nonato Silva (2006), praticamente exterminados, tanto pela guerra dos franceses contra os holandeses que disputavam esse território, quanto pelos males físicos e doenças dos europeus.

A constituição da representação do campo na região bragantina, em sua origem, é marcada pela diversidade de sujeitos, associada aos conflitos e tensões provocados pela ocupação da região bragantina, tanto no projeto de colonização, quanto no projeto de fronteira agrária (LEANDRO e SILVA, 2010; HÉBETTE 2004). Neste sentido, identificar os sujeitos sociais do campo significa, como vimos na segunda seção deste estudo, diagnosticar os sujeitos que imersos em lutas pela sua sobrevivência construíram uma relação com a terra como um instrumento de trabalho e de produção de vida e de cultura. Como explica Abramoway (2003), a terra significa a extensão de si mesma, na produção de sua existência.

Neste sentido, no intuito de ampliarmos nossa análise para além da distribuição geográfica e das atividades de trabalho desenvolvidas pelo campesinato bragantino. Em função da própria natureza da região fizemos a opção de realizar esse diagnóstico a partir dos processos históricos, sem a pretensão de fazer a análise historiográfica, mas no intuito de trazer, nos fragmentos da história de Bragança, os elementos que nos ajudassem a responder nossas inquietações: Quem são esses sujeitos? Quais os processos históricos e culturais constituidores da condição de vida dos sujeitos do campo neste município?

a) OS SUJEITOS DO CAMPO NO PERÍODO DA COLONIZAÇÃO

Embora a região do Caeté já fosse habitada pelos índios Tupinambás e sua colonização Portuguesa, a origem de Bragança remonta expedição francesa de Daniel de La Touche 1613 (NONATO SILVA, 2006).

Desta forma, o cenário da origem de Bragança remonta aos episódios dos franceses tentando organizar o primeiro núcleo da colonização na região do caeté, na tentativa de firmar sua dominação ibérica; os Portugueses tentando defender o território em guerras contra os franceses e holandeses; e o índio Tupinambá sendo praticamente exterminando, tanto pela guerra quanto pelos males físicos e doenças

dos europeus, além de serem alocados para o trabalho obrigatório junto aos primeiros colonos.

De acordo com Nonato Silva (2006), embora os franceses tenham sido afastados, por causa da perda da mão de obra indígena, Gaspar de Souza, donatário da capitania que envolvia o território de Bragança, não fez investimento na região. Este fato provocou, em 1633, outro conflito envolvendo a posse do território, com o então governador do Maranhão Francisco Coelho de Carvalho e Alvaro de Souza, filho de Gaspar de Souza, que reclamou seu território diretamente a Filipe IV, da Espanha.

Desta forma, de acordo com os registros de Vainfas (2000), foi o rei da Espanha que resolveu a questão da posse da capitania onde se situa o território de Bragança, junto a seu Conselho. Ele legitimou a posse da Capitania a Álvaro de Souza, que imediatamente fundou a Vila Souza do Caeté, hoje Vila-Que-Era, ao lado direito do rio Caeté, mais próxima da saída para o Oceano Atlântico.

Neste processo de colonização Nonato Silva (2006) destaca que em 1677 chegaram a Bragança 30 casais Açorianos, como parte do projeto Pombalino para povoamento da região e na perspectiva de superar os problemas de mão de obra. Bragança foi, então, palco da experiência de aldeamento indígena⁴³, com a fundação do aldeamento de São João Batista, pelos padres jesuítas que lideravam índios tupinambás.

Segundo Sousa Junior (2001), esses esforços feitos para deslocar os colonos para a região, que em seus registros era a tentativa de transformar degredados açorianos em colonos, resultou em uma presença portuguesa significativa. Entretanto, o maior desafio do Marques de Pombal foi tentar resolver a situação dos nativos, que viviam entre os trabalhos impostos pelos colonizadores, pois aldeias dos missionários jesuítas se transformaram em espaço de proteção de fuga para os índios que não se adaptavam ao

⁴³ De acordo com Vainfas(2000) essa foi uma entre as varias experiências no Brasil que serviram de base na reforma Pombalina para a construção do Diretório Indígena de 1755/1757, onde os índios passaram a ter ate direitos civis de cidadão/súditos portugueses na Aldeia de São João Batista, hoje bairro da Aldeia).

trabalho ao qual estavam sendo submetidos. Com isto, os povoados se esvaziavam e não progrediam⁴⁴.

Segundo Nonato Silva (2011), diante das dificuldades de adaptação do índio ao trabalho exigido pelo colonizador português, o negro aos poucos foi substituindo a mão de obra indígena. Esse processo se intensificou a partir da segunda metade do século XVIII, quando os navios negreiros aportavam em Belém e com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755. Desta forma, a exemplo do que ocorreu em outras localidades, o escravo negro foi utilizado como trabalhador na lavoura aproximadamente entre os anos de 1755 a 1888 quando foi assinada a Lei áurea.

A entrada do negro como escravo no cenário da região bragantina não se constitui de forma harmoniosa, assim como os índios, muitos negros, que resistiram ao processo de escravidão, fugiram e criaram espaços de resistências como os quilombos⁴⁵.

Neste cenário Leandro e Silva (2010) afirmam que a constituição do campesinato bragantino tem sua origem nos trabalhadores compulsórios⁴⁶, vítimas das situações de violência, que resistiram aos processos de explorações na região, via política das sesmarias⁴⁷, das missões e dos diretórios indígenas⁴⁸. Nas palavras dos autores:

⁴⁴ Neste sentido, Sousa Junior (2001) descreve que os conflitos relacionados à falta de mão de obra para os colonos geraram muitos desentendimentos entre os indígenas e os colonos e foi a força motriz que culminou com a expulsão dos jesuítas na região, em 1741.

⁴⁵ Ainda hoje existem na região algumas comunidades remanescentes de quilombos - ver os estudos de Almeida (2013), Job (2013), entre outros.

⁴⁶ De acordo com VAINFAS (2000) o trabalho compulsório é um conceito geral, que abrange mais de uma forma de exploração de mão de obra, dentre elas, a escravidão.

⁴⁷ NONATO SILVA (2006) Destaca a chegada, em 1677, de 30 casais Açorianos como parte do projeto Pombalino para povoar a primeira Vila Oficial da região designada agora de Vila de Bragança.

⁴⁸ Ainda dentro do projeto Pombalino, a Vila de Bragança foi palco das experiências que serviriam de base para o Diretório dos Índios de 1755/1757, onde os índios passaram a ter direitos civis de cidadãos/súditos portugueses (na aldeia de São João Batista - hoje é o bairro da Aldeia), os indígenas foram acomodados junto aos europeus, passando a trabalhar em diversos serviços, muitos com remuneração, sendo inclusive permitido o casamento entre europeus e índios, tudo com o apoio da Coroa portuguesa, entretanto, fora-lhes proibido o uso da língua materna – o tupi ou língua geral – , "valorizando" o uso da língua portuguesa para a comunicação (VAINFAS 2000).

Parte do capital empregado para o desenvolvimento dos empreendimentos necessariamente seria a força de trabalho compulsória (da qual dependiam as sesmarias, as missões, os diretórios), [...] Aos movimentos de resistência a esta exploração foi atribuída a responsabilidade pelo desabastecimento, embora parte dos “braços que faltavam” continuassem a se reproduzir em contextos específicos e localizados, constituindo um campesinato livre na fronteira amazônica. Outra parte desses “braços” havia tombado vítima da violência nas situações de fronteira (LEANDRO E SILVA, 2010, p. 4).

A partir dos estudos de Almeida (2008,) identificamos que na medida em que os negros e índios não aceitavam trabalhar como escravos, eles fugiam, se infiltrando nas matas e passaram a viver da pesca e de uma pequena agricultura, ou seja, invisibilizados por resistirem ao projeto colonizador estes sujeitos recriaram um “estilo de vida nativo”, explicado pelo modelo extrativista do uso dos recursos naturais⁴⁹. Nas palavras de Leandro e Silva (2010, p.5) estes sujeitos sociais se produziram e se reproduziram nesta região, alcançando *“um determinado nível de evolução e viviam de suas lavouras”*.

Ressaltamos que nos estudos da região bragantina sobre o uso da terra, o conceito de “campesinato livre” é pouco usual para representar os sujeitos do campo que fazem uso dos recursos naturais como forma de garantia do modo de vida do seu núcleo familiar. O mais comum na literatura acadêmica é o uso do conceito de Populações Tradicionais. Como descreve Maneschy (2007), o uso dos recursos naturais e as relações familiares têm se configurado como a característica comum para conceituar as Populações Tradicionais em todo o território brasileiro.

Ao usar o conceito de Populações Tradicionais na região bragantina Siqueira (2012) nos mostra que os sujeitos sociais do campo bragantino ao desenvolverem o modo de vida extrativista (frutas, castanhas, raízes, pesca artesanal, mariscos e caça) se apropriaram da biodiversidade da própria região. Esse processo é analisado pela referida autora como um complexo sistema adaptativo que envolvia: 1) Práticas extrativistas; 2) A pequena agricultura, com o cultivo de mandioca, milho e feijão para autoconsumo familiar; e 3) O repasse de conhecimentos, pela experiência direta de suas práticas culturais.

⁴⁹ Os extrativistas, que costumam ser identificados e nomeados de acordo com os produtos que extraem e que chegam ao mercado (DIEGUES, 1996).

Mesmo tendo suas formas de existência invisibilizadas, as Populações Tradicionais criaram, segundo Deis (2013), inúmeras práticas adaptativas históricas, que garantiram sua permanência no cenário do campo na região bragantina.

Se analisarmos este modo de ser à luz do paradigma da Terra do Trabalho e Terra do Negócio (MARTINS, 1997), que utilizamos na terceira seção deste estudo, elaboramos a ideia de que nas práticas das Populações Tradicionais e uso dos recursos naturais a terra era um instrumento de trabalho, onde o seu produto era destinado ao consumo e manutenção da própria forma de reprodução da existência familiar dessas populações.

Desta maneira essa forma de existência, que resistiu ao modelo colonizador escravocrata, passa a ser vista como limitadora dos interesses políticos e econômicos de transformar a região bragantina no centro de abastecimento agrícola da Província do Pará.

b) OS SUJEITOS DO CAMPO NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO MODERNIZADOR DA AGRICULTURA

Com o final da escravidão, a partir do final do século XIX e início do século XX, a composição dos sujeitos do campo ganha novos atores sociais, em virtude do projeto político e econômico, dos que detinham o poder na região, de inseri-la na dinâmica do negócio, ou seja, transformá-la no centro abastecedor de gêneros alimentícios da capital da Província e outras cidades da região. Em outras palavras transformá-la no celeiro agrícola da Amazônia (HÉBETTE, 2004).

Neste cenário, podemos dizer que as Populações Tradicionais em Bragança, que viveram à margem das políticas da colonização, também foram ignoradas pelas políticas que visavam modernizar a agricultura. E entre principais estratégias para alcançar esse objetivo destacamos, a partir dos estudos de Cruz (1955) e Penteado (1967): 1) a criação de colônias agrícolas, 2) a imigração dos europeus para ocupar as colônias e 3) a construção da estrada de ferro Belém - Bragança⁵⁰. Estas estratégias vão ser contextos e instrumentos para compreendermos a inserção,

⁵⁰ Os dois autores nos mostram que a preocupação com a agricultura no Estado do Pará se configurava como importante em virtude: 1) da perda da mão de obra escrava; 2) pela opção dos trabalhadores pela extração da borracha, que diminuía a produção de gêneros alimentícios na região;

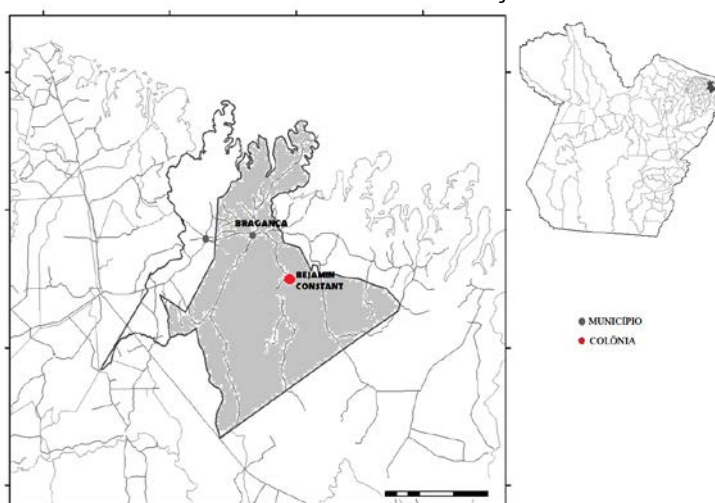
mesmo que pequena dos espanhóis e a forte presença dos Nordestinos no contexto do campo bragantino.

Na perspectiva de modernizar⁵¹ a agricultura, para transformá-la no celeiro agrícola, o governador paraense Sr. Lauro Sodré, por meio da lei número 330, de 21 de fevereiro de 1896, autorizou a entrada na região Bragantina, ao longo de 10 anos, de cem mil imigrantes estrangeiros, que desejassem se fixar na agricultura (PENTEADO, 1967).

Para atrair e fixar o imigrante europeu esta lei apresentava como incentivo: acesso e fixação do agricultor pela posse legal da terra nas áreas determinadas para serem colônias agrícolas, recursos financeiros para apropriação de equipamentos e melhoria das práticas agrícolas [construções de engenhos e fornos de cobre para a fabricação de farinha] e a infra estrutura [a construção da estrada de ferro para acesso e escoamento da produção e atendimento médico] (PENTEADO, 1967) .

Entre as inúmeras colônias criadas na região bragantina, os estudos (VALVERDE e DIAS (1967), PENTEADO (1967) e SMITH (2010) nos mostram que no Município de Bragança, foi criada a colônia Benjamin Constant, distante aproximadamente 28km da sede do município, conforme apresentamos na figura 18.

FIGURA 18 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA COLONIA BEJAMIN CONSTANT NO MUNICIPIO DE BRAGANÇA



FONTE: SMITH (2010)

⁵¹ Para Valverde Dias (1967, p.13) havia um imaginário de que a “ *imigração do agricultor europeu, com suas técnicas agrícolas mais adiantadas* [...] possibilitaria a modernização da agricultura na região

Nesta colônia foram instalados, entre os anos de 1897 a 1900, 956 (novecentos e cinquenta e seis) espanhóis em Bragança, que receberam aproximadamente 559 lotes agrícolas, com aproximadamente 25 alqueires, 15 engenhos e 41 fornos de cobre para a fabricação de farinha (PENTEADO, 1967).

Porém, apesar deste incentivo aos imigrantes espanhóis, os estudos estatísticos apresentados nos textos de PENTEADO (1967) e posteriormente em Smith (2011) sobre a densidade populacional da Colônia de Benjamin Constant, demonstram que a presença dos europeus foi numericamente inferior à presença dos brasileiros. Conforme descreve Penteado (1967):

Em 1900, o núcleo contava com 2.901 colonos, sendo 1945 brasileiros e 956 espanhóis. No ano seguinte, em 1901, o número de habitantes do núcleo era de 4.585 habitantes entre brasileiros e estrangeiros. (p. 58)

As considerações de Smith (2010) sobre as limitações da política de permanência dos espanhóis são justificadas nos problemas enfrentados por esses sujeitos ao chegarem a Colônia, dentre eles: 1) os distanciamentos, 2) as dificuldades em escoamento da produção, 3) ausência de transporte, e 4) falta de atendimento médico. Esses problemas fizeram com que parte dos europeus retornassem à Espanha e parte, fizesse a opção de tentar a vida no centro urbano de Bragança, e em muitos casos, na própria capital da Província, como descreve Smith:

Sabe-se que muitas famílias espanholas que lá chegaram [...] não resistiram às adversidades encontradas na região e decepcionadas com as “falsas promessas” do governo brasileiro, muitos decidiram retornar a Espanha, outros migraram para a cidade mais desenvolvida e mais próxima do núcleo de Benjamim Constant, a cidade de Bragança e muitos deles retornaram para Belém e se fixaram na capital do Pará. (2011, p.7)

Portanto, diante dos limites que impossibilitaram a permanência dos europeus na colônia agrícola, podemos inferir que o projeto de imigração europeia em solos bragantinos não respondeu aos anseios do projeto de transformar a região bragantina no celeiro agrícola da Amazônia. E, por consequência, podemos dizer que a curta presença dos espanhóis na colônia Benjamin Constant não trouxe

influencia que alterasse a forma de produção agrícola já realizada no município pelas Populações Tradicionais.

É preciso considerar que no cenário de tentativas de implementar a política de desenvolvimento, no qual o grande projeto era transformar a região bragantina no celeiro agrícola, a estrada de ferro Belém – Bragança ganha importância em nosso estudo, na medida em que mesmo sendo projetada como o grande investimento que possibilitaria “a fundação de novos núcleos populacionais e perspectivas auspiciosas para o desenvolvimento do comércio e principalmente para lavoura da zona bragantina” (CRUZ, 1955, p. 64); a demora em sua construção se tornou um dos grandes entraves para a política de colonização europeia na região (HÉBETTE, 2004), mudando de forma significativa o que poderia ter sido a configuração dos sujeitos do campo da região bragantina, ou seja, ao invés dos europeus quem entrou de forma definitiva no cenário do campo foi o nordestino.

Nos estudos de Hébette (2004) sobre a importância da estrada de ferro Belém – Bragança, observamos que a demora de 24 anos para a sua construção completa tem consequências significativas, para entendermos o cenário de sujeitos do campo, pois se de um lado os imigrantes europeus não conseguiram se fixar nas colônias em decorrência, entre outras coisas, da ausência de transporte, de outro lado, foram os problemas decorrentes da demora de sua construção que provocaram a necessidade dos trabalhadores, que estavam envolvidos nessa empreitada - em sua grande parte nordestinos - buscarem outras estratégias de sobrevivência e consequentemente passarem a desenvolver atividades extrativistas e de pequena agricultura nas terras marginais, ao longo da estrada, inclusive nas colônias, como no caso da Colônia Benjamin Constant.

Diante do exposto consideramos que a implantação das Colônias, a imigração dos europeus e a construção da estrada de ferro Belém-Bragança encontram-se entrelaçadas para entendimento da diversidade dos sujeitos sociais do campo na região bragantina, visto que, apesar dos esforços dos governantes em garantir a presença dos imigrantes europeus, a demora da obra da estrada de ferro, ao mesmo tempo em que impossibilitou a presença dos imigrantes europeus, trouxe para

composição dos sujeitos sociais do campo na região bragantina mais um ator social, os nordestinos, operários da estrada de ferro.

Ao considerarmos que o desejo dos governantes da Província Paraenses sobre a modernização do sistema agrícola da região era que a imigração europeia ocasionasse modernização a agricultura bragantina, a presença Nordestina na região passou a representar mais um obstáculo ao projeto modernizador.

Essa visão “do nordestino como obstáculo ao projeto do celeiro agrícola na região” se sustenta na medida em que os estudos de Cruz (1955) nos mostram que o aumento da força de trabalho nordestina, entre os anos de 1878-1879, já numericamente superior ao imigrante estrangeiro em toda a Província do Pará, obrigou os Governantes da Província a criarem estratégias⁵² tanto para conter o fluxo migratório quanto para organizar a entrada deste contingente populacional na região, com o objetivo de mantê-los fora das atividades extrativistas.

Assim, podemos inferir que a tensão do ingresso do Nordeste como “colono” ou “posseiro” na região bragantina, em relação à política de modernização do sistema agrícola da região, pautou-se de um lado na luta dos Nordestinos pela garantia de sobrevivência, e de outro lado na preocupação dos governadores da Província em ter o controle do sistema de produção, no intuito de evitar que os Nordestinos passassem a desenvolver atividades extrativistas, conforme destacou Lacerda (2008) no discurso de Paes de Carvalho:

Com um discurso voltado para a produção agrícola e igualmente para a manutenção da ordem, Paes de Carvalho acreditava que os problemas para a produção agrícola concentravam-se, quase que totalmente, nas mãos dos colonos que constantemente desviavam-se das atividades agrícolas para atividades extrativistas (p. 4)

Apesar do fluxo migratório dos Nordestinos à região bragantina não se limitar apenas ao período da construção da estrada de ferro, podemos inferir que as

⁵² Entre as estratégias criadas Cruz (1955) destaca: 1) Ações de cadastramento e localização dos Nordestinos; 2) Criação do núcleo colonial em Castanhal para recebê-los na Província; 3) Apelo tanto ao Ministério da Agricultura, quanto ao Governo do Ceará, em busca de apoio para criação de estratégias de retenção desse fluxo, (Cruz, 1955, p. 69).

políticas de controle do Governo se apresentaram limitadas, uma vez que os registros históricos (HÉBETTE, 2004; SMITH, 2010; LIMA, 2012) nos mostram que ela se estendeu ao longo do percurso de toda a estrada de ferro, inclusive na Colônia de Benjamin.

Neste sentido acreditamos que no jogo dos interesses de desenvolvimento da região, a inserção nordestina na composição dos sujeitos sociais do campo em Bragança se constitui como forma de resistência desses sujeitos, que buscavam garantia de sobrevivência.

Dois autores são essenciais para destacarmos a importância dos nordestinos na região bragantina: o primeiro foi Hébette (2004), ao nos dizer que a presença nordestina, ao ocupar terras ao longo da estrada de ferro, deu relativa densidade a este território, imprimindo a marca dos seus modos de ser e de se fazerem sujeitos do campo; o segundo foi Lima (2012), ao destacar que a presença nordestina, oriunda da formação de colônias ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança e depois se infiltrando em busca de mais terras, vai influenciar a cultura e hábitos da população bragantina, assim como as práticas e uso dos solos e dos recursos naturais.

É preciso considerar que por se tratar de uma população que se constituiu a partir da proposta de colonização das colônias agrícolas e às margens da estrada de ferro, foi uma população que se estabeleceu geograficamente nas terras mais firmes e mais propícias a produção agrícola. Entretanto, as análises históricas construídas sobre a presença desses sujeitos sociais do campo em Bragança trazem, segundo Lima (2012), às representações do uso da Terra como “rudimentares”, “atrasados”.

As transformações ocorridas com a mudança do transporte ferroviário para o automobilístico, segundo Conceição (2002), não privilegiou a agricultura e, conseqüentemente, não trouxe benefícios aos sujeitos que trabalhavam em suas unidades familiares. Ao contrário, impulsionados pelo tráfego ocorreu especulação imobiliária, atraindo empresas para ocuparem as margens da ferrovia; aumento do preço dos transportes para escoarem seus produtos, nos caminhões ou nos ônibus

que iam para Belém. Desse modo, os sujeitos do campo ficaram à mercê dos atravessadores.

Esse processo, segundo a autora, gerou conflitos entre os industriais e fazendeiros que chegavam à região, atraídos pelos incentivos fiscais oferecidos pelo Estado. Entretanto, ao chegarem à região encontraram grande parte das terras, que já tinham sido ocupadas, subdivida para que os filhos trabalhassem (Minifundiarização dos lotes), desencadeando na região a crise da escassez de fronteira⁵³.

Para Conceição (2002) a minifundiarização das propriedades tornava agravado o problema da pobreza material; o cultivo de produtos de culturas alimentares, basicamente mandioca, milho e arroz para subsistência, tornava os pequenos produtores mais vulneráveis às investidas dos latifundiários.

Em síntese podemos dizer, a partir esses fragmentos da história de Bragança, que apesar dos contextos e processos históricos diferenciados as Populações Tradicionais (campesinato livre) e os colonos (europeus e na sua maioria nordestinos que ocuparam as colônias) e os posseiros (nordestinos que ocuparam outras áreas ao longo da estrada de ferro e se infiltraram na mata em busca de mais terra), dão a unidade dos sujeitos sociais do campo em Bragança, ao se firmarem neste território em processos de resistência aos projetos de desenvolvimento implementados por diferentes Governos no Estado do Pará.

C) ENTRE A UNIDADE E A DIVERSIDADE DOS SUJEITOS DO CAMPO EM BRAGANÇA

⁵³ Quando os latifundiários chegaram à região se depararam com os pequenos proprietários e, para conseguirem comprar as terras desses, usaram algumas práticas, como podemos perceber nesse trecho “os projetos de novas fazendas para criação de gado, ao se implantarem na Bragantina, sofreram as restrições da existência de muito proprietários, em pequenos lotes, já que a área é própria de agricultura familiar. A compra junto a quem queria vender espontaneamente ou a pressão sobre os que não queriam vender, aconteceu através de conhecidas práticas de violência contra os agricultores familiares (obstrução de caminhos e de aceso a fontes d’água, a soltura de animais para danificarem roças, etc.) [...]” (CONCEIÇÃO, 2002 p.152).

Entretanto, se considerarmos a diversidade de grupos étnicos - índios, portugueses, africanos, espanhóis e nordestinos (identificados neste texto) - não podemos falar de um único sujeito do campo no Município de Bragança.

Aliado, ainda, ao fato de que ocuparam geograficamente territórios distintos, em relação à biologia do solo (Terra firme, área alagada e litorânea), podemos dizer que esses diferentes sujeitos criaram as estratégias possíveis, como nos dizem Maneschy (1995), Hébette (2004) e Lima (2012), para garantir a dinâmica da produção de suas existências em suas diversidades, quais sejam: pescadores, catadores de caranguejos, marisqueiras e agricultores.

De uma forma geral identificamos, a partir das leituras dos autores já citados, que uma das principais estratégias utilizadas por esses diferentes sujeitos, para garantir as condições de vida do campesinato bragantino, é a vivência de ajuda mútua, pautada nas relações de parentescos. Essa estratégia foi identificada tanto nas dinâmicas pelas quais se organizaram socialmente (formaram as comunidades) quanto nas atividades produtivas (divisão de tarefas e colaboração nas atividades), como destaca Woortmann (2009):

[...] a organização social camponesa na região bragantina, baseada nas unidades familiares, “opera dentro de uma rede de parentesco e de organização de comunidade [...] onde há um sistema de redistribuição de recursos, principalmente de trabalho [...] que significam apoio em qualquer momento de crise” (p. 4).

Diante das ausências do Estado a rede de parentesco foi para autores como Woortmann (2009), Maneschy (1995) e Hébette (2004), a estrutura social que permitiu a existência do campesinato bragantino, onde encontraram o apoio nos momentos de crise (provocadas entre outros motivos pelas ações da colonização e das políticas modernizadoras ou, ainda, as mais recentes relação à política de latifúndio⁵⁴).

⁵⁴ Para Conceição (2002) o modelo do latifúndio sofre restrições na região bragantina em função da existência de muito proprietários, em pequenos lotes (CONCEIÇÃO, 2002 p.152).

Entretanto, para esses autores, embora a rede de parentesco seja considerada a principal estrutura social de resistência e a permanência das Populações Tradicionais, dos Colonos e ou dos Posseiros no cenário do campo bragantino, ela se apresenta como limitada em suprir as necessidades desses sujeitos, diante das ausências do Estado.

As produções desses estudiosos nos mostram que as condições de vida dos sujeitos do campo eram e ainda são cenários de pouca infraestrutura tanto de bens quanto de serviços públicos. A falta de infraestrutura inclui a dificuldade de acesso à terra, ausência de transporte que levou inclusive ao aparecimento da figura do atravessador⁵⁵, a falta de escola, de serviços de saúde e de saneamento básico. Em síntese podemos dizer que esses sujeitos garantiram suas existências, imersos nas vulnerabilidades desta estratégia de organização social.

Identificamos nos estudos de Conceição (2002), que na ausência do Estado essa forma de organização – rede de parentesco - na região bragantina, teve apoio da ala progressista da igreja católica⁵⁶ para o desenvolvimento de práticas comunitárias:

[...] a igreja foi pioneira na organização de importantes formas associativistas, a exemplo dos Clubes Agrícolas, que atuavam em área comunal, praticando experimentos agrícolas, como forma de difusão de tecnologia e também de incentivo às práticas comunitárias e orientações para que os agricultores tivessem maior potencial de comercializar seus produtos (CONCEIÇÃO, 2002, p.145).

Conforme a citação acima, podemos concluir que a contribuição de alguns membros da Igreja se pautou na organização, na divulgação de algumas tecnologias

⁵⁵ Estudos de Cruz (1955) Penteado (1967) e Conceição (2002) descrevem que as mudanças do meio de transporte do ferroviário para o automobilístico na região bragantina, além de impulsionar o tráfego e incentivar a especulação imobiliária, provocou o aumento dos gastos para escoamento dos produtos agrícolas, deixando os pequenos produtores a mercê dos atravessadores, demarcando assim um território de tensões. Nesse período não houve a capitalização dos sujeitos que trabalhavam na agricultura neste modelo familiar, e que, no sentido do crescimento econômico, o que existiu foi à pequena acumulação de riqueza no comércio local.

⁵⁶ Os poucos estudos sobre o processo de organização dos trabalhadores agrícolas no Nordeste Paraense Conceição (2002) e Hebette (2004) , identifica que os sindicatos, as associações e colônias entraram no Pará a partir da vertente religiosa ligada ao Movimento Eclesial de Base- MEB, no caso de Bragança, sua inserção ocorreu por meio da Escola Radiofônica da Rádio Educadora, dando à igreja católica um lugar significativo neste processo.

e em estímulos para potencializar a comercialização da produção das unidades familiares, no sentido de melhorar a qualidade de vida desses sujeitos.

Essa visão de Conceição (2002) confirma o que já dizia Hébette (1997), que a organização dos sujeitos sociais do campo na região bragantina foi limitada à organização e comercialização dos produtos, por meio de práticas comunitárias. Nas análises de Hébette (1997), essa forma de organização não proporcionou aos sindicatos rurais as mesmas condições de combatividade verificadas nas novas regiões do Estado do Pará, ficando o seu campo de atuação em torno da comercialização, conforme citação abaixo:

A intensiva ação de formação sindical e política dirigida pela FASE, ligada a CUT, se não teve a mesma repercussão política do que na região de Santarém, conseguiu seus melhores resultados na organização dos produtores em torno da produção e da comercialização de seus produtos (HÉBETTE, 1997 p.125).

Isto significa dizer que a estrutura social de parentesco e as práticas comunitárias, constituidoras da condição de vida dos sujeitos do campo nesta região, limitaram também o processo de organização desses sujeitos, principalmente para dinâmica da produção e comercialização dos produtos, perdendo o foco da organização na perspectiva de uma organização política sindical.

Entretanto, mesmo que os melhores resultados tenham sido alcançados, em torno da produção e da comercialização para a manutenção da sobrevivência da unidade família, na região bragantina, estudos que de alguma forma falam sobre a condição de vida, como os de CONCEIÇÃO (2002) e os de HÉBETTE (2004) ou ainda os estudos que tratam do nível de produtividade na região, como os de ABRAMOVAY (1997, 2003), nos mostram a fragilidade desses processos⁵⁷, o que reafirma as condições de vulnerabilidade econômica e social.

⁵⁷ Conceição (2002) e Hebbette (2004) ao analisarem o poder econômico do campesinato na região bragantina destacam a sua fragilidade ressaltando que apenas o comercio local conseguiu acumular uma pequena riqueza. Já ao que diz respeito ao nível de produtividades os estudos da EMBRAPA (in ABRAMOVAY, 1997 e 2003) sobre o nível da produção bragantina nos mostram uma trajetória de baixa produtividade.

Ao reconhecer a unidade dos sujeitos sociais do campo no Município de Bragança - como trabalhadores da terra em suas relações familiares -, identificamos diferentes práticas culturais, que se constituíram a partir das atividades de trabalho possíveis de serem desenvolvidas, em função da biodiversidade do território que estes sujeitos passaram a ocupar, ou seja, os sujeitos sociais que ocuparam as áreas das praias, dos mangues e das áreas campo e construíram suas comunidades ao desenvolverem seus processos adaptativos voltaram-se para o extrativismo da pesca artesanal, mariscos, caranguejos e complementam sua atividade produtiva com a agricultura de várzea conforme nos mostram os estudos de Maneschy (2012) e Siqueira (2013).

Por outro lado, os sujeitos sociais que ocuparam as áreas as margens do percurso da estrada de ferro e as áreas das colônias intensificaram a agricultura de gêneros alimentícios, complementaram sua atividade produtiva com o extrativismo de frutas, caças, e sementes, passaram a ser reconhecidos como colonos [os que ocupam as terras demarcadas para as colônias] e ou posseiros [aqueles que passaram ocupar as terras para além da demarcação dos limites da colônia] mas, nos dois casos, colono e posseiro a principal atividade era agricultura familiar (HUTTIENNE, 2001) (HÉBETTE 1997, 2004).

Estudos de Huttienne (2001) nos mostram que as transformações ocorridas na região bragantina na fase ferroviária (1908 a 1966), em que pese que os problemas políticos e sociais deram a esta região a caracterização de uma agricultura estabilizada por práticas agrícolas familiares tradicionais de cultivo de farinha, arroz, milho e feijão. Nas palavras do autor:

[...] uma característica marcante do município de Bragança é que há estabilização de um campesinato agrícola com títulos de terra e que, em toda extensão de suas propriedades, ocupadas pela agricultura familiar, permeia o tradicionalismo, que consiste em utilizar o sistema tradicional, no qual no manejo da capoeira há a utilização, para a preparação da área, a técnica do corte e da queima (2001, p.179)

De acordo com os estudos de Leandro (2010) os agricultores familiares neste município ocuparam (e ainda ocupam) uma história social fundamental no cenário paraense:

Em que pese os debates históricos a respeito da permanência ou não, e reconhecendo essa permanência e estratégias de resistência, esses grupos de agricultores ocuparam (e ainda ocupam) uma posição fundamental na história social brasileira, no que se refere ao abastecimento paraense. Seja com produtos de “qualidade inferior” e vendidos a preços módicos para sustentar as vias de acumulação do capital, seja com a produção de matérias primas para a agroindústria. Por outro lado outro ponto fundamental, no estudo da ocupação da Zona Bragantina e seus desdobramentos até 1960, e mesmo depois, é que ela continuou sujeita a penetrações de frentes de expansão, além das frentes pioneiras, como ocorreram no sul do Pará. Mesmo com os empreendimentos capitalistas nela localizados, estes se configuraram como ações pontuais, sem interferir diretamente na ação camponesa, ou no limite, reorientaram tal dinâmica. (LEANDRO 2010 p.47)

Assim, se a unidade do campesinato bragantino foi construída nos complexos processos de adaptação pela sobrevivência a partir das relações de parentescos, das relações familiares, a sua diversidade cultural foi produzida a partir de suas atividades produtivas desenvolvidas o que nos leva afirmar que estrutura social do campo no Município de Bragança possui sujeitos diferenciados: pescadores, marisqueiro, catadores de caranguejos, agricultores. Que trabalham a partir de sua unidade familiar.

Consideramos a partir dos estudos de Leandro (2010) a sobrevivência desses sujeitos, associada ao baixo nível tecnológico, se tornou possível em decorrência da relativa fartura dos recursos naturais. Em sua análise essa fartura não significa riqueza, o fato é que a partir do extrativismo, esses sujeitos do campo na região bragantina, viviam em relativa situação de abastecimento, pois diariamente lhes era possível ter acesso aos gêneros que satisfaziam primariamente as necessidades alimentares da família.

Para Furtado (1997) esse tempo da suposta fartura é um tempo passado que é de relativa estabilidade, com pouca mudança ou com ritmo mais lento, de relativa

abundância em recursos naturais, com modificações discretas e de maior estabilidade ocupacional e espacial tanto no setor pesqueiro quanto na agricultura familiar.

Entretanto, é preciso considerar, como falamos anteriormente, que a partir da década de 70, as transformações aceleradas [principalmente pelas mudanças do sistema de transporte e chegada dos empresários e latifundiários atraídos com os incentivos fiscais do Estado e pelo próprio processo de minifundiarização em decorrência do aumento da família dos sujeitos do campo] geraram inquietações, dando sinais de ameaças [escassez de fronteira], e mesmo de destruição dos ecossistemas [“empobrecimento” do solo em decorrência da diminuição do tempo de “pousio” da terra], colocando em risco a relativa estabilidade do campo (fatura dos recursos naturais).

Este cenário tem provocado o que os autores como Furtado (1997), Maneschy (2008) entre outros da região chamaram de descaracterização sociocultural, ou seja, a mobilidade ocupacional e espacial contínua tanto na área da pesca quanto na agricultura. Isto na prática significa dizer que se antes as estratégias de sobrevivência eram construídas nas relações de parentescos que associavam a agricultura familiar às atividades extrativistas, a partir da década de 70 dada as condições da baixa tecnologia e da falta de infraestrutura, aliada as questões da diminuição dos recursos naturais esses sujeitos passaram também a buscar alternativas de trabalhos. Aluguel da força de trabalho nas fazendas e ou trabalhos urbanos para garantirem tanto o sustento da família, como também para reprodução de suas formas de produção (HÉBETTE, 2004).

Entretanto, apesar dessas transformações, não significou o abandono da vida no campo. De acordo com o censo agropecuário de 2006⁵⁸ o município de Bragança possui entre os 40.606 habitantes do campo, 11.955 pessoas acima de 10 anos, trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca. (IBGE 2010), e, 3.801 estabelecimentos agropecuários (CENSO AGROPECUARIO 2006).

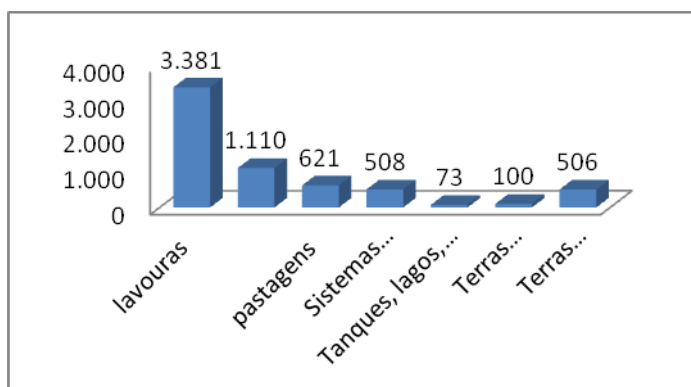
⁵⁸ Este é o ultimo censo agropecuário divulgado.

No setor da pesca os estudos de Nascimento (s/d) nos mostram que os pescadores artesanais atualmente ainda utilizam técnicas, que possuem como base instrumentos reconhecidos como seletivos, embora, segundo Furtado (1997), continuem sendo acusados de predadores, rudimentares e ineficazes enquanto produtores de pesca, hoje, sobrevivem em disputa injusta com a pesca industrializada.

No setor da agricultura familiar os dados do Censo 2006 revelam que no Município de Bragança existem 3.613 estabelecimentos de agricultura familiar que ocupam uma área de 58.785 há, em contraposição a apenas 188 estabelecimentos não familiares com uma área de 37.873 ha.

No que tange ao uso da terra em relação às propriedades agropecuárias em Bragança identificamos que 3.801 usam para lavoura, 1.110 usam matas e florestas (as plantadas com essências florestais; naturais – tanto as de áreas de preservação permanentes e as em sistemas agro florestais; e destinadas à preservação permanente ou reserva legal), 621 usam para pastagens; 508 usam para sistemas agro florestais; 73 usam para tanques lagos, açudes; 100 são terras degradadas e 506 são terras que hoje se encontram inaproveitáveis para a agricultura ou pecuária. Conforme gráfico 2 a seguir:

GRÁFICO 2 - USO DO SOLO EM BRAGANÇA

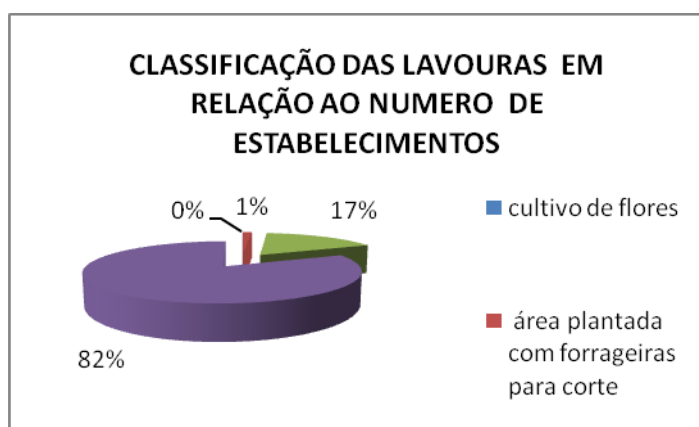


Fonte: CENSO AGROPECUARIO 2006

De acordo com os dados do gráfico 2 acima podemos inferir que todos os estabelecimentos agropecuários do município, de alguma forma, fazem uso de suas

terras e ou parte delas para o desenvolvimento da agricultura identificada pelo censo agropecuário (2006) e IBGE (2010) como lavouras. Entretanto, essas áreas são classificadas por 4 diferentes práticas ou manejos agrícolas de cultivo, sendo: 1) 2759 Lavouras Temporárias; 2) 575 Lavouras Permanentes; 3) 46 áreas plantadas com forrageiras para corte; e 4) apenas 1 estabelecimento envolvido com o cultivo de flores. Conforme o gráfico 3 a seguir:

GRÁFICO 3- CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS DE LAVOURAS EM BRAGANÇA –PA.



Fonte: CENSO AGROPECUARIO (2006)

É importante salientar que dos 2.759 estabelecimentos que apresentam práticas agrícolas voltadas para a produção de culturas temporárias estão assim distribuídos: 1.035 estabelecimentos responsáveis pelo o cultivo de 657 (toneladas/ano) de milho em grão; 2.740 estabelecimentos responsáveis pelo cultivo de 30.975 (toneladas/ano) de mandioca; 947 estabelecimentos pelo cultivo de 2.192 (toneladas/ano) de feijão fradinho; e, 145 estabelecimentos cultivam 470 (toneladas/ano) do feijão cor em grão. (IBGE 2010);

Quanto às lavouras permanentes, estas se concentram em apenas 575⁵⁹ estabelecimentos, dos quais banana.alguns produzem laranja, café. Sendo que alguns desses estabelecimentos produzem laranja, café e banana, sendo assim

⁵⁹ Embora o censo tenha catalogado 575 estabelecimentos responsáveis pelo cultivo da lavoura permanente em Bragança, quando relacionamos as referencias entre estabelecimento e a produção identificamos apenas 26 estabelecimentos conforme descrevemos no texto acima. Ao acessarmos o relatório estatístico do município de Bragança, além da laranja, do café e da banana, observamos que no se refere a lavoura permanente o Município tem também se apresentado no cenário paraense como produtor da pimenta do reino com 246 toneladas; do maracujá com 20 toneladas, da laranja com 600 toneladas, do coco baia com 1.560 toneladas e da castanha de caju com 27 toneladas. Uma cultura que tem se mantido, com penas variações nas toneladas/ano desde 2003.

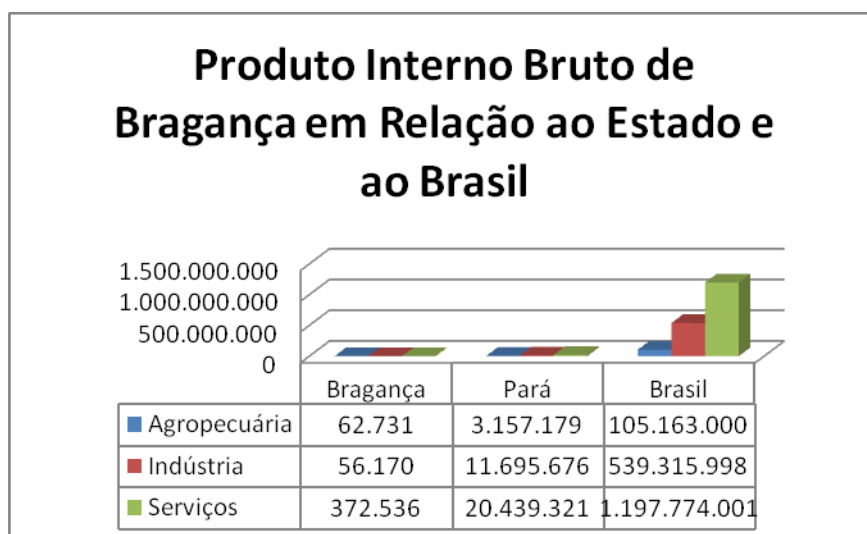
distribuídos: 15 estabelecimentos são responsáveis pelo cultivo de 108 (Toneladas/ano) de laranjas; 4 estabelecimentos cultivam 1 (tonelada/ano) de café; e 7 estabelecimentos são responsáveis pelo cultivo de 28 (toneladas/ano) de banana. (CENSO AGROPECUARIO 2006/IBGE 2010)

Para Costa (2002) as estratégias de sobrevivência da Unidade produtiva dos agricultores familiares bragantinos, que nos dias atuais, desenvolvem atividades consideradas produtivas (consórcio de culturas para aumentar a produção de alimentos e diminuir a incidência de pragas e doenças; a venda da produção excedente para obtenção de ganhos monetários que possibilitem adquirir outros produtos necessários à manutenção e reprodução da unidade familiar; a criação de alguns animais, uma espécie de poupança) e as não produtivas (a venda da força-de-trabalho na entressafra e o artesanato rural).

Desta forma podemos inferir que os estabelecimentos familiares são na sua grande maioria responsáveis pelos cultivos de culturas temporárias, visando, por meio da força de trabalho da família, manter a reprodução da unidade de trabalho.

Do ponto de vista econômico o setor agropecuário em Bragança é responsável por 13% do total do PIB do município. Um índice alto, se consideramos os do Estado do Pará 9%, ou ainda se considerarmos o PIB brasileiro com 6% , conforme gráfico 4 abaixo:

GRAFICO 4 - PRODUTO INTERNO BRUTO DE BRAGANÇA



FONTE: IBGE (2010)

Entretanto, para Junqueira (2007), as transformações vividas pelo setor econômico em Bragança não representam mudanças significativas na condição de vida dos sujeitos do campo, que exclua as formas de produção anteriores. Do ponto de vista do sistema de produção eles continuam adotando as técnicas tradicionais da agricultura itinerante modelo de “pousio” e com as técnicas tradicionais na pesca.

Diante de tal constatação, podemos inferir que esta forma de produção ainda pode ser classificadas pelas três características básicas da cultura camponesa da região bragantina descrita por Costa (2002) : 1) a propriedade familiar como unidade básica da organização econômica e social; 2) a vida em pequenas comunidades rurais com baixo poder econômico e com baixa tecnologia; 3) Diminuição dos recursos naturais que garanta a sobrevivência da unidade familiar pelas práticas extrativistas.

No contexto atual é preciso salientar que a baixa tecnologia, aliada às condições limitadas do solo (em virtude dos aspectos agrônômicos), ainda continuam reduzindo as oportunidades de inserção dos produtos dos agricultores familiares de Bragança no mercado externo ao Município (JUNQUEIRA, 2007) (COSTA, 2002). Entretanto, com a melhora dos acessos - estradas e ônibus - os produtos chegam ao mercado local sem a figura do atravessador (JUNQUEIRA, 2007).

Desta forma, a fragilidade da condição de vida dos sujeitos do campo se reflete ainda hoje na baixa escolarização desta população (ver quadro abaixo) o que nos leva a concordar com Arroyo (2003) de que enorme desigualdade de oportunidades restringe o acesso da população pobre do campo ao ensino escolarizado.

Ao que se refere às condições de escolarização dos jovens no Município de Bragança observamos que os dados das duas últimas décadas 1991/2000 e 2000/2010, revelam um aumento no nível de escolaridade desta juventude tanto a nível fundamental quanto médio. A proporção do aumento da escolaridade entre os jovens entre 15 e 17 anos (ensino fundamental completo – 1º e 2º ciclo) foi de 93,60% no período de 1991 a 2000 e 131,63% no período de 2000 a 2010. Já a

proporção do aumento da escolaridade dos jovens entre 18 e 20 anos (ensino médio completo) cresceu e 92,76% entre 1991 e 2000 e 202,89% entre 2000 e 2010. (IBGE 2013).

Entretanto, apesar do aumento significativo do nível de escolaridade da população jovem nos últimos vinte anos, Bragança ainda tem 24.777 pessoas entre 15 a 29 anos sem instruções ou que não concluíram o primeiro ciclo do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano. Apenas 12.097 concluíram o primeiro ciclo do Fundamental e ou possuem o segundo ciclo incompleto e 29.568 possuem o ensino fundamental completo (DATASUS, 2010).

Ainda considerando os dados do DATASUS (2010) Bragança possui 76.256 pessoas com idade entre 15 a 29 anos. Sendo 50.528 jovens do campo e 25.628 jovens da sede do município. Embora com em menor número os jovens da sede do município possui uma maior escolarização que os jovens do campo, conforme podemos observar no quadro 15 abaixo:

QUADRO 15 - NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO DA JUVENTUDE DE 15 A 29 ANOS EM BRAGANÇA-PA

INDICADOR DE JUVENTUDE ESCOLARIZAÇÃO	Jovens do campo	Jovens da sede do município	Total de jovens
Sem instrução ou com 1º ciclo do Fundamental incompleto	12.460	12.317	24.777
1º ciclo do Fundamental completo e 2º ciclo do Fundamental incompleto	7.526	4.571	12.097
2º ciclo do Fundamental completo ou mais	24.338	5.230	29.568
Escolarização indeterminada	6.204	3.610	9.814
TOTAL	50.528	25.628	76.256

FONTE: DATASUS 2010

Embora as estatísticas do Município revelem ampliação no número de escolas no campo e, inclusive, a criação da coordenação do campo (2014), a oferta ainda é limitada. No caso do Município de Bragança a ampliação do nível de escolarização dos sujeitos do campo fica limitada à oferta de escolarização nas series iniciais do ensino fundamental. Como observamos no quadro acima, grande

parcela da população acima de 15 anos encontra-se retida nas primeiras séries do ensino fundamental.

O relatório do MEC (2003) sobre a condição da escolarização dos sujeitos do campo nos mostra que suas dificuldades de ampliação do nível escolar são maiores em virtude da entrada precoce no mundo do trabalho e do acesso à oferta de ensino⁶⁰. Ou seja, como as escolas ficam longe de suas residências, à distância e a dificuldade de transporte, aliada à jornada do trabalho, se tornam motivos para o abandono da escola.

Em síntese podemos dizer que as famílias do campo, embora não tenham problema com a posse da terra, sofrem com a escassez de quatro ativos fundamentais na determinação da Condição de suas formas de vida: 1) diminuição dos recursos naturais que historicamente ajudaram na manutenção da alimentação de suas famílias; 2) o baixo nível tecnológico utilizados nas produções; 3) a escassez de fronteira para que os mais jovens possam ter terra para trabalhar; e 4) educação/ formação profissional. Esta última variável, segundo Hoffmann e Gomes (2009), influência de forma significativa em qualquer setor de atividade os níveis de produtividade e renda do trabalho.

Esses dados demonstram que em Bragança a questão da vulnerabilidade social e econômica dos sujeitos do campo está relacionada à necessidade de mais terras e à escolarização. A questão que trazemos para este estudo é que embora a distribuição da posse da terra seja a variável preponderante na explicação da desigualdade de renda na agricultura brasileira, segundo os trabalhos da sociologia rural sobre o tema no Brasil e em outros países da América Latina sugerem que nas atividades rurais não agrícolas sua influência seria inferior à da educação. Por outro lado os estudos da educação do campo nos revelam que um processo educativo voltado para a formação social e profissional dos sujeitos do campo a identidade

⁶⁰ No Pará o ensino Modular é direcionado à expansão e promoção das oportunidades educacionais em nível de ensino fundamental e médio para a população escolar interior do estado, com base nas questões geográficas de acesso ao ensino na cidade, respeitando a permanência do discente na sua comunidade. No caso do Município de Bragança esse sistema compreende uma parceria entre as redes estaduais e municipais de ensino e abrange apenas as séries finais do Ensino Fundamental ficando a oferta do Ensino Médio apenas nas escolas da sede do Município. De acordo com o diretor da URE o SOME – SISTEMA MODULAR DE ENSINO- em Bragança conta com 42 professores, 3 coordenadores pedagógicos e atua em 17 comunidades.

camponesa possibilitaria a reconstrução do campo no sentido da garantia de melhor qualidade de vida. Como nos diz Abramovay (1998) as condições historicamente adversas, contribuem para que as pequenas unidades de produção tenham suas possibilidades de permanência no campo restringidas

Compreendemos que esta leitura sobre de fragmentos históricos que nos mostra a vulnerabilidade social e econômica dos sujeitos do campo em Bragança não esgota a história social do campesinato bragantino. Entretanto, partimos do princípio de ela nos trouxe elementos importantes para refletimos à condição juvenil dos jovens do campo em Bragança na medida em que assumimos a ideia de que hoje, com muito mais ênfase do que em momentos anteriores, as condições de vida do campo principalmente em regiões onde há o predomínio da agricultura familiar são elementos significativos que se interpõe nas decisões jovens sobre permanecer ou sair do campo. Isto implica dizer que sua estrutura familiar de organização das comunidades e do próprio trabalho suas vulnerabilidades presentes na dinâmica de suas existências dão os tons e os contornos nas condições de vida dos jovens do campo diante das demandas e políticas apresentadas pelo Estado ao longo de todo o século passado até os dias atuais.

5.1.2 O SEGUNDO CAMINHO: JOVENS DO CAMPO E A CONDIÇÃO JUVENIL NO CAMPESINATO BRAGANTINO

Até o presente momento de nossa análise buscamos como propõe Spósito(2007) trazer elementos que nos permitisse refletir a trajetória, a estrutura social, econômica e educacional na qual os jovens do campo do Município de Bragança estão inseridos. Neste subtópico buscamos analisar quem são esses jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra quais são as suas condições de vida.

Analisar as condições juvenis do campo é assumir a compreensão de que as diferenças entre a juventude urbana e a juventude do campo reflete a diversidade social e cultural que as separa, parafraseando Siqueira (2004, p.31), enquanto no meio urbano o tema juventude está centrado nos problemas que os jovens causam aos pais ou à sociedade, na realidade do campo, o tema da juventude “expõe o papel que os jovens desempenham na continuidade da agricultura”. Ou ainda, como

nos diz Silva (2002), as formas pelas quais as transformações sociais do campo, que desestabilizam a agricultura familiar, afetam a juventude.

As análises da condição juvenil do campo ao mesmo tempo em que revelam diferentes possibilidades, de jovens pescador, quilombola, agricultor entre tantos outros, articulam sua condição aos contextos históricos de vulnerabilidades socioeconômicas do próprio campo nas complexas estratégias de adaptação e resistências.

Neste sentido, a superação das vulnerabilidades da condição de vida da juventude do campo tem sido apontada por autores como Abromovay (2003), Castro (2008,2010) entre outros, em uma relação direta com o desenvolvimento do campo e com a ruptura das visões negativas sobre a vida do campo impostas pelas vulnerabilidades sociais que afetam nas decisões dos jovens a respeito de permanecer ou sair do campo.

Desta forma nosso objetivo nesse subtópico analisar qual a condição da juventude do campo no município de Bragança. Ressaltamos que não estamos nos referindo a qualquer jovem, mas aos netos e filhos desses trabalhadores do campo que construíram suas formas de existência a partir da dinâmica familiar. Jovens que dada a sua condição de escassez de oferta de escolarização se inseriram no Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra em busca de completar o ensino fundamental e ao mesmo tempo ter uma formação profissional voltada para a vida do campo.

Assim, o estudo desta dimensão envolve a condição de vida de 10 (dez) jovens, 8 (oito) homens e 2 (duas) mulheres. Com a faixa etária variando de 24 a 29 anos⁶¹ a partir do fluxo da relação entre quem são esses jovens e a sua condição no contexto das representações sociais que esses jovens possuem sobre a condição de vida antes do Programa PROJOVEM Campos Saberes da Terra.

⁶¹ Essa faixa etária corresponde a aceita pela Secretaria Nacional da Juventude-SNJ que acata para áreas de maior vulnerabilidade social a ampliação da idade até os 29 anos (documento Base do PROJOVEM – 2005). r

A dinâmica dessas Representações Sociais são tecidas em um contexto de interação, onde existe uma construção simultânea entre a forma que o jovem se define e a sua condição juvenil no campo. Esta construção propícia a elaboração de novos saberes, ao mesmo tempo em que promove a resignificação dos anteriores, ou seja, propícia a elaboração de argumentos que nos permitem ver as dinâmicas socioeconômicas da realidade do campo no município de Bragança e suas implicações na condição juvenil desses jovens em relação as suas decisões entre ficar e sair do campo.

Partindo do referencial teórico construído na segunda seção deste estudo de que a nova condição se constrói, como nos diz Abramo (2003), sobre a crise das instituições tradicionalmente consagradas às transmissões de uma cultura adulta hegemônica.

Desta forma para analisarmos a condição juvenil dos jovens egressos partimos do pressuposto de que precisávamos partir das instituições que as legitimaram. Assim, buscamos responder os seguintes questionamentos: como são os jovens? Onde e como vivem? Qual o lugar que ocupam nas dinâmicas sociais do campo no Município de Bragança, considerando o trabalho, a participação em organismos sociais, culturais e de Lazer? Conforme apresentamos na figura 19, a síntese lógica dessa relação:

FIGURA 19- LÓGICA ESTRUTURA DE ANÁLISE DA PRIMEIRA DIMENSÃO.



Fonte: Elaborada pela autora deste estudo em 2014.

Essas questões nos permitiram apresentar a condição juvenil do campo a partir de 5 (cinco) temáticas, a saber: 1) Como os jovens se definiam; 2) Onde vivem os jovens; 3) O lugar do jovem na dinâmica social do trabalho do campo; 4) O lugar do jovem na escola; 5) O lugar do jovem na dinâmica sociocultural do campo.

A) COMO OS JOVENS SE DEFINEM

FIGURA 20 - AUTO APRESENTAÇÃO DOS JOVENS PARTICIPANTES DA PESQUISA

	ANTONIO GLEIDSON DOS REIS CRUZ 24 ANOS NASCIDO EM BRAGANÇA FILHO DE AGRICULTORES COMUNIDADE: ALTO URUMAJÓ Eu tava parado não estudava. Ajudava meu pai na roça. Não via muito futuro não
	ADERSON GUILHERME DOS SANTOS 29 ANOS NASCIDO EM BRAGANÇA CASADO - 2 FILHOS FILHO DE AGRICULTOR COMUNIDADE : GENIPAUAÇU Eu via que na agricultura agente trabalhava muito, mas o lucro era pouco. Só dava pra comer não dava pra investir na produção.
	BENEDITO DOS SANTOS DA SILVA 29 ANOS SOLTEIRO FILHO DE AGRICULTORES COMUNIDADE : ACARAJÓ o trabalho na roça era um calvário, eu não queria isso pra minha vida não. Eu nunca tinha dinheiro para sair. Fui ajudante de pedreiro, mas me juntei. As vezes não tinha trabalho tava difícil, então voltei



CHARLES DE JESUS BARBOSA
28 ANOS
CASADO
FILHO DE AGRICULTORES
NASCIDO EM BRAGANÇA

COMUNIDADE: BEJAMIN

Eu estudei até a 7ª série, parei porque ao invés de ir pra aula ia brincar. Arrumei mulher e minha mãe arrumou um serviço de vigia da escola que ela trabalhava



EUCLIDES GUIMARÃES PAIXÃO
26 ANOS
NASCIDO EM BRAGANÇA
FILHO DE AGRICULTORES
CASADO 4 FILHOS

COMUNIDADE: ROD. D.ELISEU
KM25/KM25

Antes eu não podia sustentar minha família.



JOSÉ MONTEIRO DA SILVA
29 ANOS
NASCIDO EM BRAGANÇA
FILHO DE AGRICULTORES
CASADO 3 FILHOS

COMUNIDADE: STº. ANTONIO DOS MONTEIROS

Antes eu me sentia inferior socialmente



MARINEZ DO SOCORRO RAMOS DA SILVA
25 ANOS
NASCIDA EM BRAGANÇA
FILHA DE AGRICULTOR E DE PROFESSORA
CASADA

COMUNIDADE: ACARAJÓ

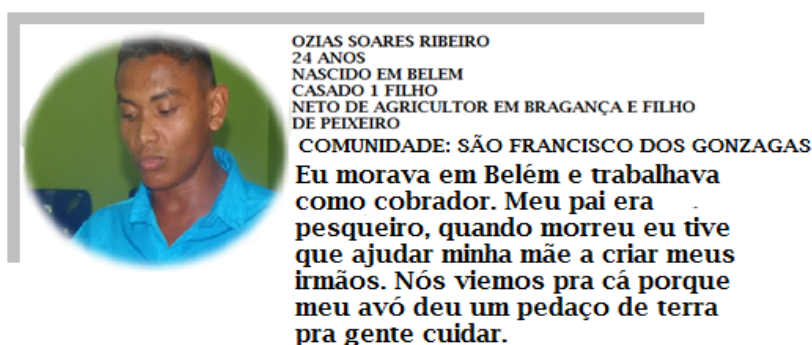
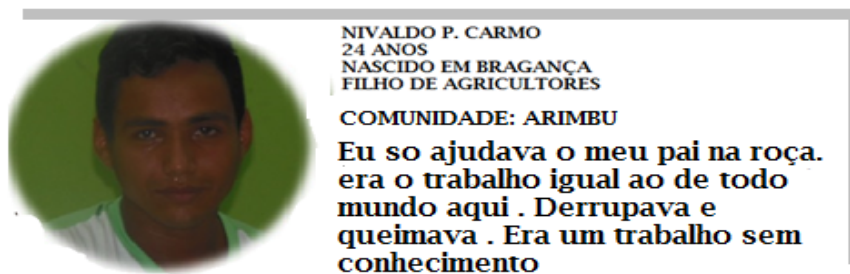
Eu achava que como mulher e casada eu não ia poder estudar. Sair para outros espaços



MARIA DA PAZ SOARES DA COSTA
25 ANOS
NASCIDA EM BRAGANÇA
FILHA DE AGRICULTORES
SOLTEIRA - 1 FILHA

COMUNIDADE: SÃO FRANCISCO DOS GONZAGAS

Minha vida nunca foi fácil. Fui criada pelos meus avós. Sou mãe solteira. Nunca projetei muita coisa pra frente não



FONTE: DADOS DA ENTREVISTA EM 2013

A partir desses fragmentos das falas dos jovens no momento da autoapresentação que todos jovens entrevistados se definem com filhos, filhas ou netos, netas de pessoas vinculadas às atividades agrícolas, nascidos em Bragança⁶².

Três são solteiros, uma é mãe solteira e seis possuem famílias próprias. Em sua caracterização se dizem sujeitos que: 1) pararam de estudar; 2) ajudavam nos trabalhos dos pais; 3) casaram cedo; 4) realizaram trabalhos não agrícolas; 5) não podiam sustentar suas famílias; 6) se sentiam inferiorizados; 7) não acreditavam que podiam frequentar outros espaços sociais além de sua comunidade; 8) sem conhecimentos do próprio trabalho; 9) tinham uma vida difícil; 10) não projetam futuro; 11) voltaram ao campo após tentativas sem sucesso da vida urbana.

B) ONDE VIVEM ESSES JOVENS

⁶² Apenas um jovem nasceu em Belém, porém filho de bragantina.

Os jovens são moradores das comunidades⁶³ de Acarajó, Alto Urumajó, Arimbu, Bejamin, Genipau-açu, Rod. D. Eliseu; São Francisco dos Gonzagas e Stº Ant. dos Monteiros.

Estes jovens entrevistados balizam em suas falas tanto na entrevista que sua família vive no campo a partir da Ideia Central(IC) “**a vida Toda**” onde **afirmam** o repasse geracional do uso da terra e a permanência da família está vinculada não apenas a realidade do campo, mas também nos processos de organização das próprias comunidades:

Não sei ao certo, o tempo não, foi à vida toda. [...] Antes de esta terra ser nossa era do meu avô. [...] (MARIA DA PAZ, ENTREVISTA, 2013).

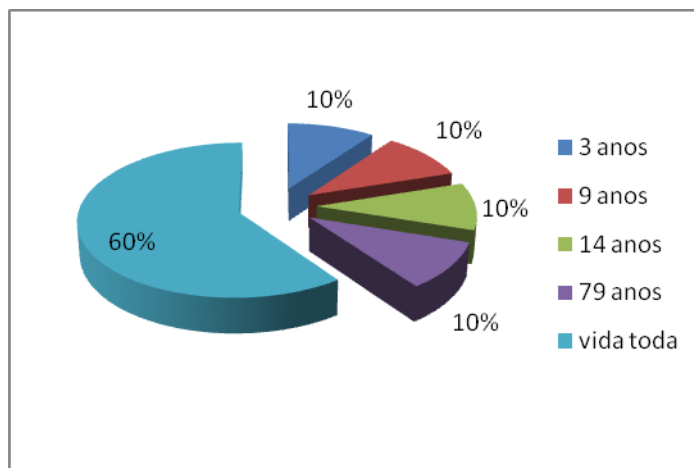
Minha família tá aqui a vida toda, foi avó pai da minha mãe é veio para cá para trabalhar e junto com outras famílias é que criaram a comunidade [...] (ADERSON GUILHERME, ENTREVISTA, 2013)

Aqui é a comunidade dos Monteiro, porque foram os Monteiros que fundaram essa comunidade aqui. Eu nasci aqui, me criei aqui e vivo aqui até hoje [...] (JOSÉ DOS MONTEIROS, ENTREVISTA, 2013).

Ao observar o gráfico 5, percebemos que apenas um jovem consegue definir o tempo de permanência da família na comunidade, ou seja, sua família vive naquela comunidade há 79 anos. Para os demais jovens o tempo se confunde com a própria existência da família, considerando na relação da medida de tempo longo a relação dos avós com a vida no campo, para demarcarem a ideia de que a família está na comunidade a “vida toda”.

⁶³ Partimos da compreensão do conceito de comunidade como uma construção sociológica. Isto significa que assumimos a ideia de que a comunidade é um conjunto de interações, comportamentos humanos com significado e expectativas que envolvem valores, crenças, e representações entre os seus membros e conforme descrevemos anteriormente constituída nos movimentos de tensões e conflitos.

GRÁFICO 5 – TEMPO DE PERMANÊNCIA NA COMUNIDADE



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA A PARTIR DOS DADOS INFORMADOS PELOS JOVENS EM 2013

Na dimensão dos **valores** impressos nos dados acima, podemos dizer que eles vão ao encontro dos estudos de Maneschy (2012) e Castro (2006) quando afirmam que as comunidades amazônicas têm nas famílias a base de suas organizações sociais. Isto significa dizer que as famílias dos jovens por meio de um laço de solidariedade construído pelas relações de parentescos ocupara a terra, legitimam suas comunidades produzindo vida e cultura.

A força deste processo pode ser percebida ao observamos em dois casos, nos quais as comunidades passaram a ser identificada pelo nome da família, a exemplo de Santo Antonio dos Monteiros e São Francisco dos Gonzagas, mas também, pelo tempo de permanência das famílias destes jovens no campo.

Identificamos nas falas dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra que o parentesco foi à base sobre a qual se consolidou a organização social das comunidades que vivem como relata o Aderson Guilherme *“foi avó pai da minha mãe é veio para cá para trabalhar e junto com outras famílias é que criaram a comunidade”* (ENTREVISTA-2013).

Essa forma de organização dos sujeitos do campo na região bragantina, descrita nos estudos de Costa (1997), como a primeira forma de organização, ou seja, uma ou duas famílias, ocuparam uma área de terra, depois, com a própria

ampliação da família e com chegada de mais sujeitos são construídas as relações de compadrio e vizinhanças.

As comunidades dos jovens entrevistados são distantes em relação à sede do Município de 15km a 48Km. Sua estrutura organizacional compreende duas áreas. A primeira é comunal onde estão construídas as casas de moradia, os postos de serviços públicos municipais (postos médicos e escolas), as igrejas, o campo de futebol, comércio local - bares e tabernas. E a segunda área é formada pelos os lotes agrícolas. (esta área varia em tamanho – quantidade e tamanho de cada lote - que vai refletir na distância e acesso em relação área comunal da comunidade).

Destacamos que as comunidades mais próximas à sede do Município de Bragança, no caso Acarajó 15Km e Bejamin 28km e a localizada a margens da rodovia D. Eliseu – possuem acesso facilitado pela estrada asfaltada. Entretanto as demais comunidades: Genipau-Açu, Santo Antonio dos Monteiro, São Francisco dos Gonzagas, Arimbu e Alto Urumajo com estrada de chão batido são de difícil acesso. Em todos os casos o acesso às áreas dos lotes é por caminhos o que dificulta o acesso e a escoamento da produção.

As comunidades mais distantes em relação a sede do município e que apresentam as maiores dificuldades de acesso- contam com um sistema de transporte de ônibus linha particular que atende a determinados dias da semana e em horários determinados de acordo com a rota organizada pelo dono do transporte, são também as possuem menor disponibilização de serviços públicos.

No limitado atendimento de serviços, identificamos ações em apenas três setores: energia, saúde e educação. No que se refere ao atendimento da energia, todas as comunidades possuem sistema elétrico. Entretanto, com exceção das comunidades de Bejamin e Acarajó as demais comunidades só tiveram acesso ao sistema elétrico, nos últimos cinco anos, por meio do programa Luz para Todos do Governo Federal⁶⁴.

⁶⁴ É o Programa LUZ PARA TODOS, foi lançado em novembro de 2003 com o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país. Tinha como meta de levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008.

No atendimento à saúde as comunidades de Bejamin e Acarajó possuem Postos Familiares de Saúde – PFS e as demais comunidades são assistidas apenas pelos agente de saúde, ou seja, uma pessoa da própria comunidade, que possui escolarização de nível fundamental completo e que recebe capacitação da própria Secretaria de Saúde para atuar nesta função.

Quanto à oferta de ensino, todas as comunidades possuem Escolas públicas Municipais. Estas Escolas na sua maioria possuem prédio próprio. Apenas a Escola do Km do Montenegro, que atende à comunidade da Rod. Dom Elizeu, funciona em um Centro Comunitário e a Escola da comunidade de Genipau-Açu funciona em prédio cedido por um morador local (DADOS DO RELATÓRIO SEMED AO INEP-2014).

Entretanto na maioria das comunidades a oferta de ensino se limita ao Fundamental (1º ciclo e quase sempre na forma de multisserie). Como nos diz Hage: “... nesse modelo de escola, desde a pré-escola, os estudantes são preparados para os níveis posteriores de ensino e a meta final é a inserção no mercado de trabalho, não importando os demais aspectos necessários a uma formação humana integral.” (HAGE, 2009, p. 6)

Das nove comunidades dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo, apenas quatro (Acarajó, Arimbu, Bejamin e Santo Antonio dos Monteiros) ofertam ainda alguns anos do segundo ciclo do ensino fundamental a partir do sistema modular. Apenas duas comunidades oferecem a Educação Infantil (Acarajó e Arimbu) e apenas a escola do Arimbu oferta a EJA 3ª e 4ª etapas, conforme podemos observar no quadro abaixo 16:

QUADRO 16 - RELAÇÃO DAS ESCOLAS DAS COMUNIDADES E A OFERTA DE ENSINO

COMUNIDADE	ESCOLA	EDUCAÇÃO INFANTIL	PRIMEIRO CICLO DO FUNDAMENTAL	SEGUNDO CICLO DO FUNDAMENTAL	EJA	TOTAL ALUNOS
ACARAJÓ	E.M.E.F Tarcila Correa da Gama	Pre I, II e III	1º ao 5º ano	7º ano Sistema modular	Não tem	365
ALTO URUMAJÓ	E.M.E.F ALTO	Não tem	1º ao 4º ano Multisserie	Não tem	Não tem	18

	URUMAJÓ					
ARIMBU	E.M.E.F. Ramiro da Cunha Guimarães	Pre I	1º ao 3º ano Multisserie	6º e 7º ano Sistema modular	3ª e 4ª etap a da EJA	333
BEJAMIN	E.M.E.F. Bejamin	Não tem	1º ao 5º ano	6º ano Sistema modular	Não tem	120
GENIPAU-AÇU	E.M.E.F. Genipau- Açu	Não tem	1º ao 5º ano Multsserie	Não tem	Não tem	29
STº. ANTONIO DOS GONZAGAS	E.M.E.F. Terezinha Soares da Cruz	Não tem	1º ao 5º ano Multsserie	Não tem	Não tem	32
STº.ANTONIO DOS MONTEIROS	E.M.E.F. Jose Maria Monteiro Aires	Não tem	1º ao 5º ano	7º ano Sistema modular	Não tem	143
ROD.D.ELIZEU KM DO MONTENEGRO	E.M.E.F. Montenegro	Não tem	1º ao 5º ano Multisserie	Não tem	Não tem	61

FONTE: Secretaria Municipal de Ensino de Bragança Pará (2014).

Quanto ao sistema de comunicação essas comunidades tem acesso aos seguintes sistemas: a) Telefonia pública - um telefone público - geralmente na área externa da escola e a telefonia celular - em apenas em algumas áreas da comunidade; b) Radiofônico de Bragança; b) Mídia televisiva – que depende da aquisição de antenas parabólicas.

A maioria dessas comunidades possui um pequeno comércio local. Seu tamanho e produtos (básicos de primeira necessidade) variam em relação ao tamanho da população da comunidade. Isto significa que as comunidades Acarajó e Benjamin possuem um comercio local maior que as demais comunidades. Entretanto, produtos relacionados às vestimentas, calçados, eletrodomésticos, papelaria, entre outros, são adquiridos apenas no comercio da sede do município.

Todas as comunidades possuem uma igreja ou uma capela católica que contam com a coordenação de algum membro da comunidade. A presença do padre ocorre de acordo com o calendário da Diocese de Bragança. Porém nas comunidades do Acarajó e Benjamin existem também outras igrejas evangélicas (Assembleia de Deus/ Batista) no caso o Pastor reside na própria comunidade.

Ao considerar a distribuição geográfica destas comunidades, identificamos com exceção da comunidade do Acarajó que as demais comunidades estão ligadas aos processos de ocupações das áreas as margens dos percursos da Estrada de Ferro Belém-Bragança e ou ao seu processo de expansão, ou seja, quando os descendentes dos colonos, ou dos posseiros, ou ainda, novos sujeitos em busca de novas áreas produtivas, se infiltraram para além das margens das estradas e ampliaram as fronteiras agrícolas no município, construindo novas comunidades. Como nos relata José dos Monteiros:

Meu pai conta quando era pequeno ele trabalhava com o pai dele. Ai quando ele casou, ele veio pra cá para ter o seu pedaço de terra pra trabalhar. Quando ele chegou aqui não tinha nada. Era só mato mesmo (JOSÉ MONTEIRO- ENTREVISTA -2013).

Neste processo é significativo pensarmos a partir da literatura (HUTTIENNE, (2002), HÉBETTE, (2004)) que na medida em que aumentou o número de pessoas no campo inclusive com a chegada do empresário, o processo de expansão agrícola se esgotou, ou seja, a possibilidade de ocupar novas áreas de terra se tornou inviável. No caso das famílias dos jovens entrevistados, este cenário levou a minifundializações⁶⁵ das áreas produtivas. Isto significa dizer que a área agrícola antes ocupada por uma única família passou a ser dividida entre os membros das famílias - a exemplo dos relatos dos jovens, “*meu avô deu um pedaço de terra pra minha mãe termos como sustentar os meus irmãos* (OZIAS, ENTREVISTA 2013)” ou ainda, “*Antes de esta terra ser nossa era do meu avô* (MARIA DA PAZ, ENTREVISTA, 2013).

Esse cenário, nos mostra como vimos no subtópico anterior, algumas das características que anunciaram a crise do desenvolvimento agrícola na região bragantina e como tal agravaram os problemas de vulnerabilidade sociais e econômicas das famílias dos jovens entrevistados e os jovens são os mais afetados.

C) COMO VIVEM: O LUGAR DO JOVEM NA DINAMICA SOCIAL E DE TRABALHO NO CAMPO

⁶⁵ Fenômeno na região Bragantina descrito por estudiosos como Hebette (2004), Castro (2006) entre outros.

Tal como nos mostram os estudos sobre a juventude do campo, a vulnerabilização social e econômica das famílias dos jovens entrevistados, também nos revelam que as transformações na estrutura agrária bragantina, geram impactos na estrutura organizacional das comunidades, cuja base é o parentesco. Ocorre que no parentesco ausência de terra, passam a ter nos problemas geracionais os limites de sua organização. Isto significa dizer que na medida em que as estruturas atuais das comunidades do campo no Município de Bragança, passa pela dinâmica de reorganizações a partir do crescimento familiar, os jovens que começam a constituir famílias, ficam sem terra para trabalhar e conseqüentemente, ficam sem perspectiva para permanecerem no campo.

Neste contexto observamos que enquanto os 4 (quatro) jovens solteiros continuam morando nas residências dos pais e trabalhando com ajudantes no sistema produtivo da família, os 6 (seis) jovens casados no processo de reorganização familiar, ao constituírem suas próprias famílias, apesar de terem suas próprias casas não possuem terra para trabalhar. Nos dois casos esses jovens passam a questionar os limites de sua vida no campo no que se refere às possibilidades do trabalho.

Na dinâmica da estrutura das comunidades do campo a casa própria, se configura como um problema menor na medida em que nas áreas coletivas não há exigência legais para sua construção. Desta forma todos os seis jovens casados já possuem suas próprias residências no núcleo coletivo da comunidade. Sua construção, entretanto, dependeu dos recursos da família, apenas 1 (um) jovem obteve financiamento do INCRA para este fim.

Observamos também que a estrutura física e o material seguiram o mesmo padrão das construções das casas de seus pais. Assim, entre os solteiros 2 (dois) residem em casas de barro e 2 (dois) residem em casas de alvenaria. Entre os jovens casados 2 (dois) construíram suas casas de alvenaria e 4 (quatro) construíram suas casas de barro.

Apesar de todas as comunidade já possuírem energia elétrica (de acordo com a informação dos jovens a energia chegou em suas comunidades a menos de

05 anos por meio do programa do governo federal Luz para Todos⁶⁶) um jovem ainda não vive essa realidade, e os demais jovens que tem acesso a energia elétrica em suas residências ainda não pagam por este serviço.

Quanto ao abastecimento de água, apenas duas casas possuem água encanada, as demais usam água de poço, sendo que no caso de um jovem esse poço atende comunitário e atende várias famílias. Todas as casas só possuem banheiros externos.

Na dinâmica do trabalho identificamos que os jovens entrevistados tiveram o ingresso precoce, ou seja, 8 (oito) jovens ingressaram aos 10 anos de idade, 1 (um) jovem aos 11 de idade e 1 (um) jovem aos 12 anos de idade. De acordo com as falas, suas primeiras atividades estão relacionadas à ajuda das atividades produtivas da família onde, segundo os próprios jovens, foi considerada a idade e o sexo para a definição do tipo de ajuda a ser prestada. Conforme podemos observar nas descrições abaixo:

“ comecei a trabalhar cedo, todo mundo trabalhava, os menores ajudavam os mais velhos eles capinavam e agente juntava pra colocar fogo, agente ficava junto o tempo todo, tinha serviço o dia inteiro, ai quando tinha muito serviço agente falta aula. Quando o serviço era menor agente trabalhava um pedaço do dia e o outro ia pra aula”. (JOSE MONTEIRO – ENTREVISTA 2013)

Lá em casa todo mundo ia para roçado só que tinha eu e minha mãe e minhas irmãs quando era época do trabalho mais pesado agente só ia lá pra levar a comida e a água. Agente ajudava mais fazendo a farinha, colocava a mandioca de molho, ralava assim que minha mãe fazia. O mais pesado meu pai nunca deixou agente fazer não (MARINES - ENTREVISTA 2013)

A inserção precoce no mundo do trabalho nas realidades do campo não é novidade na literatura. Carneiro (2005) já descreveu que esta realidade reflete o perfil da juventude do campo brasileira e o próprio relatório da PPP Saberes da Terra (2005, p.9) ao apresentar o diagnóstico da juventude do Campo no Estado do Pará também fez menção a esta situação. Assim, podemos dizer que a inserção

⁶⁶ De acordo com o relato dos jovens a energia chegou as suas comunidades apenas a 3 ou 5 anos.

precoce ao mundo do trabalho da juventude do campo no Município de Bragança se dá pela experiência de ajudante das atividades coletivas seguindo os mesmos padrões da ausência de oportunidades de qualificação social e profissional. Mas, além do aprendizado das atividades serem decorrentes da vivência prática, observamos também, ainda a partir dos relatos acima, que estes ocorrem numa dinâmica de divisão do trabalho que considera a idade *“eles capinavam e agente ajudava”* (JOSÉ MONTEIRO) e o sexo *“ agente só ia levar comida e água....o mais pesado o meu pai nunca deixou agente fazer não”* (MARINEZ). Essa dinâmica da divisão do trabalho dá a criança, ao jovem e a mulher o lugar de ajudante das atividades de trabalho na agricultura.

Ao pedirmos para retratarem as atividades dos pais e das mães identificamos que o lugar de ajudante só se modifica para os homens na medida em que formam suas próprias famílias, conforme descrevem os jovens:

Os pais são agricultores/lavradores e peixeiro [no caso apenas um já falecido] que cultivam, no caso predominantemente da mandioca, e para a forma de produção que característica do modelo do “pousio” corte/queima.

O trabalho do meu pai sempre foi de lavrador, ele capina, bota fogo no roçado, queima e também colhe o que a gente planta (BENEDITO, ENTREVISTA, 2013).

O meu pai quando morreu era peixeiro. Meu avô, pai da minha mãe, sempre foi agricultor (OZIAS, ENTREVISTA, 2013).

O meu pai sempre trabalhou na agricultura o serviço é igual ao que os outros já descreveram, é o trabalho pesado da lavoura mesmo. (CHARLES, ENTREVISTA, 2013).

As mães são: agricultora, lavradora, professora e servente. Ao descreverem as atividades de trabalhos das mães os jovens relacionam a outras atividades vinculadas a dinâmica da reprodução familiar, ou seja, eles definem como atividades mais leves que as dos homens e incluem a criação dos pequenos animais para o autoconsumo, e, sobretudo correlacionam as atividades de cuidar da casa, dos filhos, como podemos observar nas falas a seguir:

A mãe cuida da casa e cuidava de nós quando éramos pequenos. Ela lava cozinha e também ajuda em alguma coisa lá no trabalho da plantação (BENEDITO, ENTREVISTA, 2013).

A mamãe sempre cuidou da casa e dos filhos, ela também criava galinha, mas era mais para agente comer. Ela também que sempre ajudava a fazer a farinha (NIVALDO, ENTREVISTA, 2013).

Em nossa análise consideramos a partir das falas acima que os jovens **afirmam** a divisão sexual do trabalho nas atividades desenvolvidas pelos pais a partir do que se convencionou a chamar de trabalhos pesados e leves; o lugar da mulher mãe no campo como de ajudante nas atividades produtivas e como executora de atividades do autoconsumo (criação de galinhas) e dos cuidados da casa e dos filhos. Assim, na dimensão dos **valores** podemos dizer nas relações de poder que ocorrem nas comunidades e famílias dos jovens entrevistados se confirma os estudos anteriores a respeito da legitimação do trabalho das mães/mulheres no papel de reprodução social do grupo e de ajudante das atividades desenvolvidas pelos homens de sua família (DIAS, 2006) e (MANESCHY, 2012) afirmando o trabalho da mulher como uma extensão da sua condição de mãe/esposa/dona-de-casa (ABROMOVAY), como nos relata Maria da Paz.

“ como mulher, mãe solteira tenho que cuidar da minha filha, cuidar da casa e ajudar o meu tio. Aqui em casa só tem ele e eu. Então era isso que eu pensava que seria a minha vida toda. Trabalhar pra dar condição pra minha filha ter uma vida melhor que a minha (MARIA DA PAZ, ENTREVISTA, 2013)”

No caso mais específico das mulheres identificamos nos estudos de Dias (2006) e Maneschy (2012) que o lugar de ajudante não se modifica é justificado pela falta de remuneração ou pela remuneração inferiores a que receberia um homem que realizasse a mesma atividade o que leva a invisibilização do trabalho feminino na região bragantina. Em síntese podemos dizer que a subestimação da atividade feminina é vista por esses autores como decorrência da naturalização de que cabem as mulheres a reprodução social do grupo e por consequência, só lhe cabe este lugar de “ajudante” das atividades de produção desenvolvidas pelo homem.

Por outro lado, um fato que despertou nossa atenção, é que nas atividades de trabalhos desenvolvidos pelas mães dos jovens, aparece dois casos que envolvem trabalho com o caráter urbano, quais sejam: professora e a outra servente aposentada. Embora sejam trabalhos não agrícolas, é preciso considerar que estes trabalhos são desenvolvidos nas escolas das comunidades em que residem e que a renda é revista para complementação da própria unidade familiar. Conforme declaram os jovens:

Minha mãe é professora, ela trabalha lá na escolinha da comunidade. Às vezes as coisas não ficavam piores porque a mãe sempre tinha um dinheirinho (JOSÉ MONTEIRO, ENTREVISTA, 2013)

Ela era servente da escola, agora tá aposentada, mas nunca deixou de ajudar aqui na roça[...]. (CHARLES, ENTREVISTA, 2013)

Diante das falas acima os jovens **afirmam** no exercício das atividades de suas mães [é professora/ era servente] a insuficiência das atividades produtivas para a manutenção da família “às vezes as coisas não ficavam piores [...]”, **negam** a desarticulação destas mães com a unidade familiar na medida em que “[...] a mãe sempre tinha um dinheirinho” ou ainda, com a ajuda do próprio trabalho “ *nunca deixou de ajudar aqui na roça*”, e apresentam implícito a necessidade de complementação de renda para garantia da própria unidade.

Isto significa dizer que as estratégias para a garantia do núcleo familiar identificadas nos estudos de Hébette(2002) para a complementação de renda venda da força de trabalho se faz presente nas famílias dos jovens entrevistados na figura da mãe em trabalhos não agrícolas. Isto significa que ao mesmo tempo em que a economia das famílias dos jovens entrevistados é baseada principalmente nas atividades agrícolas, duas famílias passara a associar a renda familiar, recursos externos oriunda dos trabalhos das mulheres (aposentadoria servente e salário de professora da mãe). Entretanto, elas continuam desenvolvendo as mesmas atividades de antes, ou seja, as atividades de tomar conta de casa, dos filhos e ainda ajudar nas atividades da agricultura.

Essa experiência de trabalhos não agrícolas também foi identificada na reconfiguração da trajetória de experiências de trabalhos vivenciada pelos jovens entrevistados. Ou seja, dos 10 jovens, identificamos que 6 (seis) jovens só

exerceram atividades vinculadas ao campo e 4 (quatro) jovens desenvolveram atividades marcadas por experiências urbanas para garantir a renda familiar, tais como: cobrador de ônibus, ajudante pedreiro, vigia e Secretária da Juventude do Sindicato dos trabalhadores rurais de Bragança.

Destacamos que nos três primeiros casos, os jovens homens, afirmam a “opção” pelo trabalho urbano vinculado à falta de renda das atividades produtivas desenvolvidas pela família.

O trabalho aqui na roça era uma calvário, eu pensava que não queria isso pra minha vida não, eu nunca tinha dinheiro sem que eu queria sair (risos) me divertir tinha que pedir. Meu tio é pedreiro lá em Bragança e precisava de ajuda, fui trabalhar com ele ser ajudante de pedreiro[...] aí me juntei (risos) as vezes não tinha trabalho, tava difícil ... então voltei. (EUCLIDES, ENTREVISTA, 2013)

Nós morávamos em Belém, então eu era cobrador de ônibus meu pai era pescador aí meu pai morreu e ficou eu e minha mãe pra cuidar dos meus irmão éramos 7 e eu mais velho. Então meu avó, pai da minha mãe deu um pedaço de terra pra gente trabalhar aqui e nós viemos. (OZIAS, ENTREVISTA, 2013)

Eu fui ser vigia na escola que a minha mãe trabalhava aqui mesmo na comunidade porque nós plantamos mandioca mas só isso não dava. Aí apareceu essa vaga de vigia, minha mãe disse para eu ficar com ela. Nós corremos atrás do vereador que ajuda agente aqui na comunidade e ele arrumou essa vaga pra mim. (CHARLES, ENTREVISTA, 2013)

No último caso, é preciso considerar que compreende uma atividade com características urbana, mas em um contexto de atividades para mobilização e organização da própria juventude do campo.

Eu sempre trabalhei na agricultura para ajudar a família, cultivamos mandioca, melancia e macaxeira. Mas dava pouco dinheiro eu só tinha um pouquinho porque trabalhava na secretaria da juventude no sindicato dos trabalhadores rurais. (MARINES, ENTREVISTA, 2013)

Os sentidos presentes nas falas desses jovens que demonstram aparentemente um pretense desinteresse **afirmam** o conflito entre o ficar e o sair do

campo e a necessidade de complementação de renda **e negam** para sua vida as condições de trabalho árduo e pesado da agricultura e o pouco econômico.

A respeito desta questão podemos dizer que a imagem do desinteresse dos jovens pela vida do campo e a sua atração pelas atividades de trabalho urbano foi apresentada a literatura desde Bourdieu (1962), e ainda se mantém presente na literatura com Abramovay (1998), Wanderley (2000), Carneiro (2009) Castro (2010) entre outros, como uma questão intrínseca ao processo de reprodução do social do campesinato e como consequência da desvalorização do campo frente à cidade.

Consideramos neste processo a partir das falas dos jovens como nos diz Euclides que na época em que era solteiro “*eu nunca tinha dinheiro sem que eu queria sair (risos) me divertir tinha que pedir*” a disputa que segundo os estudos de Castro (2010) envolve a legitimação da autoridade dos mais velhos que reproduz a estrutura hierárquica da família do campo, no contexto de nosso estudo conferem ao jovem o lugar de ajudante, e como tal sem recurso financeiro.

Nessa análise é preciso considerar que na medida em que a agricultura familiar é a base primária mais importante na economia das famílias desses jovens a hierarquia patriarcal, dentro das relações de parentesco, sustenta lógica do lugar dos jovens como ajudantes – sem dinheiro e sem terra⁶⁷ - esses jovens se voltam para trabalhos não agrícolas. Entretanto, na medida em que percebem que os trabalhos que conseguem arrumar só permite seu sustento pessoal e não permite o sustento de uma família, eles fazem a “opção” pelo retorno ao campo e ao apoio familiar.

Essa afirmação se justifica no fato observado de que os poucos jovens entrevistados, que tentaram trabalhos urbanos ao sentirem as dificuldades em sua condição urbana (falta de trabalho/ajudar a sustentar a família mãe e irmão), retornam ao campo, como identificamos na fala de Euclides “*fui trabalhar com ele*

⁶⁷ Nenhum dos jovens entrevistados, nem mesmos os casados, possuem lotes agrícolas próprios. Isto significa dizer que estes jovens trabalham nas terras dos parentes, principalmente dos pais (que são os proprietários legais da terra) (dados das entrevistas com os jovens em 2013).

ser ajudante de pedreiro[...] ai me juntei (risos) as vezes não tinha trabalho, tava difícil ... então voltei” ou ainda na fala de Ozias “ [...] meu pai morreu e ficou eu e minha mãe pra cuidar dos meus irmão éramos 7 e eu mais velho. Então meu avó, pai da minha mãe deu um pedaço de terra pra gente trabalhar aqui e nós viemos”.

Assim, em que pese às tensões que se estabelecem nas relações patriarcais - sem dinheiro e sem terra, aliada agora, a questão de que não conseguem arrumar um trabalho urbano que possibilite o sustento de uma família, a lógica da relação de parentesco, se constitui na possibilidade possível para garantir a manutenção de sua família.

Na prática isto significa de um lado que os solteiros continuam trabalhando como ajudante nas plantações dos pais, os casados além de trabalham como ajudante, passam, também, a ter um pedaço de terra de algum parente (quase sempre o pai) a partir de uma lógica de cedência ou empréstimo de um pedaço de terra para plantar. Ou seja, o dono do lote disponibiliza uma parte da terra para que esses jovens possam desenvolver suas produções, sem custos financeiros aos jovens, mantendo desta maneira a reciprocidade bilateral como descreve Sabourin:

[...] a reciprocidade bilateral quando se trata de uma relação regular de ajuda entre duas famílias ou dois agricultores, geralmente parentes, vizinhos ou até compadres. Nessa estrutura, em geral simétrica e entre pares, o principal sentimento produzido é a amizade que pode ser prolongada por alianças de parentesco (casamentos) ou institucionalizada no compadrio; o apadrinhamento mútuo das crianças constitui assim uma extensão das relações de parentesco que permitem o compartilhamento das atividades sem recursos financeiros (2006, p. 12)

Por outro lado, também significa a minifundialização do lote produtivo, que amplia, como vimos no subtópico anterior, às vulnerabilidades econômicas das famílias e consequentemente dos próprios jovens, ou seja, na medida em que os lotes destinados a agricultura são subdivididos entre os jovens das famílias que passam a constituir sua própria família, inviabiliza o modelo de “pousio do solo” utilizada em seus sistemas produtivos, diminuindo assim, a capacidade e a

qualidade produtiva do lote⁶⁸. Vulnerabilidades estas que são descritas pelos próprios jovens nas entrevistas:

Eu via como roça. Nós só produzíamos mandioca era muito pouco e às vezes a mandioca apodrecia na terra (ANTONIO GLEIDSON, ENTREVISTA, 2013)

Eu via o trabalho dos agricultores e sua produção como trabalho tradicional derrubava e queimava e quando aquela área não dava mais agente ia pra outra área fazer a mesma coisa. Um trabalho que não tinha conhecimento de como deveria ser feito sem prejuízos ao meio ambiente (NIVALDO, ENTREVISTA, 2013)

Eu via que na agricultura a gente trabalhava muito, mas o lucro era pouco. Só dava pra comer nós não tínhamos como investir na produção (ADERSON, ENTREVISTA, 2013).

Eles trabalhavam na roca sem conhecimento e produziam pouco arroz, mandioca, milho e feijão (CHARLES, ENTREVISTA, 2013).

Ao analisarem suas próprias falas os jovens sintetizam: a) baixa produtividade; b) Falta de conhecimento e de preocupações ambientais; c) ausência de assistência técnica; e d) baixa capacidade do pequeno agricultor manter sua produção sem financiamento.

Mesmo que os jovens apenas considerem em suas análises a baixa tecnologia e ausência de conhecimentos como principais responsáveis pela fragilidade do trabalho agrícola e consequentemente a causa de seus problemas econômicos é preciso considerar que estudos como o Baena (1998) e Huttienne (2001) no mostram que a baixa tecnologia utilizada na agricultura (corte-queima-pousio) apesar dos seus limites (tanto do ponto de vista da baixa produção quanto ecológico com inconveniente do fogo) foi o que manteve viva a agricultura familiar na região bragantina⁶⁹.

⁶⁸ Estudos sobre o solo de Baena (1998) nos mostrou que a composição do solo da região Bragantina possui uma baixa fertilidade química natural do solo. Ele ressalta que a baixa fertilidade química natural, não impede o cultivo agrícola com sucesso, desde que sejam garantidas práticas de manejo, para recomposição do solo.

⁶⁹ Para esses estudiosos da agricultura Tradicional em Bragança, o modelo de pousio, se constitui na experiência dos sujeitos sociais do campo como estratégias de garantia de sobrevivência diante da baixa tecnologia disponível, ou seja, o uso do fogo passou a ser um método eficaz de preparo da

Assim, ao considerar esses estudos, onde o modelo do “pousio” [deixar a terra em descanso, em períodos de curto e médio prazo] permitiu dentro de seus limites naturais, a recomposição de nutrientes indispensáveis à manutenção da vegetação e o desenvolvimento ciclos agrícolas contínuos na região, podemos dizer que o sistema produtivo desses jovens vai ao encontro dos limites e contornos do desenvolvimento da agricultura familiar na região.

A fragilidade do sistema agrícola desses jovens também podem ser observada na pequena variação da produção de suas famílias com a concentração na mandioca (9 famílias) para a produção de farinha, seguida da produção de arroz (6 famílias), feijão (4 famílias), banana, laranja, limão, açaí, aipim, macaxeira (apenas 1 família).

Ressaltamos que essa produção agrícola das famílias dos jovens acompanha o padrão do próprio município no que se refere ao cultivo da lavoura temporária⁷⁰, ou seja, a mandioca é maior produção e ocupa a maior área de plantação dos estabelecimentos dos jovens entrevistados. No caso da lavoura permanente observamos que além de um menor nível de produtividade, baixa qualidade o que dificulta a aceitação no mercado.

A ênfase dada na produção da mandioca, na agricultura de Bragança, guarda alguma relação com a dinâmica mais geral da agricultura familiar no Brasil, ou seja, a necessidade de se aproximar do padrão de exigências e associações aos mercados de produtos e fatores, orientados por necessidades agroindustriais, como é o caso da produção da farinha, como descreve José Monteiro:

Minha família vende a farinha lá feira de Bragança, depois da torra, nós ensacamos e vamos deixar lá. Nossa farinha é conhecida como

terra antes do plantio de culturas e para a renovação de pastagens, na medida em que esses sujeitos só dispõem de tecnologias manuais para a limpeza da área. E por sua vez, a baixa produtividade em decorrência do uso contínuo do solo para as atividades agrícolas forçou a descoberta do sistema de descanso do solo por meio da técnica do pousio.

⁷⁰ Identificamos que Bragança possui 2.759 estabelecimentos que apresentam práticas agrícolas voltadas para a produção de culturas temporárias no Município de Bragança estão assim distribuídos: 1.035 estabelecimentos responsáveis pelo cultivo de 657 (toneladas/ano) de milho em grão; 2.740 estabelecimentos responsáveis pelo cultivo de 30.975 (toneladas/ano) de mandioca; 947 estabelecimentos pelo cultivo de 2.192 (toneladas/ano) de feijão fradinho; e, 145 estabelecimentos cultivam 470 (toneladas/ano) do feijão cor em grão (IBGE 2010)

uma das melhores da região (JOSE DOS MONTEIROS, ENTREVISTA, 2013).

Nessa dinâmica de incorporação dos produtos a necessidades do mercado, observamos que criação de animais de pequeno porte, não foi considerada como uma atividade significativa nos sistemas produtivos desses jovens. De acordo com as entrevistas dos jovens, apenas duas famílias desenvolviam esta atividade. Sendo um estabelecimento com a criação de galinhas e outra família com a criação de porcos.

Quanto as atividades ligadas ao extrativismo (pesca, caça) contraditoriamente aparecem nos discursos dos jovens quando **afirmam** autoconsumo e a escassez do tempo presente e a fartura do tempo passado:

Antes era mais fácil agente ia caçar e achava rapidinho. Agora quando agente acha uma capivara agente mata e come. Mas é difícil (OZIEL, ENTREVISTA, 2013).

Meu pai dizia que o rio daqui dava muito peixe, eles pescavam muito, mas agora agente só vai para rio pra tomar banho (NIVALDO, ENTREVISTA, 2013).

As coisas eram difíceis, mas tinha fartura. Meu pai brinca até hoje que se naquela época que o caboclo que não arrumasse mulher na época da manga não casava mais nunca (risos) (JOSÉ MONTEIRO, ENTREVISTA, 2013)

Esses discursos **afirmam** que se no passado as dificuldades econômicas das famílias eram superadas com a fartura, no tempo presente **negam** que as atividades extrativas como alternativa viável para complementação das necessidades de gênero alimentício. No campo dos **valores** construídos a partir dessas afirmações e negações podemos dizer que as atividades extrativistas - fundada na diversidade e na especificidade do ecossistema bragantino como estratégia de resistência dos sujeitos do campo (COSTA,1997 e SIQUEIRA, 2007) nas transformações sociais e econômicas da estrutura agrária deste município começou a ate o seu valor – alternativa de complementação dos gêneros alimentícios – ignorado pelos próprios sujeitos do campo, no caso em questão os jovens.

Esse cenário se torna relevante para a nossa análise da condição juvenil campo dos egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra na medida em que este movimento representa uma diminuição do padrão das práticas adaptativas desenvolvida anteriormente pelos avós e pais desses jovens que mantiveram viva o modo de vida dos sujeitos sociais do campo mesmo sem o apoio do Estado.

Em nossa análise a diminuição das práticas extrativistas, leva o aumento da necessidade de produzir mais e de inserir cada vez mais no mercado para a manutenção da família. Embora essa perspectiva do aumento da produtividade e da homogeneização dos produtos (monocultura) se constitua com o prenúncio de realidade futura na vida das famílias dos jovens entrevistados e preciso considerar segundo Costa (2006) que esse modelo poderá vir a comprometer ainda mais os fundamentos naturais que mantiveram viva a economia camponesa.

Na descrição dessa situação na realidade do campesinato brasileiro Kautski (1986) nos diz:

A única maneira de o camponês obter dinheiro foi, então, converter seus produtos em dinheiro, levando-os para o mercado e lá passando a vendê-los. É claro que os produtos de sua indústria atrasada não eram os mais procurados, mas eram os que a indústria não produzia. Foi assim que o camponês se transformou naquilo que hoje por camponês se entende, coisa bem diferente do que fora desde o início: um simples agricultor. E quanto mais ele se transformava em agricultor, ou quanto mais se completava a separação entre a indústria e a agricultura, mais depressa desaparecia aquela autossuficiência, segurança e conforto da existência camponesa (...) O camponês passa agora a depender do mercado que a ele se revela mais caprichoso e imprevisível que o tempo. (KAUTSKI, 1986, p.19)

Assim, ao reconhecer os riscos desse processo no Município de Bragança - na produção da mandioca e na comercialização da farinha entre os agricultores do município em detrimento da diversidade de outros produtos nos sistemas produtivos dos jovens que geram a autossuficiência dos sujeitos do campo-, identificamos também que há entre as famílias dos jovens entrevistados, duas que não comercializam seus produtos, entretanto, não por que possuem um sistema autossuficiente, mas porque as necessidades de suas famílias, contam com o

salário ou aposentadoria das mães, que como falamos anteriormente, trabalhos não agrícolas.

As demais famílias dos jovens vendem o seu principal produto no caso a farinha na feira livre de Bragança, como destacam as falas dos jovens:

Depois que o ônibus de linha entrou ate aqui na comunidade nós mesmos levamos. Não é fácil, mas se no for assim o dinheiro é menor (OZIAS, ENTREVISTA, 2013).

Eu e meu marido vendemos para a merenda escolar. E quando tem muita, às vezes ele vai para a feira do agricultor lá em Bragança (MARINES, ENTREVISTA, 2013)

Aqui em casa e só eu meu tio e minha família, o pouco que fazemos é só para nós. Meu tio tem uma taberna aqui, tem muita coisa não e agente vai se virando (MARIA DA PAZ, ENTREVISTA, 2013).

Nós já sabíamos que não devíamos vender para ele, o povo da Cáritas e do Sindicato quando faziam reunião na comunidade sempre falavam isso. Nós víamos que a farinha era vendia muito mais cara na feira, só que não tinha jeito. A estrada era ruim e nós não tínhamos como transportar. Pagar transporte ia ser pior (NIVALDO, ENTREVISTA, 2013).

Nestas falas os jovens **afirmam:** a) algum nível de acesso às comunidades (transporte e estrada); b) que no próprio município a venda passou a ser direta tanto na feira do pequeno agricultor, quanto para o comércio local sem a figura do atravessador⁷¹; c) que o produto no caso a farinha, apresenta um bom nível de qualidade e aceitação no mercado. Por outro lado, nas relações de comercialização dos produtos produzidos por sua unidade familiar os jovens **negam:** a) a figura do atravessador na comercialização local e desconhecimento do processo de exploração.

Na análise desses sentidos destacados das falas dos jovens entrevistados, consideramos que a literatura nos diz: quanto maior a distância entre o produtor e o consumidor nas relações comerciais menores a margem de lucro do primeiro.

⁷¹ No setor agrícola a figura do atravessador, tem a função de intermediar as relações comerciais, fazendo com que a margem do lucro do produtor seja reduzida, pois entrega por um preço pré-estabelecido por aquele, repassando para o comerciante ou consumidor final por preços calculados com uma grande margem de lucro (MANESCHY, 2008).

Pesquisadores como Hébette (2004) Maneschy (2012) e Siqueira (2007) que estudam as Populações Tradicionais tem apontado como o grande desafio para o desenvolvimento local a extinção da figura do atravessador. No caso do Município de Bragança as falas dos jovens deixam evidente que a submissão a esta forma de relação exploradora estava diretamente correlacionada as suas condições materiais de existência “Nós já sabíamos que não devíamos vender para ele *Só que não tinha jeito a estrada era ruim e nós não tínhamos carro*”. Na medida em que estrada e transporte passam a fazer parte desta realidade foi possível minimizar esta condição de explorado, pelo menos em nível local.

Diante das vulnerabilidades das condições de trabalho das famílias, a renda familiar do seu núcleo familiar (tanto dos solteiros quanto dos casados) encontra-se abaixo do salário mínimo. Nenhum deles possui alguma forma de benefício do governo federal e nem seus familiares.

Assim, ao evidenciarmos a limitações econômicas das famílias dos jovens podemos dizer que esses jovens carregam consigo uma situação de pobreza e são marcados pelos desafios e incertezas das transformações da estrutura agrária bragantina que colocam em risco os fundamentos naturais que mantiveram viva a economia camponesa.

D) - LUGAR DO JOVEM NA ESCOLA

A realidade da baixa escolarização da juventude do campo no Município de Bragança se confirma quando observamos o nível de escolarização dos jovens entrevistados no período em que ingressaram ao Programa PROJOVEM Saberes da Terra.

Com variação de idade entre 19 a 25 anos, nenhum dos 50 jovens que ingressam no Programa possuía o fundamental completo. No caso dos jovens participantes da pesquisa 5 (cinco) não haviam concluído o ensino fundamental nas séries iniciais e 4 (quatro) jovens haviam cursado os anos iniciais do segundo ciclo deste nível de ensino, ou seja, 6ª e 7ª séries. A grande maioria estava parada a mais de 7 (sete) anos, como retratam as falas dos jovens:

O motivo que eu parei foi o trabalho, estudei foi até a 4ª série e estou sem estudar tinha 9 anos (ADERSON, ENTREVISTA , 2013)

Eu estudei até a 3ª série. Parei por que a escola era longe e tava muito doente. Não voltei mais (ANTONIO GLEISON, ENTREVISTA, 2013)

Eu tinha muita dor de cabeça. Só fiz até a 4ª serie, [...] já comecei tarde tava parado tinha 3 anos (BENEDITO, ENTREVISTA, 2013).

Eu aprendia aulas normais, fui até a 6ª série. Não tinha problemas. Ai tive que parar pra trabalhar e manter minha família. [...] Tô sem estudar faz 7 anos (CHARLES, ENTREVISTA , 2013)

Tive que trabalhar a escola era longe já tava na 6ª série não dava para trabalhar e ainda ir para Bragança todo dia para estudar, aí parei [...] tem 7 anos que parei (EUCLIDES, ENTREVISTA , 2013).

Eu parei na 6ª série, estava sem estudar tem 14 anos, parei porque meu pai veio a óbito e tinha irmãos pequenos, tive que parar meus estudos para ajudar minha mãe (JOSE MONTEIRO, ENTREVISTA, 2013).

Quanto não teve mais escola aqui para eu estudar tive que ir para outra comunidade ia e vinha todos os dias e reclamava. Minha vó que na época era viva comprou até uma bicicleta pra mim. Mas era longe, debaixo do sol quente [...] eu desistir de ir (MARIA DA PAZ, ENTREVISTA , 2013).

Estudei ate a 4ª serie, parei porque eu logo procurei marido e ai não deu mais para dar continuidade. Mas casei e ai já viu (MARINES. ENTREVISTA , 2013)

Eu parei de estudar porque tinha que trabalhar para ajudar a família. Estudei ate a 7ª serie [...] estava parado tinha 2 anos (NIVALDO, ENTREVISTA , 2013)

Eu tive que trabalhar por motivos financeiros. Estudei até a 6ª série. Estava parado tinha 4 anos (OZIAS, ENTREVISTA , 2013).

As falas acima **afirmam** 1) As condições materiais de sobrevivência da família econômica e a distancia da escola fazem os jovens e as criação parem de estudar; 2) As ausências de escola nos níveis 2º ciclo do fundamental e do ensino médio para dar continuidade em seus estudos e **negam** 1) a dificuldade de aprender; e 2) Desinteresse pela escola.

Como podemos observar a questão do trabalho é a justificativa mais recorrente dos jovens para abandonarem seus estudos. Neste contexto identificamos na dimensão dos **valores** uma avaliação negativa tanto nas condições econômicas de seu núcleo familiar, quanto nas ausências de escolas no campo que levam a resignação dos jovens em sua opção em lagar estudos para ajudar a família. Neste sentido os **valores** impressos nas falas dos jovens revelam que o núcleo familiar ganha maior importância do que sua individualidade **afirmando** a forte marca das relações parentais e das lutas coletivas presente na história das resistências do campo no Município de Bragantino.

Como vimos anteriormente a estrutura organizacional dos jovens entrevistados tem um papel fundamental na permanência dos jovens entrevistados na comunidade de suas famílias, sendo a organização produtiva o principal motor de sua conformação. E mesmo nos papéis de ajudantes da atividade produtiva essa dinâmica contribui com dinâmica produtiva de suas existências.

Desta forma apoiada nos estudos de Durston (1996) inferimos que é preciso refletir e diferenciar as situações nas quais os jovens do campo apresentam como escolhas ou como resultados das condições de materialidade de suas existências, bem como, analisar o papel da organização familiar para a opção do jovem em permanecer ou não no campo, em permanecer ou não nas atividades profissionais da agricultura.

E) - O LUGAR DO JOVEM NA DINAMICA SOCIAL E CULTURA DO CAMPO

Ao considerar a dinâmica social e cultural dos jovens entrevistados identificamos que não há nessas comunidades espaços destinados à juventude, as participações sociais dos jovens entrevistados se configuram em espaços que envolvem a vida cultural e política da própria comunidade como um todo.

Entre as formas de participação organizações sociais existentes no campo, identificamos que 2 (dois) jovens antes do Programa eram filiados no Sindicato dos Trabalhadores rurais, 1 (um) participava da Associação da própria comunidade, 2

(dois) eram coordenadores da igreja católica e 1 (um) era membro da Igreja Evangélica e 3 (três) disseram que não participavam de nenhuma organização.

Nas falas abaixo podemos observar que os jovens **afirmam**: a) que as associações e sindicatos estão vinculados principalmente à dimensão econômica; b) o endividamento do pequeno agricultor; c) a projeção de nacional do sindicato; d) a igreja como forma de organização social pautada na lógica das relações parentais:

Nós não participamos de nenhuma associação. Uma vez meu pai se meteu em uma. Ai pegou dinheiro, não deu para muita coisa não, não pagou, não é bom não (CHARLES, ENTREVISTA, 2013).

Eu sou filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tem que pensar na aposentadoria né? É mais fácil (ADERSON, ENTREVISTA, 2013)

Eu já fui secretaria de juventude pelo sindicato, fui até Brasília, foi muito legal (MARINES, ENTREVISTA, 2013).

Como coordenador de comunidade da minha igreja, lá agente reúne pra rezar e para fazer alguma na comunidade quando precisa. Agente conversa com os jovens pra não se perder. Tem muito jovem que se perde [...] fica aí, faz coisa que não presta [...] usa droga. Agente faz isso também ajuda o jovem (EUCLIDES, ENTREVISTA, 2013).

Entretanto, eles **negam**: a) os processos de financiamento articulados pelas associações; b) a relação do sindicato e das associações nas dinâmicas sociais da comunidade. Desta forma é preciso considerar na dimensão dos **valores** que a dinâmica das relações de parentesco tem se confirmado como a mais intensa forma de organização dos jovens entrevistados, os processos que envolvem a formação de associações e cooperativas trazem nas falas dos jovens os processos de endividamento financeiros que terminam por desacreditar essas formas de organizações.

Desta forma podemos dizer que se na dinâmica da ajuda mútua, nas dinâmicas das práticas comunitárias, que envolve as atividades produtivas do o núcleo familiar como: derrubar, queimar, plantar, é no espaço da igreja que esta prática ganha uma dimensão mais ampliada e redirecionadas nas atividades voltadas para o bem comum e coletivo (construção ou manutenção de estradas, das

igrejas, do campo de futebol) envolvem um número bem maior incluindo os vizinhos. Ressaltamos que neste caso, na participação do conjunto das famílias é esperada: os homens para os trabalhos mais duros, as crianças e as mulheres para distribuição de água e preparo dos alimentos, ou seja, divisão social do trabalho por idade e sexo se mantém.

Ao analisarmos a dimensão cultural dos jovens identificamos a forte religiosidade cristã católica, expressas nas inúmeras festas e celebrações entre elas Novenas e a esmolação de São Benedito⁷².

Assim, no universo sociocultural das comunidades dos jovens todo o núcleo familiar se prepara para receber os esmoleiros e os membros da comunidade e alguns casos de se preparam para irem às comunidades vizinhas para a louvação ao santo preto.

Além das festas religiosas identificamos que os jovens também participam dos festejos relacionados à produção como: Festival da Farinhada em São Francisco dos Gonzagas e Festival da Feijoada em Santo Antonio dos Monteiros. Estes festivais transitam nas heranças culturais de comemorações das colheitas realizadas Principalmente pelas populações tradicionais com os tons da modernidade com grandes aparelhagens.

Neste sentido podemos inferir que cada comunidade possui um ciclo anual de festas que, ligadas a manifestações culturais, funcionam como momentos integradores da comunidade como um todo.

O lazer é revelado como parte dos modos de vida, mas situado fundamentalmente nos finais de semana. O futebol é apontado como a principal fonte de lazer representado pelo jovem como uma forma de lazer que envolve toda a

⁷² O louvor a São Bendito o “Santo Preto” ao mesmo tempo em que marca a identidade da religiosidade bragantina em torno de Santo da Igreja católica associados às tradições e ritmos africanos (MAEUS, 2005), (FERNANDES, 2011) representa simbolicamente pela religiosidade a própria biodiversidade dos sujeitos do campo, por meio das três figuras do São Benedito que sai para esmolação: São Benedito da Praia, São Benedito dos Campos e São Benedito da Colônia.

família inclusive em dinâmicas intercomunidades, com torneios organizados tanto entre as comunidades, quanto pelo Poder público municipal. Secundariamente aparecem as festas e os banhos nos igarapés.

Diante deste lugar e da condição de vida da juventude do campo podemos dizer que as contradições que formam os sujeitos do campo na região bragantina produzem uma invisibilização dos jovens como sujeitos sociais. Para além das próprias condições históricas e estruturais das unidades produtivas (ausência de fronteiras/divisão dos lotes com os filhos) que ao longo do tempo vem reduzindo as possibilidades de trabalho da própria agricultura, existe ainda no campo uma enorme diversidade de jovens que possuem um lugar limitado de ajudante terra para trabalhar e sem oportunidade sua escolarização e sua formação profissional.

Neste sentido o desafio de uma proposta de inclusão social, mais do que pensar o pertencimento do jovem nos espaços do campo é imprescindível que se potencialize alternativas de geração de trabalho e renda para os jovens em atividades agrícolas, para que os mesmo tenham a possibilidade de acesso aos bens matérias/culturais/educacionais produzidos na contemporaneidade, ou seja, alternativas que possam ir para além da esfera do trabalho e permitam também o alcance outras esferas da vida social sem que esse jovem precise deixar o campo.

5.2 - A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS JOVENS EGRESSOS DO PROGRAMA PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA SOBRE A CONDIÇÃO JUVENIL DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA.

Esta fase de nosso estudo permitiu-nos caracterizar as representações sociais dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, sobre a sua condição juvenil no campo antes e depois do Programa, destacando, conforme já mencionamos no percurso metodológico deste estudo, as objetivações e as ancoragens nos processos formadores dessas representações.

Ao inscrevermos as Representações do jovem egresso do Programa sobre a condição do jovem do campo no Município de Bragança, no limiar entre as condições materiais e as subjetividades geradas pelos jovens egressos do Programa saberes da Terra, temos consciência da complexidade que se apresenta para o nosso processo de análise, visto que sua materialidade se configura em nossa capacidade de percebermos que o universo simbólico não se constitui numa dimensão separada da vida social.

Como sugere Jodelet (1998), é no encontro público, nas relações de comunicações que se constroem as representações que expressam tanto a resistência a mudanças, quanto as sementes lançadas da própria mudança. Conforme identificamos na poesia de José Monteiro, o PROJOVEM Campo foi prenúncio de mudanças de melhores dias em sua condição de vida e produção:

Peço atenção de vocês colegas e companheiros
Sou do Saberes da Terra mais não trago bom roteiro
Eu vou contar pra vocês como é que funciona o ecossistema dos Monteiros
Tinha floresta nativa há trinta anos atrás
O povo só destruía, de cuidar não era capaz
Pois a floresta querida, o sonho da minha vida
Hoje não existe mais

O rio era gigantesco, tinha grande extensão,
devido o desmatamento, houve a modificação.
Um povo sem consciência se não tomar providência,
o lugar vira sertão.

Agora fiquem atentos pois vou falar com clareza
 O povo faz coisa errada sem menor delicadeza
 O lixo que foi juntado não teve nenhum cuidado
 Foi parar na natureza

Teve muita diferença o ecossistema de lá,
 devido a transformação não sei como comparar.
 Pantanal ou caatinga se é cerrado ou restinga, nem sei identificar.

A situação está grave, já tive dias melhores
 Trabalho até a noitinha e chego a banhar de suor,
 mas o ProJovem Campo – Saberes da Terra trará dias melhores.
 (Atividade de Português de Jose Monteiro ex aluno do PROJOVEM)

Neste sentido, é que reafirmamos que a experiência vivida no Programa se constituiu como palco de partilhas, vivências, interações sociais constituidoras de representações sociais, que (re)organizam e orientaram os egressos do programa tanto a manter quanto a transformar realidades.

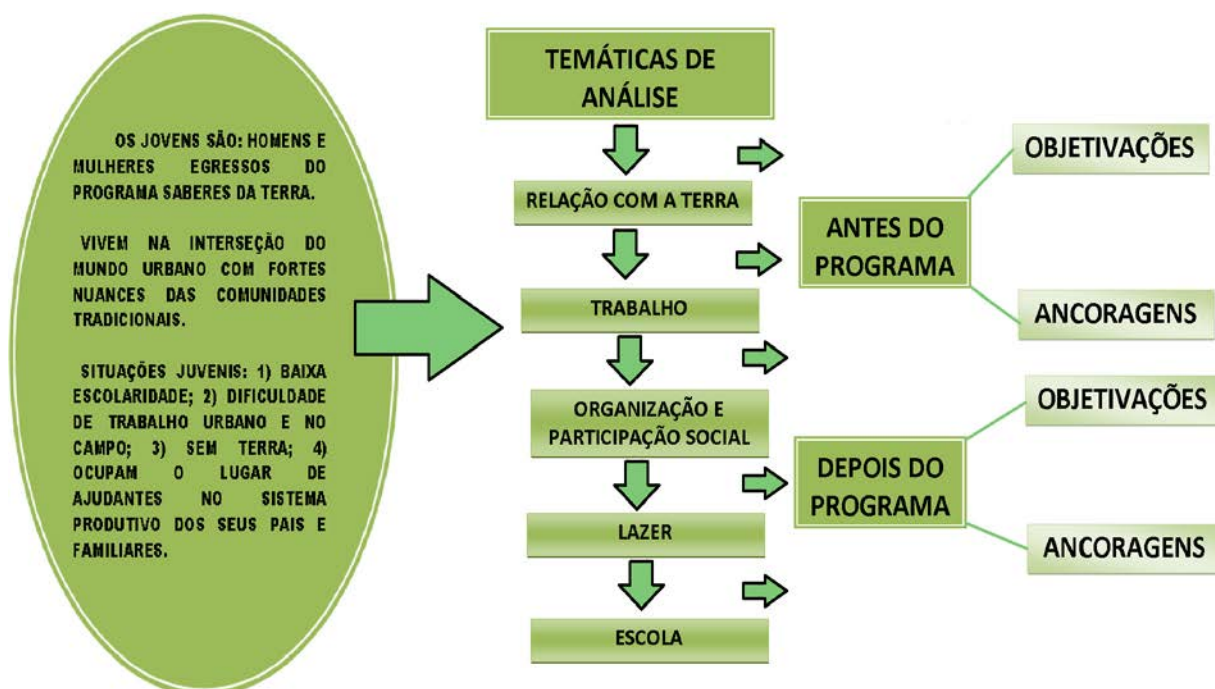
No caso de nosso estudo, a realidade da condição juvenil dos jovens do campo do Município de Bragança é marcada, de acordo com a análise da primeira dimensão:

- 1) Por aspectos sociais, econômicos e culturais complexo, ora apresenta fortes marcas do mundo urbano, ora apresenta fortes nuances das suas comunidades tradicionais. Essa complexidade no contexto se reflete na condição dos jovens que se encontram, por vezes, divididos entre os valores do urbano e do campo, entre o projeto individual e o familiar e entre as vantagens e desvantagens de sair ou permanecer no campo;
- 2) Pela relação dialética entre exclusão e inclusão, que se desenvolveu na região bragantina e que constituiu o processo de construção histórica e cultural dos sujeitos do campo. Tais marcas não tornam menos complexa a diversidade desses sujeitos. Ao contrário, como vimos na primeira dimensão deste estudo, as subjetividades da exclusão social da juventude do campo são ancoradas: 1) pelas dificuldades enfrentadas em relação ao trabalho - seja na forma da produção no campo [trabalho pesado, baixa

tecnologia, sem retorno econômico] seja pela impossibilidade de garantir a manutenção da família, tanto pelo trabalho urbano; 2) pelo lugar que estes jovens ocupam no processo de organização familiar – relações de parentesco] ajudantes e sem terra; 3) baixa escolarização;

A análise sobre as marcas e significados da condição juvenil em Bragança, palco de construções das representações dos jovens participantes de nosso estudo sobre a condição juvenil do campo em Bragança, permitiu-nos estabelecer duas premissas: a primeira é que no processo de transformação do campo tudo está mudando, mas nada mudou completamente, pois como nos diz Molina (2002), o território cultural do campo guarda marcas de contradições emergentes da luta pelo modelo de desenvolvimento de campo que se quer construir; a segunda premissa é que as negociações dos sentidos e imagens dos jovens (homens e mulheres) sobre sua relação com a terra, com o trabalho, com a sua forma de organização e participação social, com o seu lazer e com a escola dão os contornos e limites das possibilidades da condição juvenil no campo, conforme apresentamos na figura 21 abaixo:

FIGURA 21 – LÓGICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS



FONTE ELABORADO PELA AUTORA DESTE ESTUDO 2014

Desta forma, seguindo a orientação de Nascimento (2014), consideramos a experiência vivida no Programa e reconhecemos a possibilidade de diversas racionalidades, que nos colocam diante da necessidade de entender que as diferenças no campo simbólico dos jovens egressos sobre as temáticas de análise quais sejam: relação com a terra, relação com o trabalho, com a organização e participação social, com o lazer e com a escola, reconstroem-se e transformam-se no próprio fenômeno que a constituiu, na dinâmica da própria vivência dos jovens.

Nesta lógica de pensamento, as representações sociais se constituem em um contexto compromissado com saberes que surgem da partilha de um grupo, para orientar as práticas dos sujeitos pertencentes a ele. Este processo dinâmico é analisado a partir da imagem mental correspondente à objetivação (Ideia Central) e o significante corresponde ao sentido atribuído pelo grupo que confere (Ancoragens) ao objeto o estatuto de realidade (MOSCOVICI, 2009, p.58). Assim, utilizamos os sentidos manifestos no grupo focal para a identificação das objetivações e das ancoragens, no sentido de compreender as tessituras que dão corpo às representações sociais inscritas pelos jovens participantes deste estudo, sobre a condição juvenil no campo a partir da experiência vivida no Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra no Município de Bragança

A opção em destacar as objetivações e ancoragens que constituem as RS, sobre a condição juvenil do campo do jovem egresso do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, significou, inicialmente, que estávamos partindo do pressuposto de que existem especificidades de ordem social, histórica, econômica e cultural, que explicam o sentido atribuído às representações que os jovens construíram. Assim, os olhares iniciais para o cenário no qual o jovem encontra-se imerso, apresentados anteriormente, foram cruciais para apurar os meus sentidos a captar as questões que caracterizam a representação da condição juvenil dos jovens egressos do Programa no Município de Bragança. Desta forma procuramos perceber, a partir da fala destes jovens, como é a condição juvenil do campo neste Município, estabelecendo a relação de antes e depois do Programa.

Para tanto, utilizamos o procedimento analítico, com base no exame do discurso do sujeito coletivo proposto por Lefreve (2005). Portanto essa ação de

análise se dividiu em duas 2 fases: na primeira etapa extraímos, a partir das unidades de sentido, a Ideia Central (objetivações), que nos permitiu elaborar as temáticas de análise; e na segunda etapa (re) constituímos a corporificação das teias sequenciais dos discursos das ancoragens, ou seja, as afirmações, negações e valores que justificam e sustentam os argumentos, conforme detalhamos em nosso percurso metodológico.

Abaixo, para ilustração, apresentamos no quadro 17, a primeira etapa deste processo, referente às Ideias centrais e às temáticas analíticas que passaram a compor as representações sociais dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, sobre a condição juvenil no campo.

QUADRO 17 - TEMÁTICAS DE ANÁLISE, IDEIAS CENTRAIS E AS ANCORAGENS

TEMÁTICA DE ANÁLISE	TEMPO DE CONSTRUÇÃO DAS RS EM RELAÇÃO AO PROJOVEM	IDEIA CENTRAL (OBJETIVAÇÕES)	ANCORAGENS
1- RELAÇÃO COM A TERRA	ANTES	1. Afeto negativo: Sentimento de inferioridade	1. Jovem rural; 2. Trabalhava sem conhecimento; 3. Tinha dificuldades; 4. Prática agrícola sem respeito com a natureza.
	DEPOIS	1. Afeto positivo: autoconfiança e potencial transformador	1. Jovem do campo; 2. Acredita conhecimento para Trabalhar no campo; 3. Passou a ter perspectiva de crescimento; 4. Passou a ser responsável, trabalhador; 5. Passou a ser ouvido pelo grupo familiar; 6. Passou a acreditar que pode contribuir para melhoria da produção no campo;

2- TRABALHO DO CAMPO	ANTES	1.Trabalho desumano; 2. Trabalhos não agrícolas como complemento de renda	1. Sem futuro calvário; 2. Sem conhecimento; 3. Sem preocupação com o meio ambiente; 4. Incapacidade de auto sustento; 5. Condição da mulher no trabalho diferente dos homens;
	DEPOIS	1. Trabalho do agricultor pode ser viável; 2. Trabalho não agrícola, mas no campo como possibilidade de vida	1. Precisa de conhecimento; 2. Precisa ser Diversificado; 3. Requer financiamento; 4. Técnico Agropecuário ou Professor na área agrária.
1. 3- ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE	ANTES	1. Resistência às formas de organização sindical e ou de classe. 2. Aceitação a organização comunitária e de parentesco 3. Vivência predominante das praticas comunitárias dos Pais	1. Endividamento dos pais; 2. Sindicatos irregulares; 3. reafirmação dos laços de parentesco
	DEPOIS	1.Reafirmação das Práticas comunitárias	1. O jovem vai as reuniões, mas não se filia; 2. O jovem participa dos movimentos ligados a práticas comunitárias- movimentos religiosos;
2. 4- LAZER	ANTES	1-lazer como prioridade;	1. Quando o jovem não tem força de vontade e abandona o estudo em função do futebol;
	DEPOIS	1. Lazer assume um plano	1. Resistir ao futebol para ter formação;

		secundário nas prioridades dos jovens; 2. Reafirma o lazer como atividade familiar e coletiva;	2. O futebol é coisa de família; 3. Não se brinca todo final de semana;
1. 5- ESCOLA	ANTES	1. Espaço de outros ;	1. Busca do conhecimento interrompido (ausência de escola e pela necessidade de trabalho)
	DEPOIS	1. Escola diferente 2. Conquista para novos espaços e novas oportunidades para se tornar mais ser humano	1. O conhecimento escolar possibilitou o respeito a natureza; 2. Trabalha a realidade do campo; 3. Mudou seu comportamento; 4. Deu conhecimento para melhorar a produção; 5. Deu oportunidade de ingressar no ensino médio profissionalizante;

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA DESTA TESE (2014).

A seguir, abordaremos cada uma das Ideias Centrais das unidades de sentidos, identificando as ancoragens que justificam seus argumentos nos processos de negociações emergentes dos discursos, que revelam a partilha de saberes. Eles simbolizam as interações que compõem a dinâmica de um grupo. Interações de sentidos, que por um lado mostra-se manifesta no discurso e por outro comparece latente, encoberta e entrelaçada entre as demais temáticas. Ela só se revela se compreendermos as entrelinhas do discurso que se entrelaçam em mais de uma temática.

A) TEMÁTICA 1- RELAÇÃO COM A TERRA

Esta temática reúne os sentidos que estabelecem a relação dos jovens participantes deste estudo e sua relação com a terra, o que nos permitirá estabelecer os seus afetos com a vida no campo. Dentre eles destacamos a **negação** do conhecimento e da prática produtiva usados em seu núcleo familiar; os

significados contidos nesta unidade de sentidos ancoram-se na difícil condição de trabalho que lhes proporcionavam poucas possibilidades de existência, conforme percebermos nas falas abaixo:

Antes eu era um jovem rural que trabalhava, mas não tinha conhecimento da agricultura. Mas depois de ter buscado esse aprendizado passei a ser um jovem do campo que tem o conhecimento dentro da agricultura, com mais objetivo na produção (NIVALDO, GRUPO FOCAL,2013).

Minha vida antes do PROJOVEM era boa, mas tinha uma grande dificuldade, não tinha bons conhecimentos. Hoje mudou muitas coisas porque hoje estou estudando e com os meus conhecimentos só tenho a crescer (MARINES, GRUPO FOCAL,2013).

Eu era um agricultor sem conhecimento e sem respeito com a natureza. Hoje com o conhecimento e a educação que tenho posso falar com certeza que me transformei em um homem dedicado responsável e trabalhador (OZIAS, GRUPO FOCAL,2013).

Minha vida era sofrida em termo de trabalho. Na minha percepção mudou a minha maneira de dialogar com as pessoas e a forma de olhar a natureza. Percebo uma natureza sofrida que precisa de cuidados (JOSÉ MONTEIRO, GRUPO FOCAL,2013)

Antes do PROJOVEM eu achava que o nosso trabalho não tinha resultado. Hoje eu sei que devemos ter cuidado com o meio ambiente (CHARLES, GRUPO FOCAL,2013).

O significado contido nos argumentos acima é de que a vida no campo, de trabalho sem conhecimento, de dificuldades e de práticas agrícolas sem respeito com a natureza são elementos caracterizados de diferença entre jovem rural e jovem do campo.

Essa representação transita no confronto entre as representações históricas construídas acerca das Populações Tradicionais em suas diferentes formas, desde a época da colonização da região bragantina, que como nos diz Siqueira (2007), são estereotipadas como conservadora, velha e ultrapassada que desqualificam a forma de produção agrícola familiar ao colocá-la como empecilho ao progresso, à industrialização, à modernização e, entre, as marcas dos discursos do projeto popular de desenvolvimento do campo, que apontam a necessidade de pensá-lo por

meio de práticas sustentáveis e com preocupação com a soberania alimentar⁷³ (CALDART 2009).

Ao apresentarem na ideia de atraso (paradigma da crise de crescimento limitado) ao mesmo tempo em que reforçam o conhecimento que pode alterar o desenvolvimento dos seus sistemas produtivos articulado às dimensões ambientais “*Hoje eu sei que devemos ter cuidado com o meio ambiente (CHARLES)*”, e as dimensões humanas “*Na minha percepção mudou a minha maneira de dialogar com as pessoas e a forma de olhar a natureza (JOSE MONTEIRO)*”, percebemos no confronto dos **valores antes e depois do programa**, que os jovens egressos questionam-se sobre essas questões em suas práticas cotidianas, o que poderá levar a uma nova configuração da sua condição juvenil nesta região.

Neste processo, o afeto construído em relação ao campo se modifica a partir de uma relação positiva, na dinâmica em que aos jovens declara em suas falas, como jovens do campo contrapondo-se a jovem rural.

Em nossa análise percebemos esse movimento como dialético, que caracteriza a própria problemática da educação do campo hoje, ou seja, constituir-se como uma proposta contra hegemônica de educação, dentro das contradições do sistema capitalista, pois uma vez à frente de uma nova possibilidade de garantia dos seus direitos, dentro dos seus sistemas produtivos, o tecido social fornece elementos capazes de atuar visando à reversão das representações negativas que marcam as identidades dos jovens do campo na região bragantina, na medida em que esses jovens reconfiguram a sua relação com a terra, a partir de valores positivos pautados na construção de uma possibilidade viável de vida no campo.

Essa afirmação é delineada pelo Movimento da Educação do campo, ao inserir a escola no debate de que são insuficientes as condições dadas no sistema de organização social atual, para viabilizar qualquer possibilidade de emancipação humana ou social dos sujeitos do campo (MUNARIN, 2009; MOLINA, 2003).

⁷³ Segurança alimentar é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem (DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, p. 714, 2012).

No campo das Representações Sociais, podemos inferir que estes jovens egressos do programa imersos nas relações educativas do confronto de saberes, construíram sentidos e significados que ressignificaram o modo de se definirem como jovens do campo. Este movimento passou tanto pelo processo de reconhecimento social, ou seja, pela aceitação do outro, no caso seu núcleo familiar e sua própria comunidade, quanto pela negação das representações hegemônicas de ser e de se fazer jovens do campo.

Retomando a compreensão de Arroyo (2003), de que os jovens participantes desse estudo, ao problematizarem a sua condição juvenil do campo, negam para si as formas de se fazer jovem rural, apontando as ausências de possibilidades dos outros jovens de sua comunidade. Para tanto, em seus argumentos, eles utilizaram como parâmetro enquanto jovens que passaram a ter, por meio do Programa, possibilidade de modificar sua condição juvenil.

Assim, no processo de construção da representação sobre a condição juvenil do campo em Bragança, os jovens egressos do programa **afirmam** que os outros jovens: 1) não possuem a curiosidade ou vontade em discutir o futuro; 2) não têm a preocupação ambiental; 3) possuem dependência da família; 4) sentem-se inferiores; 5) não tem e não acreditam na possibilidade de ampliar seu nível de escolarização. Conforme demonstramos a seguir:

Eu fico muito triste porque muitos jovens não tiveram a oportunidade que nós tivemos (BENEDITO, GRUPO FOCAL, 2013).

Os jovens na minha comunidade não demonstram nenhum tipo de curiosidade ou vontade para um assunto que vem no futuro garantir o bem estar de cada um (OZIAS, GRUPO FOCAL, 2013).

Infelizmente eles não pensam assim, acho que não conseguiriam viver longe da família (CHARLES, GRUPO FOCAL, 2013)

Os jovens que não participam do PROGRAMA continuam se sentindo inferior como eu me sentia e por isso não fazem nada (JOSE MONTEIRO, GRUPO FOCAL, 2013)

Uma pessoa que não tem oportunidade de entrar para a Universidade. Os jovens da minha comunidade pensavam que eu

estava estudando em vão, que esse estudo não ia mudar meu futuro, estava perdendo tempo. Só que eu não liguei para o que eles falavam. Eu fui à frente aos meus estudos (ADERSON, GRUPO FOCAL, 2013).

Em contraposição ao modelo de jovem rural como “sujeito inferior” (sem oportunidade, sem emancipação familiar e sem perspectiva futura), legitimado pelas condições históricas, socioculturais e econômicas do campo no Município de Bragança, as formas pelas quais os jovens egressos do programa passaram a se definir (sujeito de conhecimento e com responsabilidade agro ecológica) nos mostra as perspectivas de mudança de representação da juventude do campo em relação ao seu pertencimento na realidade do campo. Parafraseando Munarim (2009)⁷⁴ na contramão do movimento de quem estuda para sair do campo, esses jovens ao estudarem, no processo educativo diferenciado do Programa, se firmam como jovens do campo.

Esta rede de sentidos confirmam os resultados dos estudos de Castro (2012, P. 12) sobre juventude do campo, quando defende a tese de que *“sair do campo é uma condição e não necessariamente uma ausência de vínculos ”*. No caso de nosso estudo significa dizer que o sentimento de pertencimento dos jovens no campo, fragilizado nas ausências do Estado, legitimou o “estigma” de incapaz que os imobilizam e se fortalece quando outras condições foram oferecidas aos jovens. Neste caso, novas imagens de ser jovem do campo foram construídas, quais sejam: equilibrado; filho de agricultor e estudante; pai, agricultor, estudante, com direito ao conhecimento; com autonomia em relação à família; demarcam diferenças entre o jovem rural e o jovem do campo, conforme destacamos nas falas abaixo:

Hoje me vejo como um jovem equilibrado porque antes eu não tinha a visão que tinha hoje (BENEDITO, GRUPO FOCAL, 2013)

Eu me identifico como uma pessoa ótima porque para uma filha de agricultor chegar a onde cheguei nos estudos não é fácil (MARINES, GRUPO FOCAL, 2013).

⁷⁴ Texto retirado da revista Paidéia do curso de pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FUMEC. –Ano 6, nº 7 (jul/dez. 2009)-. - Belo Horizonte: Universidade Fumec, 2009.

Me vejo como pai, agricultor, estudante e com um conhecimento que nunca sonhei em ter, para falar a verdade, bem poucos na minha comunidade sonharam ter. (OZIAS, GRUPO FOCAL, 2013).

Muitos jovens não pensam no cuidado com o meio ambiente como eu. Infelizmente eles não pensam assim acho que não conseguiriam se manter longe da família (CHARLES, GRUPO FOCAL, 2013)

Eu me identifico como uma pessoa que luta pelo seu espaço na sociedade, por que antes eu me sentia inferior ao social é isso que acontece com os outros jovens não lutam por que ainda se sentem inferiores (JOSE MONTEIRO, GRUPO FOCAL, 2013).

Eu me vejo diferente dos demais jovens da minha comunidade por eles falavam que eu estava perdendo tempo. Que esse curso era em vão e que meu futuro ia ser igual ao deles. Só que não liguei para o que eles falavam e fui à frente dos meus estudos (ADERSON, GRUPO FOCAL, 2013).

Eu me identifico como estudante, filho de agricultor em busca de conhecimento para a minha família (NIVALDO, GRUPO FOCAL, 2013).

Nesta reconfiguração de imagem três sentidos nos parecem centrais: 1) O primeiro é que se antes do programa não havia interesse pelos jovens em discutir perspectiva de futuro, agora o futuro passa a ser a referência da identificação do jovem que luta pelo espaço na sociedade e que rompe com o imobilismo histórico que aprisionava o jovem; 2) O segundo é que se antes o jovem se sentia inferior e agora eles passaram acreditar em si e resgataram uma capacidade inerente ao ser humano que é sonhar e acreditar que é possível não apenas adquirir conhecimento, mas também que são capazes de buscar novos saberes para a suas famílias; 3) e o terceiro é que se antes o jovem possuía uma relação de dependência com a família, agora ele assume um papel de potencial transformador na própria unidade familiar, assumindo com isso, outro lugar nas relações do seu núcleo familiar, quebrando com isso o peso da autoridade paterna.

A representação da juventude do campo sobre Ser Jovem do Campo é analisada por nós como uma condição ainda em construção, como nos diz Paulo

Freire (1983) um sujeito inacabado⁷⁵ que é capaz de se recriar e se reconhecer como sujeito em mudança tanto no modo de falar, quanto na sua capacidade de pensar e refletir o seu mundo, como descrevem os próprios jovens nas falas abaixo:

Mudou minha forma de falar (BENEDITO, GRUPO FOCAL, 2013)

Tudo mudou desde o primeiro dia de aula. Pensava que eu nunca iria ter uma chance como essa. A diferença é que muitos jovens que não sabiam o valor do estudo passaram a se espelhar em nós graças a esses estudos. Hoje estou muito feliz ((MARINES, GRUPO FOCAL, 2013).

Hoje eu tenho a consciência que a vida não para e que é com muita luta, dedicação e amor no que fazemos é que conseguimos vencer (OZIAS, GRUPO FOCAL, 2013).

Eu mudei minha forma de pensar, minhas atitudes nos conhecimentos adquiridos dentro e fora de aula. Todos na minha comunidade dizem que eu tinha melhorado como ser humano (OZIAS, GRUPO FOCAL, 2013).

Mudou os meus conhecimentos, hoje eu sei como trabalhar sem prejudicar o meio ambiente. Os jovens da minha comunidade passaram a me observar o meu esforço para estudar e o meu comportamento com técnicas que eu aprendi no programa (CHARLES, GRUPO FOCAL, 2013).

Eu mudei a maneira de enxergar a sociedade e de perceber o meio ambiente e como funciona os ecossistemas agrícolas ou agroecossistemas, hoje sou diferente dos outros jovens da comunidade porque eu tenho conhecimento científico e técnico e isso faz uma diferença muito grande (JOSE MONTEIRO, GRUPO FOCAL, 2013).

⁷⁵ O homem é inacabado e possui consciência de seu inacabamento, isso é importante para que ele se torne autônomo. Segundo Freire (2000, p.56), com a liberdade o ser humano foi transformando a vida em existência e o suporte em mundo. Para Freire (idem, p. 56), a experiência animal se dá no suporte, que é espaço restrito em que o animal é treinado, adestrado para caçar, defender-se, sobreviver, e é graças a esse suporte que os filhotes dependem de seus pais por menos tempo que as crianças. A explicação do comportamento animal se encontra muito mais na espécie do que no indivíduo. Eles não possuem liberdade, assim não criam um mundo para si, não são autônomos. Já o homem possui existência. "O domínio da existência é o domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores - domínio em que os seres humanos experimentam a dialética entre determinação e liberdade" (FREIRE, 1982, p. 66). É no domínio da existência que os homens se fazem autônomos. A partir da invenção da existência não foi mais possível ao homem existir sem assumir o seu direito e dever de decidir. Por isso, assumir a existência em sua totalidade é necessário para que o homem seja autônomo.

Enquanto inacabados, os jovens se sabem condicionados, mas a consciência mostra a possibilidade de ir além, de não ficar determinados. "Significa reconhecer que somos condicionados, mas não determinados" (FREIRE, 2000, p. 21). A construção da própria presença no mundo não se faz independente das forças sociais, mas se essa construção for determinada, não há autonomia. "Afinal, minha presença no mundo não é a de quem apenas se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História" (idem, p. 60). A presença no mundo de quem é sujeito da História é uma presença autônoma.

No campo dos **valores** podemos inferir que este lugar ao qual o jovem egresso do programa se projeta, como transformador de seu sistema produtivo, trás para o debate da juventude do campo no Município de Bragança questões que envolvem as relações de hierarquia social na qual o jovem é visto com sujeito em formação que não pode contribuir com o seu grupo social, ou seja, sujeitos incompletos, sem experiência e que, portanto, precisam ser regulados e encaminhados. (CASTRO, 2006)⁷⁶.

Em nossa análise, no caso dos Jovens egressos do Programa no Município de Bragança, na lógica do rompimento do modelo de jovem rural e da reordenação do lugar do jovem - que tem legitimado os jovens egressos do Programa como transformadores -, sustenta-se na medida em que jovens provam para si mesmos e para o seu núcleo familiar a viabilidade econômica dos seus sistemas produtivos. Como nos diz Paulo Freire (1983) o (camponês) descobre que tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura: renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história.

Essa relação que **afirma** a ruptura com a descrença da vida no campo dá aos jovens o lugar de transformadores da realidade do sistema produtivo, que se constitui numa teia de imagens e sentidos em que os jovens se projetam na realidade do campo, como contribuidores de suas comunidades, como técnicos, com

⁷⁶ Para Castro (2006) nas correlações de forças internas do jovem com os adultos no próprio movimento do MST, tem exigido um reordenamento no próprio Movimento, ou seja, no qual o jovem como ator político, rompe com a ideia de pessoas ainda em formação que não tem o que contribuir com o Movimento.

situações econômicas melhores e não como agricultores, como podemos observar nas falas abaixo:

Eu espero muita coisa boa, espero me formar e conseguir uma colocação em alguma secretaria para ajudar os agricultores com o meu conhecimento (BENEDITO, GRUPO FOCAL, 2013)

Espero concluir meus estudos e me formar para contribuir com a minha comunidade e com o meu município. Espero ter condições para que meus filhos possa estudar e ter um conhecimento mais profundo (MARINES, GRUPO FOCAL, 2013)

Espero continuar estudando para ser técnico e professor do Saberes da Terra e um dia falar para os filhos dos meus vizinhos e para toda região bragantina que já fui agricultor familiar como eles, mas que acreditei em minha capacidade e conseguir meus objetivos. (OZIAS, GRUPO FOCAL, 2013).

EU espero conseguir um emprego numa empresa. Quero ser técnico agrícola e trabalhar em Bragança ajudando as comunidades e ajudar a minha família (CHARLES, GRUPO FOCAL, 2013).

Eu espero melhorar de vida economicamente e poder contribuir com uma parcela de conhecimentos aos demais agricultores familiares como eu. Eu espero que meus filhos não se sintam passados no estudo como eu, hoje eu acredito no meu potencial, demorei acreditar e quanto mais cedo meus filhos acreditarem vai ser melhor para eles (JOSE MONTEIRO, GRUPO FOCAL, 2013).

Eu espero ser uma pessoa com mais conhecimentos técnicos sobre essa área e ter mais conhecimento para ajudar a minha família e ser um técnico bem informado (NIVALDO, GRUPO FOCAL, 2013).

Em nossa análise observamos que os jovens, ao considerarem a melhora de vida e qualidade de vida da família, associam a sua possível nova condição de ser técnico, ou seja, conseguir um emprego público ou privado. Estas **afirmativas** ancoram **valores** que os colocam em outro nível de relação com trabalho familiar: Assessoria técnica, e **negam** em sua projeção de vida a sucessão com o trabalho de agricultor no lote da família. Em síntese podemos dizer que os sentidos e significados impressos nas falas dos jovens nos apontam que estes jovens egressos do programa, ao se perceberem diferente dos outros jovens, projetam outro nível de pertencimento ao campo que não é o de agricultor do lote familiar.

É interessante observar que a representação de Jovem com potencial transformador está relacionada à mudança da visão de campo dos participantes da pesquisa, que por sua vez permitiu a mudança de lugar que estes Jovens ocupavam em suas famílias e nas suas comunidades, ou seja, de sujeitos dependentes economicamente para sujeitos que passam a ter um potencial, não apenas para sua emancipação econômica, mas também para contribuir com seus conhecimentos para melhoria de seus sistemas produtivos.

Essa relação entre ter potencial para emancipação econômica e para contribuir com a comunidade é destacada nas falas acima, dos jovens participantes deste estudo, na medida em que constroem reflexões sobre o seu futuro, tanto ao articularem sua perspectiva de projeção pessoal [*eu espero... ter conhecimentos, concluir estudos, ser técnico bem informado, melhorar economicamente*] quanto na perspectiva auxílio ao seu núcleo familiar e com a sua comunidade [*para..... ajudar minha família, para ajudar meus filhos a terem conhecimentos mais profundos, para que os filhos não se sintam passados no estudos, para contribuir com uma parcela de conhecimentos para os agricultores*].

Em nossa análise a perspectiva de articular a projeção pessoal [emancipação econômica] a projeção de potencial transformador [auxiliar como técnico no desenvolvimento do sistema produtivo do núcleo familiar e da comunidade] se configura na força das relações vivenciadas pela cultura que são as relações de parentescos (analisada no 1º capítulo) se mantém presente, mesmo de forma inconsciente, na reconfiguração dos jovens egressos do programa. O que nos leva a inferir que a imagem do Ser jovem vinculado ao campo, assume para os egressos do programa um lugar de igualdade em relação ao Ter, que segundo Martins (2009) são valores essenciais a uma sociedade que procura a solidariedade e não a competição os alicerces para as relações sociais.

Em síntese, a temática em análise revelou a imagem mental e sentidos correspondentes que os jovens participantes de nosso estudo possuem sobre a inscrição de jovem do campo. Ela evidencia que a condição juvenil é reconfigurada numa nova lógica de pertencimento com o potencial de emancipação econômica e

potencial transformador como espaço de mediação das mudanças do lugar do jovem na realidade do campo.

Outro elemento significativo em nosso estudo, em relação a esta temática analítica, é o lugar da mulher como trabalhadora no campo. Na construção dos sentidos e imagens identificamos uma série de fatores sociais, culturais e políticos que contribuíam para o quadro em que se desenha a marginalização das mulheres trabalhadoras na agricultura, na região bragantina.

Em primeiro lugar, a característica da sua inserção na atividade do núcleo familiar, que tende a se dar de maneira secundária em relação ao trabalho mais pesado do homem, como vimos na primeira dimensão, contribui para obscurecer essa condição de trabalhadora e, por conseguinte, desestimula a reivindicação de alterar o seu estatuto de ajudante para trabalhadora agrícola (MANESCHY, 2012⁷⁷).

Mesmo reconhecendo o papel das mulheres nas relações de parentesco, inferimos que no contexto de nosso estudo o trabalho do campo foi se firmando como espaço eminentemente masculino e suas formas de organização, por meio dos sindicatos, legitimaram a condição subalterna da mulher. Entretanto temos consciência de que hoje um conjunto de processos sociais inter-relacionados, que incluem a luta dos movimentos sociais das mulheres do campo⁷⁸ pela visibilidade do trabalho feminino, nas suas múltiplas dimensões de trabalho no campo, tem avançado no sentido de minimização das desigualdades sociais no campo.

Neste novo contexto de lutas pela visibilidade da condição feminina, estudos como o de Maneschy (In NEVES e MEDEIROS 2013), nos dizem que as construções socioculturais relativas a papéis e identidades de gênero continuam

⁷⁷ Maneschy (2012) ao analisar as condições de trabalho das mulheres pescadoras da região bragantina chama atenção para a legitimação da cultura patriarcal na divisão sexual do trabalho no campo nas legislações pré-Constituição de 1988, descrevendo que no trabalho rural, incluindo a pesca, a mulher era definida como dependente do cônjuge, a quem cabia o pleno gozo dos direitos sociais e previdenciários – aliás, já limitados em valor e abrangência da cobertura, pois nem se equiparavam aos que eram atribuídos aos trabalhadores urbanos em condição socioeconômica similar.

⁷⁸ Entre eles: a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (REDELAC), o Movimento de Mulheres Camponesas do Movimento- MMC, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR e o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense- MMNEPA.

incidindo das experiências de trabalho de mulheres e homens, especialmente, do peso dos valores pertinentes à divisão sexual do trabalho, dentro e fora da família, seja na sua forma direta nos sistemas produtivos e ou em suas formas indiretas vinculadas a reprodução familiar.

Em nossa análise na primeira dimensão relembramos que apenas duas mulheres das relações familiares dos jovens ganharam visibilidade e destaque na medida em que assumiram atividades que contribuíram para a reprodução do núcleo familiar. Na segunda seção deste estudo apresentamos as dificuldades de permanência das jovens no Programa, em virtude das condições femininas que envolvem o cuidado dos filhos e das relações de confiança do marido em permitir que as mesmas durmam fora de casa.

Na dinâmica dos processos de negociações que provocam as mudanças é preciso considerar que, das oito jovens que concluíram o programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, apenas duas continuaram seus estudos na formação Técnica Agrícola. Isto significa que a condição de obrigações familiares no trato dos filhos e do marido ainda se constitui como forte demarcador da condição de jovens egressas do Programa.

De uma forma geral, podemos dizer que a aquisição de conhecimentos agrícolas e de técnicas agroecológicas imprimem poucas mudanças nas condições juvenil feminina na realidade do campo do Município de Bragança, o que nos mostra a necessidade repensar formas de compatibilização entre trabalho e os ciclos da vida familiar, as múltiplas jornadas, que persistem como obstáculos à participação da mulher na vida pública como um todo.

Os estudos de Henn (2013) sobre a Agroecologia e relações de gênero em projeto societário vem ao encontro de nossas afirmações, ao analisar que as trabalhadoras ao não abandonarem suas atividades domésticas terminam por acrescentar mais trabalho para produzir e comercializar alguns dos produtos agrícolas, agroindustriais ou artesanais. Destacamos, entretanto, que o fato de atuarem como militantes políticas nas associações de mulheres camponesas lhes permite uma

relativa autonomia e mobilidade na ampliação de sua jornada de trabalho, no processo de resistência à invisibilidade feminina no campo.

Entretanto, no movimento de resistência das jovens que permaneceram no programa identificamos, dentro do próprio núcleo familiar, as tensões do lugar da mulher no sistema produtivo - de alguém que apenas ajudava para alguém que discute técnicas, formas de organização e a diversificação do sistema produtivo - se constituíram como palco de conflito e também de autoafirmação destas jovens mulheres, como podemos observar na fala abaixo:

No início, quando eu falava, ele (se referindo ao marido) não dava bola, era maior briga em casa, mas quando os professores vieram e olharam e analisaram o meu lote e disseram o que eu dizia ele começou a me ouvir. Eu consegui fazer ele plantar outras coisas, eu ajudei ele a pensar como organizar o nosso lote. Hoje como disse antes, agente já consegue viver com o que tira de lá (MARINES, GRUPO FOCAL, 2013)

Ao considerar que as jovens que permaneceram no programa passaram por estas formas de tensão, como descritas acima, podemos inferir que seus processos de reorganizações de sua condição juvenil feminina no campo assumem outras formas de rompimento, paralelas às rupturas das representações de juventude, que não tem relação com o campo ou, ainda, das representações do campo como espaço de atraso.

Ao fazer uso das análises de Maneschy (in NEVES E MEDEIROS 2013), podemos dizer que a associação das condições básicas, ou seja, de um processo educativo que as apoiem para a reivindicação da autonomia, geram condições, às jovens do programa, de alcançar nesse momento de suas vidas a relativização da centralidade da atribuição de provedor dos homens, o que não significa que tais jovens mulheres, explicitamente, tenham se engajado em demandas por deslocamentos de posições, redes e universos sociais que pressuponham descolamentos em relação à condição de esposa e ou a militância política sindical.

Em síntese podemos dizer que na rede de argumentos sobre a condição juvenil no campo em Bragança, a condição de esposa e agricultora não imobilizaram

aquelas jovens que permaneceram no programa. Salientamos que essas jovens mulheres se reconhecem em mobilidade social, transitando por espaços impensados antes do programa. O relato da jovem Marinês trás à tona a crença de que uma jovem, mulher, filha de agricultor e esposa possa estudar e, mais ainda, é capaz de aprender, estar em outros espaços como o IFPA buscando a sua formação em nível técnico agrícola.

B) TEMÁTICA 2 – TRABALHO

Esta temática agrupa os sentidos que os jovens possuem sobre o trabalho, em sua relação com a condição juvenil do campo. Eles revelam que os significados de trabalho do campo como difícil, sem conhecimento e sem retorno financeiro se configura a partir das experiências advindas de sua experiência prática, como ajudante dos pais. Por outro lado o trabalho agrícola como viável economicamente parte da experiência produtiva vivenciada nos lotes dos alunos sobre a orientação técnica durante o Programa que segundo os jovens permite melhorar a qualidade de vida dos sujeitos do campo, ou seja, melhorar na condição da produção requer formação do trabalhador - apropriação de técnicas vinculadas às preocupações agroecológicas.

Desse modo, esses jovens sustentam, a partir de suas falas, que a melhora na condição de trabalho e da produção é possível pela qualificação profissional, uma vez que com ela identificaram a diferença existente entre o agricultor atrasado e o agricultor que pode viver de seus sistemas produtivos, mesmo se tratando de uma representação construída pela vivência de projetos experimentais passa a dar ao Jovem um novo sentido em relação ao Trabalho.

Neste campo de simbólico as significações sobre o trabalho do campo antes do Programa correspondem às imagens de calvário, sem futuro, sem conhecimento e sem preocupação com o meio ambiente, como observamos nas falas dos jovens anteriormente, apontam as marcas de trabalhos desumanizados quais sejam: sem horário e baixa tecnologia *“trabalho até a noitinha e chego a banhar de suor (JOSE MONTEIRO)”*, ou ainda, com baixo retorno financeiro traduzindo na linguagem dos jovens *“ Antes do PROJOVEM eu achava que o nosso trabalho não tinha resultado*

(CHARLES) ". Após o Programa esta teia de significação é **negada** na reconfiguração de suas experiência pelas **afirmações**: a) da possibilidade econômica pela diversificação do sistema produtivo; 2) pelo conhecimento de técnicas inovadoras tanto de produção quanto de correção do solo; 3) pela capacidade do autossustento. Como podemos observar nas falas abaixo:

Antes do PROJOVEM nós produzíamos no lote a mandioca e o milho, depois do Programa eu tenho a ideia de diversificar mais a produção, mas eu estou continuando meus estudos aqui em Castanhal e não tenho tempo e nem recurso para trabalhar no lote, mas penso na agricultura mais diversificada (JOSE MONTEIRO, GRUPO FOCAL, 2013)

Antes do programa eram produzidos mandioca, feijão, milho e arroz. Eu continuo plantando as mesmas coisas, mas com técnicas inovadoras que aprendi no Saberes sem destruir o mato com as queimadas (CHARLES, GRUPO FOCAL, 2013).

Era produzida a mandioca, o milho. Hoje mudou porque o que eu produzia era de forma inadequada, ou seja, não tinha a preocupação com o meio ambiente. No momento o lote produtivo não é meu é da minha família. Porém pretendo comprar um, investir todos os meus conhecimentos técnicos para formar um sistema produtivo de base e modelo para o meu Município e, assim, ganhar e garantir o sustento básico para a minha família (OZIAS, GRUPO FOCAL, 2013).

Nós cultivamos mandioca, melancia, macaxeira, milho e arroz. Agora temos abacaxi, manga, açaí, abacate, laranja, caju tudo isso foi o que mudou porque hoje nós estamos tirando todo o nosso sustento da nossa propriedade. Se nós tivéssemos um financiamento eu poderia mudar muita coisa que ainda falta (MARINES, GRUPO FOCAL, 2013).

Antes era só banana, laranja, limão, açaí, capim. Hoje nós temos uma maior variação aprendi fazer viveiros de mudas e vendo para ajudar na família. Também passamos a ter horta e criar galinha. Hoje nossa alimentação é bem melhor não depende só de ter dinheiro para comprar, agente come o que produz (BENEDITO, GRUPO FOCAL, 2013).

O que era produzido no lote antes do PROGRAMA era mandioca, milho, arroz e feijão. Na minha visão o que mudou muito agora é que produzimos banana, maracujá, caju, cupuaçu, açaí, carambola, acerola, goiaba. Então eu quero ampliar meus conhecimentos como

técnico na produção agrícola para produzir mais (ADERSON, GRUPO FOCAL, 2013).

Antes do programa a família produzia mandioca, feijão, milho, arroz e outros tipos de legumes. Depois desse conhecimento mudou muita coisa. Não só na produção como no conhecimento sobre a agricultura, passamos a trabalhar de forma mais corretiva no nosso sistema produtivo. Eu desejo que meu lote tenha uma reforma na produção, que agente possa recuperar o solo e produzir mais no nosso sistema produtivo (NIVALDO, GRUPO FOCAL, 2013)

Na medida em que os jovens analisam de forma negativa o trabalho no campo nos processos desumanizadores e na baixa produtividade, podemos considerar que os **valores** de agricultura cultuados pelos discursos hegemônicos dos projetos de desenvolvimento agrícola no período da colonização, nos quais os trabalhos das populações tradicionais, em suas diferentes formas, eram representados como ultrapassados ou desqualificados, ainda se fazem presentes nos discursos dos jovens ao representarem as atividades agrícolas de seus núcleos familiares.

Entretanto, consideramos que os sentidos e imagens construídos vão ao encontro dos discursos da crise de crescimento na região bragantina - Huttienne (2002), quando apontam a condição de trabalho no campo como um problema social, sem qualidade de vida e sem preocupações com a manutenção da vida futura. Neste cenário, fortalece-se nos discursos dos jovens a necessidade de conhecimento para alterar a realidade do campo neste Município.

Porém, no processo de construção dessa representação os jovens participantes deste estudo nos apresentam dois elementos em seus discursos que ancoram os limites que **negam** o potencial de que as mudanças operadas nos seus sistemas produtivos tenham ultrapassado a experiência do PROJOVEM, quais sejam o **tempo** e o **recurso**.

O tempo está correlacionado à opção de continuar os estudos, ou seja, este jovem, egresso do PROJOVEM Campo Saberes da Terra, traz como marca da reconfiguração de sua condição de jovem sem oportunidades de estudo, para a condição de jovem estudante, que para garantir a elevação de sua escolaridade

abdica de sua condição de Trabalhador da agricultura para se firmar como jovem de conhecimento e de formação técnica em nível médio em outro Município.

Destacamos que para a maioria dos jovens esse processo de abdicar do trabalho de agricultor pode não se configurar como transitório, uma vez os jovens projetam para seu futuro o exercício da profissão de técnicos agrícolas, como funcionários públicos municipais ou de alguma empresa que preste serviço de orientação técnica aos pequenos agricultores, ou ainda, por terem sido absorvidos no programa PROJOVEM, como monitores de técnicas agrícolas para as novas turmas, projetam a ideia de serem professores.

Na dimensão do recurso é comum os jovens relatarem que este foi e continua sendo o grande impeditivo para ampliar os experimentos realizados nos projetos proporcionados pelo PROJOVEM Campo Saberes da Terra.

Neste sentido, no movimento de negociações de sentidos que compõe esta temática de análise, podemos inferir que a consciência, de outras formas humanizadora, do trabalho do agricultor no campo se constitui no processo de reconhecimento da viabilidade econômica do sistema produtivo de sua família, que possibilitou a reconstrução da relação deste jovem com o campo. No entanto, a ausência de recursos para efetivar as mudanças em seus sistemas produtivos e a possibilidade de elevar sua escolaridade em nível médio (técnico agropecuário) em outro município encontra-se na contramão e os submete à lógica de controle do Estado, que disponibiliza ou não esse financiamento, que disponibiliza a escola apenas em outro município, no caso, Castanhal, a 200 km de Bragança.

Diante desse cenário em que os jovens se dizem possuidores de conhecimentos que possibilitam mudanças significativas em seus sistemas produtivos, mas “sem recurso” e “sem tempo”, isso os remetem a uma nova relação de Trabalho no campo, ou seja, deixam de se pensar como sujeitos do campo com o trabalho de agricultor e passam a se projetar como sujeitos do campo como Técnico Agrícola ou Professor do próprio Programa Saberes. Em nossa análise significa para eles trabalhos que referenciam sujeitos do “continuum rural-urbano”.

C) TEMATICA 3- ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

Esta temática agrupa os sentidos que os jovens possuem sobre as resistências de organização sindical e de classe. Eles revelam que os significados transitam entre as experiências advindas dos pais, endividamento financeiro estabelecido por uma fragilização das ações dos sindicatos às necessidades de melhoria da produção e as forma de organização de praticas comunitárias vinculadas à rede de parentes apoiada pela ala progressista da igreja católica. Estas ancoragens de sentidos se vinculam à imagem de sindicatos irregulares. Desse modo, esses jovens sustentam a busca pelas formas de organização a partir de praticas comunitárias vinculadas às igrejas, uma vez que na dinâmica de seu cotidiano, com ela identificaram que a diferença existentes nos resultados sociais são maiores, mesmo que se trate de uma organização religiosa.

Na análise que nos propusemos nesta temática é preciso considerar que na teia de imagens e sentidos construídos identificamos que os discursos dos jovens ancoravam resistência à participação nos movimentos sociais, em virtude da representação negativa que se construiu sobre os sindicatos, em decorrência dos processos de endividamento dos pais, como nos revela a fala do participante deste estudo:

Nós não participamos de nenhuma associação, uma vez meu pai se meteu em uma. Ai pegou dinheiro, não deu para muita coisa não, não pagou, não é bom não (CHARLES, GRUPO FOCAL, 2013).

Estes discursos reafirmavam as condições históricas do processo de organização dos sujeitos do campo no Município de Bragança visto por autores como Hébette (1997), reafirmado por Conceição (2002), de que os sindicatos não tiveram o poder de mobilização política, restringindo-se à organização dos sistemas produtivos e econômicos.

Na perspectiva de análise desta temática, relembramos que na medida em que os jovens egressos do programa mostravam em seus discursos sentidos que negavam a sua relação com sindicato e das associações nas dinâmicas sociais da comunidade, reafirmavam o lugar das igrejas, principalmente a católica, a partir do

lugar de coordenador comunitário, como forma de mobilização das relações de parentesco, como nos falam Ozias e José Monteiro:

Eu passei a participar das reuniões, mas não me associei. Só vou lá e vejo como as coisas estão [...] Já fui até convidado para ser presidente, mas ela tá toda irregular, aí não aceitei não (OZIAS, GRUPO FOCAL, 2013)

Eu não sou filiado, mas continuo na coordenação das pastorais na minha comunidade é assim que participo (JOSE MONTEIRO, GRUPO FOCAL, 2013)

Na dinâmica que tenciona as representações existentes antes e após o programa podemos dizer que a participação e a vivência no PROJOVEM reafirmam as formas que os jovens viam os sindicatos e as associações. Em nossa análise o que modifica é o lugar que o jovem egresso passa a ocupar nesse processo, ou seja, antes a participação era dos pais, hoje esse jovem passa a ser convidado pelos representantes legais dessas organizações para participar de forma mais efetiva, como podemos observar:

Hoje o presidente da cooperativa me chama para conversar, ele pergunta o que eu acho, eu dou minhas ideias, isso é bacana, mas também, to igual ao Ozias não me associei não. (EUCLIDES, GRUPO FOCAL, 2013)

Diante desta teia de imagens e sentidos, compreendemos que as negociações em torno das alternativas de organização social dos jovens participantes deste estudo são marcadas pelas fragilidades de suas condições juvenis do campo [hoje, estes jovens se dizem com o conhecimento, entretanto, sem tempo e sem recurso para investimento, como vimos na temática anterior] e são elas que orientam valores possíveis, que legitimam resistência das formas de organização dos sindicatos e associações, em suas estratégias de assegurar a reprodução familiar.

Ao considerar os estudos de Hébette ⁷⁹(1997) sobre as formas de organização dos sujeitos do campo, podemos inferir que os jovens participantes da pesquisa se colocam a partir de suas representações em busca de estratégias de organização do próprio campo. Neste cenário, em que pese as ausências de organizações específicas da juventude para esses jovens, suas condições de sujeitos do campo se sobrepõe às necessidades de ser jovem. Como diz Hébette em sua análise:

[...] este trabalhador do campo teve de percorrer uma longa marcha, ao longo da qual se confrontou com modelos que o desvalorizaram e deslegitimam suas formas de ser e fazerem-se sujeitos do campo e que este processo ainda não terminou (1997, p, 10) .

Contraditoriamente é preciso reconhecer que, se em cada uma das etapas desse movimento de luta e resistência correspondeu a alguma mudança social, na qual o trabalhador do campo entrou como vítima e saiu dando um passo no sentido de sua libertação, por outro lado se tem ainda muito a avançar em direção à conquista e à afirmação coletiva de sua cidadania tanto como sujeito do campo, quanto como jovem do campo. Sem dúvida, terão de melhorar sua organização, ampliar a participação de sua categoria por meio da reconstrução de suas formas de organização para praticar plenamente a democracia interna e poder contribuir com a democratização.

D) TEMATICA 4 - O LAZER

Os sentidos quanto às experiências dos jovens sobre o Lazer estão articulados nesta temática. Entre essas experiências estão as seguintes imagens: a principal forma de lazer encontra-se correlacionada à atividade coletiva, onde se destaca o futebol; e o jovem responsável associa renúncias de lazer à “vontade” de conquistar objetivos.

⁷⁹ Ao analisar os processos de lutas e resistência dos trabalhadores na Amazônia paraense Herbett (1997), nos diz que o trabalhador do campo usou de estratégias diferentes para ocupar seu espaço de cidadão livre: as fugas dos índios, sua suposta inaptidão para o trabalho agrícola, a cabanagem, os quilombos dos escravos, que subsistem até hoje, as fugas dos seringueiros, as ocupações de terra na marra, as marchas e os Gritos da terra.

A imagem do futebol, como atividade de lazer da família, que já apresentamos na análise da primeira dimensão encontra-s ancorada: no envolvimento familiar, o comunitário e até mesmo intercomunitário, tanto masculino quanto feminino, como destaca a jovem deste estudo:

Acho que o nosso lazer é o futebol, é legal quando eles marcam o jogo com outras comunidades. Ai é uma festa, vai todo mundo, agente prepara a comida e passa o dia todo prá lá. Eles jogam e agente fica se divertindo, conhece gente, vê amigos, fica na torcida. Às vezes da até briga, tem muita rivalidade entre as comunidades nesses jogos (MARIA DA PAZ, GRUPO FOCAL, 2013)

Entretanto, os sentidos que os jovens atribuem a esta temática é de que as posturas de “renuncia” de tal prática de Lazer estão associadas à imagem de jovem responsável, que têm objetivos e que contribuíram para as mudanças do seu lugar na sociedade. Entre as falas que traduzem este sentido destacamos:

Nosso lazer é o futebol, só que o Programa fez agente ser mais responsável e não pensar só no futebol. Agente ainda brinca, é coisa de família só que não mais todo o final de semana. (CHARLES, GRUPO FOCAL, 2013)

Por outro lado, os jovens que não tiveram essa postura de “renúncia” ancoram os sentidos “*não tiveram força de vontade*” e na descrença de que a formação escolar pudesse contribuir “*este estudo não vai dar em nada*”. Como destacamos na fala abaixo:

Eu resisti, da minha comunidade eram dez contando comigo que participava do Saberes, mas eles não tiveram força de vontade. Eles queriam jogar e aí faltavam e aí já viu né? Eles diziam este estudo não vai dar em nada. Mas, eu acreditei (BENEDITO, GRUPO FOCAL, 2013)

Em síntese, os valores construídos quanto à opção de abrir mão do lazer para garantir a sua formação se configura nesta temática de análise, como indicador de que o lazer passa a ocupar um plano secundário na condição de vida desses jovens. Por outro lado, nesta temática, na medida em que a unidade de sentidos reafirma o lazer como uma atividade da família “*Agente ainda brinca, é coisa de família*” elas

nos colocam diante do não dito, de que a descrença de uma formação que não dá em nada não mobiliza aos demais jovens a renunciar. Neste sentido, inferimos que os elementos da aparente irresponsabilidade dos demais jovens, embora não sejam sujeitos da nossa análise, se constitui como consequência de suas vulnerabilidades sociais (escolas sem sentidos e sem perspectiva de vida).

E) TEMÁTICA 5 - ESCOLA

Os sentidos sobre a experiência escolar dos jovens estão articulados nesta temática como as experiências antes do Programa e no próprio Programa. Entre as experiências antes do Programa está a Ideia Central da escola como espaço de outros, ancorada nas seguintes imagens: a busca do conhecimento interrompida pela ausência ou distância da escola e pelo trabalho precoce; Nas experiências construídas pela vivência no programa PROJOVEM Campo, nas unidades de sentido, destacamos a Ideia Central da escola diferente, ancorada nas seguintes imagens: voltada para a realidade do campo; deu conhecimento para melhorar a produção; mudou seu comportamento, foi à oportunidade para continuar os estudos.

Os argumentos que sustentam a rede de sentidos sobre as experiências escolares dos jovens antes do Programa **afirmam**: 1) As condições materiais de sobrevivência da família econômica, as distâncias ou ausências de escolas fazem os jovens do campo pararem de estudar para ajudar no trabalho do campo; 2) e **negam** 1) a dificuldade de aprender; e 2) Desinteresse pela escola

Embora os jovens apontem o trabalho, como causa mais relevante para renúncia escolar, precisamos considerar outras condições adversas que interferiram na decisão dos jovens de saírem da escola: a oferta do ensino e discriminações dos jovens do campo pelos jovens da cidade.

No primeiro caso, para os jovens estudarem eles precisavam ir além das escolas localizadas nas comunidades, visto que as mesmas só ofereciam o primeiro ciclo do ensino fundamental - 1º ao 5º ano, ainda que de forma multisseriada. Assim, para estudarem o segundo ciclo os jovens precisavam de maiores deslocamentos. No segundo caso está correlacionado ao que diz Stropasolas (2002), se apropriando

dos estudos de Bourdieu: “violência simbólica” por estes jovens, filhos de agricultores, serem também chamados de “colonos(as)”. Esta expressão que carrega no seu significado aquele que trabalha na terra, o descende da colonização, do Nordeste que carrega o significado estigmatizado do preconceito e da discriminação por atrasados. Essa expressão revela, na verdade, a distância e o modo de vida entre dois mundos próximos, mas diferentes, sendo que o jovem convive em um, mas choca-se com o conhecimento e as especificidades existentes em outro.

As unidades de sentidos dos interpretes participantes da pesquisa nos mostram o interesse do jovem pela escola. Porém, as condições de vida os colocaram em situações de exclusão e contraditoriamente revelam que quanto menor o grau de escolaridade mais difícil fica modificar o lugar do jovem de ajudante na agricultura.

Já a rede de sentidos que os jovens atribuem a esta temática é o de que as experiências marcantes no programa contribuíram para as mudanças de suas posturas na comunidade e de sua perspectiva de vida por meio da formação diferenciada. Em seus argumentos eles destacam que esta experiência de escola lhes permite uma possibilidade sócio-profissional melhor como sujeitos do campo do que a vivenciada no tempo passado, o que vai reconfigurar a imagem e o papel do campo e da própria juventude para esses jovens.

Essa reconfiguração vincula-se às imagens de: 1) ter aprendido a falar; 2) de ser reconhecido na família e na comunidade como alguém que tem poder contribuir com a melhoria do sistema produtivo e conseqüentemente com a qualidade de vida; 3) de ter adquirido conhecimentos [novas tecnologias e visão ambiental]; 4) de ter possibilidade de continuar sua formação e conquistar o ensino médio profissionalizante; 5) ou ainda, de ter a consciência de que a escola o diferenciou dos demais jovens de sua comunidade.

No campo Teórico das Representações Sociais, os estudos de Gillys (2001 In JODELET, 2001, p. 321-342) já nos chamava atenção de que a relação paradoxal entre a privação dos direitos e a valorização dos saberes escolares só se constitui

na medida em que a percepção do “não saber” impulsiona a busca de novo saber. No caso em questão representou a escola **diferente**, que possibilitou a reconstrução não apenas do saber escolar, mas a reconstrução da sua condição juvenil no campo.

A imagem mental da experiência escolar do Programa é agrupada na Ideia Central da **escola diferente** ancorada nos argumentos de que se tratava de uma escola voltada para a sua realidade, uma oportunidade, e um olhar diferenciado do governo para os agricultores familiares, como destacamos na fala dos jovens:

A educação era para a realidade do campo. Tinha a partilha de saberes e tudo envolvia o conhecimento agrário (JOSÉ MONTEIRO, GRUPO FOCAL, 2013)

A educação era diferenciada. A vontade do professor em ensinar. Foi a oportunidade para os jovens. É o olhar diferenciado do governo em relação aos pequenos agricultores familiares (OZIAS, GRUPO FOCAL, 2013)

Diante dos sentidos impressos nas falas dos jovens participantes deste estudo, de que a educação escolar vai além dos conhecimentos do ler e escrever e das operações matemáticas envolvendo os conhecimentos agrários, ela traduz num melhor preparo frente à vida no campo. Podemos perceber que expressam as reivindicações do Movimento da Educação do campo, no que se refere à necessidade de humanização das condições de vida nos processos formativos do campo, ou seja, compreender que o processo de constituição de seres humanos envolve as condições de sobrevivência. Nas Palavras de Arroyo (2003)

[...] São coincidentes em mostrar-nos que a formação humana é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte, por tempos e espaços de cuidado, de alimentação, de segurança (ARROYO, 2003, p. 32)

Para Arroyo, Molina e Fernandes (2003), diante da opressão e exclusão que avançam o princípio educativo humanizador, formador-deformador tem a sua matriz na própria condição da existência dos sujeitos. Ignora-los significa *fechar-nos em*

“nossas” questões, curriculares e didáticas, terminará por isolar os processos didáticos escolares dos determinantes processos socializadores em que os setores populares se reproduzem desde a infância (ARROYO, 2003, p. 33).

Desta forma a **diferença da escola** se dá no momento em que se rompem os limites da oportunidade na lógica da igualdade de oportunidade - onde a mesma educação escolar serve a todos os jovens - seja aos jovens da periferia das cidades grandes, seja aos jovens do campo, e se configura, como nos diz Arroyo (2003), em uma escola como espaço de **conquista para novos espaços e novas oportunidades para se tornar mais ser humano.**

Assim, as imagens dos sentidos dos jovens revelam a escolarização como espaço de: 1) Oportunidade; 2) conhecimento; e 3) resgate da confiança em si. No que se refere à Ideia Central da **oportunidade** observamos que ela é ancorada nas afirmações

“pois sem o PROJOVEM nós jamais teríamos a chance de estarmos aqui estudando completando o estudo” (MARINES, GRUPO FOCAL, 2013)

“hoje posso otimizar o trabalho, vai render mais. Hoje tem uma maior variação na plantação” (BENEDITO, GRUPO FOCAL, 2013).

“depois de passar no PROJOVEM tenho uma nova visão da agricultura, muita coisa que o agricultor tem no seu lote que poderia ser melhor aproveitado, mas não aproveita por falta de conhecimento.” (EUCLIDES, GRUPO FOCAL, 2013)

Nossas inferências retomam às imagens e aos sentidos dos jovens sobre a escola como espaço de oportunidade de **ampliação da escolarização e otimização do sistema produtivo** na perspectiva da produtividade. Para os jovens participantes deste estudo, a Ideia Central “oportunidade” imprime sentidos e imagens que nos leva a inferir que são ancoradas tanto no acesso quanto, pelas ações de permanência em sintonia com os modos de vida dos sujeitos do campo, ou seja, a ampliação do nível de escolarização desses sujeitos e qualificação profissional para otimizarem suas produções e melhorarem sua qualidade de vida. Entre os quais os

jovens destacam as experiências dos projetos de Intervenções nos seus quintais e as partilhas de saberes junto a comunidades.

Para esses jovens o estudo pode ser uma ferramenta importante para os problemas de desenvolvimento em que se encontram hoje para superar “o lugar de ajudante” - [sem terra, minifundiarização - ocupam o lote dos pais para produzirem e isso diminui o tempo do pousio que recupera o solo; baixa tecnologia; sem financiamento e falta de profissão] e para terem a possibilidade de melhorar a qualidade de vida ou, conforme imprime as unidades de sentidos dos jovens “aproveitar melhor as coisas que tem no lote – otimizar o trabalho render mais ” e “a chance para chegar ao ensino médio técnico em agropecuária” o que lhe possibilitará arrumar um emprego seja como professor em novas turmas do PROJOVEM e ou técnico agrícola no município ou em alguma empresa.

Como podemos observar a busca pela ampliação de seus estudos vinculados área agropecuária após o Programa, vem ao encontro de reafirmar o lugar diferente de ajudante. Para os jovens participantes desta pesquisa diante da “não oportunidade” [sem terra e sem financiamento] para continuar as experiência de diversificação do seus sistemas produtivos, conforme aprenderam no Programa, se reconfigura no desafio de buscar o diploma de técnico agrícola para conquistar um emprego (professor e ou assessoria técnica).

Os sentidos e imagens da Ideia Central da escola como espaço de **conhecimento** são ancorada nas afirmações:

“hoje sei que devemos ter cuidado com o meio ambiente”
(ANDERSON, GRUPO FOCAL, 2013)

“Conhecimento, para ver como a sociedade é e perceber como o meio ambiente funciona” (EUCLIDES, GRUPO FOCAL, 2013).

“Depois desse aprendizado passei a ser jovem do campo que tem mais conhecimento dentro da agricultura, com mais objetivo na produção” (NIVALDO, GRUPO FOCAL, 2013).

“Meu conhecimento mudou minha maneira de dialogar com as pessoas e a forma de olhar a natureza sofrida que precisa de cuidados” (JOSE MONTEIRO, GRUPO FOCAL, 2013)

Os sentidos que compõem a imagem dos jovens se referem aquisição de um conhecimento que se constitui a partir de dois focos: conhecimento social [capacidade de dialogar e ler a sociedade] conhecimento profissional [mais objetivo na produção] com ênfase nas questões ambientais.

Para esses jovens a unidade de sentidos da escola como espaço de conhecimento nos revelam conhecimentos teóricos específicos, capaz de permitir ao jovem outra articulação com o mundo: se antes não sabia falar, se antes não conseguia entender a dinâmica da sociedade e não via possibilidades de intervir na produção da família para melhorá-la, agora, a experiência escolar no programa lhe possibilitou dar palestras, explicar questões sociais para seus pares e lhe deu vivência de como melhorar sua produção.

Segundo as falas dos jovens o conhecimento é importante na valorização do próprio jovem, mas também para própria comunidade na ampliação do campo de potencialidades de seus sistemas produtivos. Nesta perspectiva o conhecimento sensibilizou os jovens quanto a importância da busca do conhecimento e de continuarem seus estudos na escola técnica profissionalizante em agropecuária. Já do ponto de vista dos familiares da comunidade, estimulou a percepção da possibilidade de diversificação dos sistemas produtivos, a partir do modelo agroecológico e o espelhamento aos demais jovens para as novas versões do Programa.

Em que pese os limites da participação da comunidade, apenas a percepção no sentido de entender as transformações dos conhecimentos em seus sistemas produtivos [aqui é preciso considerar que a maioria das experiências dos jovens tiveram a duração do Programa], o discurso agroecológico aparece nas unidades de sentidos das falas dos jovens como o elemento de maior ênfase para se atingir a sustentabilidade de seus sistemas produtivos.

Esta proposta agroecológica é assinalada por Altieri (1993), como a tentativa de aproximar a perspectiva antropológica à pesquisa agrônômica. Neste sentido procura formular o novo paradigma científico, que focalize a agricultura de uma forma sustentável, enfatizando as interações entre o biológico, o técnico, o cultural e

o sócio-econômico, e sendo particularmente sensível às complexidades das agriculturas locais.

Nos discursos dos jovens, para se chegar a um nível de agricultura sustentável é necessário transformar as práticas tradicionais, diversificando os sistemas produtivos. Desta forma os problemas ambientais podem ser minimizados, manipulados na medida em que se passa a tirar vantagens dos recursos e dos processos naturais. A unidade de Sentidos presente nos discursos dos jovens podem ser percebidos na fala de Euclides: *“depois de passar no PROJOVEM tenho uma nova visão da agricultura, muita coisa que o agricultor tem no seu lote, que poderia ser melhor aproveitado mas não aproveita por falta de conhecimento.”*

Em síntese esta unidade de análise, que trás a tona o conhecimento agroecológico, mostra que a recuperação dos sistemas agrícolas tradicionais passa a ser peça-chave para o que o jovem entende por sustentabilidade.

No caso da Ideia Central **resgate da confiança em si** encontra-se ancorada na crença de poder estudar e na crença de poder ajudar a sua família e a sua comunidade. É a relação do jovem com ele próprio, trabalhador-estudante, que possui compromissos e responsabilidades com a sua família potencial, para transformar o seu sistema produtivo.

Neste sentido, a análise que envolve essa temática trata do afeto positivo que o jovem constrói sobre si, conforme destacamos nos argumentos abaixo:

“Foi o programa que me fez ver que eu podia estudar” (MARIA DA PAZ, GRUPO FOCAL, 2013)

“Com os meus conhecimentos técnicos sei que posso formar um sistema produtivo de base, modelo para o meu município e, assim, ganhar dinheiro e garantir um sustento digno para minha família.[...] eu quero também com os meus conhecimentos ser professor do PROJOVEM, hoje sou monitor do novo programa e continuar a ajudar os jovens como eu []” (OZIAS, GRUPO FOCAL, 2013)

“Hoje, com os meus conhecimentos, sei que posso ajudar muito agricultor que não estudou a melhorar sua produção. Por isso que

falei que quero ser técnico agrícola do município, para ajudar muito a minha região e ter dinheiro para manter minha família” (JOSE MONTEIRO, GRUPO FOCAL, 2013)

As cinco temáticas analíticas, resultado do agrupamento das falas de cada um dos participantes pelas unidades de sentidos, possuem relações intrínsecas e, se expressaram pelo conteúdo formado por imagens, atitudes, informações e sentimentos que os jovens possuem sobre a condição juvenil, como anunciado anteriormente QUADRO 18 - Temáticas de Análise, Ideias Centrais e as Ancoragens.

As temáticas analíticas remetem ao conceito de objetivação e ancoragem que são os meios de familiarização dos sujeitos com o objeto em estudo e estas são claramente perceptíveis nos resultados das análises apresentadas no decorrer desta dimensão.

As trajetórias de vida dos jovens sujeitos participantes deste estudo, nos levam a constatar que os estilos de relação com a terra, com o trabalho, a forma de sua organização e participação social e a vivência escolar se constituem em um espaço e um tempo nos quais esses jovens podem afirmar a experiência da condição juvenil. É por meio dessa vivência que constroem representações sobre a condição juvenil do campo, que refletimos a seguir:

- 1) A primeira imagem é do jovem que pode efetivamente contribuir com a dinâmica socioeconômica da comunidade, rompendo com a condição do jovem como ajudante ou do jovem sem interesse pela vida do campo, entre outras razões, pela falta de perspectiva, decorrentes das transformações sociais que legitimam e agravam os processos históricos de exclusão social;
- 2) O tempo presente é de incertezas diante dos limites de manter a diversidade de seus sistemas produtivos, entretanto, marcado pela busca da reafirmação deste lugar ao se perceber “capaz”, com direito à formação em técnico agrícola. Isso nos mostra a projeção do sonho e do

desejo de contribuir com a transformação da realidade do campo, na articulação com a qualidade de vida de sua família. Assim, em sua condição juvenil, esse jovem se centra no presente e nele vai se construindo como jovem que acredita nas perspectivas de um futuro melhor;

- 3) Outra imagem que esses jovens reafirmam é a relação de parentesco. No nível de aproximação que conseguimos estabelecer com os jovens, foi possível constatar a existência de conflitos de geração, mas em nenhum momento esse quadro conflituoso colocou em questão a família como o espaço central de relações. Ao contrário, nossas análises nos mostram que no caso desses jovens o núcleo familiar significou um espaço de experiências estruturantes. As relações que estabelecem a qualidade das trocas [ajuda mútua], os conflitos [sem terra], os arranjos existentes [municípios], para garantir a sobrevivência e os valores predominantes [no campo, apesar dos problemas, consegue garantir as necessidades de alimentação da família] são dimensões que marcam a vida de cada jovem, constituindo um filtro por meio do qual traduzem o mundo social e onde inicialmente esses jovens descobriram o lugar que nele ocupam;
- 4) Mesmo aqueles jovens que vivem ainda as incertezas financeiras para manter a diversificação de seus sistemas produtivos, mostram-se otimistas em relação ao conhecimento que a formação em nível técnico possa lhes oferecer;
- 5) Finalmente, a trajetória desses jovens questiona a visão romântica da juventude com fixação dos sujeitos do campo apenas pelo trabalho agrícola. A realidade dos Jovens pesquisados evidencia que a condição juvenil para eles corresponde à imagem de responsabilidade, que renuncia o lazer em prol da busca de conhecimento para transformação da sua própria condição de vida e da realidade do campo. É uma imagem de superação das tensões com as instituições: família, trabalho e escola. Essa postura pode ser vista como expressão de oportunidade, mesmo que limitada, das condições que a sociedade lhes oferece para a sua

inclusão social o lugar de potencial transformador via trabalho não agrícola;

As considerações que tecemos a partir das representações sociais dos jovens apresentam-se como uma condição juvenil em construção, que precisa ser compreendida desde o seu esboço inicial. É um desenho que reflete que os jovens tomam para si o desafio de transformar a realidade social do campo a partir de seus conhecimentos agroecológicos. Neste sentido acreditamos que o Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra contribuiu no processo de humanização desses jovens, abrindo perspectivas para que pudessem ampliar suas potencialidades, e construir uma imagem positiva de si mesmos.

A aproximação da experiência escolar aos interesses e necessidades desses jovens se coloca como um novo contexto, com abrangência diferenciada na elaboração da vivência da condição juvenil dos jovens participantes deste estudo. Para todos representa uma ampliação dos circuitos e redes de trocas, sendo o meio privilegiado pelo qual se introduziram na esfera pública.

Na experiência do Programa, vieram construindo formas de sociabilidade próprias, num exercício de convivência social, aprendendo a construir outras estratégias de vivência no campo. A vivência do estilo possibilitou a esses jovens práticas, relações e símbolos, por meio dos quais se afirmaram com uma identidade própria, como jovens do campo. Enfim, a escolarização no Programa se coloca como mediador de uma nova condição juvenil do campo, na medida em que possibilitou uma ampliação significativa das hipóteses de vida (Giddens, 1995), abrindo espaços para sonharem com outras alternativas de vida que não aquelas restritas, oferecidas pela sociedade.

RESIGNIFICAÇÕES DA CONDIÇÃO JUVENIL DO JOVEM DO CAMPO: ANALISE DA PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL EM NÍVEL LOCAL

As unidades de sentidos dos jovens sujeitos participantes deste estudo, nos levaram a constatar que a relação com a terra, com o trabalho, com a forma de sua organização e participação social e a vivência escolar se (re)constituíram no espaço e tempo do PROJOVEM Campo Saberes da Terra, nos quais esses jovens passaram afirmar uma resignificação de sua condição juvenil no campo a partir deste processo educativo.

Estudos como Abramovay (1998), Carneiro (2005, 2007), entre outros são unânimes em afirmar que a educação é valorizada e almejada pelos jovens. Porém, o diferencial de nosso estudo, é fazermos a leitura da significação que este processo educativo e sua relação com a inclusão social do jovem do Campo no Município de Bragança, conforme anunciamos em nosso objetivo de estudo, ou seja, analisar os processos de construção das Representações Sociais de Jovens do campo do Município de Bragança sobre a condição juvenil de jovem do campo e suas relações com a proposta nacional de inclusão social da juventude do campo implementada em nível local pelo Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra.

Para estabelecermos esta relação, conforme apresentamos em nosso percurso metodológico, seguimos os suportes indicativos analíticos de Jodelet (2001,2009) sintetizados nas seguintes formulações: Quem sabe? O que sabe? Quais efeitos? que nos permitiram, como vimos na segunda dimensão, analisar o processo de construção das representações sociais dos jovens egressos do Programa sobre sua condição juvenil do campo e acrescentamos uma quarta indagação - Para que? no intuito de criarmos uma estrutura analítica que nos permitisse estabelecer a relação que nosso problema de estudo requeria.

Nesta fase de nosso estudo, apresentamos elementos que nos permitem responder as três primeiras indagações, quais sejam: Quem sabe? - são os 10 (dez) jovens egressos do Programa Saberes da Terra do Município de Bragança. São jovens que se percebem capazes de contribuir com a dinâmica socioeconômica do

campo; colocam-se como chave para transformação da realidade do campo no Município e para a melhoria da qualidade de vida de sua família; e, ainda, se caracterizam com pessoas mais responsáveis. O que sabem esses jovens? – Que o tempo presente ainda é de incertezas, quanto à manutenção, de seus sistemas produtivos e “questionam” a visão estigmatizada do trabalho no campo apenas pelo trabalho de ajudante de agricultor. Qual efeito? - Buscam formação em nível técnico profissionalizante agropecuário para reafirmar o lugar de não ajudante e buscam conhecimento para transformar sua condição de vida. Conforme reapresentamos no quadro abaixo:

QUADRO 18 - ELOS DA ESTRUTURA ANALITICA DAS REPRESENTAÇÕES DOS JOVENS EGRESSOS DO PROGRAMA SABERES DA TERRA SOBRE A SUA CONDIÇÃO JUVENIL DO CAMPO

	INDAÇÕES	RESPOSTAS AS INDAGAÇÕES
1ª. Lógica	Quem sabe?	1- O JOVEM PODE CONTRIBUIR COM A DINAMICA SOCIO ECONOMICA DO CAMPO; 2- O JOVEM SE COLOCA COMO CHAVE PARA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE DO CAMPO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA; 3- CARACTERIZA-SE COMO RESPONSÁVEL E DE RENÚNCIA AO LAZER;
2ª. Lógica	O que sabe?	1. O TEMPO PRESENTE É DE INCERTEZA QUANTO A MANUTENÇÃO DE SEUS SISTEMAS PRODUTIVOS; 2. QUESTIONA O ESTIGMATIZADA DO TRABALHO NO CAMPO APENAS PELO TRABALHO DE AGRICULTOR;
3ª. Lógica	Qual efeito?	1- BUSCAM FORMAÇÃO EM NÍVEL TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE PARA REAFIRMAR O LUGAR DE NÃO AJUDANTE; 2- BUSCAM CONHECIMENTO PARA TRANSFORMAR SUA CONDIÇÃO DE VIDA;

FONTE : ELABORADO PELA AUTORA DESTE ESTUDO (2014)

Assim, nesta terceira dimensão de análise, retomamos às três primeiras lógicas de estudo, para respondermos a indagação da 4ª lógica, ou seja, para respondermos o Para que? – que diz respeito à relação que se estabelece entre a condição juvenil e a proposta Nacional de inclusão social, implementada pelo Programa PROJOVEM em nível local.

Destacamos na dimensão de análise anterior, que para os jovens egressos do Programa o acesso ao conhecimento escolar, passou a representar uma conquista tão importante quanto a terra, pois propiciou a resignificação de sua condição juvenil, rompendo as cercas dos condicionantes históricos, na qual a busca pela formação profissional – técnico agropecuário - após o Programa, foi assumida por esses jovens como a centralidade de suas vidas.

Neste sentido, torna-se crescente a necessidade de se rediscutir a função e finalidade da inclusão social dos jovens no campo, na lógica do enraizamento (WEIL, 2001) e de fortalecimento do sentimento de pertencimento dos jovens do campo como uma possibilidade de resignificação da condição juvenil do campo, representada por esses jovens na lógica do papel de transformador da realidade do campo e a partir da perspectiva futura do trabalho técnico agrícola.

Parte-se da tentativa de estabelecer a relação na qual os jovens se apropriam e re-apropriam de seu universo vivido, ao mesmo tempo constituindo elos de pertencimento no campo e ampliando suas redes de sociabilidade, de modo a se diluírem continuamente as fronteiras entre o rural e o urbano (GAVIRIA e MENASCHE, 2006), sem que necessariamente se percam seus vínculos familiares e/ou de vizinhança e o pertencimento ao campo. Acreditamos que a relação que se estabelece entre a ressignificação da condição juvenil destes jovens e o discurso da Inclusão Social implementado pela vivência do Programa PROJOVEM Campos Saberes da Terra no Município de Bragança, pode nos oferecer elementos concretos dos limites e possibilidades desta proposta inclusiva.

Portanto nesta dimensão, analisamos os rumos tomados pela inclusão social da juventude, a partir da resignificação da condição juvenil do campo dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campos Saberes da Terra, quais sejam: 1) Juventude transformadora da realidade do campo, 2) a ênfase da formação agrícola; 3) a perspectiva do trabalho não agrícola, conforme passamos apresentar a seguir:

A) JUVENTUDE TRANSFORMADORA DA REALIDADE DO CAMPO

Foi percebido, ao longo da análise desta pesquisa, que a visão do jovem egresso do Programa PROJOVEM Campo como sujeito com potencial transformador da realidade do campo no município e da qualidade de vida de sua família foi influenciada na forma pela qual o Estado responde aos Movimentos Sociais e produz política pública para a juventude do campo.

Ao longo deste estudo, percebemos que a fragilização dos espaços externos e internos de ação política das organizações e movimentos sociais do campo na institucionalização do Programa Saberes da Terra pela Política Nacional de Inclusão social da Juventude, diante do papel que os sindicatos e associações assumiram no Município - organização da produção e comercialização dos produtos - nos mostra a debilidade de um o debate mais geral sobre os direitos e as formas de enfrentamento da desigualdade social para a juventude no Município de Bragança.

A nossa análise, ao longo do estudo, nos permite inferir que o afastamento das organizações e movimentos sociais do campo do PROJOVEM Campo no Município de Bragança de um lado fortaleceu o controle político, tanto na esfera federal quanto na esfera municipal de governo, de outro lado, se “omitiu” de uma articulação entre outros programas da configuração atual das políticas para juventude do campo, como o programa de fomento produtivo e financeiro ao jovem do campo, política de acesso a terra, entre outros, o que revela a fragilidade e limitação da abrangência do Programa no Município.

Consideramos o Programa como uma política restrita, uma vez que contribui para a expansão do acesso, mas um acesso mínimo considerando a demanda apontada para esse nível de escolarização na faixa etária em questão. Esta afirmação se sustenta quando os dados do DATASUS (2010) revelam que o Município de Bragança tinha uma população de 50.528 jovens do campo entre 15 a 29 anos e que no período 2009 a 2011 a oferta de políticas para juventude do campo se limitou apenas ao Programa do PROJOVEM. Isto significou uma oferta

para 75 jovens. Limitada ao atendimento inicial de 53 jovens e, finalizada com um total de 26 jovens.

Portanto, que pese o fato do Município não compor o Território da Cidadania do Desenvolvimento, no referido período e do esforço da Política de Integração da SNJ, verificamos que o Município de Bragança ocorreu à fragmentação setorizada da institucionalização das políticas para a juventude do campo e a limitação de sua abrangência.

Ao delimitarem os limites do programa no Município os jovens destacaram: a) a faixa etária dos estudantes; b) o valor do incentivo monetário que não contribui para dar condições materiais para que os jovens deem materialidade aquilo que aprenderam na teoria; c) a baixa carga horária do programa; d) a desistência dos colegas. Conforme relatam alguns jovens:

“ muitas pessoas lá na comunidade queriam participar, mas já tinham mais de 29 anos ai não puderam” (BENEDITO, GRUPO FOCAL, 2013)

“ Poucas aulas, somente aos finais de semana e o conteúdo ainda é pouco . A carga horária do Programa é pequena em relação ao modular (OZIAS, GRUPO FOCAL, 2013)”.

“ muitos desistem e não sabem a realidade que o programa tem. O programa tão especial como este. “ (MARINES, GRUPO FOCAL, 2013)

Os significados contidos nas imagens, manifestas como limites da escolarização no Programa, a exemplo do que os jovens apresentam em relação ao marco e carga horária pequena, anunciam sentidos contrários aos que defendem os fundamentos da Política Nacional da Juventude, no que se refere à necessidade de especificidade de garantir a escolarização do segmento juvenil no campo e a redução da carga horária na reformulação do Programa Saberes da Terra em 2007 e normatizada 2008 pela Lei 11.692.

Por outro lado, o segundo e terceiros limites, apontados nas falas dos jovens, trazem impressos os sentidos do desafio da organização curricular e da

permanência dos jovens na proposta de escolarização no Programa. Esses elementos, considerados como os desafios do próprio fundamento do Programa entre eles: 1) Efetivar a integração entre a escolarização e a qualificação profissional, sem as fragmentações, a desconsideração dos conteúdos das áreas dos conhecimentos; 2) Organização do tempo escola considerando o princípio da alternância para responder a realidade de trabalho desses jovens.

Assim, em que pese as relações que estabelecem com o processo de escolarização regular *“a carga horária é pequena em relação ao modular (OZIAS)”*. Para aqueles que permaneceram no Programa, a experiência escolar se configurou especial, por ser uma ferramenta importante para mudar sua condição de vida, nas palavras da jovem: *“uma escola diferente que trouxe conhecimentos para melhorar a produtividade”*.

Ao considerar o marco normativo da faixa etária de 18 a 29 anos, o Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra apresenta algumas tensões entre sua proposta e sua prática para inclusão social da juventude do campo, ou seja, enquanto conceito de juventude adotado na proposta do Programa assume um embasamento teórico contemporâneo, concebendo que este conceito envolve várias dimensões tais como relações de parentesco, moradia, lazer, sociabilidade, a vida sentimental, entre outras (PBPROJOVEM Campo - SNJ,2008) e na prática o Programa PROJOVEM Campo define seu público a partir de limite etário, o que evidencia as contradições presentes na proposta da inclusão da juventude do campo do referido Programa, como destaca Stropasolas:

A juventude rural é dividida em dois grupos cujas diferenças sociais e ideológicas são notadamente pronunciadas. Por um lado, existem carências e privações, como baixa formação, ausência de emprego, precária definição de si e baixo engajamento social e político; por outro, presença de todos os indicadores de uma integração social e econômica, mesmo que isto não seja acompanhado de uma integração política em níveis equivalentes (2006, p. 183).

Essa tensão nos mostra o complexo processo de construção dessa Proposta Nacional de Inclusão Social. Estudiosos como Gruppi (1985), nos ajudam a entender essa relação dialética entre o Estado e os movimentos Sociais, na construção da

proposta de inclusão da juventude do campo. Ainda se trata de um discurso de igualdade jurídica do Estado burguês, pois como disse, este “*serve para separar o elemento da vida econômica do homem (a colocação do homem nas relações de produção) da figura jurídica de cidadão, e faz desta uma abstração*” (GRUPPI, 1985, p34).

Os indicadores de uma “integração” social e econômica desvinculada da integração política, nos mostra a complexidade do debate, quando tratamos da incorporação do Programa Saberes da Terra à Proposta de Integração da Política Nacional de Inclusão Social da Juventude – PROJOVEM, visto que esta perspectiva fortalece a dicotomia entre a emancipação jovem do campo e jovem cidadão produtivo.

Consideramos as Políticas Públicas para a Juventude no Brasil, como marco histórico significativo no processo de reconhecimento da juventude do campo. Não há como negar que a implantação do PROJOVEM no Município de Bragança se configura como uma proposta diferenciada e como protagonista em algumas mudanças na condição juvenil dos jovens entrevistados. Contudo, percebemos limites para desestabilizar e modificar os aparatos e mecanismos que historicamente produzem desigualdades socioeconômicas às populações do campo neste Município. Essa percepção leva a questionar: Quais as reais possibilidades do potencial transformador destes jovens?

Esses limites são destacados das unidades de sentidos das representações sociais dos jovens egressos do PROJOVEM sobre sua condição juvenil, apresentadas na dimensão anterior. As mudanças da condição juvenil nos fazem refletir que a “inclusão social” encontra-se relacionada aos que os fundamentos das Políticas Públicas definem como objetivos específicos e pontuais das demandas apresentadas pelos movimentos do campo, ou seja, estão relacionados a ampliação da escolarização e qualificação social e profissional, o que na prática seria a garantia dos direitos, que seriam universais.

Nesse conjunto de questões até então discutidas, não se pode desprezar que os jovens se definem como sujeitos do campo, estão se organizando a partir da

condição juvenil do campo, por meio do conhecimento agrário escolar e se colocando como sujeito transformador.

Entretanto consideramos diante desse cenário que além dos possíveis benéficos efetivos que esse Programa proporcionou, há nas entrelinhas dos discursos a produção de visão negativa e que estigmatiza as condições juvenis do campo que não estejam articuladas com visão de campo produtivo e rentável. E esses preceitos foram captados nos espaços formativos do programa, pois as formações geralmente eram permeadas pela discussão da necessidade da inclusão produtiva e da qualificação profissional.

Diante disso, observamos no processo de configuração desse Programa a opção por fomentar um determinado tipo de organização social e produtiva para o desenvolvimento do campo produtivo e rentável, e a opção em continuar a escolarização. Essas opções estão imbricadas nesse processo, o que tende a gerar uma desmobilização social sobre a agenda política e a pauta da Reforma Agrária, tanto dentro do governo, como para esses jovens que se dizem potencialmente capazes de transformar a realidade do campo no município.

Desta forma consideramos que as Políticas Públicas para juventude seja ainda insuficiente para mudanças profundas, diante dos desafios relativos ao acesso a uma educação de qualidade no campo e da transformação do campo em um espaço que possibilite, aos jovens, opções viáveis para a construção de uma nova condição juvenil, diante dos efeitos de seu alcance limitado. Entretanto, não podemos deixar de considerar que se trata de uma política de governo, cuja natureza ou grau de intervenção é conjuntural e inicial, isto é, identificadas algumas situações de demandas ou vulnerabilidades de alguns grupos sociais, ações pontuadas são canalizadas para o seu encaminhamento.

Na prática, identificamos que para jovens egressos essa condição da inclusão a partir da formação agrícola não permanece absoluta. Isto significa dizer que embora os participantes da pesquisa se anunciem como diferentes dos outros jovens de suas comunidades que não participaram do Programa, pois passaram a

possuir o conhecimento agrícolas, refletimos diante das Representações que os jovens passaram a ter após o Programa sobre a sua condição juvenil no campo, que os egressos do PROJOVEM Campo, ainda se juntam ao demais jovens, no sentido de continuarem sem terra e sem financiamento, o que impossibilita a opção de trabalho como agricultor.

Como nos diz Paiva (2011) esta forma de “inclusão” força o encontro dos jovens não incluídos com os jovens excluídos, dentre as múltiplas situações que acirram as desigualdades sociais e que, especificamente, o não pertencimento ao benefício do direito à educação pode gerar.

As delimitações que separam os jovens não incluídos dos excluídos são pautadas na perspectiva da capacidade produtiva dos sujeitos, ou seja, na primeira dimensão os jovens apontam os problemas do campo “a incapacidade de se manter” em função da ausência de conhecimentos, da baixa tecnologia e do esgotamento dos recursos naturais que os levou às condições de vulnerabilidade econômica e social, em contrapartida, à “não inclusão” para os jovens do campo, são representadas pelos próprios jovens egressos do programa pela ideia de oportunidades de acesso ao conhecimento e tecnologias, pela ampliação da escolarização e o resgate da credibilidade em si, como sujeitos que podem estudar, ou seja, como jovens que passam a se ver como potencial de contribuir com a melhoria da qualidade de vida de sua família e de sua comunidade, permeada pelo discurso da manutenção da vida futura, pelo viés da sustentabilidade do meio ambiente.

Neste sentido, não podemos deixar de considerar o que nos ensina Sousa Santos (1999, p. 110), que o ponto de ignorância é o colonialismo e o ponto de saber é a solidariedade (conhecimento como emancipação)”. Assim, a “não-inclusão” não é o ponto final, mas o processo da inclusão de construção desses próprios jovens. Nas palavras do autor é o transito da epistemologia moderna que se constrói entre o conhecimento e ação-ação rebelde (pautada ainda nas incertezas futuras) a que denomina de *ação-comclinamen*, ou seja, são os átomos de criatividade e de movimento espontâneo que podem gerar a emancipação.

Diante disso, o potencial transformador passa a referenciar, inclusive, a atuação política desses jovens para reivindicar e disputar direitos e políticas sociais.

B) A ÊNFASE NA FORMAÇÃO AGRÍCOLA

Como vimos anteriormente a educação do campo e sua gênese estão atreladas a uma concepção de desenvolvimento do campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos de histórico e de direitos inconclusos em sua formação social, cultural e políticos.

Neste cenário, o Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra deveria priorizar a sociabilidade e profissionalização com a qualificação técnica voltada para a produção. A grande ênfase do Programa centra-se na concepção de uma educação a partir do campo e para o campo na perspectiva de atribuir à educação oferecida algo além de uma escola urbana na realidade do campo (MEC-PBPROJOVEM Campo, 2008).

Para tanto, conforme apresentamos na quarta seção deste estudo, o Projeto Político Pedagógico do PROJOVEM Campo tem como proposta para a escolarização dos Jovens do campo, um currículo integrado que envolve conteúdos da formação profissional na área das ciências agrárias, além de três áreas de conhecimentos, a saber: linguagens código e suas tecnologias, ciências humanas e ciências da natureza e matemática.

Sua estrutura curricular é organizada em torno do eixo articulador, Agricultura Familiar e Sustentabilidade, subdividido nos seguintes eixos: 1) Agricultura familiar: Identidade, cultura, etnia e gênero; 2) Sistemas de produção e processos de trabalho no campo; 3) Cidadania, organização social e políticas públicas; 4) Economia solidária; 5) Desenvolvimento sustentável e solidário, com enfoque territorial .

Tanto o eixo articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade e os eixos temáticos estão inter-relacionado ao Arco Ocupacional Produção Rural Familiar, que

se constituem no referencial da qualificação social e profissional dos jovens agricultores. Segundo o PBPROJOVEM (SNJ,2008).

Assim, no projeto do PROJOVEM Campo Saberes da Terra o arco ocupacional – Produção Rural familiar- congrega um conjunto de ocupações que possuem como base técnica comum a agroecologia, no intuito de garantir uma formação mais ampla e aumentar as possibilidades de inserção ocupacional do trabalhador do campo, conforme destacamos no fragmento do documento abaixo:

As esferas da produção e da circulação como a produção rural, agroindústria, comércio e a prestação de serviços, garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de inserção ocupacional do trabalhador, seja como agricultor familiar, assalariado, auto-emprego, ou associado/cooperado (economia solidária) (PBPRJOVEM CAMCO - MEC, 2008, p.41).

Para tanto, o “Arco Ocupacional - Produção Rural Familiar” reúne as principais áreas desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar que são: 1) sistemas de cultivo; 2) sistemas de criação; 3) extrativismo, 4) agroindústria, e 5) aquicultura.

Ressaltamos que no Programa do município estes arcos foram desenvolvidos a partir das orientações dos cinco cadernos Pedagógico em consonância com as possibilidades da região ou aquelas que potencialmente poderiam ser desenvolvidas (PBPRJOVEM CAMCO - MEC, 2008) no intuito de garantir a formação ocupacional⁸⁰ do trabalhador do campo.

Ao analisarmos o movimento do currículo em Bragança verificamos que o arco ocupacional foi contemplado a partir da diversificação dos sistemas produtivos e da lógica de agregação de valor ao produto. As atividades desenvolvidas sinalizam uma intenção ao encontro da proposta do “*continuum* rural-urbano”, centrada no fortalecimento da agricultura familiar a partir de seu empreendedorismo, a exemplo do que defendem Veiga (1996) Abramovay (2003, 2006).

⁸⁰ Trata-se da formação de qualificação profissional inicial e não de um curso técnico específico.

Nesse processo identificamos que o arco operacional encontra-se articulado ao processo de fomentar reflexões que acumulem experiências e argumentos no sentido de contribuir para a desconstrução do imaginário coletivo sobre a visão hierárquica que há entre campo e cidade, refletindo sobre um novo modelo de desenvolvimento para o campo (FERNANDES, MOLINA, 2005: p. 68). Isto significa dizer, que na dinâmica da pedagogia da alternância Tempo Escola e Tempo Comunidade, o arco ocupacional foi ao longo do Programa destacado como possibilidades de soluções às problematizações construídas em cada eixo Temático do currículo. Desta forma eles aparecem no processo de construção de um novo saber e na perspectiva de resignificação das ocupações agrícolas que os jovens do Programa poderiam desenvolver no Município de Bragança, conforme destacamos a seguir:

No primeiro o Eixo Temático: **Agricultura familiar, cultura, identidade gênero e cidadania**, a ideia era intervir na Agricultura Familiar considerando a cultura, especificamente nos aspectos de gênero, de geração, de etnia que conformam sua identidade coletiva e as identidades de seus membros – produzida ao longo do processo histórico brasileiro – como hoje elas se configuram e as relações que estabelecem com a cidade (SNJ - CADERNO PEDAGÓGICO 1, 2010).

No Município, com o objetivo de construir uma síntese dos saberes científicos e tecnológicos que possibilitassem a problematização da realidade local, foram trabalhados os seguintes conteúdos no Tempo Escola: 1) Conceitos sobre a Agricultura Familiar no Território Brasileiro; 2) Identidades Culturais nas regiões do Brasil; 3) Localizando o Brasil em mapa, Brasil em regiões; 4) Região Norte: clima e vegetação; 5) Município de Bragança; 6) O trabalho como prática humana, Mudanças na paisagem; 7) O ser humano e o meio ambiente; 8) Paisagem Natural: aspectos físicos, Características do território paraense, relevo, hidrografia, solo, e clima; 9) Extrativismo vegetal, Extrativismo animal, Extrativismo mineral; 10) A agricultura: subsistência, consorciada, comercial; 11) As diferentes atividades produtivas e seus impactos; e 12) Ocupações desordenadas do espaço geográfico (RELATÓRIO -BRAGANÇA 2012).

Para o levantamento dos Saberes Populares, realizado no Tempo Comunidade, foram desenvolvidas as seguintes atividades: 1) Diagnósticos do espaço geográfico das comunidades; 2) Registro das atividades econômicas das famílias dos jovens e a questão de cuidado e conservação do meio ambiente do lugar (incluindo a visita da feira do agricultor no município).

No movimento da problematização da realidade, os dados coletados no diagnóstico foram sistematizadas por meio de produções escritas com a colaboração das áreas de conhecimento da Linguagem, história, geografia, ciências biológicas para identificação, e localização das diferentes produções agrícolas, de acordo com a comunidade e seus recursos naturais. A partir desse processo se definiu a centralidade deste eixo temático na produção da farinha. Esta centralidade pautou o Tema Gerador Mandioca.

No processo de reconstrução de um novo saber foram desenvolvidas as seguintes atividades: 1) Identificação da produção da mandioca por comunidade; 2) visita assistida pelo técnico (este técnico agrônomo cedido pelo Estado ao projeto) e os professores do projeto as comunidades Benjamin Constant, Santo Antonio dos Montes, São Francisco dos Gonzagas (comunidades dos alunos) e, 3) Visitas às casas de farinhas melhoradas, conforme fotos na figura 22:

FIGURA 22- ATIVIDADES DE RECONSTRUÇÃO DE SABER



Foto: Visita em Casa de Farinha



Foto: Visita em Casa de Farinha/Projeto Berec⁸¹

Fonte: Arquivo do Programa

⁸¹ Projeto desenvolvido no sentido da mecanização da farinha

Ao considerarmos que no Município de Bragança o plantio da mandioca ocupa a maior área plantada de produção da agricultura familiar do município e que a produção da farinha é o maior cultivo das famílias dos jovens participantes da pesquisa, e segundo as unidades de sentidos apresentados na primeira e segunda dimensão de análise, são de pouco retorno financeiro, estas atividades a partir do Tema Gerador correspondem às possibilidades apresentadas pelo programa local, nas questões problemas levantadas pelos jovens *“a mandioca tava ruim, às vezes apodrecia na terra”* (OZIAS) vinculada a duas ocupações dentro do arco ocupacional, quais sejam: os sistemas de cultivo da mandioca (identificação do solo, biologia e diversidade de mandioca) e a agroindústria da farinha por meio casas de farinhas melhoradas (produtividade, higienização, padrão de qualidade, comercialização).

No segundo Eixo Temático **Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo** o objetivo é a análise do papel da família e da comunidade na transformação dos ecossistemas em agroecossistemas; a sucessão vegetal e os possíveis limites, potencialidades e desafios dessa transformação ecológica; as práticas de produção local e sua reprodução social, sua territorialidade e influências das relações de trabalho internas e externas ao estabelecimento rural, inclusive os papéis dos membros da família e das pessoas da comunidade; introdução ao estudo das principais políticas agrárias e agrícolas que influenciam na produção familiar e realidades do campo (CADERNO PEDAGOGICO-2, 2010).

No Município foram trabalhados no Tempo Escola os seguintes conteúdos: 1) Práticas agrícolas no município; 2) Tipos de trabalho no campo e cidade; 3) A mecanização na agricultura – consequência êxodo rural; 4) A produção agrícola da antiguidade aos dias de hoje; Monocultura e policultura; Novas alternativas de agricultura sustentáveis e orgânicas; Sistemas Agro florestais no municípios – benefícios; 5) Agroecologia; 6) Novas formas de territorialidade (ocupação de espaços naturais); 7) Sistemas de produção e relações de trabalho; 8) Intervenções humanas no meio ambiente através da agricultura; 9) Agro ecologia e sustentabilidade: exemplos de melhoria na qualidade de vida; 10) A produção do açaí no Pará (RELATÓRIO- BRAGANÇA, 2012).

Para o levantamento dos Saberes populares o caderno Pedagógico 2 (2010, p.4) propõe como atividade o diagnóstico e identificação dos problemas e temas considerados prioritários no sentido de experimentar e construir uma visão mais integrada das práticas agroecológicas. Desta forma no movimento do currículo local, os dados coletados neste diagnóstico sistematizados por meio de produções escritas contam com a colaboração da área de linguagem, das ciências humanas e biológicas, definido como Tema Gerador o meio ambiente, vinculados a três ocupações do arco ocupacional: 1) sistemas de cultivo; 2) sistemas de criação; 3) extrativismo.

Assim, no exercício da construção de novo saber foram desenvolvidas as seguintes atividades: 1) vídeo sobre Sistemas Agro florestais; 2) visitas programadas a Comunidade Acarajó; 3) Plantio de muda no Mirante São Benedito; 3) Visita a um sistema Agro florestal do município “Sitio do seu Zé Pinto” na comunidade do Acarajó (ver foto figura 23).

FIGURA 23 VISITA AO SISTEMA AGROFLORESTAIS



FONTE – ARQUIVO DO PROGRAMA

Para a construção de um novo saber os projetos de intervenção foram construídos em torno dos quintais das famílias dos jovens do Programa: envolvendo a horticultura, avicultura, olicultura e na vivericultura entre elas foi desenvolvido o Projeto Agroecológico: Produção de mudas do açaí em que os alunos receberam as sementes além das orientações e acompanhamento técnico para implementarem em suas comunidades, conforme figuras 24:

FIGURAS 24- PROJETOS DE INTERVENÇÃO NOS QUINTAIS DAS FAMÍLIAS



Horticultura



Avicultura



Oleocultura

FONTE ARQUIVO DO PROGRAMA



Foto: Produção de mudas de açaí dos jovens do projovem

FONTE ARQUIVO DO PROGRAMA

Ao consideramos a pouca diversificação dos sistemas produtivos e da diminuição das práticas extrativistas que auxiliavam na manutenção das famílias em tempos passados, conforme apresentamos na unidade de sentidos da primeira dimensão, podemos inferir que os projetos de intervenção nos quintais das famílias e o projeto de mudas de plantas estão vinculados como respostas a estas questões, na medida em que os jovens destacam:

“...é com o dinheiro da muda de açaí que eu consigo me manter aqui no IFPA, antes de vir para cá eu vendi mil mudas. Com isso conseguir deixar um dinheiro lá com a mulher, e vim prá cá com um pouquinho. O dinheiro da bolsa é muito pouco pra gente estudar e sustentar a família (EUCLIDES, GRUPO FOCAL, 2013)”

“(....) agora em Bragança a rede de economia solidaria tá tentando montar uma indústria para trabalhar com as sementes, o projeto de oleocultura, foi muito bom, sabemos que isso pode dar certo (ADERSON, GRUPO FOCAL, 2013)”

Chama atenção em nossa análise que apesar das atividades propostas envolverem três ocupações 1) sistemas de cultivo; 2) sistemas de criação; 3) extrativismo, os discursos dos jovens apontam para uma maior significação das ocupações, que permitem a possibilidade real ou futura de agregar renda.

O terceiro Eixo Temático – **Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas** - tem a perspectiva de analisar as políticas públicas implantadas e implementadas para o campo brasileiro, a partir, segundo o caderno Pedagógico-3 (2010) de dois conceitos básicos: a) o campo como espaço formado por diferentes contextos econômicos, políticos e sociais, que exigem políticas econômicas e sociais diversas para o atendimento de suas necessidades; b) o homem e a mulher do campo como sujeitos políticos que participam das formulações, das críticas, reflexões e lutas por políticas públicas estruturadas para o desenvolvimento sustentável, que assegurem a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar.

No caso do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra no Município de Bragança foram trabalhados os seguintes conteúdos: 1) Conceituando as Políticas Públicas; 2) Cidadania; 3) Sociedade Civil e Movimentos Sociais do campo; 4) Os projetos na Amazônia; 5) Cidadania e Legislação dos Recursos Hídricos no Pará; 6) A questão de água nos rios locais.

Para levantamento dos saberes populares foi realizado o diagnóstico da situação e o uso da água nas comunidades e nos lotes dos alunos do Programa. Desta forma, a partir da problematização da realidade local, foi definido como Tema Gerador a água, articulando com o arco ocupacional da aquicultura, conforme apresentamos nas figuras abaixo:

FIGURA 25 - PROJETO DE AQUICULTURA DESENVOLVIDO NA COMUNIDADE DE SANTO ANTONIO DOS MONTEIROS



FONTE: ARQUIVO DO PROGRAMA

Destacamos que o Caderno pedagógico 2 (2010, p. 89), destaca a especificidade da ocupação da aquicultura para a formação profissional dos jovens, em função da importância política e econômica que vem assumindo no Brasil. No caso do Município de Bragança, uma cidade com forte potencial pesqueiro, o projeto de aquicultura envolveu aulas de sistema de criação intensivo, extensivo e semi-intensivo, suas condições nas nascentes, igarapés, lagos e reservatórios, correlacionando ao debate da qualidade da água e o incentivo e acompanhamento técnico para que os alunos do programa pudessem implantar esse projeto em suas comunidades, respondendo a anseios de alguns dos jovens, como destaca José Monteiro:

“eu sempre quis trabalhar com a criação de peixes, quando o programa ofereceu o projeto eu me interessei muito, fiz de tudo para o meu projeto ficasse bom, ele é pequeno ainda não consegui ampliar, mas tenho a intenção de continuar a trabalhar nele, mesmo depois que me formar em técnico e ter meu emprego. Eu vou fazer as duas coisas [RISOS] (JOSE MONTEIRO, GRUPO FOCAL, 2013)”

No quarto eixo **Economia Solidária** teve-se como foco de estudo o campo como local de formação humana, de relações sociais e econômicas; sistemas sociais e econômicos ao longo da história; modos de produção e organização social. Para tanto se propõe à reflexão do contexto histórico e as formas de economia solidária no Brasil: cooperativismo, associativismo, microcrédito, finanças solidárias; mercados solidários; comércio justo; análise de conceitos de solidariedade; relações

sociais e econômicas presentes na sociedade em geral; capital social como possibilidade de desenvolvimento humano e solidário (CADERNO PEDAGÓGICO-4, SNJ, 2010).

Este Eixo se configura como o momento de consolidação do eixo articulador – Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Neste sentido no campo dos saberes científicos foram desenvolvidos os seguintes conteúdos: 1) Conceito de Economia e Economia Solidária; 2) Experiências de Economia Solidária; 3) Conceito de Autogestão, Cooperativismo e Empreendedorismo; 4) Redes de Economia Solidária no Brasil; 5) Cidadania; 6) Como se organiza um Estado-Nação, seus serviços; 7) Conhecer o papel de ser cidadão; 8) Sistema econômico; 9) A prática do comércio ao longo da história; 10) Conhecer um pouco do surgimento da prática do comércio; 11) Sistema econômico (histórico).

No levantamento dos saberes foram feitos diagnósticos do impacto ambiental no município e os processos de comercialização da Agricultura Familiar. No campo de reconstrução de saberes foram desenvolvidas as seguintes atividades: 1) Visita a Escola do ECRAMA, que participa da rede de economia solidaria da região bragantina⁸² que desde o ano de 2000 desenvolve um trabalho de organização da feira, articulando a capacitação de jovens para ações de gestão e comercialização e valorização da produção de sítios e quintais, com a venda direta para os consumidores; 2) visita ao Programa a UDB⁸³, ver figura 26:

⁸² A Rede Bragantina reúne atualmente vinte e sete organizações membros que trabalham por uma cultura de sustentabilidade, a partir de novas relações econômicas, afetivas, de gênero e etnia, no sentido da existência humana. Com apoio do CEDIAM, CEDENPA e Cáritas Brasileira Regional Norte II. A Articulação Bragança, promovida com a ação da Cáritas Diocese de Bragança, e compreende os municípios de Bragança, Augusto Correa e Tracuateua, onde estão presentes 3 cooperativas com as seguintes categorias de trabalhadores: Agricultores familiares; Catadores e Oleiros; 1 Associação de Agricultores familiares; 4 Associação de Mulheres; 1 Feira de Agro ecologia e Agricultura Familiar; 1 Conselho local. O conjunto dessas articulações, contam com a parceria da Caritas Regional Norte II e o Conselho das Redes de Economia Solidária da Amazônia.

⁸³ UDB é o Centro de Treinamento da EMATER em Bragança. Tem se constituído ao longo de sua historia um espaço de experiências para melhoria e produção agrícola na região e de capacitação que envolve reuniões e visitas técnicas, cursos, oficinas, palestras entre outras atividades, tanto para o homem do campo quanto para os alunos em seus diferentes níveis de ensino e áreas de conhecimento, que manifestem interesses pelas atividades produtivas dos sujeitos do campo (COORDENADOR DO CENTRO) <http://www.emater.pa.gov.br/noticia/640> acessado em 06.2014.

FIGURA 26 - VISITA PEDAGÓGICA E DE CAMPO AO ESPAÇO DA UDB



FONTE : ARQUIVO DO PROGRAMA

Neste eixo, conforme podemos observar, a dinâmica da formação dos jovens para reconstrução de saberes não envolveu a intervenção, ficando limitada à ação de conhecer experiências vinculadas à ocupação da agroindústria - processo de gestão e organização da rede economia solidaria e a produção sustentável.

No quinto Eixo Temático **Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial** o enfoque se constitui no debate sobre os desafios, limites e potencialidades na Agricultura Familiar. Para tanto analisar os Princípios e fundamentos da Agro ecologia, Importância do uso racional dos recursos naturais e no enfoque Territorial a proposta é a contextualização histórica e conceito de território, território rural e território de cidadania. Políticas Públicas e sustentabilidade na Agricultura Familiar. Experiências de promoção do desenvolvimento rural no enfoque territorial (CADERNO PEDAGÓGICO-5, SNJ, 2010).

No campo dos saberes científicos foram trabalhados no Município: 1) Os Processos de Desenvolvimento Socialmente justo e ambientalmente sustentável; 2) Qualidade de Vida; 3) Formação do território brasileiro; 4) Concentração de propriedade e latifúndio; 5) Desenvolvimento Humano e Sustentável aos povos do campo.

No movimento de confronto entre os saberes identificamos o Projeto Sabores e Saberes organizado pelos alunos e professores do programa para a III Mostra Pedagógica da Escola Agrícola do Município.

E no processo de construção de novos saberes a atividade foi realizada no Sítio da educanda Marinês, para socializar vivências de práticas agroecológicas e relato de experiências de mudanças na organização de seu terreno, na distribuição de plantio, com o objetivo de maior aproveitamento da área disponível, se aproximando da proposta defendida por Altieri (1998) para mudanças necessárias a sistemas produtivos da agricultura familiar, ou seja, um modelo autossuficiente, diversificado e viável economicamente com base em novos sistemas integrados de agricultura, com tecnologias ao alcance dos agricultores e adaptadas ao meio ambiente.

Em síntese podemos inferir que o arco ocupacional - Produção Familiar Rural e suas ocupações: 1) sistemas de cultivo; 2) sistemas de criação; 3) extrativismo, 4) agroindústria e 5) aquicultura, configuraram-se em nossa análise como um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar e de diferentes práticas de produção material da existência dos sujeitos do campo, na medida em que incorpora os saberes e as experiências acumuladas pela agricultura familiar no município e na região (Rede de Economia Solidária, UDB, Casas da farinha melhoradas, sistemas agro florestais) aos projetos de intervenções dos jovens do programa (Projetos de diversificação dos sistemas nos quintais dos jovens – horticultura, avicultura, oleocultura, produção de mudas e aquicultura).

Os sentidos e significados impressos em torno da integração entre a escolarização e a qualificação social e profissional por meio da área de conhecimento agrônomo ancoram a imagem que **afirma** a ideia de que o currículo permite, segundo os próprios professores, em suas diferentes áreas de formação, compartilhar seus saberes; articulando-as à realidade do aluno, sem desconsiderar o currículo de Base Comum:

Então vamos trabalhar sobre agricultura, todo mundo sabe disso. Aí a Adriana que é de Português pode usar um poema, alguma coisa relacionada com a língua portuguesa, na Geografia sobre o espaço e assim que a gente constrói o nosso conteúdo e assim, as disciplinas são integradas. É diferente. Inclusive os alunos percebem essa diferença, quando vou pra sala de aula eu tenho um tempo, mas na minha aula o Misael, a Adriana, a Néia, a Nete podem no momento da minha fala e, é oportuno, comentar alguma coisa da área deles.

Total liberdade é assim que a gente trabalha no Saberes, com relação a essa integração (PROFESSOR, GRUPO FOCAL, 2013)

Exatamente essa parte das agrárias e ali ele pode perceber que ele não vinha pra cá para adquirir um conhecimento totalmente abstrato pra ele. Na verdade ele vinha pra cá pra aumentar o conhecimento que ele já tinha, não digo só aumentar mais dividir compartilhar demonstrar sobre aquilo que ele já conhecia e isso ajudou muito a interação nas outras nas outras disciplinas né?! Porque o Misael pode falar muito bem acerca disso. A matemática é uma coisa complicada a gente sabe disso, né? Assim dentro de uma turma mais de 50% da turma tem dificuldade normalmente em matemática e isso o Misael pode falar melhor, que ele não encontrou tanta dificuldades. Sabe por quê? Porque ele pegou a matemática e colocou dentro da parte agrícola. Dentro da agricultura, ou seja, pegou a matemática e colocou dentro do mundo deles não foram eles que tiveram que ir para o mundo da matemática a matemática que teve que entrar no mundo deles. Ai então isso contribuiu e muito para que eles desenvolvessem melhor o conhecimento, que se interessassem mais pelas aulas e fossem facilitar mesmo a aprendizagem enquanto a isso ai deixa pro Misael falar melhor, que ele não quer falar....(PROFESSOR, GRUPO FOCAL, 2013)

A apropriação da realidade dos educando, a partir do confronto com as áreas do conhecimento e problematização da realidade, no qual o professor vinha ao mundo dos jovens materializado nos percursos formativos do programa, oportunizaram ao educador maior clareza dos limites do processo educativo vivenciado nas redes de ensino. Permitiram-lhe também perceber a importância de conhecer o jovem e sua família, no intuito de potencializar, como nos diz Freire (1983), a curiosidade epistemológica fundamental no movimento da construção de um novo saber, conforme destacamos nas falas abaixo:

Complementando ai essa questão do que eles [professores do ensino regular] falam de trazer a realidade do aluno para escola. Mas embora eles falem isso, a gente sabe que lá no interior [sistema de ensino regular] onde tu trabalhas, o aluno ele sai dali com um conteúdo que foi feito lá.... Não sei por onde. E não é a realidade do aluno. Então o que acontece? Ele [professor] não tem a realidade daqui. No saberes da terra o que acontece é que as informações eram deles [jovens] a gente poderia averiguar e confirmar e fazíamos isso no Tempo Comunidade (PROFESSOR - GRUPO FOCAL, 2013).

[...] são dois anos que eles estudam, eles tem cinco eixos temáticos, né?! E tem os cadernos como o João disse né?! Por mais que a gente tenha os cadernos com o texto que já são elaborados de outra versão, de outros exemplos que vieram de outros Estados, como o primeiro eixo ele vai trabalhar vai dar identidade, a ética, já o segundo vai trabalhar sobre vamos lembrar.... políticas públicas, cidadania, né? E o terceiro é sobre sistema de produção, quarta que é economia solidária e a quinta sobre desenvolvimento sustentável e territórios, né? Então é isso, de cada eixo temático desse nós trabalhamos pelo menos uma questão central com nossos jovens. (PROFESSOR, GRUPO FOCAL, 2013)

Diante desta correlação que se estabelece entre o educador, que passa não apenas a conhecer a realidade, mas vivenciá-la na partilha das experiências cotidianas para retroalimentar a sua condição docente de contribuir para a formação dos jovens, que nos coloca diante das reflexões de Arroyo (2003) de quão determinantes são, no constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivência e a necessidade de humanização das condições de vida nos processos de formação. Nas palavras de Arroyo:

Difícil separar esses processos formadores da consciência dos direitos, mas importaria encontrar as coincidências quanto às dimensões formativas que revelam. São coincidentes em mostrar-nos que a formação humana é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte, por tempos e espaços de cuidado, de alimentação, de segurança (ARROYO, 2003, p. 32)

Ao considerar o avanço da opressão e exclusão dos jovens no contexto da realidade do campo, não há como negar que o princípio educativo, formador-deformador do PROJOVEM Campo tem a sua matriz na própria condição da existência dos sujeitos, como diz Arroyo (2003) significa romper *com o isolamento dos processos didáticos escolares que reproduzem a visão estigmatizante do campo*, estabelecendo como anunciamos no início desta dimensão a resignificação de perspectiva de permanência no campo.

Neste sentido, podemos inferir que o Projeto PROJOVEM Campo Saberes da Terra ao se inserir na materialidade da existência dos jovens vivencia um processo de reeducação pedagógica (ARROYO, 2003) que se colocou diante da sensibilidade

de captar desses jovens, historicamente excluídos dos processos de escolarização, suas formas de ser e de se fazer, como sujeitos de educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura. Sujeitos sociais, culturais, pedagógicos em aprendizados, em formação, o que pode significar uma revitalização da teoria pedagógica na Educação do Campo do Município de Bragança, como já anunciara Arroyo:

[...] a teoria pedagógica se revitaliza sempre que se reencontra com os sujeitos da própria ação educativa. Quando está atenta aos processos de sua própria formação humana. Quando a ação educativa escolar ou extra-escolar, de formação da infância, adolescência ou de jovens e adultos se esquece deles e de seus processos, movimentos e práticas sociais, culturais e educativas e se fecha em discussões sobre métodos, conteúdos, tempos, instituições, calendários, avaliação... se perde e desvirtua. Perde suas virtualidades como teoria e prática educativa. (2003, p. 34)

Desta forma, consideramos que uma virtude mais insistente foi o processo de integração do currículo à qualificação profissional, voltada para a realidade e para a construção de reconfiguração da identidade dos jovens em relação ao campo, como destacamos tanto nas unidades de sentidos das representações dos jovens egressos sobre suas condições juvenis do campo (dimensão anterior), quanto na fala dos professores a seguir:

Eu dou o exemplo do próprio PROJOVEM Urbano. Ele não trabalha a identidade dos jovens, porque eu posso te falar assim categoricamente, os nossos alunos no Saberes da Terra quando encerram eles sabem agora plantar, sabem técnicas novas, eles sabiam coisas que já sabiam antes, mas se aperfeiçoaram. A questão é que aqui se trabalha a identidade do aluno dentro da realidade dele. Então eu vejo que faz a diferença. Esse discurso que está se trabalhando a realidade do aluno tanto no sistema de ensino, quanto no próprio PROJOVEM urbano, tá tudo no pensamento, mas não estão trazendo não (PROFESSOR, GRUPO FOCAL, 2013).

Em síntese, fazemos a leitura tanto das unidades de sentidos dos jovens egressos quanto dos professores do Programa, de que a o processo educativo com a centralidade agrícola representa para a condição juvenil do Campo a (re)construção de afetos positivos em relação ao campo, resignificando sua identidade camponesa. Neste sentido afirmamos que para um processo de

reconversão produtiva nesta região, é imprescindível a oferta de uma modalidade de ensino como a proposta pelo PROJOVEM Campo, pois habituados há tantos anos ocupando-se da monocultura de mandioca, aprofundaram-se e enraizaram-se resistências culturais e de capacitação técnica à diversificação produtiva.

Entretanto, consideramos em nossa análise que esta centralidade agrícola existente no programa trouxe para a formação dos egressos do Programa como nos mostra Graziano da Silva (2003) muito mais a visão do campo como espaço agrícola - com cuidado ao meio ambiente ligado à produção agrícola do que um espaço multifuncional, o que tende a limitar o processo de inclusão desses jovens.

C) O TRABALHO NÃO AGRÍCOLA

Ressaltamos que nas unidades de sentidos dos jovens sobre a escolarização vivenciada no Programa identificamos que a escola é avaliada como principal alternativa para sua inserção no campo, por meio de uma atividade não-agrícola, ou seja, técnico agrícola. Isto significa dizer que embora o Programa tenha fortalecido seu afeto positivo em relação ao desejo de construir sua vida no campo, ele foi concebido pelos jovens como um instrumento capaz de lhe oferecer a possibilidade de ter *“uma melhor condição de vida”*, o que significa fundamentalmente que o Programa lhe abriu a *“possibilidade de ter um curso técnico”* que lhe permitirá *“conseguir um emprego – renda fixa”*, que tem como perspectiva futura *“viver no campo”* sem ser agricultor⁸⁴.

Em síntese podemos inferir que a “inclusão” dos jovens egressos é pautada apenas pela continuidade da ampliação da escolarização, na qual os jovens ao finalizaram o ensino fundamental pelo PROJOVEM Campo ingressam no Curso Técnico Agropecuária Integrado ao Médio (único bem e serviço que de fato os jovens egressos passaram a ter acesso).

Neste contexto, o PROJOVEM Campo cumpre o papel de mobilizar melhor as energias da juventude do campo. O Programa se configurou, para os que nele

⁸⁴ O itálico utilizado neste parágrafo demarca fragmentos das falas dos jovens extraídas das análises da segunda dimensão.

permaneceram, em uma prática de escolarização que estimulou o conhecimento e os empreendimentos de novas ideias, a partir dos arcos ocupacional. Entretanto, na medida em que não favorece a permanência do empreendimento limita as possibilidades de escolha do trabalho agrícola.

Assim, nesta nova condição de vida os jovens a “opção” de ser técnico agrícola vai ao encontro dos resultados dos estudos de Carneiro (2005, 2007) e Strapassolas (2010), de que os jovens egressos do Programa não têm a vida juvenil urbana como padrão ideal. Estes jovens do campo desejam “o melhor dos dois mundos”, ou seja, o melhor do campo junto com o melhor da cidade, como descreve a fala dos jovens abaixo:

“ espero poder me formar e dar uma boa vida pros meus filhos. Que eles tenham a chance de estudar como eu to tendo. Só que não demore tanto (ADERSON, GRUPO FOCAL, 2013)”.

“eu não quero sair daqui, quero continuar vivendo no campo. Sei que agora posso fazer isso e dar uma boa condição de vida para minha família (EUCLIDES, GRUPO FOCAL, 2013)”

A unidade de sentido das falas acima imprime a ideia de que a “opção” de ter o melhor dos dois mundos encontra-se nas entrelinhas vinculadas tanto aos laços afetivos familiares quanto à capacidade econômica de garantir a família. Isto significa dizer que o fator econômico assume uma importância fundamental para a realização pessoal e profissional e interfere de forma decisiva no momento que esses jovens precisam decidir entre assumir ou não o trabalho agrícola.

Consideramos também o motivo descrito pelos jovens para seu retorno ao trabalho agrícola, antes do Programa, é a percepção de que não conseguiriam sustentar a família por meio do trabalho urbano, o que os fizeram sujeitar-se a serem como os demais jovens que não saíram do campo: apenas ajudante, com baixa remuneração na atividade agropecuária e sem terra.

Agora os motivos para não ser agricultor após o Programa: falta de tempo (porque optaram em continuar seus estudos para ser o técnico agrícola) e a falta de

recurso para manterem a diversificação de seus sistemas produtivos (conhecimentos adquiridos pelo Programa).

Isso nos leva a inferir que a proposta Integrada de inclusão para juventude via PROJOVEM, implementada no Município de Bragança apenas pela lógica educativa se fragiliza diante da fragmentação entre a política de educação e a política de financiamento para a juventude do campo, podendo ter como consequência, como descreve Carneiro (2005), os problemas de sucessão da unidade produtiva.

As impossibilidades da inserção dos jovens egressos do Programa no trabalho como agricultor comprova, mais uma vez, que o fortalecimento da agricultura familiar exige que as políticas públicas sejam transversalizadas e necessariamente intersetoriais, de modo a possibilitar ao jovem maiores chances de realização pessoal e profissional, para que suas escolhas sejam mais do que uma fatalidade em suas condições de existência. Como nos diz Abramoway (2005):

Uma verdadeira política de desenvolvimento rural deve associar a atribuição de ativos aos jovens - dos quais o mais importante é uma educação de qualidade - com o estímulo a um ambiente que estimule a formulação de projetos inovadores que façam do meio rural, para eles, não uma fatalidade, mas uma opção de vida. Seria interessante, no caso daqueles que pretendem estabelecer-se como agricultores, que sua implantação fosse acompanhada e mesmo condicionada à elaboração de um projeto técnico consistente, cujas chances de afirmação em mercados dinâmicos fossem altas. Mais importante do que o aprendizado de técnicas agronômicas, neste caso, são os conhecimentos de gestão, contabilidade e funcionamento de mercados. (2005, p.1-2)

Salientamos que, embora não exista uma relação direta com as Políticas de Assistência Técnica e de Financiamento, há no Programa PROJOVEM Campo em Bragança uma intencionalidade de atender a formação dos jovens que participaram do programa para além das ocupações agrícolas, na medida em que a ocupação da agroindústria foi trabalhada no arco operacional em dois momentos: na casa de farinha melhorada e no processo de gestão e organização da rede de economia solidaria.

Entretanto, há de se considerar que esta intencionalidade, desvinculada de outras políticas do Programa, se torna limitada diante do que nos revelam os dados, ou seja, estamos nos referindo a um programa voltado para jovens que saíram da posição de ajudantes e querem reafirmar o lugar de não ajudantes, mas que ainda não possuem terra e nem financiamento e, portanto, a desvinculação do processo educativo que ressignifica a sua identidade com a terra aos programas de financiamento, reforça a lógica do não-incluídos e os coloca na condição de procurar ocupações não agrícolas para permanecerem no campo. Neste sentido entendemos que proposta do Programa PROJOVEM Campo, para as turmas do município de Bragança devem ser repensadas.

Assim, este estudo aponta que o desafio de Inclusão da Juventude do Campo de Bragança não é apenas a inserção, nos currículos do Programa em Bragança, de propostas de ocupações agropecuárias que sejam geradoras de trabalho e renda, a fim de estimular estes jovens a mudarem suas realidades e optarem por morar e trabalhar no campo, mas é tanto integrar estas propostas a outras políticas voltadas à juventude do campo, que permitam a viabilização destas ocupações nas condições de vida desses jovens quanto é inserir no currículo outras ocupações não agrícolas, para que o município não corra o risco dos problemas de sucessão do campo vivenciado em diferentes realidades do campo no Brasil.

Nosso argumento se sustenta na análise dos problemas de sucessão do campo que apontam a permanência dos jovens no campo muito mais vinculada às atividades não-agrícolas do que às ocupações agrícolas (DUQUÉ, 2002). Isto tem demarcado a importância da formação destinada aos jovens do campo, para além das atividades agrícolas, como forma de dinamizar a economia do campo.

Neste sentido, reafirmamos a ideia de que a educação, por si só, embora cumpra o papel de ressignificar o afeto positivo do jovem com a terra, não resolverá os problemas do campo no Município de Bragança. São necessárias políticas públicas para juventude que estimulem as dinâmicas do campo, extrapolando o setor agrícola, pois a forma como o PROJOVEM Campo foi implementado neste Município permite inferir que o redesenho da política e integração dos Programas de juventude ainda não foi capaz de superar a fragmentação que Spósito e Carrano

(2003) analisam, como falta de uma totalidade orgânica quanto à focalização nos jovens, podendo os focos ser classificados em fortes, médios ou de fraca intensidade.

Ressaltamos que a questão da permanência e continuidade dos (as) “jovens” no campo, como possível estratégia para a reversão do quadro de esvaziamento do campo, é um tema recorrente nas demandas dos movimentos sociais apresentados ao Estado brasileiro, para a formulação das políticas públicas para a juventude, como ocorreu no seminário Nacional de Juventude Rural em 2011, na Câmara dos Deputados com o tema: “A Permanência do Jovem no Campo e a Continuidade da Agricultura Familiar no Brasil”, onde se abordou temas como sucessão nas propriedades familiares, agenda política e os desafios para a consolidação da Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Os documentos orientadores⁸⁵ do PROJOVEM Campo também anunciam essa preocupação com a relação da permanência dos jovens e os problemas sucessórios, como destacamos a seguir:

É necessário que esse modelo, que é econômico, mas também social, continue se reproduzindo. Essa questão, que envolve a sucessão, é fundamental. Nós apostamos na juventude porque ela é fundamental para dar continuidade ao modelo de agricultura familiar. Ela está na base da construção desse projeto de sociedade que queremos. Por isso, a juventude deve ser vista como protagonista. Não se trata só da permanência do jovem, estancar seu êxodo e garantir a sucessão da terra, mas de apontar a juventude rural como protagonista do projeto de desenvolvimento. Nós não seremos sempre jovens (CADERNO PEDAGÓGICO- 5, 2010, p.67)

Neste fio condutor, não defendemos as atividades não agrícolas, no sentido de incentivar o abandono das ocupações agropecuárias, mas ao contrário, que as ocupações não agrícolas sejam importantes para a continuidade das ocupações agropecuárias, por oportunizarem renda e mais estabilidade. Como anunciaram os

⁸⁵ Cadernos Pedagógicos utilizados pelo Programa no Município. Vale salientar que apenas o 5 que trata do Desenvolvimento Sustentável de enfoque Territorial aborda a questão da permanência e os problemas de sucessão no campo.

jovens em suas perspectivas futuras, em síntese: *“trabalhar como técnico, mas continuar investindo em seus sistemas produtivos”*.

Em síntese da análise desta dimensão, onde analisamos os rumos tomados pela inclusão social da juventude a partir da resignificação da condição juvenil do campo, podemos inferir, na medida em que as políticas para a Juventude do campo geram mudanças sobre as representações da condição juvenil do campo, que estas mesmas representações possuem um forte potencial para gerar e dinamizar essas políticas.

Para esses jovens a vivência no Programa propiciou um diálogo diferente para mudar a representação de sua condição juvenil do campo, possibilitando a criação de estratégias e modos de interação para transformar o que existe e o que é hegemônico para os outros jovens. Porém essas estratégias e modos de interação precisam ser mais democráticas e plurais, coletivas e reinventivas. Na experiência vivenciada no PROJOVEM Campo, acreditamos que ainda se faz necessário avançar pela inserção de ocupações não agrícolas, na perspectiva da compreensão do campo além de um espaço agrícola, de modo a garantir a permanência dos jovens e suas realizações pessoais e profissionais, articulada ao fortalecimento da agricultura familiar.

Considerando que a centralidade agrícola e a inserção produtiva do jovem no campo depende da força da organicidade da agricultura familiar e de outras políticas para garantir sua materialização, reconhecemos, a partir de Sousa Santos (2008), as diferenças na busca da emancipação desses jovens, bem como a necessidade de ampliação de práticas sociais para ampliar a construção coletiva do Programa, com base em alternativas de produção e sustentabilidade.

Nesta perspectiva o processo de escolarização vivenciado pelos jovens propiciou a clareza da condição de vida dos jovens do campo, ampliou a possibilidade de diversificação dos sistemas produtivos para além do cultivo da mandioca e fabricação da farinha, fomentou perspectiva futura de que sua ocupação profissional pudesse ir além do trabalho agrícola e, ainda, fortaleceu a visão da necessidade da escola diferenciada para o campo.

Entretanto, partimos da compreensão de que as resignificações da condição juvenil desses jovens são transitórias e que para avançar, no sentido de fortalecê-las, faz-se necessário que o Estado brasileiro articule melhor as políticas públicas para a juventude do campo. Esses resultados nos mostram que, se pesquisas anteriores apontaram que os saberes Tradicionais não são suficientes para o enfrentamento dos problemas da produção agrícola, a educação por si só não é suficiente para garantir a permanência da resignificação da condição juvenil do campo.

6 - CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS: ALGUMAS REFLEXÕES

Ao iniciar este trabalho apresentamos o desafio de enveredar na temática da inclusão da juventude do campo, a partir das representações sociais de jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra do Município de Bragança, sobre a sua condição juvenil e suas relações com a proposta de Inclusão da juventude do campo, implementada em nível local pelo referido Programa.

Este desafio nos levou a caminhos diversos de encontros e desencontros: momentos de tirar o fôlego pela sensação do desafio e do aprendizado constante, do inesperado que move a quem se lança ao movimento do estudo doutoral, e da intensidade de quem se deixa levar pela curiosidade epistemológica. Enfim, em todas as fases deste estudo, o desafio foi o motor que nos acompanhou tanto para que pudéssemos construir o problema de pesquisa quanto para nos aproximarmos das respostas que envolvem nossa questão problema e os objetivos traçados, e assim encaminhar tanto o percurso metodológico quanto a elaboração deste texto.

Imersas neste desafio compreendemos a condição juvenil do campo como os lugares e os papéis que os jovens ocupam em suas realidades socioculturais, considerando as transformações sociais e econômicas que ocorrem na realidade do campo da Amazônia paraense, no *continuum* rural-urbano. São as diferentes formas de estar no mundo, de viver e entendê-lo, que permitem a criação de mecanismos de interação e adaptação, e que, por sua vez, também permitem transformar o que existe e o que é hegemônico entre outras existências.

Desta forma, ao longo do estudo fomos percebendo que a implementação da proposta nacional da inclusão social para a juventude do campo, no Município de Bragança, representa uma construção simbólica onde se cria a predisposição para a mudança e para inovação da condição juvenil do campo.

Autores como Arroyo (2003) e Sousa Santos (2003), nos permitiram afirmar que na prática de escolarização vivenciada no Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra, os jovens problematizaram as vulnerabilidades de sua condição de vida, dando um novo sentido à sua condição juvenil do campo e reinventando e criando novas estratégias de adaptação.

Reconhecemos, a partir de Freire (2002) o inacabamento do ser e a importância da problematização da realidade para a reconstrução de novos saberes e do acesso ao conhecimento básico por esses jovens, como componentes fundamentais para resignificação de sua condição juvenil.

Reconhecemos ainda, a partir Fernandes (2003), Caldart (2004), Graziano (2003), que a concepção de desenvolvimento do campo e sustentabilidade, presente nas falas dos jovens, constituiu-se no fluxo do movimento do currículo do Programa, onde se intencionava articular as dimensões da formação social, a qualificação profissional e ampliação da escolarização em nível fundamental a partir da lógica da agricultura familiar.

Desta maneira reconhecemos que o PROJOVEM Campo Saberes da Terra se configurou como palco de apropriação da condição juvenil do campo. Isto significa dizer que na dinâmica Pedagógica do Movimento do currículo, pautado na centralidade agrícola – com seus arcos operacionais - os jovens vivenciaram um movimento de construção e (re)construção de imagens e significados, do campo e de produção agrícola, que passaram a orientar uma nova conduta de ser jovem do campo.

Nas três dimensões que agrupam nossas estratégias de análise dos significados e imagens, que os jovens egressos do programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra construíram sobre a sua condição juvenil do campo, foi possível identificarmos a dinâmica em que estas mudanças se estabelecem a partir da proposta nacional de inclusão social implementada em nível local.

A articulação da lógica da teia representacional nos permitiu organizar os sentidos que se encontram presentes na zona de contato, no confronto entre a igualdade e a diferença, no movimento dialético – onde o processo da exclusão marca o lugar da não cidadania e os grupos sociais minoritários são obrigados a rever suas teorias, suas atitudes, suas ações e seus valores (SOUSA SANTOS, 2003) e (MOSCOVICI, 2014).

Assim, a compreensão processual e sociocultural sobre a condição juvenil nos permitiu construir a composição da teia imagética que formam a rede mental dos jovens egressos do PROJOVEM Campo sobre a sua condição juvenil do campo, quais sejam: Quem sabe? O que sabe? Qual efeito? e o Para quê? Conforme destacamos no quadro abaixo:

QUADRO 19 - A LÓGICA REPRESENTACIONAL DOS JOVENS EGRESSOS DO PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA SOBRE A CONDIÇÃO JUVENIL

INDAGAÇÕES		RESPOSTAS AS INDAGAÇÕES
1ª. Lógica	Quem sabe?	1- O JOVEM PODE CONTRIBUIR COM A DINAMICA SOCIO ECONOMICA DO CAMPO; 2-O JOVEM SE COLOCA COMO CHAVE PARA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE DO CAMPO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA; 3- CARACTERIZA-SE COMO RESPONSÁVEL E DE RENUNCIA AO LAZER;
2ª. Lógica	O que sabe?	1-O TEMPO PRESENTE E DE INCERTEZA QUANTO A MANUTENÇÃO DE SEUS SISTEMAS PRODUTIVOS; 2-QUESTIONA A POSSIBILIDADE DE VIVENCIA DE TRABALHO DO JOVEM DO CAMPO APENAS PELO TRABALHO DE AGRICULTOR;
3ª. Lógica	Qual efeito?	1-BUSCAM FORMAÇÃO EM NIVEL TECNICO PROFISSIONALIZANTE PARA REAFIRMAR O LUGAR DE NÃO AJUDANTE; 2- BUSCAM CONHECIMENTO PARA TRANSFORMAR SUA CONDIÇÃO DE VIDA;
4ª Lógica	Para quê?	1-O PROGRAMA CUMPRE O SEU PAPEL, DE POLITICA DE FACIL ACESSO E LIMITADA - ELEVÇÃO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL AGRICOLA; 2-A PROPOSTA DE INCLUSÃO NÃO ESTÁ VINCULADA A MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA REALIDADE AGRARIA DO CAMPO – ENCONTRA-SE DESVINCULADA DOS DEBATES DA REFORMA AGRÁRIA;

3-A PROPOSTA DE INCLUSÃO ENCONTA-SE FRAGILIZADA, EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DE OUTRAS POLÍTICAS;

4-A PROPOSTA DE INCLUSÃO HUMANIZA A EDUCAÇÃO E RESIGNIFICA O AFETO POSSITIVO DA VIDA NO CAMPO PARA ESSES JOVENS.

FONTE: SÍNTESE CONSTRUÍDA PELA AUTORA DESTE ESTUDO A PARTIR DAS DIMENSÕES DE ANÁLISE 2014

Os elos desta teia nos revelam que as representações encontram suas ancoragens de sentido na formação de cada um dos jovens egressos do Programa e nas atitudes que geraram a partir da vivência da proposta de inclusão. O efeito da proposta de inclusão sobre a condição juvenil do campo é de que este “novo sentido” não se constitui em uma resposta absoluta e acabada sobre a condição juvenil do campo no Município de Bragança, mas a condição possível de um sujeito ainda em construção.

Essa perspectiva tinha, predominantemente, pontos fortes de resignificações do afeto desses jovens pela vida no campo. Entretanto, apresentava pontos de fragilidade, inclusive porque a literatura e as políticas falam de uma integração das políticas públicas de inclusão para a juventude voltada à superação dos processos de exclusão e os jovens, egressos do programa, falavam de ausências de financiamento para dar materialidade às mudanças da sua condição juvenil do campo.

Assim, encontramos a veracidade da hipótese levantada no início deste estudo, qual seja, que o processo de construção das Representações Sociais dos jovens egressos sobre a sua condição juvenil do campo, encontra-se vinculado aos limites da inclusão social, que se constitui na dinâmica dialética da inclusão exclusão própria do sistema capitalista.

Desse modo, tanto as objetivações quanto as ancoragens, que consolidam essas representações sobre a condição juvenil do campo no Município de Bragança, vinculam as imagens e as suas significações na possibilidade do Jovem se inserir na

vida do campo por um trabalho não agrícola e como um sujeito potencialmente capaz de contribuir com a reconfiguração do cenário do campo em Bragança, a partir de uma visão agroecológica, pautada na qualidade de vida, para o aumento da produtividade e na manutenção da biodiversidade.

Porém, mesmo reconhecendo que as Representações construídas por mudanças significativas na condição juvenil dos jovens egressos do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra orientam novas atitudes, na prática não se configuram em possibilidades de mudanças estruturais para o desenvolvimento do campo, no referido município, em virtude das fragilidades decorrentes da ausência de outros programas e políticas voltadas para garantir a total inclusão da juventude do campo no Município de Bragança.

Desta forma, assumimos que a inclusão social da juventude do campo, promovida pelo PROJOVEM Campo Saberes da Terra, é aquela que possibilita aos jovens resignificar sua relação com a terra. Não significa assumir que a centralidade da formação agrícola promove as mudanças estruturais que permitam a permanência no campo, pelo trabalho exclusivamente agrícola, mas que por trás desse movimento curricular há uma forma de rompimento das estruturas hegemônicas de pensar o jovem do campo no município.

Nesse rompimento foram se delineando no currículo do Programa outras formas de socialidade confiabilidade, nas quais a escola ganhou **status** de diferente [em relação aos processos escolares vivenciados anteriormente por esses jovens], vinculada a ideia de oportunidades.

As unidades de sentidos dos jovens que continuaram a estudar nos revelaram que o que está subjacente a esse reconhecimento das mudanças da condição juvenil do campo, pela proposta de inclusão implementada pelo referido PROGRAMA, era o fato de ter adquirido conhecimento, de se verem com um potencial para ajudar a transformar a agricultura local, de terem tido a oportunidade de continuar estudando e a possibilidade futura de conseguir emprego como técnico agrícola.

Nesse cenário a nova “**condição juvenil**” garante ao jovem assumir na família e na comunidade o lugar de não ajudante. Esta condição está no imaginário desse jovem em contribuir com as mudanças na produção e concretamente, na possibilidade em continuar seus estudos, o que nos levou a refletir: se o jovem reconfigura sua relação de afeto positivo com a terra sem, entretanto, ter financiamento para implementar o conhecimento que adquiriu no Programa, na unidade produtiva de sua família, ele se lançará a buscar outras alternativas de renda. No caso dos jovens participantes deste estudo, que ingressaram no curso técnico agrícola (Ensino Médio Integrado) – as impossibilidades do trabalho agrícola, o lançam ao desejo do vir-a-ser – técnico agrícola.

Esta constatação, mais do que certeza, nos lança a novos questionamentos: O que aconteceu com os demais jovens que concluíram o PROJOVEM, mas que por razões diversas não ingressaram no Curso Técnico Agrícola? O que acontecerá com estes jovens egressos, ao concluírem o curso técnico: serão técnicos de seus pais até que, por herança, recebam as terras para trabalhar? Será que o Município de Bragança tem condições de contratá-los como técnicos agrícolas para trabalharem nas comunidades e ajudar na produção familiar como almejam hoje ou serão técnicos dos grandes proprietários?

Embora esses questionamentos abram possibilidade de novas investigações temos a certeza de que se torna necessário um conjunto de intervenções articuladas para que o jovem possam vislumbrar a partir do conhecimento construído no Programa, possibilidades reais de geração de trabalho e renda e consequentemente alterar a condição juvenil na realidade do campo no Município de Bragança.

A pesquisa indica que o desafio tanto de pensar o campo para além da agricultura, quanto de articular a educação ao desenvolvimento ainda se faz necessário. Neste cenário, pensar a condição juvenil do campo no Município de Bragança na superação das exclusões sociais decorrentes das transformações históricas e sócio econômicas do campo, precisa em nossa concepção, incluir nos currículos das turmas do PROJOVEM Campo outras propostas de ocupações não agropecuárias (artesanato, turismo agroecológico e saúde) que sejam geradoras de

trabalho e renda para estimular estes jovens a mudarem suas realidades e melhorarem a qualidade de vida no espaço do campo.

REFERENCIAS

ABAD, M. **Crítica política das políticas de juventude**. In: FREITAS, Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas públicas de juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

ABRAMO, Helena. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: FREITAS, M. Virginia de. **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMO, H. W. **Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo**. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ABRAMO, H. W., & BRANCO, P. P. **Retratos da Juventude Brasileira: Análise de uma Pesquisa Nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2005

ABRAMO, H.W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**, in PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.), **Juventude e contemporaneidade** – Revista Brasileira de Educação, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997, pp.25-36

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G. (Coord.). **Juventude, Juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: Unesco, 2006

ABRAMOVAY, R. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas escolas da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, UNESCO;1999

ABRAMOVAY, R. **Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos Novos Padroes Sucessórios**. Brasília: UNESCO; 1998.

ABRAMOVAY, R. **Juventude rural: ampliando as oportunidades** In: **Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Online em: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais** . Porto Alegre Ed. UFRGS 2003.

ABRAMOVAY, R. **Paradigma do Capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/ed.Da Unicamp, 1998.

ABRAMOVAY, R; MIRADA, C. **Avaliação da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Vatarina** ÁPACO.Rio de Janeiro: AS – PTA,1997.28p.

ALMEIDA, A. M. **Abordagem Societal das Representações sociais.** *Sociedade e Estados V. 24 n 3 set-dez* , 713-737; 2009.

ALMEIDA, AW B. **A Ideologia da Decadência:** leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão [2 ed.]. Rio de Janeiro: Casa 8: Fundação Universidade do Amazonas, 2008. p. 147-166.

ALMEIDA, R. R. de. **Escravidão, resistência e a formação de quilombos na Amazônia: Jacarequara em Pauta** – XXVII Simposio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social – Natal, 2013

ALTIERI, M. **Sustainability and the rural poor: a Latin American perspective.** In:ALLEN, P., ed.; conditions and contradictions of sustainability. New York: John Wiley & Sons, 1993.

ALTIERI, M. **Uma análise econômica da agricultura sustentável.** In: **groecologia:** adinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ALVES Margarida: **Coletânea sobre estudos rurais e genero.** BRASILIA: MDA BRASIL/MDA-NEAD.; 2006

ARROYO, M. G. **Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira?**. Educação e Sociedade, São Paulo, v. 5, p. 5-23, 1982.

ARROYO, M.G **Pedagogia em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?** Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003

ARROYO, M.G, **Dossiê Trabalho e Educação: Diversidade e Lutas Sociais no Campo** - Revista Trabalho &Educação, Belo Horizonte v.21 nº2 p- 81-93 set-dez 2012.

ARROYO, Miguel G. **Por um tratamento público da educação do campo.** In: MOLINA, Mônica Castanha; JESUS, Sonia Meire S. Azevedo de (Org.). **Por uma educação do campo:** contribuições para um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

AVRITZER, Leonardo. **Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil.** In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia:** Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BAENA, A R C; FALES, I.; DUTRA, S. **Características Físico-Químicas do Solo em diferentes Agroecossistemas na Região Bragantina no Nordeste Paraense-EMBRAPA, CPATU, Boletim de pesquisa, 1998, 38p.**

BANCHS, M.A. **Representaciones Sociales em Prociso: Su análisis através de grupos Focales**, 401-424. In Moreira, Antônio da Silva Paredes org. sociais João Pessoa: UFPB: editora universitária, 2005.

BEGNAMI, J. B. **Pedagogia da Alternância como sistema educativo**. Revista da Formação por Alternância. Revista da Formação por Alternância Brasília: UNEFAB, 2006, n. 3. p. 24-47.

BERG, B.L. **Qualitative research methods for the social sciences**. 3ª.ed. Allyn e Bacon MA (USA): 1998

BOURDIEU, P. (1962). **Celibat et condition paysanne**. Em: Etudes rurales, 5/6, abril/setembro, pp.32-109.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução 1. 2003.

BRASIL, Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Que institui o Programa PROJOVEM. **Termo de Referência do Programa Saberes da Terra**. Brasília: MEC. 2005

BRASIL,. Ministério da Educação (MEC). **Projeto Político Pedagógico do Programa Saberes da Terra**. Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada com Qualificação Social e Profissional Para Agricultores (As) Familiares. Brasília, 2005.

BRASIL, **Medida Provisória n. 411, de 28 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/45/2007/411.htm>>. Acesso em: 17 agost. 2013.

BRASIL Secretaria-Geral da Presidência da República. Conselho Nacional de Juventude. **Pacto Pela Juventude: balanço final**. 2008. (Documento para discussão).

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. **Políticas públicas para a juventude**. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. **Lei n. 11.692, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela **Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005**; altera a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm>. Acesso em: 31 agost. 2013.

BRASIL, **LEI 12.852 DE 05.08.2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude- SINAJUVE

BRASIL. **Projeto de Lei Nº. 4530/04. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências**. Publicado no DOU de 06.08.2013

BRAGANÇA, **Relatório PROJOVEM Campo Saberes da Terra do Município de Bragança**, 2012

BRITTO JÚNIOR, AF DE; FERES JÚNIOR, N. **A Utilização Da Técnica Da Entrevista em Trabalhos Científicos**. *Revista Evidência*, ARAXÁ, V. 7, N. 7, P. 237-250, 2011

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CALDART, R, S; CERIOLI, P, R; KOLLING E. J. **Educação do Campo, Identidades e Políticas Públicas**, Articulação por uma Educação Básica do Campo. Coleção por uma Educação Básica do Campo nº4. 2002

CARNEIRO, M. J. **Juventude rural: projetos e valores**. Em: H. W. Abramo e P. P. M. Branco (Eds.) (2005). **Retratos da Juventude Brasileira**, (pp. 73- 87). São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania. Carneiro, M. J. & Castro, E. G. de (Eds.) (2007).

CARNEIRO, M. J. **Juventude Rural: projetos e valores**, In: **Perfil da Juventude Brasileira**. Fundação Perseu Abramo, 2005. Acesso em 20 de 12 de 2012, disponível em Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

CARNEIRO, M. J. **Ruralidades: Novas identidades em construção Estudos Sociedades e Agricultura**. N 11 outubro 1998. PP 63-75, 1998

CARRANO, P. C., BRENNER, A. K., & LANES, P. **A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas.** *Jovenes Revista de Estudios sobre Juventud. Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud e Instituto Mexicano de La Juventud*, ano 9 n 22 v.1; 2005.

CARRANO, P. C; SPOSITO, M.P. Novaes. **Juventude e Contemporaneidade.** – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.284 p. – (Coleção Educação para Todos;

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI:possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTEL, Roberto. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

CASTRO Elisa Guaraná de **Processos de Construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social** - Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil." No GT10 2008

CASTRO, E R de; COELHO, Maria Célia. Políticas e Gestão Pública como campo de pesquisa: à guisa de Posfácio. In: COELHO, Maria Célia; MATHIS, Armin; CASTRO, Edna; HURTHIENNE, Thomas. **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional.** Belém: Cejup; UFPA;NAEA, 2006.

CASTRO, E. G. . **Os jovens estão indo embora? – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil.** Projeto de Pesquisa : DLCS/UFRRJ/FAPERJ (2006)

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria Jovem rural.** *Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS*, xiii, 380f. 2v.: il, 2005.

CASTRO, E. G. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político.** *Rev. Latino am.cienc.soc.niñez juv*, v. 7, n.1, , 179-208, 2009

CASTRO, E.G. **Quem faz o campo das políticas públicas de juventude: demandas, bandeiras e questões.** Palestra. A ser publicado. No prelo. Ação Educativa. 2010.

CASTRO, E G.; Martins, M; Almeida, S. et.al **.Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político.** Mauad, Rio de Janeiro, 2009.

CENSO AGROPECUARIO - IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATISTICA 2006

CEPAL, **Juventude e Coesão Social na Ibero-América: Um modelo a ser construído**. Nações Unidas Chile 2008

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. ed, São Paulo: Cortez, 2000.

CNPPJ – Conferência Nacional de Políticas Públicas e Juventude. **Resoluções 2011**. Disponível via internet em <http://www.juventude.gov.br/conferencia/resolucoes-finais> Acessado em 23 de outubro de 2013.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. **Reprodução social da Agricultura familiar**: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). No mar, nos rios e na fronteira: Faces do campesinato no Pará. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002.

CORDEIRO, Georgina Negrão kalife. **A relação teoria-prática de formação de professores do campo da UFPA**- Tese, Natal, 2009.

COSTA, F. **Diversidade estrutural e desenvolvimento sustentável: Novos supostos de política de planejamento agrícola para a Amazônia**. In T. Ximenes (Hrsg.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável**: uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

COSTA, J.M.M. da. **Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal**. In: MENDES, A. (org.). Amazônia, terra e civilização. 2. ed. Belém: Banco da Amazônia, 2002. p. 481-523. v. 2.

COSTA, W.T. **Para Além Da Tinta E Da Madeira: Juventude Rural e Preservação Patrimonial em Pedra do Anta-MG**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, MG, julho 2010.

CRUZ, Ernesto. **A Estrada de Ferro de Bragança**: visão social, econômica e política. Belém: SPVEA, 1955.

DAYRELL, J. **Juventude, grupos de estilo e identidade**. Educação em Revista, n. 30, p.25-39, dez. 1999.

DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social**. In: O. FÁREO, M. SPÓSITO, & P. CARANO, **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília, DF: UNESCO, 2007. Brasília-DF: UNESCO, 2007.

DIAS, Agemir de Carvalho. Reforma agrária e educação. In: **Revista Análise Conjuntural**, v. 08, n. 11-12, Nov./Dez.; p. 13-16. Curitiba, 2006

DIEGUES, A. C. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais.** In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento.** São Paulo, Cortez, 1996.

DURAN, M.C.G. **Representações Sociais de “professores em formação” sobre profissão docente.** Relatório Pos-Doutoral, 2009. Acessado em <http://www.fcc.org.br/institucional/wp-content/uploads/2010/10/Relatorio-final-Pos-Doc-Marilia-Duran.pdf>

DURSTON, J. **Juventud rural en Brasil y México: reduciendo la invisibilidad.** Santiago do Chile: CEPAL, 1998

DUVEEN, G.. **Culture and social representations.** In J. Valsiner and A. Rosa (Eds.). *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology*, pp. 543-559. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FAO. **Juventude Rural situação, as necessidades e perspectivas: uma visão geral, com ênfase especial para a África.** Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas. Roma, 1996.

FERNANDES, B. M **Reforma Agrária no Governo LULA: a esperança.** Preidente Prudente:NERA/UNESP 2003. Acessado em 20.01.2013 www.prudente.unesp.br/dgeo/nera

FERNANDES, B. M. **Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: Novas Configurações do Campo Brasileiro.** *AGRÁRIA*, nº 1, , pp. 16-36, 2004

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.* Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M. . *Campesinos e procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas.* Boletim DATALUTA, v. 44, p. 1-12, 2011.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. **O campo da educação do campo.** In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional, 2004.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: Reflexões introdutórias.** São Carlos: Editora Clara luz, 2008 FRIGOTTO, Gaudêncio. *Concepções no mundo do trabalho e o ensino médio.* In: _____; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepções e tradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

FREITAS Maria Virgínia de (Org.): **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento - agosto 2005 a março de 2007** – Brasília, DF/São Paulo: CONJUVÉ; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000

FREIRE, P **Pedagogia do oprimido**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

FRIGOTTO G, CIAVATTA, M. e RAMOS, M.- **O Trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores- excertos** – 2005, acessado em https://www.google.com.br/search?q=frigotto+e+ciavatta&oq=FRIGOTTO&aqs=chrome.4.69i57j0l5.6032j0j8&sourceid=chrome&es_sm=93&ie=UTF-8

FROSSARD, A. C. **Identidade do Jovem rural confrontando com estereótipo de Jeca Tatu. Um estudo qualitativo com os jovens da EFA Rei Alberto I. Dissertação de Mestrado de Ciências e Tecnologias da Educação. Universidade Nova de Lisboa. Portugal. Nova Friburgo. Nova Friburgo: Universidade Nova de Lisboa ,2003.**

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia**. In: FURTADO, Lourdes (Org.). *Amazônia, desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA, NUMA, 1997.

GEHLEN. I **Estrutura Dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do sul**. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre v.6 p.177-203, 1994.

GIDDENS, A. **Em defesa da sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. G. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. v.1.

GRZYBOWSKI, C. **Movimentos populares rurais no Brasil: Desafios e perspectivas**. In: *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Stédile, J., P. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000

GROPPO, L. A: **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas**. Revista de Educação do COGEIME, Ano 13, Nº25. 2004

GROPPO, L. A. : **O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis**. Estudos de Sociologia V. 14, Nº26. Araraquara: UNEP. 2009

GROPPO, L. A. **Condição Juvenil E Modelos Contemporâneos De Análise Sociológica Das Juventudes**. Última Década Nº33, CIDPA Valparaíso, dezembro 2010, PP. 11-26.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel**. 14 edição. L&PM editores: RS, 1985.

GTJR – CONDRAF. **Relatorias das 12 reuniões do Grupo Temático de Juventude Rural – CONDRAF**. 2010.

HABERMAS, J **A crise da legitimação do capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **A multissérie em pauta: para transgredir o paradigma seriado nas escolas do campo**. I Encontro de Profissionais de Classes Multisseriadas das Escolas do Campo da Bahia. Salvador, 2009.

HALL, S. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação e realidade, v. 22, n. 2, jul./dez., 1997.

HÉBETTE, J **A Marcha do Trabalhador do Campo Rumo à Cidadania Domínio da Terra e Estrutura Social no Pará**, SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 1997

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**.Vol.1 Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento /Belém,EDUFPA,2004

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**.Vol.2 A questão agrária:problemas e conflitos não resolvidos. /Belém,EDUFPA,2004

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**..Vol.3 Os grandes projetos. A questão ambiental:problemas e propostas. /Belém,EDUFPA,2004

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**..Vol.4 Um novo campesinato amazônico. O papel das instituições científicas e de seus pesquisadores. /Belém,EDUFPA,2004

HÉBETTE, J; ALVES, Juliette Miranda; QUINTELA, Rosângela da S. **Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica**. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). No mar, nos rios e na fronteira: Faces do campesinato no Pará. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002.

HOBBSAWN, E . **A era das revoluções**; Rio de Janeiro : Zahar, 1995

HOFFMANN Rodolfo **Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro**, RESR, Piracicaba, SP, vol. 47, nº 01, p. 147-182, jan/mar 2009 – Impressa em abril 2009

HOPENHAYN, M. **Juventude e coesão social na Ibero-América: um modelo a ser construído**. Santiago do Chile: CEPAL/AECID/SEGIB/OIJ, 2008.

HURTIENE, T P. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia**. In:COELHO, M. C. N.; **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**.Belém: CEJUP 2002.

HURTIENE, T P. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia**. In: COELHO, Maria Célia N.; CASTRO, Edna.; MATHIS, Armin.; HURTIENE,T (Org.). **Estado e políticas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**.Belém: Cejup: UFPA/ NAEA, 2001.

IANNI, O. **O jovem radical**. In: BRITTO, S. de (org.). Sociologia da juventude I — Da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 225-242.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2004.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATISTICA 2010, Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATISTICA 2013, Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.

IPEA. **Ser Joven en Sudamérica. Diálogos para la construcción de la democracia regional** - Una publicación de IBASE, PÓLIS y Edi / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : Ipea, 2008.

JOB, S.M. **Mulheres A(Es)Quecidas: O Quilombo de Jacarequara** - Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos – 16 a 20 de setembro de 2013

JODELET, Denise. **La representación social: Fenômenos, concepto e teoría**. Em: S. Moscovici (org.) Psicologia social II. Barcelona: Ediciones Paidós,1986.

JODELET, D.(org) **Aids e Representações sociais**. Natal: EDUFRN, 1998.

JODELET, D. **As representações sociais** (tradução Lílian Ulup) Rio de Janeiro: Ed. Verj. 2001

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. (Org.). **As Representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002

JODELET, D. **O Movimento De Retorno Ao Sujeito E A Abordagem Das Representações Sociais**; Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

JOVCHELOVITCH, S. **Vivendo a vida com os outros: intersubjectividade, espaço público e representações sociais** em Sandra Jovchelovitch y Pedrinho Guares(orgs). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: vozes IN. BANCHS, Maria Auxiliadora. Representaciones Sociales en Proceso: su análisis através de Grupo Focales. UFPB/ Editora Universitária, 2002. Pág. 404

JUNQUEIRA, Messias. **As terras devolutas na reforma agrária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 140 p.

KUENZER, A Z (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KUENZER, A Z. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. 2003. Disponível em <http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenze_r_1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2011.

LACERDA, M.G. - **Migração, Trabalho e Natureza na Amazônia da virada do século XIX para o XX** - SEMINÁRIO INTERNACIONAL - AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO - NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - 35 ANOS - Universidade Federal do Pará - 9 a 11 de dezembro de 2008 - Belém - Pará - Brasil

LEANDRO, L.M.L **Campesinato e Abastecimento na Zona Bragantina (1880-1960)** Tese NAEA – UFPA, 2010

LEANDRO, L.M.L. e SILVA, F. C. **Contribuição À Interpretação Da Constituição Do Campesinato Na Zona Bragantina Do Estado Do Pará**, PAPERS DO NAEA Nº 272, OUTUBRO DE 2010

LEFEVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEVRE, F. **Depoimentos e discursivos: uma proposta de análise em pesquisa social/** Fernando Lefevre, Ana Maria Cavalcanti Lefevre. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.(Série Pesquisa; 12).

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa.** Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LEVIN Pesquisa Qualitativa. IN SILVA, Clêania. Contrutivismo: representações e práticas do professor. Teresina: EDUFPI, 2004.

LIMA, P. G. É possível uma universidade para o povo? <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/posters/0112.pdf>

MANESCHY, M C. **Ajuruteua: uma comunidade pesqueira ameaçada.** Belém: Editora Universitária UFPA, 1995.

MANESCHY, M. C. ; MAIA, M. L. S; **Associações rurais e associativismo no nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida.** Novos Cadernos NAEA, v. 11, p. 65-90, 2008

MANESCHY, M. C. ; KLOVDAHL, A. . **Redes de associações de grupos camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social?.** REDES. Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales, v. 12, p. 4-23, 2007.

MANESCHY, M C.; SIQUEIRA D; ALVARES M.L.M, **Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento, Revista Estudos Femininos**, v.20 nº 2012. v. 20, n. 3 (2012)

MANESCHY, M C; **A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará.** Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Antropologia, Belém, v. 11, n.2, p. 145-166, 199

MANNHEIN, K. **El problema de las generaciones** [tradução: Ignacio Sánchez de la Yncera], *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n. 62, pP. 193-242.

MANNHEIN, K.. **O problema da juventude na sociedade moderna.** In: BRITO, Sulamita (Org.).**Sociologia da juventude:** da Europa de Marx à América de hoje. Rio de Janeiro: Zahar,1968.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente.** Petropolis: Vozes, 2003.

MARKOVÁ, I. **The Epistemological Significance of the Theory of social representations.** Journal for the Theory of Social Behaviour, 38 (4): 461–487, 2008

MARTINS, José de Souza, **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MAUÉS, R H. **Padres, pajés, santos e festas: Catolicismo popular e controle eclesiástico.** Belém: CEJUP, 1995.

MEC. **Projeto Base PROJOVEM Campo – Saberes da Terra; Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada Com Qualificação Social e Profissional Para Agricultores (As) Familiares ,** Brasília/2008

MELLO, Márcio Antônio de, et al. **Sucessão hereditária e reprodução social da Agricultura Familiar.** Rev. Agricultura. São Paulo, v.50, n.1, p. 11-24, 2003.

MELLUCCI, A. **A Invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petropolis, Vozes, 2001.

MELLUCCI, A. **Juventude, Tempo e Movimentos Sociais.** Revista Brasileira de Educação nº 5 , 2001.

MÉSZAROS, I. **A Educação para Além do Capital.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZAROS, I. **O Desafio e Fardo do Tempo Histórico.** São Paulo, Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. **Fala, Galera: juventude, violência e cidadania.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Informações de Saúde. **Escolarização da juventude em Bragança, 2010.** Disponível na Internet: <http://www.datasus.gov.br/cgi/ibge/popmap.htm>. Acesso em out. 2013.

MOLINA, M.C. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável.** 2003. 165 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2003.

MOLINA, M.C. **Desafios para Educadores e Educadoras do campo.** In KOLLING., E.J; CERIOLI, P.R; CALDART, R.S. (org) **Por uma Educação do Campo** 2002, p.37-43.

MOLINA, M.C (ORG) **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão** Brasília: MDA/MEC, 2010.

MOLINA, Mônica Castagna. **Políticas Públicas**. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 587-596.

MOREIRA, R. J. **Do desenvolvimento agrícola ao mundo rural: 30 anos do CPDA**. In: M. R.J., Terra, poder e território. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOREIRA, R. J. **Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista**. In: L. COSTA, R. J. MOREIRA, & R. BRUNO, *Mundo rural e tempo presente*. RioJaneiro: Mauad, 1999.

MOREIRA, R. J. **Por uma abordagem complexa das identidades rurais da atualidade**. *36º Encontro Anual da ANPOCS- GT. 20 - Metamorfoses do rural contemporâneo*. Águas de LindÓia -SP: ISSN 2177-3092, 2012.

MOSCOVICI, S, **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro, ZAHAR, Brasília, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petropolis: 6ª edição Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S., **Psicologia da Minoria Ativas** Petrópolis, Vozes, 2014

MUNARIM, A **Movimento Nacional de Educação do Campo**: uma trajetória em construção. In: REUNIÃO ANUAL. ANPED. GT-03: movimentos sociais e educação, 2008.

MUNARIM, A. **Educação de jovens e adultos agricultores, um problema de** MUNARIM, A. Elementos para uma Política de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica. C.(Org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006

NASCIMENTO, I. P. **As representações socais dos projetos de vida dos adolescentes: um estudo psicossocial**. São Paulo: PUC, 2002 .

NASCIMENTO, Ivany Pinto . **O campo das representações sociais: articulações possíveis**. Agalia (A Corunha), v. 1, p. 181-203, 2014

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. *Estudos Avançados [on line] n.43 ISSN 0103-4014* , 83-100, 2001.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional.** In: LOPES, Eliano S.A.; MOTA, Dalva M.; SILVA, Tânia E.M. (Org.). Ensaio. Desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Aracaju (SE): Universidade Federal de Sergipe/EMBRAPA, 2002, p.131-159.

NEVES, J. d. **Projetos vividos representações construídas: as representações sociais que mulheres e homens do assentamento CIDAPAR possuem sobre os saberes que buscam na escola para os seus projetos de vida;** Tese . BELEM-PA: PPGED-ICED UFPA-PA. 2007.

NONATO DA SILVA, DBR, **Os Donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX.** Dário Benedito Rodrigues Nonato da Silva. Belém: [s.n.], 2006.

NOVAES, R. C. R., et al. **Política Nacional de Juventude: perspectivas e diretrizes.** Conselho Nacional da Juventude. São Paulo: Conselho Nacional da Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

NOVAES, R. R. **Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas.** In: O. FÁREO, M. SPÓSITO, P. CARRANO, & R. NOVAES, *Juventude e Continuidades.* Brasília: UNESCO, 2007.

NOVAES, Regina R. **Juventude/juventudes?.** In *Comunicações ISER*, n.50, ano 17. RJ: ISER, 1998.

NOVAES, Regina Reyes; SANTORO, Maurício. Ser jovem na América do Sul: um epílogo. In: **Ser Joven en Sudamérica.** Diálogos para la construcción de la democracia regional. IBASE, PÓLIS y Ediciones CIDPA, 2008.

OIT. **Trabajo decente y juventud en América Latina 2010.** Lima: OIT/ Proyecto Promoción del Empleo Juvenil en América Latina (Prejal), 2010. p. 248.

OLIVEIRA, I A .(org). **Cartografias Ribeirinhas: Saberes e Representações sobre as praticas sociais cotidianas de alfabetizandos amazônidas.** Belém CCSE – UEPA, 2004.

OLIVEIRA. A.V. **A na reforma agrária do MDA INCRA no governo Lula. Reforma Agrária,** v.33 nº02 dez 2006

OLIVEIRA, M. M. **Juventude e Educação do campo.** V Jornada Nacional Jovem Rural. Novos Caminhos para a Agricultura Familiar 2013.

OYARZUN, A. **De joven problema a joven actor ocial estudiantil:estudiantes secundarios y su lucha por la igualdad educative y social.** Gocetilla. Valparaiso. Nº 4 p.1-5 jun 2006.

PAIS, JM. **A construção sociológica da juventude alguns contributos.** Rev.Análise Social, v. 25, n.105-106, p. 139-165, 1990.

PAIS, JM. **Culturas Juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

PAIS, JM. **Vida Cotidiana:** Enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará.** 2 Vols. Belém: UFPA, 1967.

PERALVA, Angelina Teixeira; In . Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação.** maio/jun./jul./ago, n. 5; 6,set./out./nov./dez., 1997.

PJR. **Breve História da PJR. 30 anos a serviço da Juventude Camponesa (1983-2013).** Equipe Nacional de Formação. Pesquisa Paulo Cerioli. 2013.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **Um estudo de representações sociais de professores do ensino médio quanto á AIDS, às drogas, à violência e à prevenção: o trabalho com grupos locais.** São Paulo: casa do psicólogo, 2005.

RIBEIRO,M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. Revista Educação Pesquisa, São Paulo. V.28 n.2 p113-128 jul-dez-2002.

RUA, Maria da Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90.** In: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD). **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** Brasília: CNPD, v.l. 2, 1998.

SABOURIN, Eric. **A Ajuda Mútua Rural, Entre Intercâmbio E Reciprocidade.** 1º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS 04 a 07 de julho de 2006, UFF, Niterói (RJ). San Salvador XVIII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, 2008.

SANTOS. N.R.C. **Educação do Campo e Alternancia: reflexões sobre uma experiencia na transamazonica/PA.** Tese. Natal. UFRGN,2006

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Saulo : Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo : Record, 2000.

SAWAIA, B. **Sufrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.** In: SAWAIA, B. *AS ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO ANÁLISE PSICOSSOCIAL E ÉTICA DA DESIGUALDADE SOCIAL* (pp. 97- 118 p). Petropolis - RJ: Vozes. 1999.

SCALABRIN, R.; **Diálogos e Aprendizagens na Formação em Agronomia para Assentados**. TESE UFRGN -2011

SCHULZE, C.M.N; CAMARGO, B.V. **Psicologia Social, Representações Sociais e métodos**. Temas em Psicologia da SBP, v.8, n.3 2000 p.287-2999 acessado em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v8n3/v8n3a07.pdf> em outubro de 2013

SCHWARTZMAN, Simon; COX, Cristián. **Coesão social e políticas educacionais na América Latina**. SCHWARTZMAN, Simon; COX, Cristián (Edits.). s/d acessado em: http://www.schwartzman.org.br/simon/edcoesao_port.pdf.

SERRA FREIRE, J.C., Juventude camponesa e políticas públicas: pertinência social do Programa Saberes da Terra na Amazônia Paraense / Jacqueline Cunha da Serra Freire; Orientadora Edna Castro. – 2009.

SILVA, Vanda. **Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência**. Cadernos. CEDES vol.22, nº57, Campinas - Agosto 2002.

SIQUEIRA, D. E.; FERNANDES E.; Política Nacional de povos e comunidades tradicionais e Reservas Extrativistas XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFPE, 2007

SIQUEIRA, D. E.; **Civilização do mangue: biodiversidade e populações tradicionais** Mangrove's Civilization: Biodiversity and traditional populations, revista horizonte; Dossiê: Religião, Biodiversidade e Território - Artigo original **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 30, p. 509-544, abr./jun. 2013

SMITH JÚNIOR, F.P. **O Imigrante Espanhol na Amazônia** XI Congresso Luso Afro Brasileira de Ciências Sociais, 2011 acessado em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307453713_ARQUIVO_ArtigocompletoConlab2011.pdf

SNJ - CADERNO PEDAGÓGICO 1- **Agricultura familiar: identidade, cultura, gênero e etnia**: / Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim.– Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

SNJ - CADERNO PEDAGÓGICO 2 - **Sistema de produção e processos de trabalho no campo**: / Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

SNJ - CADERNO PEDAGÓGICO 3 - **Cidadania, organização social e políticas públicas**: / Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima,

Wanessa Zavarese Sechim.— Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

SNJ - CADERNO PEDAGÓGICO 4 - **Economia solidária**: / Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

SNJ - CADERNO PEDAGÓGICO 5 - **Desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial** : / Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

SNJ **Projeto Básico do Programa Saberes da Terra**. Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada com Qualificação Social e Profissional Para Agricultores (As) Familiares. Brasília, 2008

SNJ Cartilhas de **Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, 2010. SNJ. **Institucional**. Disponível em <http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria> acessado em 3 de julho de 2013.

SNJ. **Relatório do 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas**. Brasília - DF, 2012. Acessado em <http://m.biblioteca.juventude.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11322/222/relatorio-juventude-rural.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

SNJ. **Balanço da SNJ Brasília, 2011**. SNJ. Acessado em <http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria> acessado em 3 de julho de 2013.

SNJ. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, 2010. SNJ. **Institucional**. Disponível em <http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria> acessado em 3 de julho de 2013.

SNJ. **Relatório Anual 2012**. Disponível em <http://www.juventude.gov.br/acessoainformacao/auditorias/gestao-2012> acessado em 10 de Outubro de 2013. Disponível em <http://www.juventude.gov.br/acessoainformacao/auditorias/gestao-2012> acessado em 10 de Outubro de 2013.

SOUSA SANTOS, B. **Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira**. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, , 31-52,1994.

SOUSA SANTOS, B. **Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais**. Texto apresentado ao Colóquio “Globalização, Direitos Humanos e Cidadania” realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, 31 de Agosto de 2006)

SOUSA SANTOS, B. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SOUSA SANTOS, B. **Poderá o direito ser emancipatório?** *Críticas de Ciências sociais* n 65 , 3-76, 2003.

SOUSA SANTOS, B. **Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo.** In: OLIVEIRA, Francisco de, PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p. 83-129.

SOUSA T. A. F. de; **Política Ambiental Costeira: Uma Análise Do Seu Impacto Em Bragança-Pa** Belém 2011

SOUSA, C., & VILLA BÔAS, L. **A Teoria das Representações Sociais e o estudo do trabalho docente: os desafios de uma pesquisa em rede.** *Diálogo Educação, Curitiba* , 271-286, 2011

SPOSITO, M. P. **A produção de conhecimento sobre juventude na área de educação no Brasil.** Brasília, DF: INEP, 2000.

SPOSITO, M. P. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais.** Horizonte, MG :: Argumentvm, 2009.

SPOSITO, M. P. Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo: ANPEd, n. 5, 6; 1997.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 27(1), 87-104. 2003

SPOSITO, M. P.; CARRANO P. C. R. **Juventude e políticas públicas no Brasil** Revista Brasileira de Educação, Set /Out /Nov /Dez 2003 Nº 24

SPOSITO, M.P.; CARRANO, P. C.R. **Os jovens na relação sociedade-estado: entre “problemas sociais” e concepções ampliadas de direitos.** In Reunião Anual ANPEd, 26- 5ª de outubro, Poços de Caldas, MG, 2003.

SPOSITO, M.P ; FAVERO, O; CARRANO, P; NOVAES R.R; **Juventude e Contemporaneidade.** – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

STRAPASOLAS, V. Carneiro, M. J. & Castro, E. G. de (Eds.) (2006). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad/Nead/MDA/IICA.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Tese de Doutorado, Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC, 2002.

UNESCO. Educação para Todos, **Juventude e Contemporaneidade**, Organizado por Osmar Fávero, Marília Pontes Spósito, Paulo Carrano e Regina Reys Novaes MEC/UNESCO , 2007.

UNESCO. **Políticas Públicas De/Para/Com As Juventudes**. BRASILIA: UNESCO, 2004

UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME). **Projeto político pedagógico**. Pará, 2005.

VAINFAS, R. (Org.) . **Brasil: 500 anos de povoamento**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 1. 231p

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina Vergolino. Zonas Bragantina e do Salgado. In: _____. **A Rodovia Belém-Brasília** – estudo de geografia regional. Fundação IBGE: Rio de Janeiro, 1967. p. 3-79. (Série A; Publicação n.º 22)

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento, natureza, território e agricultura**. Porto Alegre . Ed UFRGS 2000

VEIGA, J. E. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados , n 51 maio-agosto 2004 p.51-67

VEIGA, J. E. Perspectiva e desafios do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Paper apresentado no seminário nacional de desenvolvimento rural sustentável. (CNDRS) Brasília DF 2005.

VEIGA, J.E. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Caderno Ciência e Tecnologia.v.13 , n3. 1996.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: SENAC, 2010.

VIERTLER, R. **Estudos sobre “Identidade”**. In: ,. C. LUCENA, & ,. N. GUSMÃO, *Discutindo Identidades* (pp. 45-57). São Paulo: Humanitas, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. **A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas**: O “Rural” como Espaço Singular e Ator Coletivo. Estudos da Sociedade e agricultura n 15, out 2000. pp 87-145 UFPE, Recife

WANDERLEY, M. de N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3.ed. Passo Fundo: UPF, 2001. Cap.1, p.21- 55.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais : mapa de estudos recentes**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T., HALL, S. e WOODWARD, K. Identidade e diferença – a perspectivados estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2004.

WOORTMANN, Klass. Migração, Família e Campesinato (1990). In. WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B(Orgs.) Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. **(História Social do Campesinato)**. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CADERNO DE TEXTOS Contribuições para o Debate do I SEMINARIO ESTADUAL DE JUVENTUDE DO CAMPO **Políticas Públicas para a Juventude do Campo na Amazônia**: Direito Nosso, Dever do Estado JUN-2007

II Jornada Nacional da Juventude Rural – Pastoral da Juventude Rural – Carta Proposta 2007t

Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Carta 2003

Carta da Juventude Camponesa ao Presidente Lula, elaborada pelos Movimentos Sociais – 2006

Caderno para a Conferência Mundial sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - 2005

XI Conferência Ibero Americana da Juventude Rural – 2002

Relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT, 2010

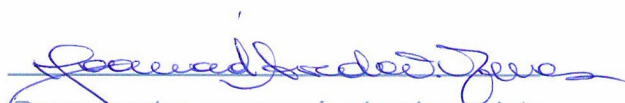
APÊNDICE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Aderson Guilherme Ribúno dos Santos,
CPF 728.615.502/44, RG 4.280.688,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do
uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente
termo, a pesquisadora Joana d'Arc de Vasconcelos Neves do projeto de
pesquisa de Doutorado intitulado "**As representações sociais dos jovens
alunos do programa projovem saberes da terra sobre a inclusão social da
juventude rural e suas implicações para a construção identitária**" a
realizar as fotos que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização das fotos (seus respectivos negativos) e
depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e
transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada,
obedecendo ao que está previsto no comitê ético em pesquisa em Ciências
Humanas.

Bragança, 24 de outubro de 20__


Pesquisador responsável pelo projeto

Aderson Guilherme Ribúno dos Santos
Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Antonio Gleison dos Reis Cruz,
CPF 949.626-712/49, RG 5.827-915

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Joana d'Arc de Vasconcelos Neves do projeto de pesquisa de Doutorado intitulado **"As representações sociais dos jovens alunos do programa projovem saberes da terra sobre a inclusão social da juventude rural e suas implicações para a construção identitária "** a realizar as fotos que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização das fotos (seus respectivos negativos) e depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada, obedecendo ao que está previsto no comitê ético em pesquisa em Ciências Humanas.

Bragança, 24 de outubro de 2013


Pesquisador responsável pelo projeto

Antonio Gleison
Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Benedito dos Santos Ramon da Silva,

CPF 786.693.082-15, RG 4795455,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Joana d'Arc de Vasconcelos Neves do projeto de pesquisa de Doutorado intitulado **"As representações sociais dos jovens alunos do programa projoovem saberes da terra sobre a inclusão social da juventude rural e suas implicações para a construção identitária "** a realizar as fotos que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização das fotos (seus respectivos negativos) e depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada, obedecendo ao que está previsto no comitê ético em pesquisa em Ciências Humanas.

Bragança, 24 de outubro de 20 13

Joana d'Arc de Vasconcelos Neves

Pesquisador responsável pelo projeto

Benedito dos Santos R da Silva

Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Charles de Jesus Bailosa,
CPF 013.649.862/52, RG 4.880.092,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do
uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente
termo, a pesquisadora Joana d'Arc de Vasconcelos Neves do projeto de
pesquisa de Doutorado intitulado **"As representações sociais dos jovens
alunos do programa projovem saberes da terra sobre a inclusão social da
juventude rural e suas implicações para a construção identitária "** a
realizar as fotos que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização das fotos (seus respectivos negativos) e
depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e
transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada,
obedecendo ao que está previsto no comitê ético em pesquisa em Ciências
Humanas.

Bragança, 24 de Outubro de 2013

Renata de Jesus
Pesquisador responsável pelo projeto

Charles de Jesus Bailosa
Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu José Monteiro Lima,
CPF 794607122-15, RG 3933809,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do
uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente
termo, a pesquisadora Joana d'Arc de Vasconcelos Neves do projeto de
pesquisa de Doutorado intitulado **"As representações sociais dos jovens
alunos do programa projovem saberes da terra sobre a inclusão social da
juventude rural e suas implicações para a construção identitária "** a
realizar as fotos que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização das fotos (seus respectivos negativos) e
depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e
transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada,
obedecendo ao que está previsto no comitê ético em pesquisa em Ciências
Humanas.

Bragança, ____ de _____ de 20__

Joana d'Arc de Vasconcelos Neves
Pesquisador responsável pelo projeto

José Monteiro Lima
Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

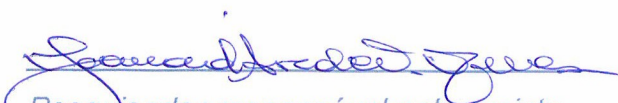
Eu Mainês do Scauro Ramos da Silva,

CPF 710666242-91, RG 431 7800,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Joana d'Arc de Vasconcelos Neves do projeto de pesquisa de Doutorado intitulado **"As representações sociais dos jovens alunos do programa projovem saberes da terra sobre a inclusão social da juventude rural e suas implicações para a construção identitária "** a realizar as fotos que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização das fotos (seus respectivos negativos) e depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada, obedecendo ao que está previsto no comitê ético em pesquisa em Ciências Humanas.

Bragança, 24 de Outubro de 2013


Pesquisador responsável pelo projeto

Mainês do Scauro Ramos da Silva

Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Ozias Soares Ribeiro,
CPF 006.824.232-89, RG 6174025,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Joana d'Arc de Vasconcelos Neves do projeto de pesquisa de Doutorado intitulado **"As representações sociais dos jovens alunos do programa projuvem saberes da terra sobre a inclusão social da juventude rural e suas implicações para a construção identitária "** a realizar as fotos que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização das fotos (seus respectivos negativos) e depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada, obedecendo ao que está previsto no comitê ético em pesquisa em Ciências Humanas.

Bragança, 24 de Outubro de 2013


Pesquisador responsável pelo projeto

Ozias Soares Ribeiro
Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Euclides guimarães Paixão,
CPF 80742958204, RG 4499989,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do
uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente
termo, a pesquisadora Joana d'Arc de Vasconcelos Neves do projeto de
pesquisa de Doutorado intitulado **"As representações sociais dos jovens
alunos do programa projovem saberes da terra sobre a inclusão social da
juventude rural e suas implicações para a construção identitária "** a
realizar as fotos que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização das fotos (seus respectivos negativos) e
depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e
transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada,
obedecendo ao que está previsto no comitê ético em pesquisa em Ciências
Humanas.

Bragança, 24 de outubro de 2013


Pesquisador responsável pelo projeto

Euclides guimarães Paixão
Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Alvildo Pereira do Carmo,
CPF 033.442.282/16, RG 5.933.572

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Joana d'Arc de Vasconcelos Neves do projeto de pesquisa de Doutorado intitulado **"As representações sociais dos jovens alunos do programa projovem saberes da terra sobre a inclusão social da juventude rural e suas implicações para a construção identitária "** a realizar as fotos que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização das fotos (seus respectivos negativos) e depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada, obedecendo ao que está previsto no comitê ético em pesquisa em Ciências Humanas.

Bragança, 24 de Outubro de 20 83

Joana d'Arc de Vasconcelos Neves
Pesquisador responsável pelo projeto

Alvildo P. Carmo
Sujeito da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

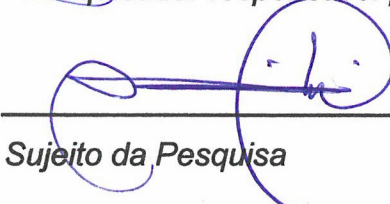
Eu RONALDO FERREIRA DA SILVA,
CPF 167.491.972-72, RG 2222179 SSP/PA,

Coordenador local do Programa Saberes da Terra 2009-2012 depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso dos registros fotográficos do Programa, dos depoimentos e relatórios do PROGRAMA PROJOVEM Campos Saberes da Terra, AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Joana d'Arc de Vasconcelos Neves do projeto de pesquisa de Doutorado intitulado **"As representações sociais dos jovens alunos do programa projovem saberes da terra sobre a inclusão social da juventude rural e suas implicações para a construção identitária"** a utilizar as fotos que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização das fotos (seus respectivos negativos) e depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada, obedecendo ao que está previsto no comitê ético em pesquisa em Ciências Humanas.

Bragança, 7 de JUNHO de 2014


Pesquisador responsável pelo projeto


Sujeito da Pesquisa